

[illegible]

A CAVALLARIA MEDIEVAL

De Edgar Prestage





Composto e impresso na
Empresa «Diário do Porto», Lda.
Rua S. Bento da Vitória, 10

10.325

CR4509
P7166

A Cavalaria Medieval

Ensaio sobre a significação histórica e influência
civilizadora do ideal cavallheiresco

por

Professores do King's College de Londres

Tradução do inglês

por

António Álvaro Dória



LIVRARIA CIVILIZAÇÃO—EDITORA

RUA DO ALMADA, 107 — PORTO

A

S. A. R.

O PRÍNCIPE DE GALES (1)

*em nossos dias personificação
do
Ideal da Cavalaria,
com
graciosa autorização
se dedica
respeitosamente
este volume*

(1) — Actual Duque de Windsor. (*Nota do Trad.*)

Prefácio do Editor

Os estudos que se seguem constituíram uma série de conferências públicas feitas no King's College, pela sua secção de História, pelo S. Miguel de 1925. É de esperar que, na sua forma de livro, sejam bemvindas. A bibliografia inglesa da Cavalaria é relativamente parca e não corresponde à importância do assunto; além disso, as obras que dela tratam estão todas, ou quase todas, esgotadas há muito. Não possuímos, em a nossa língua, qualquer relato apropriado acerca da Cavalaria na Alemanha e Espanha, e nenhum a respeito da Cavalaria em Portugal. Sob este aspecto o presente volume preenche uma lacuna. É claro que estas contribuições não pretendem de modo algum ser exaustivas, pois os limites do espaço o impedem, mas fez-se uma tentativa para dar os factos e as ideias mais importantes em cada capítulo, ao mesmo tempo que a indicação das obras citadas por cada um dos autores permite levar mais longe os estudos aos leitores que o desejem. As ilustrações referentes a personagens e factos históricos são quase todas coevas e as que puderam encontrar-se, sendo algumas delas reproduzidas pela primeira vez.

Desejo expressar a minha gratidão aos meus colegas e aos outros colaboradores que facilitaram a edição do meu trabalho.

Edgar Prestage

NOTA PRELIMINAR

por Sir Israel Gollancz

O frontespício de um ms. dos fins do século xiv ou princípios do século xv, no original pintado a ouro e cores, apresenta o Príncipe Negro ajoelhado sobre uma almofada, de armadura, com espada e cota, na qual se encontram bordadas as Armas Reais—os Leões de Inglaterra e as Flores de Lis de França—diferenciadas com uma legenda. O Príncipe está em oração e pronuncia as palavras *Et hec tres unum sunt* (1). Na secção superior da ilustração está pintada a Trindade. Recordemos que o Príncipe celebrou piedosamente a Festa da Trindade «desde os primeiros tempos da sua juventude, e toda a vida a manteve zelosamente, sem maus pensamentos.»

De cada lado da figura ajoelhada há uma grande pena de avestruz de prata, e sobre cada uma delas a famosa divisa, ainda hoje usada pelo Príncipe de Gales, mas na forma *ich dene* e não *ich diene*.

O ms. de onde se tomou a ilustração é uma crónica rimada em verso francês, do Arauto de Sir John Chandos, e que relata a Vida e Feitos de Armas de Eduardo, Príncipe de Gales, o Príncipe Negro. Só se conhece outro ms. igual; a ilustração, porém, é única.

A 5 de Maio de 1921 tive a subida honra de, no Guildhall, oferecer este volume a S. A. R. o Príncipe de Gales por graciosamente se dignar aceitar a oferta dos professores da Universidade de Londres, por ocasião de ter honrado a Universidade ao ser criado Doutor Honorário. Posteriormente Sua Alteza Real dignou-se ceder o ms. à

(1) — «E estes três são um só». (*Nota do Trad.*).

Universidade, onde ele é agora conservado entre os seus tesouros literários mais escolhidos (1).

Tive a boa sorte de reconhecer o valor intrínseco do ms. e, em particular, do frontespício, que corroborava a minha teoria de que a venerável divisa usada por sucessivos Príncipes de Gales era originariamente *Ich dene*, assim grafada (embora interpretada erradamente por *Ich diene*) pelo próprio Príncipe Negro, pois a sua assinatura é o único exemplar existente da sua caligrafia. Esta divisa era de paz, tal como *Homout* (ou seja *High Spirit* = Bravura) era a sua divisa de guerra. Ambos se encontram subscritos no documento em referência, datado de 25 de Abril de 1370. O presente ms. oferecia a única prova, por mim procurada havia muito, de que os seus contemporâneos consideravam *Ich dene* a forma correcta da divisa do Príncipe. Trabalhei por demonstrar que, do ponto de vista filológico, a forma *Ich dene* não era alemã nem holandesa, mas apenas podia pertencer a uma região que compreendia a velha terra de Geldres e Cleves. Devemos notar que Reinaldo II — «o Negro», como lhe chamaram, duque de Geldres, um dos mais célebres príncipes da Holanda no seu tempo, casou em 1331, pela segunda vez, com Leonor, irmã de Eduardo III e tia do Príncipe Negro. As alianças de Eduardo III com os povos e os soberanos dos Países Baixos foram, na realidade, o prólogo das relações anglo-belgas afirmadas, de modo triunfal, nos anos passados. Quer *ich dene*, quer *homout* pertencem ao dialecto desta região. *Ich dene* (ou seja «Eu sirvo»), como o próprio Príncipe Negro esclareceu, era a divisa do seu «símbolo de paz» — a pena ou penas de avestruz. Frequentemente era uma única pena, como na ilustração em referência, mas, por certo passo de um poema heráldico, aliterativo, escrito em inglês médio, *Winner and Waster* (2), a que atribuo a data de 1352, tornou-se evidente, que as três penas eram o seu símbolo usual. É possível que o seu número tenha significação especial, em virtude da viva devoção do Príncipe pela Trindade.

(1) — Cf. «*Ich dene: Some Observations on a manuscript of the Life and Feats of Armes of Edward Prince of Wales, the Black Prince... presented by members of the University of London to H. R. H. Edward Prince of Wales, by Israel Gollancz, Chairman of Presentation Committee*». Editado por Geo. W. Jones, Gough Square, Fleet Street.

(2) — Veja-se o cap. VII, v, adiante.

A ideia popular de que o Príncipe Negro adoptou a divisa, assim como as penas de avestruz, em Crécy do rei da Boémia vencido, não resiste à prova da investigação, não havendo mesmo qualquer tradição a esse respeito. Todavia, parece que as folhas de avestruz se encontram associadas à vitória do Príncipe sobre João da Boémia, em Crécy. Às penas o Príncipe acrescentou uma divisa de sua escolha — *Ich dene* — e tomou-a como «símbolo de paz». «Sirvo, Senhor — dizia aquele vassalo — enquanto me durar a vida», parafraseando um verso corrigido da poesia aliterativa inglesa a que me referi.

Para os seus contemporâneos o Príncipe Negro era o verdadeiro espelho da cavalaria. Na paz e na guerra os seus ideais encontram-se bem expressos nas duas divisas — *Homout* (Bravura ou Coragem), divisa do seu símbolo de guerra — as Armas Reais diferenciadas por uma inscrição — e *Ich dene*, a divisa do seu símbolo de paz, as folhas de avestruz.

É significativo que, na sua firma real, ele aliava estas duas divisas, expressivas dos seus ideais de homem na paz e na guerra:

«Nada há na paz que convenha tanto ao homem
Como a tranquilidade modesta e a humildade;
Quando, porém, junto de nós o tufão da guerra sopra...
Fortalece os nervos e agita o sangue.»

Estes ideais de cavalaria são ainda fortes e activos, ainda hoje alcançam profunda admiração e devoção ilimitada.

Seja-me permitido recordar as palavras com que concluí o meu discurso endereçado a Sua Alteza por ocasião da oferta do MS.:

«Na escolha de um presente digno de V. A., fomos inspirados pela satisfação de reconhecermos que os ideais de coragem, de respeito e de devoção, admirados na vida de Eduardo, Príncipe de Gales, o Príncipe Negro, encontram-se nobremente exemplificados em Vossa Alteza Real. E pedimos a Deus com fervor para que durante muitos anos lhe possa ser permitido, ao lado de S. M. el-Rei, usar o símbolo da paz e continuar a desempenhar altos cargos ao serviço da Inglaterra, do Império e da Humanidade.»

I. G.

CAPÍTULO I

A Cavalaria e o seu lugar na História

por F. J. C. Hearnshaw, M. A., LL. D. ⁽¹⁾

Professor de História Medieval na Universidade de Londres

I

O tema desta série de conferências é a Cavalaria. Este termo é dos que precisam de explicação, pois tem sido empregado com diferentes sentidos. O *New English Dictionary* distingue sete significações diferentes, enquanto o *Lloyd's Encyclopædic Dictionary* dá nada menos de dez. Todavia, do ponto de vista histórico, quer os sete, quer os dez, podem reduzir-se a quatro, como se vai ver. Primeiro, usa-se «Cavalaria» simplesmente em referência a um grupo de cavaleiros ou soldados a cavalo, armados para a luta, como Sir Bevis de Hampton observa, no decurso da sua vida aventureira, ao ver uma hoste de sarracenos montados que o perseguiram e à inevitável princesa: «Vinhão atrás de nós com poderosa cavalaria.» ⁽²⁾ Aqui «Cavalaria» significa apenas «grupo de cavaleiros». Em segundo lugar, usa-se «Cavalaria» no sentido abstracto (*Knighthood*), como dignidade ou ordem, posição e qualidade de cavaleiro, como por exemplo quando Chaucer, na sua *Legend of Lucretia*, pergunta ao criminoso Tarquínio: «Porque é que desprezas a Cava-

(1) — Mestre em Artes e Doutor em Leis. (Nota do Trad.).

(2) — *They would after us with wonder-great chevalrie*. Compare-se também com o *Gênesis*, XXI, 32, na versão de Wycliffe. Onde a Versão Autorizada lê «capitão da sua hoste», Wycliffe traduz «príncipe da sua cavalaria». Veja-se ainda *Hohenlinden*, de Campbell: «Ataca com toda a tua cavalaria.»

laria?» ⁽¹⁾ Em terceiro lugar, encontra-se «Cavalaria» empregada com sentido técnico ou feudal, com a significação de «vassalagem por serviço cavalheiresco.» Cowell, no seu *Interpreter*, define-a como «o *servitium militare* do *chevalier* francês», e observa que «a Cavalaria é o juramento de vassalagem pelo qual o vassalo fica obrigado a prestar qualquer serviço nobre ou militar ao senhor. Finalmente, em quarto lugar, emprega-se «Cavalaria» em sentido mais vasto para abranger todo o sistema da cavalaria da baixa Idade Média, com os seus códigos e costumes religiosos, morais e sociais característicos. Foi nesta última ampla acepção que Burke empregou o termo quando, ao atacar a Revolução Francesa, disse: «Passou já a idade da Cavalaria.» ⁽²⁾ Talvez Chaucer também tivesse em mente esta acepção quando disse que o seu «gentil cavaleiro perfeito» (*perfight gentil knight*) «amava a cavalaria» com «verdade, honra, liberdade e cortesia» (*trouthe and honour, fredom and curteisie*). Nesta acepção a Cavalaria foi bem definida pelo Prof. H. W. C. Davis: «o código característico e muitas vezes fantástico de boas maneiras e de moral que foi enxertado no feudalismo no século xi e nos seguintes.» ⁽³⁾ Diz o sr. F. W. Cornish que «foi um conjunto de sentimentos e práticas, de leis e de costumes, que dominou entre as classes privilegiadas na maior parte da Europa, entre o século xi e o século xvi.» ⁽⁴⁾ Um entusiasta elogioso afirma que foi «mais espírito do que instituição» ⁽⁵⁾; «menos instituição do que ideal», diz outro estudioso mais crítico. ⁽⁶⁾ O piedoso Paulo Lacroix entende que ela «representou a forma cristã da profissão das armas.» ⁽⁷⁾ Outros dois historiadores franceses, menos devotos mas mais dignos de crédito do que Lacroix,

(1) — *Why hastow doon dispyt to chivalrye?* Compare-se também a Shakespeare, *Pericles*, Acto II, cena II, 29: «E a sua insígnia uma grinalda de cavalaria» (*And his device a wreath of chivalry*), assim como a Bacon, nos seus *Essays*: «Há hoje alguns graus e ordens de cavalaria para incitar à guerra»; do mesmo modo a Dryden, *Palamon and Arcite*, I, 100: «A fé que os cavaleiros juraram à cavalaria, e a tudo quanto pertence à cavalaria.»

(2) — Compare-se com Disraeli, *The Young Duke*, Livro II, cap. 5: «Passou a idade da cavalaria. Os maçadores sucederam aos dragões.»

(3) — Davis, *Medieval Europe*, pág. 106.

(4) — Cornish, *Chivalry*, pág. 11.

(5) — G. P. R. James, *History of Chivalry*, pág. 3.

(6) — W. H. Schofield, *Chivalry in English Literature*, pág. 3.

(7) — Lacroix, *Military and Religious Life in the Middle Ages*, pág. VIII.

dizem em substância que a «Cavalaria foi um sistema que modificou e completou o feudalismo. Não foi uma instituição, mas uma associação ética e religiosa, que lançou um raio de beleza ideal através de uma sociedade corrompida pela anarquia.» ⁽¹⁾ A França foi, realmente, a sua pátria e a região em que ela alcançou a perfeição mais completa. Escrevendo de França, o erudito e judicioso deão Kitchin observou que «a cavalaria, no seu mais alto sentido e em teoria, ergue perante nós o perfeito gentil-homem — de elevado nascimento, de modos gentis, verdadeiro, fiel, cortês para as mulheres, puro, valente e destemido, a nada se poupando, cheio de profundo sentimento religioso, inclinando-se perante Deus e as damas, mas com altivez na presença de todos os outros.» ⁽²⁾ Outro deão erudito, analisando a Cavalaria nesta acepção vasta e ideal, acha-a composta dos seguintes elementos: — elevado sentimento da honra, desprezo pelo perigo e pela morte, amor pela aventura, compaixão pelos fracos e oprimidos, generosidade, auto-sacrifício e altruísmo ⁽³⁾.

Estamos agora bem longe do nosso «grupo de cavaleiros armados para a luta», mas é necessário voltar a ele para podermos seguir o processo pelo qual uma força militar, caracterizada pelo barbarismo completo e pela brutalidade sanguinária do decadente século IX, se transformou (pelo menos em teoria) totalmente e se converteu, antes do século XIII, numa classe de «perfeitos gentis-homens», perfeitamente aptos em espírito, se não em perícia técnica, para serem missionários médicos. Fixemos a palavra «cavaleiro» que, já foi acentuado, aparece em todas as definições de cavalaria que examinámos. A palavra inglesa *knight* é, realmente, a equivalente da palavra francesa *chevalier*, e o termo inglês *knighthood* é sinónimo do francês *chevalerie*, assim como do espanhol *caballeria* e do italiano *cavalleria*.

Mas antes da conquista normanda não havia tal equivalência. Para os continentais, cavaleiro (*cavalier*) era, como o indica o próprio nome, o que cavalga (*horseman*) ⁽⁴⁾, e o *knight* anglo-saxão não o era. O *knight* ou *cniht* anglo-saxão foi, ao princípio, simplesmente qualquer mancebo; mais

(1) — Bémont e Monod, *Medieval Europe*, pág. 257.

(2) — G. W. Kitchin, *History of France*, vol. I, pág. 243.

(3) — H. H. Milman, *Latin Christianity*, vol. IV, pág. 204.

(4) — Latim *caballus* = francês *cheval* = italiano *cavallo*.

tarde o nome applicou-se em particular a um jovem que *servia* ou acompanhava um senhor; a seguir especializou-se mais ainda, para caracterizar o que prestava serviço *militar* e foi traduzido para latim pela palavra *miles* que, do mesmo modo, se restringiu ao significado de *soldado*; por fim, na época da conquista normanda, applicou-se em particular aos guerreiros dependentes da *classe inferior de proprietários* que se haviam ligado a qualquer senhor e combatiam sob a sua bandeira. Em resumo, o termo feudalizara-se: applicava-se aos vassallos militares de condes e nobres, bispos e abades e outros ilustres potentados locais. Mas ainda então os *cnihitas* combatiam a pé. Foram os Normandos que trouxeram consigo o cavalo de batalha; todos os seus senhores menos importantes eram cavaleiros, sendo *riders* e não *knights* o termo inglês equivalente. E assim a *Crónica anglo-saxónia* diz-nos que no ano de 1085, «o rei Guilherme armou seu filho Henrique cavaleiro (*rider*).» Todavia a expressão não voltou a empregar-se, pois esse mesmo Henrique casou com uma mulher inglesa, e sob a sua influência os dois povos, normando e saxão, misturaram-se e fundiram-se. Os *cnhitas* saxões aprenderam a cavalgar, e os *chevaliers* normandos ficaram cavaleiros.

II

Quer na Inglaterra, quer no continente — o cavaleiro do primeiro período normando era um personagem puramente feudal. Possuía uma parcela da terra com a condição de prestar serviço militar; encontrava-se obrigado, pelos termos da sua vassalagem, a seguir o seu senhor ao campo quarenta dias no ano, equipado por completo e acompanhado a preceito, à sua própria custa; além disso, tinha de frequentar a corte do seu senhor, pagar certas custas e ajudas, submeter-se a várias obrigações, como de culto, de casamento, de confisco, etc. Não era indivíduo simpático. Ninguém gostava dele. Realmente, é difícil saber por quem era ele mais detestado — se pelo rei e pelos funcionários do Estado nascente, pelo Papa e pelo clero da Igreja Católica dominante, ou pela comunidade do Terceiro Estado, cidadãos, burgueses e camponeses. O rei achava-o de um aborrecimento intolerável: na guerra, era inútil e não dava proveito;

na paz, turbulento e rebelde, obstáculo insuperável à tranquilidade e ao bom governo. A Igreja sofria imenso às suas mãos: era cúvido e agressivo, constantemente pronto a roubar bispados e mosteiros, desafiando a disciplina eclesiástica e muito dado a apoderar-se do domínio do poder espiritual, fazendo tomar ordens os seus apaniguados. Para o povo constituía objecto de terror infindo; era um simples bandoleiro, que nenhuma consideração de misericórdia ou de honra coibia.

Nas crónicas desta época há relatos horripilantes dos seus feitos; nas *Chansons de Geste* existem tradições dos seus actos; os Alemães ainda o recordam num provérbio em que «cavaleiro» (*knicht*) é sinónimo de «tirano insuportável» — *Er will Ritter an mir werden*: «Ele quer fazer de cavaleiro comigo.»

Talvez não exista descrição mais aterradora da cavalaria (*knighthood*) feudal, antes da sua conversão e consagração em cavalaria (*chivalry*) do que a dos períodos finais da *Crónica anglo-saxónia*, que termina no meio da anarquia do chamado reinado de Estêvão. O autor tinha talvez em mente, enquanto escrevia as suas terríveis palavras, as depredações de Godofredo de Mandeville, o último bandoleiro, de cujas atrocidades o sr. J. H. Round nos fez pintura tão viva. «Todo o homem pacífico — diz a *Crónica* — construía o seu castelo e o defendia contra o rei. Enchia-o de demónios e patifes, e eles agarravam as pessoas que julgavam na posse de bens e metiam-nas na prisão e torturavam-nas com tormentos inenarráveis, pois nunca houve mártires tão torturados como eles foram. Dependuravam-nos pelos pés e queimavam-nos a fogo lento; suspendiam-nos pelos dedos dos pés ou pela cabeça e prendiam-lhes aos pés a armadura; amarravam-lhes em volta da cabeça cordas cheias de nós, e depois torciam-nas para lhes apertarem o cérebro. Metiam-nos em masmorras onde havia serpentes e cobras e sapos e assim os matavam», e assim por diante sempre, concluindo: «Embora o homem lavrasse a terra, esta não produzia cereais, pois a terra se sentia cansada de tais feitos. E dizia a gente abertamente que Cristo e os seus santos dormiam».

Os relatos do autentico Godofredo de Mandeville e dos seus cavaleiros do tempo do rei Estêvão pode comparar-se, no campo do romance, aos feitos de muitos heróis feudais, por exemplo Raul de Cambrai ou Ogier, o dinamarquês. Possuíam em larga escala a virtude da coragem militar; não

temiam nenhum inimigo de armadura brilhante, nem qualquer número deles; desprezavam inteiramente o perigo e a morte; mas ao mesmo tempo eram traiçoeiros e desobedientes aos seus reis, ímpios e profanos em matéria de religião, brutais e crueis nas suas relações com o povo comum, e livres de todo o respeito pelas mulheres. Destes dois típicos cavaleiros feudais de romance diz o sr. Flach que as suas qualidades eram as do leão e do tigre. «Nos seus repentes de cólera selvagem ou na sua fria ferocidade, nada os detinha; sobre eles não tinha qualquer influência e consideração pela fraqueza ou o temor religioso; matavam homens desarmados sem piedade; queimavam freiras nos seus conventos.» (1)

Bevis de Hamton, um pouco melhor, era sanguinário de todo, embora fosse mais refreado e cuidadoso. A sua única actividade de tomo era o homicídio. Depois de lhe ler a história, calculei que, pondo de parte a prodigiosa e incalculável carnificina que fez juntamente com outros em quatro grandes batalhas, sozinho e por sua mão — antes de se aquietar, saciado de aventuras, em tranquila vida doméstica —, matou mais de 650 seres humanos. Viveu com tanto perigo como um Nietzsche ou um Mussolini poderiam desejar. Mas não há lembrança de qualquer bem que fizesse ou de qualquer ideal que o inspirasse, ou de qualquer realização que levasse a cabo. Psicologicamente não oferece mais interesse do que uma metralhadora moderna ou qualquer outro engenho de morte.

No século XI, na verdade, o feudalismo desempenhara o seu papel, e o cavaleiro feudal tornara-se um anacronismo, cuja abolição ou transformação era a necessidade mais urgente da nova idade. Como sistema militar, o feudalismo nascera no período carolíngio, como único meio possível de defesa da Europa ocidental contra as hostes invasoras de Sarracenos, Eslavos, Magiares e Dinamarqueses, que ameaçavam destruir a Cristandade. Com o cavaleiro revestido de armadura e com o castelo fortificado, brotara quase espontaneamente como sistema de protecção local numa época em que o governo central — em França, na Inglaterra ou em qualquer outra parte — era fraco de mais para organizar a resistência efectiva contra os agressores. Os cavaleiros de que se precisava para rechaçar assaltantes como os Sarracenos, os Eslavos, os

(1) — J. Flach, *Les Origines de l'ancienne France*, vol. II, pág. 567-8.

Magiares e os Dinamarqueses durante os obscuros e terríveis séculos IX e X, não eram « perfeitos gentis-homens » cheios de piedade e de poesia, compassivos e justos. Os que se tornavam então precisos e, pelas circunstâncias, apareceram, foram tremendos tiranetes, de terrível cólera, cheios de coragem animal e de fúria guerreira, homens bons para soltarem o grito de guerra e manejarem a acha-de-armas, como Aquiles e Ajax haviam sido nos tempos antigos, quando os Gregos lutavam com os Troianos nas planícies de Ilium, varridas pelo vento.

Quando surgiu o ano 1000, o feudalismo cumprira a sua missão. Os Sarracenos haviam sido empurrados para além dos Pirenéus; os Eslavos forçados a recuar até ao Oder; os Magiares, expulsos da Alemanha e da Itália, convencidos a limitarem-se à Hungria e a fazerem-se súbditos cristãos do Papa; os Dinamarqueses também obrigados a pôr fim às incursões e a estabelecerem-se, como bons católicos, na Inglaterra oriental ou na França do norte.

Mas a cavalaria e a nobreza feudal, força militar dominante na Europa, inexpugnável nos seus numerosos castelos, invencível com a sua terrível cavalaria, em luta constante consigo mesma, continuava a ser obstáculo insuperável à tranquilidade, à indústria pacífica e ao governo central. O principal problema da época — do mesmo modo premente para monarcas, padres e proletários — era saber como fugir-lhes, como os trazer à civilização, como convertê-los aos novos costumes, como dar-lhes que fazer, como salvar a Cristandade da devastação e da desintegração interna, descobrindo inspiração nova e outro campo de acção para aqueles anacronismos perigosamente desocupados — os cavaleiros-andantes feudais. A solução do problema foram as Cruzadas.

III

A atitude da Igreja para com a guerra mudara muito desde o tempo dos antigos Padres. Os primeiros discípulos eram por completo adversários da luta. A religião que professavam era o culto do Príncipe da Paz, sendo o seu símbolo a Cruz, eloquente de sacrifício e de submissão, em contraste evidente com a violência e a auto-afirmação de militarismo. Além disso, o serviço nos exércitos romanos implicava a participação em cerimónias pagãs, que para o

crente cristão tinham o sabor de idolatria e de culto demoníaco. Realmente, uma das principais coisas por que o Império romano se afastou da sua costumada política de tolerância religiosa e perseguiu a Igreja cristã foi por os seus membros se recusarem a prestar o serviço militar e pregarem o pacifismo.

A conversão de Constantino, nos princípios do século iv, exerceu influência profunda na situação. Os ritos pagãos deixaram de ser obrigatórios; as armas do Império passaram a considerar-se defensoras e propagadoras do Evangelho; os bispos fizeram-se políticos e os políticos bispos; os dois poderes, o secular e o sacerdotal, tanto tempo separados, uniram-se de novo, e os teólogos sentiram-se satisfeitos por poderem juntar à força do argumento o argumento da força. E assim, Santo Agostinho não hesitou em defender o uso das armas na causa da *Civitas Dei*, nem hesitou em apelar para o imperador para suprimir pela violência o cisma donatista. Pessoas como Tertuliano, que continuava a pregar o pacifismo primitivo, chegaram a ser consideradas manchadas com a heresia maniqueísta. Não obstante isso, porém, a guerra considerava-se ainda um mal, apenas justificável em casos de necessidade extrema.

No século vii inaugurou-se terceira fase com o advento do Islão. Desde o começo, a religião de Maomé confessou-se abertamente a religião da espada. A guerra era o seu processo escolhido de evangelização, e aos guerreiros que divulgassem o seu evangelho entre os povos conquistados prometia o Profeta um paraíso imediato, no caso de encontrarem a morte durante as suas lutas missionárias. A Cristandade viu-se obrigada a defender-se por meio das mesmas armas utilizadas por aqueles que a atacavam. E não se pense que os cavaleiros cristãos, que se batiam em defesa da Igreja contra o infiel, teriam na terra lugar inferior ou gozariam uma perspectiva menos rápida de felicidade celeste do que os que se concediam os Muçulmanos. O Cristianismo militarizou-se. E não só começaram os teólogos a exaltar a guerra — assim como a perseguição, seu corolário evidente e inevitável — como meio normal e próprio da actividade cristã, mas padres, abades, bispos e até papas principiaram a usar armadura e a entrar em operações militares.

O apogeu desta fusão da guerra e da religião viu-se no concílio de Clermont em 1095. Enquanto, por um lado, ali se pregava a primeira Cruzada, pelo outro saía a doutrina

geral de que toda a pessoa de nascimento, ao atingir os 12 anos de idade, devia jurar solenemente perante um bispo que «havia de defender até ao fim os oprimidos, as viúvas e os órfãos, e que as mulheres de nobre nascimento deviam merecer-lhe cuidado especial». Nascera a cavalaria cristã, independente da simples cavalaria feudal. A Igreja encontrara ocupação para os bandidos da Europa sem emprego; mais ainda: começou a espalhar os ideais nobres de sacrifício e de altruísmo. Iniciara eficazmente a sua gigantesca missão de converter os selvagens crueis e devassos dos castelos feudais, nos «perfeitos gentis-homens», castos e piedosos, dos *Idílios do Rei*, que se impunham por dever e sentiam alegria em «andar pelo mundo a reparar os males humanos».

Não é preciso que eu entre aqui nas causas que levaram às Cruzadas. Basta dizer que em 1071, os Turcos Seldjúcidas derrotaram o imperador bizantino em Manzikerte, na Arménia, e prosseguiram a sua vitória esmagadora ocupando a Ásia Menor e ameaçando a própria Constantinopla. O antigo baluarte da Cristandade no Oriente foi derrubado e o mundo ocidental viu-se ameaçado por uma invasão infiel. Ainda antes de Jerusalém cair nas mãos dos Turcos Seldjúcidas, os Bizantinos tinham feito a Roma um apelo comevedor (1073), e o grande Hildebrando, o papa Gregório VII, reconheceu a necessidade de mandar auxílio aos Gregos ameaçados. Todavia, foi preciso que se tomasse Jerusalém (1076) para a consciência do Catolicismo se impressionar, ou despertar a imaginação do feudalismo. Mesmo então, tornaram-se necessárias as grandes e continuadas lamentações dos peregrinos, a pregação apaixonada de Pedro o Eremita, novos apelos de Constantinopla e, finalmente, o apelo peremptório do papa Urbano II, antes de a cavalaria da Europa se obrigar a tomar a cruz e a lançar-se sobre a Ásia com o grito, até ali nunca ouvido, de «Deus o quer».

IV

Não foi repentinamente que os primeiros cruzados — os pioneiros da cavalaria cristã da Europa — se transformaram de bárbaros feudais em cavaleiros cultos. Apesar do carácter sagrado da sua causa, a sua passagem por Constantinopla a caminho da Terra Santa caracterizou-se por orgias e exces-

sos, assassínios e devassidões, vergonha não só para a sua religião mas também para a própria humanidade. Sem dúvida o facto de estarem garantidos com indulgência plenária para o cumprimento da sua empresa os incitava a ampliar indefinidamente a lista das transgressões que, segundo o contrato, deviam ficar limpas de todo. «As tabernas à beira do caminho — diz-nos um autor — eram antros de vício; a maneira frívola como os juramentos e os pactos se faziam e quebravam foi tida em execração não só pelos Árabes, mas até pelos mais sensatos de entre os próprios cruzados. E no que respeita a crueldades praticadas contra prisioneiros indefesos, não conhecemos nada de tão censurável como a crucificação dos cativos em Edessa, ou a remessa ao imperador grego, por parte de Boemundo de Antioquia, de um navio carregado de narizes e polegares cortados» (1). Todavia até entre esta horda de selvagens santificados — cujas abominações chegaram a escandalizar os Bizantinos, e cujas ferocidades horrorizaram os próprios Turcos — havia cavaleiros em que a piedade e a coragem se uniam ao cavalheirismo. Tancredo de Sicília não era um bárbaro ignóbil, mas mais perto ainda do ideal encontrava-se Godofredo de Bulhões, que aliava a alta competência militar e a valentia soberba à devoção entusiástica pela religião e a uma vida de castidade sem mácula (2). Talvez possamos considerar Godofredo o primeiro verdadeiro herói da cavalaria cristã.

Pode dizer-se, pois, que desde o Concílio de Clermont e o início das Cruzadas, a Igreja empreendeu, não sem êxito, a conversão da cavalaria feudal e a sua canalização para o serviço da religião. Realmente, a criação de uma cavalaria cristã constituiu uma parte da vitória da Igreja sobre o seu inveterado inimigo, o Feudalismo, que, por meio das armadilhas da simonia, do casamento e da guerra, a tinha em dado momento arrastado quase até à perdição. Reclamou ela e conseguiu a direcção da cerimónia da investidura dos

(1) — E. F. Henderson, *History of Germany*, vol. I, pág. 104.

(2) — Kenelm Digby, que dedica o primeiro dos seus quatro livros da *Grande Pedra da Honra* a Godofredo, refere-se-lhe chamando-lhe «aquele ilustre herói cujo governo real parece ter correspondido ao próprio ideal de perfeição na ordem social e cujas qualidades pessoais eram tão heróicas que, segundo uma antiga crónica, se ouviu um rei infiel dizer: «*Quand tout l'honneur du monde seroit faillie et absorbe, que le duc Godefroy est suffisant pour le recouvrer et mettre dessus*». (A Grande Pedra da Honra, I, 9).

cavaleiros, transformando-a em uma espécie de ordenação divina. Começou por impor aos seus servos, que cingiam a espada, uma sucessão infinita de juramentos e obrigações que, se fossem cumpridos, os elevariam a alturas de santidade pouco inferior à dos padres. Dizer que havia e que sempre existiu desde então um grande abismo entre o ideal eclesiástico da cavalaria cristã e a realidade militante, é dizer simplesmente que a cavalaria foi uma instituição medieval, pois nada distingue mais flagrantemente a Idade Média da Antiguidade clássica que a precedeu, e o Comercialismo moderno que a suplantou, do que as enormes discrepâncias entre as suas teorias e as suas práticas.

É possível que o esforço mais notável, empreendido, durante o período em referência, para harmonizar a teoria com a prática da cavalaria cristã, fosse a instituição das grandes Ordens de cavaleiros cruzados — os Hospitalários, os Templários e os Cavaleiros Teutônicos, aos quais se adaptaram os princípios do monaquismo com vista à profissão das armas. Começaram os Hospitalários por ordem de caridade e, mais tarde, juntaram ao seu programa a actividade militar; os Templários eram simplesmente monges-guerreiros e durante todo o tempo; os Cavaleiros Teutônicos aliaram desde o princípio a luta à filantropia — faziam as feridas e curavam-nas.

1. *Os Hospitalários.* — Ainda antes de Jerusalém cair nas mãos dos Turcos Seldjúcidas, nos meados do século XI, quando as peregrinações à Cidade Santa disfrutavam de grande voga em toda a Cristandade Ocidental, alguns piedosos mercadores de Amalfi obtiveram licença do sultão do Egipto, que então dominava na Palestina, para construírem dois grandes hospitais ou hospícios, juntamente com uma igreja, para abrigo e conforto dos peregrinos da Europa Católica. Um dos hospitais, para homens, foi dedicado a S. João Esmoler; o outro, para mulheres, a S.^{ta} Maria Madalena. A conquista seldjúcida de Jerusalém em 1076 prejudicou, embora não lhe pusesse inteiramente fim, a prática da peregrinação, o que obrigou os Hospitalários a passarem um período de adversidade que lhes pôs severamente à prova a fé, e lhes azedou extraordinariamente o génio. A reconquista de Jerusalém pelos Cruzados em 1099 abriu-lhes uma era nova de importância e prosperidade. Tiveram uma quantidade esmagadora de obra a executar com o tratamento dos doentes e

dos feridos e com o fornecimento de acomodações para os hóspedes piedosos que se dirigiam em multidão ao Santo Sepulcro. Sobre eles choveram os bens materiais—o próprio Godofredo de Bulhões, entre tantíssimos outros, doou ao Hospital as suas propriedades do Brabante. Hospitais subalternos fundaram-se em outras partes da Palestina e até nos portos de mar da Europa de onde os peregrinos costumavam partir para a Terra Santa. Os que serviam nos Hospitais, homens e mulheres, estavam organizados em ordem secular, ligados pelos vulgares votos monásticos e distinguíam-se por traje especial—hábito preto ornado do lado esquerdo do peito com uma cruz branca de oito pontas, simbolizando as oito bem-aventuranças. Foi cerca de 1118, sob a direcção do segundo grão-mestre, Raimundo Dupuy, que a secção masculina da Ordem, os Irmãos de S. João de Jerusalém, juntou às suas actividades a militar. Além da obrigação originária de fornecer abrigo e servir os peregrinos, assumiram o encargo e consagraram-se à missão de defender o reino cristão de Jerusalém. E a sua nova actividade alcançou rapidamente precedência em relação à antiga. Receberam novo estatuto, segundo o qual ficaram divididos em três classes: 1.^a—*Cavaleiros*, que deviam ser homens de origem nobre; 2.^a—*Irmãos servos*, que podiam não ser homens de categoria, e cuja função seria servirem de escudeiros e assistirem nos hospitais; 3.^a—*Capelães*, que, além dos deveres eclesiásticos do costume, tinham a seu cargo os doentes e os feridos. Havia leves diferenças no traje—por exemplo, os cavaleiros traziam a cruz branca da Ordem em fundo vermelho. Eis, pois, finalmente unidos, pelo menos em teoria, o Cristianismo e a guerra, a Cruz e a espada, o Monaquismo e a Cavalaria, a Filantropia e a Vida militar, Deus e o Diabo. Não temos necessidade de seguir, em pormenor, a longa história da Ordem de S. João de Jerusalém. A Cidade Santa continuou a ser a sua sede até Saladino a retomar em 1187; Acre tornou-se depois a sua base, até aquela cidade ser também tomada em 1291; a seguir foi Chipre, durante pouco tempo, o seu lugar de permanência, mas em 1310 transportou-se esta para lugar mais estável na ilha de Rodes, onde fez uma formidável defesa da Cristianidade no Mediterrâneo, até o poder dos Turcos Otomanos a vencer em 1522. Os restos daquela Ordem altruísta receberam em 1530, do imperador Carlos v, a ilha de Malta para sua residência, e ali se conservaram, a combater contra os

almirantes turcos e os piratas barbarescos, até Napoleão ocupar a ilha em 1798. Foi então virtualmente o fim da Ordem, mas ela ainda hoje se não encontra extinta de todo. Em 1826 chegou a haver em Inglaterra uma tentativa de ressurgimento, estabelecendo-se uma nova instituição beneficente, com o antigo nome, e cujo fim principal era «fornecer alimentos aos doentes protegidos pelos Hospitais do *King's College* e de *Charing Cross*», instituição ainda existente, não fazendo parte do seu programa a vida militar. Voltou à originária função de mera beneficência dos mercadores de Amalfi, que haviam fundado o Hospital de Jerusalém.

2. *Os cavaleiros Teutónicos.* — Os mais afins dos Hospitalários, pelo seu carácter, e com os quais estiveram muito tempo intimamente associados, foram os Cavaleiros da Ordem Teutónica. Desde o seu começo, aliaram o tratamento dos doentes e auxílio aos pobres com a profissão das armas. Instituída ao princípio, cerca de 1128, por um rico alemão, que tomara parte nas dificuldades e nos triunfos da primeira Cruzada e mudara a sua residência para a Cidade Santa, só quando Jerusalém se perdeu (1187) e Acre se conquistou (1191) é que os Alemães se separaram da Ordem de S. João e ficaram a constituir uma organização à parte, com o nome de «Cavaleiros Teutónicos do Hospital da Santíssima Virgem.» Por traje adoptaram capa branca com uma cruz preta no ombro esquerdo. Só Alemães podiam ser membros dela. A queda de Acre e consequente extinção do reino cristão de Jerusalém deixou a Ordem sem lar (1291). Estiveram estabelecidos em Veneza durante algum tempo, mas breve foram convidados a trocar o seu campo de acção no Mediterrâneo pelo Báltico, e a levar a guerra santa contra os pagãos da Prússia, da Lituânia e da Estónia. Por conseguinte, em 1309, fixaram a sua sede em Mariemburgo e permaneceram na Prússia, com vária fortuna, até que em 1525 o seu grão-mestre, Alberto de Hohenzollern apostatou convertendo-se ao Luteranismo, e transformou o seu Mestrado electivo no Ducado hereditário da Prússia, feudatário do rei da Polónia.

3. *Os Templários.* — Muito diferentes de Teutões e de Hospitalários, com quem frequentes vezes tiveram até questões, eram «os pobres soldados de Jesus Cristo», vulgarmente conhecidos por Cavaleiros Templários, por o

local da sua casa primitiva ter sido dentro da área do Templo, em Jerusalém. Fundada cerca de 1118, desde o princípio que constituíram uma Ordem puramente militar, empenhada na luta em defesa dos Lugares Santos e na protecção dos peregrinos que para lá se dirigiam. Formalmente reconhecidos pelo Concílio de Troyes dez anos depois (1128), receberam uma regra e uma série de estatutos redigidos nada menos que por S. Bernardo, o qual, mais tarde, compôs em sua defesa um tratado notável, denominado: *Em Louvor da Nova Cavalaria*. O patrocínio dos Templários por S. Bernardo e a composição do seu tratado podem considerar-se a fase final da consagração da guerra ao serviço da religião. Os dois elementos primários da Cavalaria — originária e essencialmente incompatíveis — fundiram-se em um todo único e aparentemente homogêneo. O Templário era um monge do mais rigoroso e ascético tipo cisterciense votado à castidade, à obediência e à pobreza absoluta; mas, ao mesmo tempo, era um cavaleiro devotado à guerra, constante e sem tréguas, com o infiel, não devendo descansar enquanto a Igreja não reinasse como senhora sobre o mundo. O hábito era branco, simbolizando a pureza, tendo por cima uma cruz vermelha, recordando o sangue que ele estava pronto a derramar pela causa a que se consagrara. A história dos Templários — toda compreendida dentro de dois séculos — possui feitos brilhantes e magnífica fama, seguida de rápida decadência, e culminando na supressão sangüinária por parte dos dois poderes combinados do Estado e da Igreja. Depois da tomada de Jerusalém por Saladino, fizeram de Acre a sua sede, tal como os Hospitalários e os Teutões; mas, ao contrário dos membros destas duas Ordens, ao serem expulsos de Acre (1291), não encontraram lugar em que se estabelecessem, e, o que era pior, não tiveram nova obra a executar. Por essa época, apesar de individualmente alguns cavaleiros serem ainda, em teoria, pobres, a Ordem recebera tantas dádivas de terras e bens que todos os seus membros podiam viver, e na sua maioria viviam, com luxo real. Tornaram-se preguiçosos, relaxados, corruptos, orgulhosos, turbulentos — um perigo e um incômodo para reis e bispos em toda a parte. O que, aos olhos dos prelados e dos potentados do século XIV, era ainda muito pior, era tornarem-se suspeitos de heresia. Parece que a sua longa permanência no Oriente e o contacto com os infiéis manchou alguns deles com o dualismo dos Maniqueus. Mas, verdadeiras ou falsas as

tremendas acusações feitas por acusadores venais e interesseiros, do que não pode haver a mais pequena dúvida é de que eles sobreviveram à sua utilidade e constituíram uma fonte de embaraços para os governos dos nascentes Estados nacionais. As riquezas que possuíam eram também uma presa cobiçada. Por isso era natural que monarcas como Filipe IV e Eduardo II os atacassem, demonstrando-se fácil tarefa derrubá-los e destruí-los, chegando até o Papa (Clemente V, em 1312) a ajudar a suprimi-los. Todavia, por muito justo e necessário que fosse abolir esta Ordem, noutra tempo grande e brilhante, nada pode desculpar a horrível crueldade com que se executou a obra da sua dissolução.

Heckethorn disse que «com os Templários desapareceu um mundo» e que «com eles acabou a Cavalaria».

V

Como vimos, nas grandes Ordens de Cruzados encontravam-se ligados os dois elementos primordiais da Cavalaria: a Guerra e a Religião. Encontraram-se também ligados nas Ordens monásticas de Cavalaria que, durante o século XII, se estabeleceram em Espanha e em Portugal com o fim de combaterem os Mouros e de reaver do Crescente para a Cruz a Península. Tais foram as Ordens de Avis (1166), de Santiago de Compostela (1175), de Calatrava (1164) e de Alcântara (1183).

Mas a estas Ordens de Cruzados faltava, pelo menos em teoria e de acordo com os seus estatutos, o terceiro elemento de cavalaria, seu complemento: a Cortesia, no sentido cortês e erótico do termo. Os monges militares devotavam-se à adoração da Virgem Maria e à veneração das santas mulheres do calendário, mas, pelo que dizia respeito aos membros mundanos e mortais daquele sexo, tinham de se limitar, pelos votos, a prestar-lhes o auxílio que se tornasse necessário, devido à fraqueza feminina, em face da violência e da vilania de bandidos, de gigantes, ogres, dragões e outros males que, naquela época, infestavam esta nossa terra, terrível e cheia de loucura.

Foi entre a velha cavalaria e nobreza feudal — que as Cruzadas haviam simplesmente chamado, mas não convertido, à religião — que surgiu a Cortesia. Quando, ao alvorecer do século XI, se desvaneceu a força da luta entre a Cristan-

dade feudalizada e as hostes dos invasores pagãos ou infiéis — Dinamarqueses, Magiares, Eslavos, Sarracenos — o castelo do cavaleiro e do barão converteu-se em algo mais do que uma fortaleza: começou a ser centro e núcleo de convivência social. O cavaleiro, que já não andava fora com tanta frequência, vivia mais na companhia da mulher e da família. O barão, no seu lar mais palaciano, começou a constituir uma corte, onde tinham ocasião de florescer as graças femininas, a onde eram mandados os filhos e as filhas dos vassallos a aprender as artes e as maneiras próprias dos donzéis e das donzelas, e à qual menestrais, vendedores ambulantes, peregrinos e outros educadores vagabundos levavam notícias do mundo e os produtos da sua indústria. Começava a florir de novo a civilização; a música, a poesia, as artes manuais, a pintura, a escultura, a arquitectura novamente surgiam para a vida.

No meio deste renascimento doméstico, a situação das mulheres da ordem cavalleiresca e aristocrática sofreu notável mudança. Dentro de um século — 1050-1150 — a condição das damas emancipou-se do feudalismo, como acontecera à cavalaria. Todavia os agentes da emancipação haviam sido muito diferentes. Como vimos, foram os padres que atraíram a cavalaria para a religião, mas foram os trovadores que atraíram a mulher para os romances. O feudalismo era inimigo tão figadal do romance como da religião espiritualista ou de um governo central forte. O bispo simoníaco ou o conde hereditário não era mais (nem menos) insuportável e digno de censura, anomalia ultrajante, obstáculo insuperável do progresso, do que a herdeira feudal entregue à guarda de um cortesão ambicioso e por ele vendida a quem mais desse. No regime feudal, observa e muito bem H. Martin, «*on épousait un fief*» (1), de que as mulheres eram apenas uma sobrecarga integrante do mesmo — um dos incidentes ou aborrecimentos inevitáveis. Por outras palavras, no feudalismo, o amor e o casamento andavam tão completamente divorciados como a piedade das funções eclesiásticas, ou a eficiência da categoria da preeminência da *Curia Regis*. A mulher do cavaleiro ou do barão da mais bárbara época post-carolingiana era uma serva e uma propriedade. Mas, assim como o marido, também era selvagem feroz, capaz

(1) — H. Martin, *Histoire de France*, III, pág. 381.

de crueldade assassina, blasfémia satânica e lascívia bestial. Os relatos que as crónicas nos conservaram de viragos de tão alta posição como Branca de Navarra, Mabília de Montgomery, Adelaide de Soissons e a Castelã de Cahuzac, mostram-nos que pouco ficou, em matéria de barbaridade, para ser aprendido pelas harpias da Revolução francesa ou pelas megeras da Rússia bolchevista. Quando o marido se encontrava em casa, metia a mulher na ordem com os severos castigos corporais que as circunstâncias exigissem. Quando estava fora, a mulher fazia o que entendia, mas em regra era absolutamente capaz de cuidar dos negócios na ausência do seu senhor, e até de dirigir a defesa do castelo, se a isso fosse chamada.

Foi contra esta condição de servidão e de selvajaria que os trovadores, troveiros, *minnesingers*, menestréis e, em geral, todos os cantores de romances — na qualidade de agentes do renascimento social e da revolução doméstica, por toda a parte em progresso — vieram em socorro das damas dos castelos. Todavia não efectuaram esse salvamento incitando as mulheres a amar os maridos, ou os maridos a amar as esposas, nem mesmo aconselhando os donzéis e as donzelas a casarem por amor sem preocupação pelas limitações da legalidade feudal. Parece que não consideraram possível, naquela época, quebrar os liames do convencionalismo feudal, ou converter o casamento em algo de melhor que um contrato santificado, cercado de armadilhas civis e eclesiásticas. O casamento era, e para sempre ficou, para os trovadores, não o sacramento e a consumação do amor, mas o seu mais formidável obstáculo e o inimigo mais perigoso. Na verdade, eles tornaram ainda mais fundo o cisma entre os dois.

O salvador oferecido, e abertamente recomendado em versos apaixonados pelos trovadores, era o *amante*. As damas eram incitadas a procurar a emancipação da intriga ilícita e cuidadosamente ensinadas a respeito dos caminhos por meio dos quais os maridos poderiam ser enganados e iludida a sua fúria convencional. Do mesmo modo, exigia-se aos cavaleiros e aos escudeiros, como parte integrante dos seus deveres cavalleirescos, o ganharem o favor de uma dama (casada ou não, era absolutamente indiferente) e, alcançado este, fazerem dele o fulcro das suas vidas. Por isso, a cortesias cavalleiresca, como se prova abundantemente com as canções que o exaltam e os romances que recordam os seus

feitos, era um gigantesco sistema de bigamia, em que se pedia à mulher que tivesse ao mesmo tempo um marido e um *amante*, e a todo o cavaleiro completo, além da esposa, a quem estava ligado por razões materiais, uma deusa, a cujas ordens obedecia sem hesitar, e cuja causa ele defendia contra quem quer que fosse. É digno de nota que, como se prova pelos romances, na escolha de *amantes* e de deusas, quem tomava quase sempre a iniciativa era a dama.

Era um sistema estranho, este da Cortesia, e levava a consequências que obrigaram, por razões de ordem política, a fazer-lhe frente e a suprimi-la. Essa concepção de moral, tão profundamente diferente da que, graças aos puritanos, domina hoje, é de difícil compreensão e ainda de mais difícil julgamento.

A Igreja não gostou da cortesia, desde o princípio, e combateu-a. Ela corrompia e embaraçava a cavalaria, e afastava-a do seu elevado ideal de combater o infiel e de libertar a Terra Santa. Mas a Igreja lutou sem resultado, porque a Igreja da Idade Média encontrava-se profundamente infestada pelo vírus da imoralidade. Por isso a Cortesia conseguiu firmar-se com segurança, e, de modo muitíssimo estranho, tornar-se o terceiro elemento final da Cavalaria, ao lado da Guerra e da Religião. Assim, as qualidades características do cavaleiro na Idade de Ouro da Cavalaria eram: a honra, a piedade e o amor, no seu aspecto mais elevado; a ferocidade, a superstição e a luxúria, no seu aspecto pior. As virtudes da Cavalaria eram a coragem, a fé e a devoção; os seus vícios, o assassinio, a intolerância e o amor ilegítimo.

VI

Que foi «a Idade de Ouro da Cavalaria?» Realmente, é difícil dizê-lo. Uns escritores, como por exemplo o Sr. John Batty, pensavam que no século XIV «a Cavalaria, como instituição, atingiu a perfeição» (1), o que, todavia, é com certeza retardar muito a Idade de Ouro, pois apesar de Froissart nos dar, talvez, o mais fascinante de todos os quadros existentes de Cavalaria em movimento, o que ele retrata é claramente uma Cavalaria decadente, consciente de

(1) — Batty, *Spirit and Influence of Chivalry*, pág. 45.

si própria e artificial. Um grupo mais vasto de opiniões mais autorizadas fixam o século XIII como o período do primado da Cavalaria. Vimos já como o sr. Henderson considera o grande Interregno (1250-1273) «o fim da Era da Cavalaria.» O dr. G. G. Coulton parece concordar (1), mas noutro ponto acentua como a Cavalaria, até mesmo nesta época, pintada pela pena autorizada e simpatizante de Joinville, se encontrava longe do ideal (2). Na verdade, as cenas passadas em 1249 no acampamento dos Cruzados em Damietta, à vista mesmo do santo Luís IX, paradigma da nobreza cavalleiresca, conviriam mais a uma horda de *vikings* salteadores. As questões sanguinolentas, a traição infame, a inveja egoísta, a dissolução desavergonhada e a devassidão escandalosa — os velhos e profundamente radicados vícios da cavalaria feudal, jamais regenerada — manifestam-se com tal profusão que nem o Tribunal de Honra elevava, nem o Tribunal de Deus extirpara, nem a Corte de Amor apurara. A impossibilidade manifesta de conciliar o que se conhece do procedimento dos nobres e dos cavaleiros do século XIII com qualquer ideal de decência, leva o sr. Leon Gautier, o maior de todos os historiadores e apolo-gistas da Cavalaria, a situar a Idade de Ouro da instituição muito antes, no século XII. O sr. Lacroix vê-se também obrigado a admitir que «chegou ao apogeu pouco depois de nascer» e que sofreu rápida decadência. Em resumo, um exame cuidadoso obriga todo o historiador da Cavalaria a rejeitar a «Idade de Ouro» do seu antecessor e a procurar outra que se concilie com aquela de que há menos informação. Infelizmente para os srs. Gautier e Lacroix, apesar de não possuímos relatos da Cavalaria do século XII para comparar com os de Joinville no século XIII ou de Froissart no século XIV, conhecemos o bastante para nos deixar cépticos quanto à pureza da instituição, até mesmo na época da sua infância. Pedro de Blois, por exemplo, escrevendo logo depois do assassinio de Tomás Becket por quatro cavaleiros, diz: «Nos dias de hoje a Ordem da Cavalaria é simples desordem, porque se considera mais valente e ilustre entre os cavaleiros aquele cuja boca destila a linguagem mais suja, cujas pragas são mais abomináveis e que mais despreza

(1) — *Encyclopædia Britannica*, s. v. «Knighthood.»

(2) — Coulton, *Chaucer and his England*, pág. 189.

Deus, insulta seus ministros e desafia a Igreja» (1). Outro contemporâneo de Becket, o famoso e judicioso João de Salisbury, escritor menos violento do que Pedro de Blois, e em obra formal e não em carta particular, serve-se de palavras que confirmam a sombria opinião do seu colega. Depois de dar um resumo do que ele considera funções da autêntica cavalaria, continua a dizer: «Pensam uns que a glória militar consiste nisto: em brilhar com trajos elegantes... Se se vêm sentados cômодamente nos seus cavalos, já se julgam uns Apolos. Se com eles fizerdes um exército, tereis um acampamento de Taís e não de Aníbal. Cada um deles se mostra arrojadíssimo na sala do banquete, mas no campo de batalha qualquer deles deseja fazer o menos possível... Ocupam à mesa os primeiros lugares; todos os dias se banqueteiam o mais brilhantemente que podem, mas fogem aos trabalhos e ao exercício, como um cão ou uma cobra.» E assim por diante (2). Estas descrições da Cavalaria cristã do século XII não diferem materialmente das horríveis cenas da cavalaria feudal, abertamente selvagem, dos meados do século XI feitas por Adão de Bremen e outros. Realmente, não houve qualquer Idade de Ouro da Cavalaria, nenhum período em que os elevados ideais que a Igreja procurou impor aos cavaleiros fossem realizados plenamente pela generalidade da ordem cavalleiresca. Sempre existiu um grande vácuo fixo entre o tipo do herói da Cruz, cuja vida se dedicava a lutar e a sofrer em defesa dos santos e dos fracos, e a verdade horrível dos homens profanos, crueis, egoístas e sensuais. Tampouco havia mais concordância entre o ideal dos *amantes* cortesões dos trovadores e a realidade dos adultérios infames que corrompiam a vida social da baixa Idade Média.

Todavia, não se diga que *não* havia cavaleiros e fidalgos, *não* havia finas damas e encantadoras donzelas, que se erguessem às alturas da Cavalaria ideal. Não pode haver dúvidas de que a concepção eclesiástica do perfeito cavaleiro elevava imenso o nível da honra e ampliava extraordinariamente a ideia da dignidade. Do mesmo modo, pouco pode duvidar-se de que a concepção poética da perfeita dama ampliou imensamente o âmbito da cortesia, e trouxe, em geral, enorme modificação às maneiras. Durante os séculos

(1) — Pedro de Blois, *Epistolae*, n.º 94.

(2) — João de Salisbury, *Policraticus*, cit. por H. Stebbing, *History of Chivalry*, vol. I, pág. 45.

xii, xiii e xiv houve sempre indivíduos notáveis que, de modo evidente, aos olhos do mundo exemplificaram as virtudes e as graças da Cavalaria e elevaram o tom de uma sociedade que com dificuldade saía da barbárie. Talvez em parte nenhuma, fora do reino da ficção, pudesse encontrar-se tipo tão perfeito como Sir Perceval. Mas basta citar Godofredo de Bulhões, Tancredo de Sicília, Guilherme Marshall, S. Luís, o Cide, Sir Walter Manny, Sir John Chandos, Beltrão du Guesclin, o Príncipe Negro e o cavaleiro Bayard, para relembrar a todos os que são familiares com a história da baixa Idade Média a vida de um nobre grupo de homens ilustres que, em bravura, cortesia, integridade, devoção, piedade e castidade, suportarão bem a comparação com os homens representativos de qualquer época, homens cuja vida em muito contribui para salvar a reputação da cavalaria à qual eles deveram a educação e a inspiração.

VII

Acabei de me servir da palavra «educação», palavra fundamental no que diz respeito à instituição da Cavalaria, porque a força e a importância permanente da Cavalaria está no facto de ter sido uma perfeita norma de vida, modeladora do carácter e determinadora do destino do seu sujeito desde o berço ao túmulo. Como tipo de educação, como código de honra, como norma de boas maneiras, como escola de cortesia, como padrão de piedade, cerimonioso mas não entusiástico, a todos estes respeitos a Cavalaria deixou impressão duradoura, não apenas na baixa Idade Média, mas também nos séculos posteriores da civilização ocidental. Em particular, na Inglaterra deixou o tom que se perpetuou na tradição das grandes Escolas Públicas. Liberta de acidentes efémeros e expurgada dos seus absurdos e impurezas, o sistema de educação estabelecido e desenvolvido nos castelos dos barões e nas casas dos cavaleiros do século xii é precisamente o sistema que se continuou e amplificou nos magníficos cursos de Winchester, de Eton e nos futuros membros do grande grupo de que eles foram os pioneiros. Não fizeram eles senão enxertar a cultura clássica das escolas monásticas no código cavalheiresco da honra, nos desportos, nos exercícios militares, nas relações sociais, na cortesia e na

generosidade, na reverência e na devoção das escolas da cavalaria cristã.

O romance do Petit Jehan de Saintré oferece-nos uma pintura inimitável da educação do cavaleiro em embrião. Até aos 7 anos, a criança estava entregue aos cuidados da mãe. Depois ia como pajem para o castelo do suzerano de seu pai. Durante sete anos ali ficava entregue às mulheres, que, além de o instruírem — prematuramente de mais, diria a nossa idade — nos rudimentos do amor, lhe ensinavam a executar todas as qualidades de trabalhos caseiros e sérios e a prestar todas as espécies de serviços pessoais. Além disso, faziam-lhe compreender — lição notável, jamais aprendida na antiguidade pagã — que servindo assim humildemente não incorria em perda de dignidade pessoal. Depois insinuavam-lhe a prática dos seus deveres à maneira tão cara às mestras de todos os tempos. Por exemplo, a Dame des Belles Cousines, que tomou a seu cuidado a Jehan, acautelava-o contra o orgulho, a inveja, a cólera, a preguiça, a gula e a luxúria; dava-lhe depois informações concretas referentes às sete virtudes, aos dez mandamentos, aos doze artigos da fé e às catorze obras de misericórdia. Ao aproximar-se o fim deste período de pajem, os homens ensinaram-lhe a correr, a saltar, a lutar e a cavalgar, a usar armas de brincar, a ajudar o senhor a armar-se com as suas armas para luta mais séria.

Aos 14 anos o pajem saía da tutela das mulheres — apesar de não ficar fora da sua influência — e tornava-se escudeiro. Sabemos que, nesta fase, Jehan foi levado pela mão pelo mordomo do seu suzerano, que lhe disse:

— Jehan, já não és pajem.

E depois de o informar da sua mudança de categoria, e de lhe dar conselhos contra o orgulho, emprazou-o solenemente a «ter mãos e unhas limpas assim como o resto do seu corpo, condição essencial para a prática dos deveres que tenha agora de cumprir», deveres que, em grande parte, eram militares — usar armas, guiar o pesado corcel, adestrar os cavalos de guerra, ter em ordem o equipamento do cavaleiro. Todavia, além destes deveres militares, tinha de sujeitar-se a uma série de exercícios continuados, com o fim de lhe aumentarem a força e a destreza; devia também aprender a ser ágil nos desportos, os principais dos quais eram a caça e a arte de altanaria. Depois, para poder desempenhar os preceitos de cortesia às noites, o recente escudeiro tinha

de praticar as artes da música e da poesia e de aprender a jogar o xadrez e o gamão. Além disso, devia ainda o escudeiro desempenhar serviços domésticos, como trincar carne, servir à mesa e arranjar a sala de baile. Nas grandes casas dos barões ou dos príncipes, onde havia muitos escudeiros, as funções dividiam-se entre eles. Havia padeiros, dispenseiros, criados, camareiros e (os de maior categoria) escudeiros ou ajudantes pessoais do senhor.

Quando o escudeiro chegava aos 21 anos, preparava-se para ser cavaleiro. A cerimónia pela qual se lhe conferia esta elevada categoria era, em circunstâncias normais, longa e solene, elaborada pela Igreja, assemelhando-se à ordenação de um sacerdote. Todavia, quando o casourgia — por exemplo, no campo de batalha — a cavalaria poderia conferir-se apenas cingindo a espada, ao que se seguia a cerimónia do beijo. Os cavaleiros assim investidos conheciam-se pelo nome de «cavaleiros da espada», e por este título se distinguiam dos «cavaleiros do banho», que tinham seguido o processo completo da investidura, em que uma característica importante era a cerimónia de um banho. Em teoria, qualquer cavaleiro podia armar outro, porque em cavalaria todos eram iguais. Mas na prática, os reis acharam necessário chamar cada vez mais a si a investidura de um cavaleiro, ou autorizar representantes seus para o efeito.

Descrever por completo a cerimónia da investidura de um cavaleiro ocuparia mais espaço do que aquele de que dispomos. Além disso, é desnecessário, pois há admiráveis relatos em muitas obras facilmente acessíveis (1). O fundo da cerimónia era sem dúvida a primitiva investidura bárbara das armas, que marcava a admissão formal do jovem teutão livre na categoria dos guerreiros da sua tribo (2). Quando a Igreja se apossou da cerimónia e a espiritualizou — a primeira indicação do qual chegou ao nosso conhecimento por intermédio de um missal de cerca do ano 1000 — as principais fases da cerimónia eram: 1.º — O banho, prefigurando a

(1) — Cf. Léon Gautier, *La Chevalerie*; F. W. Cornish, *Chivalry*; John Batty, *The Spirit and Influence of Chivalry*; Paul Lacroix, *Military and Religious Life*; H. H. Milman, *Latin Christianity*; F. P. G. Guizot, *Civilization in France*, Conferência 36; H. Stebbing, *History of Chivalry*; Kenelm Digby, *Broad Stone of Honour*; M. de la Curne de Sainte Palaye, *Mémoires sur l'ancienne Chevalerie*.

(2) — Tácito, *Germania*, XIII.

purificação; 2.º — o revestimento da túnica branca, do manto vermelho e do gibão preto, simbolizando respectivamente a inocência, o auto-sacrifício e a morte; 3.º — o jejum de 24 horas, compreendendo; 4.º — a vigília de uma noite inteira na capela; 5.º — a confissão, a missa e o sermão; 6.º — a bênção da espada; 7.º — a prestação dos votos; 8.º — a imposição da armadura, das esporas e da espada; 9.º — o beijo; e, finalmente, 10.º — a colocação do elmo, o montar a cavalo e a execução de exercícios espectaculosos. Os deveres impostos pelos votos cavalleirescos eram numerosos. Os mais importantes eram os seguintes: temer a Deus e manter a religião cristã; servir fiel e valorosamente o rei; proteger os fracos e os indefesos; evitar as ofensas voluntárias; viver pela honra e pela glória, desprezando a recompensa pecuniária; combater pelo bem-estar de todos; obedecer às autoridades; manter a honra da Ordem da Cavalaria; evitar a deslealdade, a mesquinhês e o embuste; proceder com lisura e dizer a verdade; levar até final todas as empresas começadas; respeitar a honra das mulheres; não recusar o desafio de um igual e nunca voltar as costas a um inimigo. Estes votos corporizam um nobre ideal; e, se até só parcialmente fossem cumpridos, já deviam ter feito muito para elevar a sociedade militar. Ignoram, porém, a existência da «galantaria» e exigem mais do que a natureza humana da baixa Idade Média estava normalmente preparada para dar.

VIII

A Cavalaria encontrou-se em evidente declínio após a extinção do Reino de Jerusalém (1291) e a supressão da Ordem dos Templários (1312). O período da sua preponderância foi, de facto, precisamente o das Cruzadas—dois séculos, mais ou menos, de 1100 a 1300, não sendo difícil de encontrar as causas da sua decadência. De certo modo, ela estivera sempre decadente, visto como não chegara a realizar aproximadamente o seu ideal. Sofria daquilo a que Hobbes teria chamado «constituição imperfeita». Transformar uma trindade moral em unidade pela fusão da guerra com a religião e desta com a galantaria, tal como elas se compreendiam e praticavam na baixa Idade Média, era impossibilidade tão flagrante que pode ver-se a decadência da cavalaria na

sua própria ideia. Não podia conceber-se a elaboração de nenhum cerimonial eclesiástico medieval capaz de consagrar a guerra medieval ou santificar o amor medieval. A religião medieval era demasiado irracional, a guerra medieval demasiado cruel, o amor medieval demasiado grosseiro para poder haver qualquer harmonia duradoura. Foi necessário que a religião se racionalizasse, a guerra se humanizasse e o amor se purificasse, antes que se tornasse possível (para nos servirmos das palavras de Hallam) que «o carácter do cavaleiro se transformasse gradualmente no do cavalheiro».

Todavia, independentemente da impraticabilidade inerente do plano cavalleiresco originário, o declínio acelerou-se e tornou-se evidente para toda a gente, devido a várias causas externas. Primeiro, os reis, na sua luta contra o Feudalismo, começaram, ainda no século XIII, a armar cavaleiros a crianças (para as libertar da tutela), a pequenos proprietários a quem não cumpria o exercício (para assegurar uma força permanente para a cavalaria real), e a burgueses ricos (prontos a pagar bem a honra do título). Em segundo lugar, as alterações na composição e na constituição dos exércitos medievais tornou obsoleta a formação da cavalaria. Um corpo de cavaleiros era, de facto, não um exército em si, mas um concurso fortuito de aventureiros individuais, sem coesão, disciplina ou alvo comum. Nada podia ter sido mais illusório na sua inutilidade para qualquer fim razoável. As páginas de Joinville e as de Froissart são do mesmo modo eloquentes de absurdos na actuação militar, pouco menos cómicas que as do próprio D. Quixote e muito mais desastrosas. A batalha de Bannockburn foi perdida pelos ingleses, e as de Crécy e de Poitiers perderam-nas os franceses, devido à incompetência caótica das massas de cavaleiros doidos, que todos buscavam a glória pessoal em vez da vitória comum. Reis nacionais, como Eduardo III de Inglaterra ou Carlos VII de França, acharam necessário pôr de parte quase por completo as tropas feudais e criar novos exércitos profissionais de lanceiros, archeiros e cavalaria regular. Em terceiro lugar, e acima de tudo, a pólvora foi fatal à cavalaria como força militar. A artilharia transformou o castelo do barão e do cavaleiro de fortaleza inexpugnável em interessante velharia. O emprego do fogo grego pelos «Sarracenos» em 1249 fizera moderar fortemente o valor da armadura usada pela cavalaria de Luís IX na malfadada sétima cruzada. Quando as balas de canhão principiaram a bater com violência os campos de

batalha, a armadura tornou-se mais nociva do que útil, transformando-se em armadilha, de que o seu infeliz prisioneiro não sairia provavelmente com vida.

Há que observar ainda outro ponto. O cavaleiro, ainda mesmo quando ia à Cruzada, fazia-o por divertimento — divertimento daquela espécie particularmente perigosa e aventureira que só satisfazia os gostos bárbaros da época. O intuito de uma Cruzada não lhe dizia respeito ou à sua fortuna tão intimamente que o impedisse de partilhar dos divertimentos da empresa. No século xiv, contudo, quando as Cruzadas haviam passado, entraram em discussão assuntos que, para a imaginação carnal, eram sérios de mais para se regularem pelos cânones do jogo cavalheiresco. Primeiro, a Guerra dos Cem Anos visava a fins, que eram e vieram a achar-se ser vitais para a França e para a Inglaterra. E' verdade que a guerra principiou à moda cavalheiresca, por um desafio de Filipe vi para resolver as disputas por meio de combate pessoal entre ele e Eduardo iii; este, porém, ao mesmo tempo que parecia aceitar a sugestão, aproveitou a ocasião, da maneira mais anti-cavalheiresca, para dispor o seu exército mercenário em posição mais favorável para a luta — jogando com a proposta enquanto não chegou o momento oportuno para a acção geral. Durante toda a guerra — embora, como Froissart demonstra abundantemente, a Cavalaria fizesse o impossível para se manter — o resultado cada vez se aproximava mais do fim devido às forças proletárias que combatiam com a força organizada e à eficiência de soldados regulares. A formação das *gens d'ordonnance* francesas em 1438 anunciava a conclusão da guerra, com a vitória da França em 1453. A seguir veio a terrível guerra das Duas Rosas em Inglaterra, em que todas as normas da honra e da misericórdia se puseram de parte numa orgia diabólica de ódio dinástico. A estas seguiram-se, no século xvi, em toda a Europa, as chamadas guerras de religião, nas quais campearam livremente as próprias fúrias do Inferno num pandemónio de assassinios, de traições, de conspirações e de revoltas, no meio de que se negavam todas as ideias da Cavalaria. Os problemas originados pela dissolução da Cristandade medieval, pela formação do Estatismo nacional moderno, pelo estabelecimento de fortes monarquias, pelo advento da classe média comercial, pelo descobrimento do Novo Mundo — estes problemas eram vastos de mais e generalizados, tocavam a tantos povos e tão intimamente, para que se pudessem

solucionar com combates singulares em campos cerrados, entre cavaleiros revestidos de armaduras, ajudados por escudeiros e admirados pelas damas que assistiam.

IX

Mas embora a Cavalaria desaparecesse da arte da guerra nos séculos xiv e xv, manteve-se muito tempo na educação (em que se entrincheirou fortemente), nas maneiras, na moral, na sociedade, na Corte, em todas as relações das classes dirigentes. Na realidade, a Cavalaria exercia domínio tão forte, como norma de vida, no espírito e na consciência dos barões e dos cavaleiros, que não se limitaram só a conservar os seus princípios gerais de honra, de piedade e de cortesia, e a aplicá-los em novos moldes às novas condições; trataram de manter, ressuscitar e até ampliar as instituições obsoletas da Cavalaria, que findara. Tornaram a educação do pajem e do escudeiro mais rigorosa do que antes havia sido; elaboraram as regras da cortesia entre os membros das ordens cavalleirescas; desenvolveram o culto da «mulher ideal» com mais extravagância do que até aí; celebraram, com magnificência nunca vista, a entrada dos mancebos na Cavalaria; organizaram torneios com um esplendor sem precedentes; deram enorme atenção ao desenvolvimento da ciência da heráldica, que, posta de parte a armadura, se tornou afectação inútil e sem significado. A literatura empreendeu a missão da reabilitação e auxiliou-os nos esforços para insuflar vida a uma instituição moribunda. Heitor e Aquiles, Alexandre e César, o rei bretão Artur e o imperador franco Carlos Magno, todos se converteram em cavaleiros de romance, vestindo a armadura do século xiv, montando corcéis, acompanhados de escudeiros e partindo para missões edificantes em defesa da religião e de donzelas em perigo, e contra infiéis, gigantes, dragões e o resto das hostes infernais.

Mas, acima de tudo, fundaram-se novas Ordens de Cavalaria heráldica, pretendendo-se que eram manifestações, não de um modo efêmero de guerrear, passado com as Cruzadas, mas um princípio eterno próprio da natureza das coisas. Quando Francisco i impôs a Henrique viii a insígnia de uma Ordem francesa fundada em 1469, afirmou que o arcanjo Miguel fora o primeiro cavaleiro. Caxton, no seu

Book of the Ordre of Chyvalry, sustenta que a cavalaria foi o primeiro meio do Ser Divino para salvar o homem da ruína e do Pecado. Escritores sisudos afirmaram que o imperador Constantino fundou uma Ordem do Anjo de Ouro em 213; que o Prestes João instituiu uma Ordem em honra de S.^{to} António em 370; que Clóvis comemorou a sua conversão em 496 fundando uma Ordem do Santo Graal; que o rei Artur teve realmente uma Távola Redonda e que Carlos Magno estava na realidade cercado de Paladinos. Daqui, para que a tradição imemorial pudesse manter-se, instituíram-se com toda a solenidade Ordens (hoje notáveis) como a da Jarreteira em Inglaterra (1349), a da Anunciação (*Annunziata*) na Sabóia (1392), a do Tosão de Ouro na Borgonha (1429), a de S. Miguel (1469) e do Espírito Santo (1578) em França. O número de Ordens modernas é, na verdade, legião. Escrevendo em 1820, o diligente Perrot enumerou 234 na sua *Collection historique des Ordres de Chevalerie*, e desde então tem sido constante a criação de outras. De facto, em parte alguma como na Inglaterra se conservou tão vigorosamente e se espalhou a cavalaria decorativa.

X

Gostaria de dizer algo acerca do renascimento do interesse pela Cavalaria medieval que caracterizou a reacção romântica contra o Racionalismo e o Utilitarismo nos fins do século XVIII e durante as primeiras décadas do século XIX. Falta-me, porém, espaço para dizer mais que algumas palavras. O movimento principiou, talvez, com a publicação das *Letters on Chivalry and Romance* de Hurd em 1762; foi impulsionado pelo aparecimento das *Reliques* de Percy, em 1765, e pela publicação da *History of English Poetry* de Warton, durante os anos de 1774-81; mas chegou ao ponto culminante sob o impulso dado pelas poesias e os romances de Sir Walter Scott e pelo famoso *Essay on Chivalry* do mesmo escritor. É espantoso o número de livros a respeito da Cavalaria publicados entre 1815 e 1830; os títulos dos mais importantes encontram-se na bibliografia anexa a este ensaio. Entre eles o mais notável é, sem dúvida, a *Broadstone of Honour* (1822) de Kenelm Digby. A influência do seu entusiasmo sente-se em todas as empresas românticas do

quarto de século imediato até culminar no Movimento da Jovem Inglaterra e no *Coningsby* de Disraeli (1845).

Não seria próprio concluir este estudo sem uma tentativa, embora breve, para apreciar o valor da Cavalaria como factor na evolução da civilização ocidental e pesar os seus méritos e defeitos. São realmente diversas as opiniões que se têm manifestado a esse respeito. Os escritores românticos dos princípios do século XIX — tomando em consideração principalmente a sua teoria e ignorando até os aspectos mais sombrios da galantaria — elogiam-na com lirismo. Batty, por exemplo, diz que «a Cavalaria foi um desenvolvimento de tudo o que há de encantador, gracioso e digno na natureza humana» (1). Sir Walter Scott é de opinião que «exceptuando apenas a mudança resultante da introdução da religião cristã, não conhecemos qualquer outra causa que produzisse diferença tão genérica e duradoura entre os antigos e os modernos, como a que resultou da instituição da Cavalaria» (2). G. P. R. James, ainda com menos moderação, entende que a Cavalaria foi «a instituição mais gloriosa que o próprio homem jamais criou», e afirma que ela deixou atrás de si «um tesouro de sentimentos nobres e princípios generosos» (3).

Em contraste flagrante com estes juízos temos as opiniões de radicais como o dr. Thomas Arnold, prof. E. A. Freeman, John Richard Green e T. H. Buckle. «Se me pedissem que dissesse qual o espírito do mal que, acima de todos, merecia o nome de Anti-Cristo», escreve o grande director do Rugby, «eu citaria o espírito da Cavalaria — o mais detestável por causa do seu aspecto illusório de «Arcanjo caído» que o tornou tão sedutor para os espíritos generosos» (4). Buckle considera-a «instituição prejudicial», cujos representantes medievais «animaram as superstições dos frades com a devassidão dos soldados», e pensa que ela «infligiu os maiores males à Sociedade» (5). Freeman condena-a, juntamente com o Feudalismo, como

(1) — Batty, *Spirit and Influence of Chivalry*, pág. 55.

(2) — Scott, *Essay on Chivalry*.

(3) — James, *History of Chivalry*, págs. 14-15.

(4) — Arnold, *Life and Correspondence*, vol. I, pág. 255.

(5) — T. H. Buckle, *History of Civilization*, ed. Robertson, págs. 561-3.

instituição que «substitui obrigações meramente pessoais, cumpridas no interesse de uma classe exclusiva, a deveres mais comecinhos de homem honesto e de bom cidadão» (1). John Richard Green, seguindo obedientemente o seu mestre, despede-se com desprezo da Cavalaria, «esse mimetismo pitoresco dos sentimentos elevados, do heroísmo, do amor e da cortesia, perante o qual toda a profundidade e realidade da nobreza desaparecia para dar lugar à dissolução mais grosseira, ao espírito de casta mais estreito e a uma indiferença brutal pelo sofrimento humano» (2). Até o bispo Stubbs, o outro membro do triunvirato de Oxford, apesar das suas simpatias mais conservadoras, pergunta: «Qual é o significado da Cavalaria? Não é o brilho emprestado pelas boas maneiras ao vício, egoísmo e desprezo pelos direitos do homem?» (3)

Uma instituição que incorreu em ataques tão fortes da parte de historiadores tão judiciosos deve ter tido, na aparência, alguns defeitos. Quais foram eles? Não é muito difícil encontrá-los. A maior parte já se indicaram nas páginas precedentes. Na sua forma medieval — quer dizer, durante o período do seu predomínio, nos séculos XII e XIII, e mais ainda durante a época da sua decadência nos séculos XIV e XV — a Cavalaria caracterizou-se pelos vícios seguintes. Primeiro: elogiava a guerra pela guerra; exaltava a luta como ocupação única digna do homem; instituiu o amor pelo derramamento do sangue e o desprezo pelo sofrimento humano; e todavia, ao mesmo tempo, por causa do seu individualismo excessivo, como instrumento militar mostrava-se extraordinariamente ineficaz, demorando em vez de fazer progredir a ciência da guerra. Em segundo lugar: foi uma instituição de classe exclusivista; criou um abismo entre a Ordem da Cavalaria e o povo comum, e restringiu o seu código de honra e cortesia em particular aos membros da sua própria casta; originou o desprezo pelos inferiores na sociedade e o desinteresse pelos seus sentimentos, o que explica, se não justifica, as vinganças da Revolta dos Camponeses e da Jacquerie. Em terceiro lugar: a sua religião era simultaneamente formal e obscurantista. Por um lado, comprazia-se em cerimónias e observâncias exteriores, por outro, era

(1) — E. A. Freeman, *Norman Conquest*, vol. V, pág. 482.

(2) — Green, *Short History of the English People*, pág. 182.

(3) — W. Stubbs, *Lectures on European History*, editadas por Hassell, pág. 137.

impiedosa ao fazer a guerra aos chamados infiéis, ao levantar cruzados contra os hereges, ao perseguir e suprimir a liberdade de pensamento. A Inquisição encontrou na Cavalaria um instrumento pronto à prática das maiores atrocidades. Finalmente, sob a capa de maneiras delicadas, ocultava e propagava um código de baixa imoralidade; na Provença elevou à categoria de obrigações sociais a devassidão e o adultério.

Estas culpas são graves e bastam para nos impedirem de considerar a Cavalaria, no seu aspecto medieval, como ideal de vida. Todavia, para atenuar esta severidade de juízo, deve ter-se presente que a nossa comparação não deve aferir-se pela religião mais esclarecida e pela moralidade dos nossos dias, mas pela condição menos elevada de superstição e barbárie que precedeu a aparição da Cavalaria. Na guerra, na fé, nas maneiras e até na moral, a Cavalaria marcou um mais alto progresso sobre a selvajaria da idade das trevas que a antecedeu. Foi claramente um movimento para a luz e para o ar de um dia mais perfeito. Embora por vezes em forma crua e rudimentar, manifestava os elementos das virtudes e graças que se vêem como belas flores da sociedade culta e cristã desta época posterior. Expurgada das suas imperfeições mais grosseiras e purificada pela consciência educada da Cristandade, transmitiu-nos, por intermédio das nossas escolas públicas e Universidades, o nosso serviço militar e naval, as nossas igrejas e associações éticas, um tesouro incalculavelmente valioso de princípios elevados e nobres precedentes.

Quais são as virtudes características da Cavalaria no seu aspecto purificado e ideal? Vimos que a Cavalaria se compunha de três elementos — a guerra, a religião e a galantaria. Cada um dos três, respectivamente, dava realce e exaltava três qualidades essenciais ao verdadeiro cavaleiro. As três virtudes primárias da Cavalaria, baseadas no seu carácter *militar*, eram a coragem, a lealdade e a generosidade. As três virtudes secundárias, provenientes da *religião*, eram a fidelidade à Igreja, a obediência e a castidade. As três virtudes terciárias, *sociais* pela sua natureza, eram a cortesia, a humildade e a beneficência. Pelo lado da teoria e dos princípios, como quer que seja, a Cavalaria insistia nos deveres e obrigações do cavaleiro, em vez de ser nos seus direitos e privilégios. Manteve um alto padrão de honra e exigia que ela se conservasse sem diminuir. Insistia pela verdade, a confiança, adesão à palavra empenhada, fidelidade aos com-

promissos, de que nenhuma miragem de proveito e nenhuma desculpa de necessidade poderiam provocar o desvio. Exigia uma liberalidade que justificava os dons perdulários, embora reduzissem à pobreza os que os fizessem. Requeria regular observância dos ofícios da religião; aceitação total da fé católica; submissão completa nas coisas espirituais à autoridade do clero, e, como norma de perfeição para os eleitos, o respeito pelos votos do casamento. Instituiu uma cortesia (*courtoisie*), um código de boas maneiras baseado na consideração sincera e no genuíno cuidado, que melhorou imenso o prazer das relações sociais da vida. A cortesia, especialmente nas relações dos homens para com as mulheres, apesar de precedida já pela Igreja cristã, era coisa nova no duro mundo de então. Diferia, na sua graça, encanto e amabilidade, da simples delicadeza, civilidade ou urbanidade, que (como as próprias palavras dão a entender) eram formas de boas maneiras desenvolvidas entre a população aglomerada e comercial das cidades. Acima de tudo, ela preconizava um ideal de actividade social, sem remuneração, todavia, embora humilde pela sua natureza, livre de degradação ou de desonra, dos fracos pelos fortes, dos pobres pelos ricos, dos humildes pelos poderosos.

E assim, apesar de ter tido graves e deploráveis defeitos nos tempos do seu predomínio, a Cavalaria, não obstante, mantém um nome glorioso e honroso, e os seus princípios, libertos dos acidentes medievais, figuram entre os mais nobres e os mais esplêndidos que têm auxiliado o progresso da raça humana.

Bibliografia

- Ashton** (J.): *Romances of Chivalry*. 1887.
- Basnage** (J.): *Dissertation Historique sur les Ordres de Chavalerie*. Ed. por P. Roques. 1740.
- Batty** (J.): *The Spirit and Influence of Chivalry*. 1890.
- Büsching** (J. G. G.): *Ritterzeit und Ritterwesen*. 1823.
- Carducci** (G.): *Cavalleria e Umanesimo* (In-Opera, vol. xx, 1909).
- Caxton** (W.): *The Ordre of Knighthode and Chyvalry*. 1478.
- Cornish** (F. W.): *Chivalry* [o melhor dos resumos]. 1911.
- Coulton** (G. G.): *Social Life in Britain* (Secção V = Reis, Cavaleiros, Guerra). 1918.
- Coulton** (G. G.): *Chaucer and his England*. 1908.
- Cutts** (E. L.): *Scenes and Characters of the Middle Ages* (4.^a edição). 1922.
- Digby** (Kenelm H.): *The Broad Stone of Honour*. 1822.
- Dillon** (E.): «The Ordinances of Chivalry» (In-*Archæologia*, vol. LVII). 1900.
- Doran** (D.): *Knights and their Days*. 1856.
- Encyclopædia Britannica*, 11.^a ed., artigo «Knighthood and Chivalry», por G. G. Coulton. 1910.
- Ferrario** (G.): *Storia ed Analisi degli Romanzi di Cavalleria*. 1828-9.
- Flach** (J): *Origines de l'Ancienne France* (vol. II). 1893.
- Froissart** (Jean): *Chroniques*. Tradução inglesa de Lorde Berners. Nova edição com introdução de W. P. Ker. 1901-3.
- Gautier** (Jean): *La Chevalerie*. 1883.
- Guizot** (F. P. G.): *Civilisation en France* (Leçon xxxvi). 1839.
- Hagen** (F. H. von der): *Ritterleben und Ritterdichtung*. 1855.

- Henne-am-Rhyn** (O.): *Geschichte des Rittertums*. 1893.
- Honoré de Sainte-Marie**: *Dissertations sur la Chevalerie*. 1718.
- Hurd** (Richard): *Letters on Chivalry and Romance*. 1762. (Nova edição por Edith Morley, 1911).
- James** (G. P. R.): *History of Chivalry*. 1830.
- Joinville**: I — *Histoire de S. Louis*. II — *Chronique de Du Guesclin*. III — *Histoire de Bayart*. (Nova edição, 1867).
- Lacroix** (P.): *Military and Religious Life in the Middle Ages*. 1874.
- La Tour-Landry** (G. de): *The Book of the Knight*. (Tradução inglesa do século xv, publicada pela «Early English Text Society». 1868).
- Linton** (E. L.): «The Women of Chivalry», in *Fortnightly Review*. 1887.
- Luce** (S.): *Histoire de Du Guesclin et de son Epoque*. 1876.
- Malory** (Sir T.): *La Morte d'Arthur*. (Editada por Caxton. 1485).
- Martin** (H.): *Histoire de France*. (Vol. III, págs. 334-405). 1862.
- Mellor** (W. C.): *A Knight's Life in the Days of Chivalry*. 1824.
- Menestrier** (C. F.): *Ordres de Chevalerie*. 1683.
- Mills** (C.): *History of Chivalry*. 1826.
- Moncreiff** (A. R. H.): *Romance and Legend of Chivalry*. N. D.
- Newbolt** (H.): *The Happy Warrior*. 1917.
- Nicolini** (G.): *La Cavalleria*. 1861.
- Palgrave** (Sir F.): *The Lord and the Vassal*. 1844.
- Perrot** (A. M.): *Collection Historique des Ordres de Chevalerie*. 1820.
- René d'Anjou**: *Le Pas d'Armes*. Editado por Quatrebarbes. 1835.
- Sainte-Palaye** (J. B. de la Curne de): *Memoires sur l'Ancienne Chevalerie*. 1759.
- Schofield** (W. H.): *Chivalry in English Literature*. 1912.
- Schulz** (A.): *Höfisches Leben zur Zeit der Minnesänger*. 1879.
- Scott** (Sir W.): «Essay on Chivalry» (In *Miscellaneous Works*, vol. vi. 1834-40).
- Stebbing** (H.): *History of Chivalry and the Crusades*. 1829.

- Steenackers** (F. F.): *Histoire des Ordres de Chevalerie en France*. 1867.
- Taylor** (H. O.): *The Medieval Mind*. (Book IV, «Ideal and Actual Society»). 1911.
- Thomas** (H.): *Spanish and Portuguese Romances of Chivalry*. 1920.
- Wedel** (H. F. P. von): *Deutschlands Ritterschaft*. 1904.
- Woodhouse** (F. C.): *Military Religious Ordres*. 1879.
-

CAPÍTULO II

Os começos da Cavalaria medieval

por E. F. Jacob, M. A., D. Phil. (1).

Membro da CHRIST CHURCH, Oxford.

Em certo sentido evidente, a Cavalaria não se limitou à Idade Média, pois muitos seres humanos se sentem, felizmente, inclinados para ela. Se a estudamos neste período, a razão está no facto de se terem começado a sistematizar as nossas ideias acerca dos nossos semelhantes, a adquirir certa noção do valor da personalidade individual e a reagir fortemente contra a destruição e a brutalidade que perturbaram a vida no período das grandes invasões. Estas apreciações e sentimentos não se mantiveram isolados em pensadores individuais, como fora a tendência dos tempos clássicos, mas organizaram-se e generalizaram-se nos séculos XI e XII da nossa era. A Cavalaria medieval tornou-se instituição e ideal. Como instituição, foi a convenção, não escrita, de uma classe nobre ou militar, cujos membros podiam apenas chegar à sua categoria e conservá-la pela observância do seu ceremonial e deveres. Como ideal, ministrou os rudimentos de moral e serviu de veículo pelo qual a Igreja procurou educar os indivíduos de ânimo violento e dados à rapina, e elevar a alto grau os instintos. Não era uma lei, apesar de exercer não pouca influência nos costumes. Não era feudalismo, não teve relação essencial com o feudo e a vassalagem, embora desse ao sistema feudal algo da sua coerência e fortalecesse muitas das suas sanções. Na sua primeira fase pode antes considerar-se a forma cristã da vida militar,

(1) — Mestre em Artes e Doutor em Filologia. (*Nota do Trad.*)

pois, enquanto se deixava sugestionar por fortes influências religiosas, representa então o compromisso da Igreja com a violência. Na sua evolução posterior perdeu o aspecto moral e passou ao esteticismo, tornou-se pouco viril e muito decorativa, como o Vitorianismo robusto deu lugar à última década do século XIX. Todavia, os seus melhores exemplos em qualquer época são: inspiração de recto procedimento na identificação do valor com a gentileza; e uma das sobrevivências da Idade Média é que uma união dessas é ainda hoje apreciada, até mesmo quando isso nos põe ante o dilema de ter de escolher entre um Oliveiros e um Roldão.

Começou ela como sistema de educação moral e física do futuro guerreiro. A sua primitiva história está intimamente ligada à ideia de guarda ou escolta de dependentes pessoais. A palavra *scholar* do Império romano em tempos de Constantino significava membro da guarda imperial, homem disciplinado ao serviço do Palácio. Por analogia, cada general podia ter a sua *schola* ou família de dependentes, que consistia em geral de mercenários bárbaros, não aristocratas ou gregos de condição social livre. Todavia, entre a velha prática romana e a recente prática bárbara há que estabelecer esta distinção: entre os Visigodos e, mais tarde, os Francos merovíngios, a «escola» é recrutada entre os homens livres, escolhidos em idade juvenil. Nos tempos visigóticos escolheu-se uma expressão romana para eles, eram *liberi homines in patrocinio*, homens livres que se haviam elevado sob a protecção de qualquer indivíduo poderoso seu patrono, com o fim de se educarem e obterem protecção. No tempo dos primeiros Francos, como se vê em Gregório de Tours, o grupo é designado por *pueri*. (1). Eram filhos de funcionários categorizados do Palácio ou parentes jovens dos condes locais ou dos duques militares do Império. Vem-nos à ideia a descrição do *Comitatus* na Germânia e um exemplo semelhante no Beowulfo: os *adolescentuli*, indicados para a escolha do Príncipe pelo seu elevado nascimento ou pelos grandes méritos de seus pais, introduzidos entre os guerreiros mais velhos e mais práticos, entre os quais viviam

(1) — Incidentalmente, deviam distinguir-se da categoria, menos elevada, de *antrustions*, classe inferior de dependentes, recrutada entre os estrangeiros e vadios, a que Gregório de Tours chama os nomes desagradáveis de *gladiatores*, *muriones*, *sicarii*.

em inteira liberdade ⁽¹⁾ e se exercitavam nas armas. Longe de mim sugerir que possa estabelecer-se a continuidade entre os primitivos Germanos e a antiga prática dos Francos; há diferenças nas cerimónias empregadas, por exemplo: em vez do acto solene de «armar» o mancebo quando atinge a idade de guerreiro, encontramos entre os Visigodos, os Lombardos e os Merovíngios o ritual de cortar primeiro a barba, a *capillatoria* ou *barbatoria*, e assim sucessivamente ⁽²⁾; mas nos fins do século VII, como as vidas dos santos merovíngios demonstram sem dúvida alguma, o rapaz de elevado nascimento, aos 14 ou 15 anos, era mandado em geral receber a sua educação, ou para a corte do prefeito do Palácio, ou para casa de qualquer poderoso príncipe ou duque estranho, e ao chegar à idade bastante era solenemente cingido com as armas pelo seu patrono e colocado entre os funcionários palatinos, onde podia ficar durante vários anos antes de voltar para casa para casar ou para suceder na herança. Depois de partir podia acontecer-lhe voltar a ser chamado para a corte do seu soberano, para receber-lhe as ordens ou acompanhá-lo à guerra. Não está aqui a agir como *fidelis*, vassalo ligado ao senhor pelo laço da fidelidade, mas como velho escolar *do colégio*, que regressa para tomar parte em reuniões periódicas ou de emergência. O mesmo tipo de educação era de regra na Corte carolíngia. S. Bento de Aniane, filho do conde de Maguelone, foi educado *inter scolares* na corte de Pepino o Breve. Mais tarde, na época feudal, a classe de «escolar» abrangia o mancebo destinado à Igreja, porque, como as chancelarias domésticas ou secretarias dos grandes fidalgos se foram tornando semelhantes à administração real, fez-se cada vez mais sentir a necessidade de um corpo de funcionários letrados que soubessem dar expediente às ordens escritas do barão e registar os factos e os documentos fiscais. Não há necessidade de continuarmos a referir-nos a esta classe, salvo para dizer que os seus membros partilhavam do ambiente comum da *família* e cedo vinham a saber quem eram os homens que, mais tarde, iriam ser seus patronos ou até seus amos reais.

A *família* de um grande magnate dos séculos XII e XIII compreendia homens chamados *valetti*, *bachilarii*, *servientes*,

(1) — «*Nec rubor inter comites aspici*».

(2) — P. Guilhaumez, *Essai sur l'origine de la noblesse en France*, pág. 411 e ss.

armigeri ⁽¹⁾. A tradução vulgar do primeiro, adoptada por alguns dos Anuários de Registos Públicos é *yeoman* ⁽²⁾. Mas uma das perguntas feitas no *General Eyre* dá uma tradução mais cuidada. A resposta ao capítulo *De valettis* exigia que os jurados declarassem quem nas suas vizinhanças possuía vinte ou (em 1256) quinze *librates* de terra e não eram ainda cavaleiros. O *valettus* é aqui o proprietário que, dada a extensão do rendimento anual de terra arrendada, devia ser cavaleiro e não é. Esta significação condiz bem com o emprego da palavra nos *Close Rolls*, que se referia ao que ainda não era cavaleiro e aspirava ao serviço militar, serviço que só fará quando, por ordem do rei ou a pedido (*ad instantiam*) do magnate seu patrono, for formalmente investido com o cinturão da cavalaria e «tomar» as armas. O mesmo se dá também com o terceiro termo *bachilarius*. Em alguns textos, na sua maioria do princípio do século XIII, é o jovem cavaleiro «sem graduação», que ainda não tomou posse da sua herança e não foi armado; em outros, na sua maior parte do fim do século XIII e do século XIV, pode ser homem de mais idade e de experiência, que não desfralda o seu próprio balsão no campo de batalha, mas serve sob a bandeira de qualquer grande chefe feudal ⁽³⁾. O único laço entre estes dois significados tão diferentes, a base da constituição do estado de *valete* e a de *bacharel*, é o laço da *família*. O mesmo se dá, também, até em grau mais elevado, com o *armiger*, jovem escudeiro, cujo treino na mesnada é assunto de numerosas reflexões nas canções de Gesta e nos romances. Educou-se ele nas tradições marciais da comunidade atlética, que apreciava acima de tudo as proezas guerreiras. Ensina-vam-lhe a montar a cavalo, a cuidar e a manejar as armas, a esgrimir (o que desenvolvia os pulmões e tornava o homem «mais apto e o fazia mais direito e muito mais hábil»), a arte de falcoaria — aprendizagem da história natural — e a caçar,

(1) — Veja-se a análise da *família* do conde de Gloucester (1267) nos meus *Studies in the Period of Baronial Reform and Rebellion* (Oxford Studies in Social and Legal History, VIII), pág. 129 e ss.

(2) — Termo que designava o homem vulgar por oposição ao nobre; designava também o pequeno proprietário rural. Nos séculos XIV, XV e seguintes designou o homem livre que voluntariamente servia na *Yeomanry* ou corpo de cavalaria (*Nota do Trad.*).

(3) — O prof. Powicke teve a bondade de me informar que Walter de Colevill, que em 1267 diziam «*bacharel* do conde de Gloucester», gozava de importância bastante para ser convocado para o Parlamento de Simão de Montfort em 1265.

às noites xadrez e gâmão, e em dias de chuva um pouco de escrita, apesar de esta, como arte, se deixasse para os escribas. Seria homem completo em particular o que, como Aiol, no romance deste nome:

*Bien savoit... lire et enbrieuver,
Et latin et romans savoit parler.*

Era a esta profissão embrionária que, no século xi, a Igreja começava já a transmitir um aspecto religioso. Ela sempre odiara a guerra: « todos os que tomarem da espada morrerão à espada » (1) tinha sido a sua norma. Nas assembleias locais fizera todo o possível para limitar, ou, de certo modo, introduzir nela alguma pausa: a época anual de luta; mas vira-se obrigada a aceitar o inevitável e a defender a concessão feita por Santo Agostinho: « À voz de Deus, ou por ordem de qualquer outra autoridade legítima, podem-se empreender certas guerras em defesa da justiça. » Os clérigos do século xi e princípios do xii estavam muito longe do antimilitarismo da época de Orígenes e de Tertuliano. Não precisamos de ir além da *Vida de Luís o Gordo*, de Sugério, para vermos com que olhares complacentes o grande abade de S. Dinis viu a tentativa do rei de França para fazer a guerra aos incômodos feudatários da Ilha-de-França, como os senhores do Montlhéry e os condes de Corbeil. Não foi uma, nem duas vezes que, a pedido do próprio convento, se fizeram expedições, ou Luís foi abençoado por causa do seu forte braço. Todavia os clérigos têm a seu favor o facto de jamais deixarem de considerar as guerras dos conquistadores militares como *latrocinium* ou actos de banditismo. As cartas de Gregório vii testemunham o horror cristão por um vencedor imperial tirar vingança dos seus súbditos rebeldes, pela *superbia* nascida da sede de vingança. A única esperança de refrear os instintos endurecidos, o amor bestial da violência pela violência que fez do barão de Puiset o tipo do *homo non rationalis, sed pecoralis*, como Sugério lhe chamou, era tornar permeável a Ordem cavalleiresca aos ensinamentos da Igreja, pôr a força armada ao serviço da verdade desarmada. Os exemplos máximos dessa conversão são a própria primeira

(1) — S. Mat., XXVI, 52. (*Nota do Trad.*).

Cruzada, e a Cruzada francesa do século xi em Espanha ⁽¹⁾, que desviava o simples amor pela acção para um objectivo celestial, ao mesmo tempo que disciplinava e organizava forças emotivas que teriam subvertido a Europa se continuassem em estado de supressão parcial. Na *Chanson d'Antioche* chama-se aos cavaleiros «li Jhesus Chevalier», e o velho trovador completa a sua definição dizendo que eram

cil qui Damedieu servent de loial cuer entier.

Não há melhor testemunho da conquista religiosa da cavalaria do que as várias declarações medievais dos deveres de um rei, ou do que as determinações para a cerimónia de armar o cavaleiro, que se encontram na *Ordene de Chevalerie*. Quando em 1247 Guilherme, conde da Holanda, depois de eleito rei dos Romanos, pediu para ser armado cavaleiro antes de coroado em Aix-la-Chapelle, propuseram-se-lhe as seguintes regras: devia ouvir todos os dias o Ofício da Paixão de Jesus Cristo; expor a vida corajosamente pela fé; proteger a Igreja e defender as viúvas, os órfãos e os pobres. Em 1330, Guilherme, conde de Ostrevant, recebeu, em ocasião análoga, instruções ainda mais explícitas do bispo de Cambrai. Devia ouvir missa e jejuar todos os dias; morrer pela fé, se fosse preciso; proteger as viúvas e os órfãos; não fazer guerra sem razão; não desposar causas injustas, mas proteger os inocentes oprimidos; devia mostrar-se humilde em todos os actos, e era seu dever poupar os bens dos seus súbditos e nada fazer contrário aos interesses do seu suzerano ⁽²⁾. A ortodoxia e a diligência religiosas encontram-se à frente de todas as exigências: orações à Virgem, confissão periódica, assistência à missa, morte, se fosse necessário, pela fé, defesa da Igreja. No *Pontificale* romano o postulante recebe a espada da Cavalaria, que estivera pousada no altar, com as palavras «*accipe gladium istum in nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti et utaris eo ad defensionem tuam et sanctae Dei Ecclesiae et ad confusionem inimicorum Crucis Christi ac fidei Chris-*

(1) — Mesmo nisto não devemos exagerar. Cada cruzada tinha algo de empresa interesseira.

(2) — Léon Gautier, *La Chevalerie*, pág. 33.

tianae» (1); ou, como diz o francês mais concisamente, «*Sainte Eglise salver et garantir.*» A protecção das viúvas e dos órfãos, as *miserabiles personae* da Lei canónica, encontra eco na *Chanson d'Antioche*, onde o poeta louva o cavaleiro perfeito porque:

*Il ne donna conseil petit ne grant
Par coi preudome deserité fussant,
Les veves fames ne li petit enfant.*

Dava-se realce à fidelidade ao suzerano como garantia da estabilidade social numa época em que a paz social dependia do cumprimento dos compromissos feudais. Entre dezenas de exemplos, podemos escolher o conselho aos vassallos dado por aquele velho mestre-escola Fulberto de Chartres, nos seus famosos «seis pontos» — *incolume, tutum, honestum, utile, facile, possibile* (2); os muitos elogios coevos ao marechal Guilherme pela sua lealdade feudal aos seus senhores angevinos, especialmente a João Sem Terra, o homem que mais difícil se tornava de servir com fidelidade e continuamente (3); ou a lastimosa paciência de Bernier, o ultrajado vassallo de Raul de Cambrai, o senhor a quem, por fim, como diz a Canção de Gesta, se viu obrigado a abandonar.

Tudo o que ao princípio se tornava necessário para o ceremonial de investir um cavaleiro (4) era o acto solene de o armar, o *adoubement* (o *adoubs* é o grupo de armas que constitui o equipamento de um guerreiro). Em sentido restrito, isto não tinha qualquer ligação essencial com a *accolade*, que se dava depois, embora no século XIII os romances falem de «*La collée qui signifie L'Ordre de Chevalerie*» e dela façam o ponto mais importante da cerimónia. Nos princípios do século XII o acto originário mudara muito sob a influência da Igreja. O candidato tomava um banho ritual, orava

(1) — «Aceita esta espada em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Usá-la-ás em tua defesa e na da santa Igreja de Deus, e para confusão dos inimigos da Cruz de Cristo e da fé cristã». (*Nota do Trad.*).

(2) — Cf. as observações de Miss Hilda Johnstone, «Fulbert of Chartres», *Church Quarterly Review*, Abril, 1926, pág. 57-8.

(3) — A respeito do marechal veja-se a *Histoire de Guillaume le Maréchal*, ed. de P. Meyer, esp. vv. 9845-58, 19125-52, e a análise do seu carácter em *The Minority of Henry III*, de Miss Norgate, pág. 67-70.

(4) — Veja-se o relato na *Life in Medieval France*, de Miss Joan Evans, pág. 39-41.

sòzinho na Igreja durante toda a noite, confessava-se e comungava. Chegava depois o momento especial. Após as Aleluías do Gradual, o bispo depunha a espada desembainhada no altar, e orava a pedir a bênção para ela. Feito isto, e enquanto o cavaleiro ajoelhava diante dele, cingia-lhe a espada, pondo-lha do lado direito. O cavaleiro brandia-a três vezes e metia-a na bainha: a virtude penetrara-a, sendo muito mais forte se no punho havia relíquias sagradas, como a Durandal, a espada de Roldão, que tinha um «dente de S. Pedro, sangue de S. Basílio, cabelos do senhor S. Dinis e pano do usado pela Santa Virgem»; ou como na Joiuse, a espada de Carlos Magno, assim chamada por ter a honra de possuir no punho o ferro da lança que atravessou o flanco do Salvador. Estas cerimónias são narradas com maior pormenorização na *Ordene* do século XIII (1), que diz ser um diálogo entre um Cavaleiro cristão e o seu captor sarraceno, que muito desejava conhecer a significação de cada uma das fases da cerimónia. A grosseira recusa do Cavaleiro, ao princípio, de contar o que sabe, resume a atitude da classe dos cavaleiros para com os pagãos que se encontravam fora do grémio da Igreja:

*Sainte Ordre de chevalerie
Seroit en vous mal emploiee,
Car vous estes de mal loi,
Si n'avez baptisme de foi.*

Sendo-lhe lembrado que é ainda prisioneiro, torna-se mais comunicativo e dá explicações. O banho, diz ele, representa a mística lavagem que limpa do pecado. Depois do banho, continua, o cavaleiro é deposto sobre um belo leito. Que significa isso? — pergunta o sarraceno:

*Sire cis lis vous senefie
C'on doit par sa chevalerie
Conquerre lit en paradis
Ke Diex otroie à ses amis.*

(1) — Ed. Barbazan, *Fabliaux*, I, 59-82. É evidentemente um relato desenvolvido da natureza alegórica da cerimónia, feito por um escriba poeta. Há tradução inglesa, feita por W. Morris.

Depois da deposição na cama, é vestido com roupas brancas, sobre que se coloca um manto escarlata, simbolizando a necessidade que ele tem de derramar o sangue pela Santa Igreja. Depois de calçar meias pretas, que simbolizavam a morte, é-lhe posto em volta dos rins o cinturão:

*Sire par cheste chainturete
Est entendu que vo car nete,
Vos rains, vos cors entirement
Devez tenir tout fermement.
Ausi com en virginité
Vos cors tenir en netée,
Luxure despire et blamer.*

Depois as esporas, a espada de dois gumes — um para os ricos opressores dos pobres, o outro para os fortes que perseguem os fracos — o capacete branco, depois de que se dá a *colée*. A seguir recebe quatro instruções. Jamais deve ter trato com traidores; jamais deve dar maus conselhos a uma dama, casada ou solteira, mas tratá-la com grande respeito e defendê-la contra todos; deve observar os jejuns e as abstinências, e ouvir missa todos os dias e fazer ao mosteiro ofertas razoáveis. Este último é o motivo nodal da canção coeva altamente moral («*conte dévot*», escreveu alguém no exemplar que possuo) do cavaleiro que ia atrasado para um torneio, e que, apesar do que dizia o seu escudeiro impaciente, insistia por ouvir primeiro missa, sendo por isso milagrosamente auxiliado por Nossa Senhora quando entrou em campo. O escudeiro *loquitur*:

*Volez vous devenir hermite,
Ou papelart, ou ypocrite?*

O cavaleiro responde *en bon clerc*:

*Amis, ce dist, li chevalier,
Cil tournoie moult noblement,
Qui les servises Dieu entent,
Quant les Messes seront tres toutes
Dittes, s'en irons à nos routes.*

e, todavia, quando este indivíduo escrupuloso entra na liça,

la pucelle
Qu'en aoroit en la Chapelle,
Avoit pour lui fet ses cembiaux.

Afastando-nos um pouco do assunto principal por um momento, vale a pena observar quais eram as consequências jurídicas de receber a cavalaria. Em certos pontos do norte da França, durante os séculos XI e XII, era apenas em virtude deste *adoubement* que o indivíduo de origem nobre atingia a maioridade legal. Os órfãos não saíam da tutela e não entravam na posse dos seus bens antes de terem sido armados. Só isto lhes conferia o direito de possuírem um selo e de efectuarem contratos válidos. Mas no século XIII, o *adoubement* deixou de ser obrigatório para este efeito, sendo substituído, como indicio de maioridade nas classes feudais, por uma idade fixa — 21 ou 15 anos, segundo o costume da região. Na Inglaterra, a investidura de cavaleiro ao princípio acompanha muitas vezes, mas não é necessária, para se atingir a «idade plena.» No século XIII Bracton não cita qualquer prova de maioridade atingida pela investidura de cavaleiro. Um menor não podia reclamar por escrito ou por direito um feudo militar antes dos 21 anos, e se os juizes têm dúvidas se um homem é menor ou não, fazem um inquérito na região ⁽¹⁾.

Tal era, pois, a ideia da Igreja acerca da cavalaria. Na sua forma mais elevada foi produto do grande período que medeia entre 1080 e 1130, o período de renascimento espiritual e intelectual, quando uma grande linguagem literária que havia de a corporizar estava a ser criada por escritores franceses, Thibaut de Vernon na sua *Chanson de Saint Alexis*, Aubri de Besançon no *Roman d'Alexandre*, Richard de Pelerin na *Chanson d'Antioche*, Guilherme IX de Poitiers e os seus trovadores, o autor do *Mystère d'Adam*, por Wace e Benoit de Sainte-Maure, o período da fundação das novas ordens religiosas, de Roscellinus, de Guilherme de Champeaux e de Abelardo, quando Sugério fazia de S. Dinis o centro da arte europeia; em resumo, o período da *motio valida*, expressa

(1) — *De legibus Angliae*, fól. 86, 86 b. «A idade plena», para diferentes classes da sociedade, fixou-se relativamente cedo na Inglaterra. A maioridade do cavaleiro era aos 21; a do herdeiro do vassalo aos 15; a do filho do burguês, quando soubesse contar dinheiro, medir panos e tratar dos negócios do pai. Cf. *History of English Law*, de W. S. Holdsworth, 3.^a ed., vol. III, pág. 510-11.

por Joseph Bédier na forma inesquecível que só os seus compatriotas sabem ter: «*C'est alors aux alentours de l'an 1100 qu'apparaissent, comme tumultuairement, le premier croisade — et encore le premier arc d'ogive — et encore le premier vitrail — et encore le premier drame liturgique — et encore le premier tournoi — et encore la première charte de liberté d'une commune* (1) — et encore le premier chant du premier troubadour: toutes créations inattendues, jaillies à la fois du sol de la France.» (2) E' nas *Chansons de geste* que se encontra a mais completa exposição do ideal cavalleiresco nas suas primeiras fases, e este se encontra mais intimamente ligado à vida lendária da nação que lhe deu origem. O motivo dominante destas primitivas canções épicas é que Deus escolheu Carlos Magno e os seus Francos para Seus campeões e para constantemente fazerem Guerra Santa ao infiel. E' o motivo que inspirou o escritor anónimo normando do sul, que acompanhou Boemundo de Antioquia à cruzada, a intitular a sua obra *Gesta Francorum* e a compreender nessa categoria os contingentes de Flamengos e de Lombardos. Não há nada de mais significativo do que o começo do segundo capítulo. «E então os Galos (*Gallie*, as divisões do país, e não *Galli*, é a leitura dos melhores textos) encontram-se longe da pátria.» Uma divisão tem até *maxima gens Alamannorum*. São os amigos de Cristo, a própria Cristandade, vitoriosos por causa da sua crença em Deus, Trino e Uno. Depois da batalha de Dorylaeum, o escriba que colaborou com o autor cavaleiro da *Gesta* põe na sua prosa aquilo que outros disseram no seu verso épico: «Que homem sábio ou sabedor poderá jamais descrever a destreza, as proezas e a bravura dos Turcos? Quem jamais pensou em aterrorizar os Francos com a ameaça das suas setas, como eles aterrorizavam os Árabes, os Sarracenos, os Arménios, os Sírios e os Gregos? Mas Deus permita que nunca venham a ser tão fortes como a nossa gente. No entanto, eles (os Sarracenos) dizem, com efeito que originariamente descendem dos Francos e que nenhum homem por natureza pode ser cavaleiro, salvo os Francos e eles próprios. Direi eu a verdade que ninguém poderá impedir-me de dizer. Se eles tivessem sempre sido firmes na crença em Cristo e no Santo

(1) — S.^t Quentin.

(2) — *Roland à Roncevaux*, pág. 7.

Cristianismo, e tivessem querido confessar o Deus Uno e Trino, e tivessem acreditado no Filho de Deus nascido da Virgem, que sofreu e ressurgiu de entre os mortos ao terceiro dia, subiu ao céu à vista dos seus discípulos, mandou a todos eles com abundância as consolações do Espírito Santo, e reinou no céu e na terra, ninguém poderia encontrar guerreiros mais fortes, mais valentes ou mais hábeis do que eles no campo de batalha.» (1) E' o auge da ingénua crença cavalheiresca, que faz que o contraste da violenta disputa entre Boemundo e os outros chefes cruzados pela posse de Antioquia, ou a sua retenção por parte do imperador, seja particularmente digno de nota. Se voltarmos à nossa poesia, não precisamos de ir mais além da esplêndida cena em que Roldão moribundo, depois de salvar a espada Durandal das mãos de um sarraceno, tenta quebrá-la sem poder, embora faça rudemente gemer o aço:

« — Ah! Durandal, como tu és clara e branca, como reluzes e brilhas ao sol! Carlos estava nos vales de Mauriana, quando Deus o incumbiu do céu, por meio de um anjo seu, de te dar a um conde chefe das tropas; e o nobre rei, o grande imperador cingiu-me com ela. Com ela conquistei-lhe eu o Anju e a Bretanha, conquistei-lhe o Poitou e o Maine, conquistei-lhe a livre Normandia, conquistei-lhe a Provença e a Aquitânia e a Lombardia e toda a Romanha, a Apúlia e a Calábria, e a terra de Otranto, conquistei-lhe a Baviera e a Boémia, e a Hungria e toda a Polónia, Constantinopla, de que recebeu homenagem, e a Saxónia, de que se tornou senhor, conquistei-lhe a Escócia e a Irlanda, a Inglaterra, que ele junta aos seus domínios privados. Quantos países, quantas terras conquistei, que Carlos de barba branca possui! Por causa desta espada soffro e atormento-me; antes quero morrer que deixá-la aos pagãos. Senhor Deus, nosso pai, não deixeis assim envergonhar-se a França » (2).

(1) — Cap. IX, ed. Bréhier, págs. 50-1.

(2) — *Chanson de Roland*, ed. Bédier, v. 2316 e ss., pág. 177.
(Nota do Autor).

«E! Durendal, com iés e clere e blanche,
Contre soleil si reluis e reflambes!
Charles esteit es vals de Moriane
Quant Dieus del ciel li mandat par son angele
Qu'il te donast ad un comte chataigne;
Donc la me ceinst li gentilz reis, li magnes.

«*Entre le preux et le sage faut-il choisir?*» pergunta o sr. Bédier. É difícil dar qualquer resposta a essa pergunta já tão antiga.

Todavia, a bela flor da cavalaria havia de ter frutos mais amargos, e a glória da monarquia substituir a de Deus. S. Bernardo conhecera a vida cavalheiresca na sua juventude em Fontaines; com sua conversão e o entusiasmo do seu exemplo, afastara dela, um por um, os irmãos, tendo continuado a existir a sua suspeição da vida militar. «Então cavaleiros? Que erro enorme é este vosso, esta loucura intolerável, combater com tanto dispêndio e trabalho sem outra recompensa senão a da morte?» A fundação da Ordem do Templo e o recrutamento dos seus membros para a libertação dos peregrinos e a protecção dos Santos Lugares, era, porém, de natureza diferente. Tinham de passar ainda nove anos antes de receber a mais alta forma contemporânea de divulgação — a aprovação pública de S. Bernardo ⁽¹⁾. O *De laudibus novae militiae*, que escreveu a pedido do grão-mestre Hugo de Payns, é a justificação da nova amálgama do monge com o cavaleiro. Não havia qualquer lei que proibisse os cristãos de usarem espada. O Evangelho recomendava mode-

*Jo luin conquis ed Anjou e Bretagne,
Si luin conquis e Peitou e lo Manie,
Jo luin conquis Normendie la franche ;
Si luin conquis Provence ed Equitaine,
E Lombardie e trestote Romaine,
Poille e Calabre e la terre d'Otrante ;
Jo luin conquis e Baiviere e Behaigne,
Ed Onguerie e trestote Polaigne,
Costentinoble, dont il out la fidance,
Ed en Saissoigne fait il co qu'il demandet.
Jo luin conquis ed Escoce ed Irlande,
Ed Engleterre que il claiet sa chambre ;
Conquis luin ai païs e terres tantes,
Que Charles tient qui at la barbe blanche !
Por ceste espede ai dolor e pesance :
Mielz vueil morir qu'entre paiens remaignet.
Damnedieus pedre n'en laissiez honir France !»*

(Nota do Trad.).

(1) — Uma carta (epist. 31) escrita ao conde da Champanha (que deixara o feudo para ingressar na Ordem) em 1125 parece demonstrar que ele não compreendia como um príncipe, desejoso de seguir a vida religiosa, preferisse a Ordem do Templo à Ordem do Cister. Cf. Abbé E. Vacandard, *Vie de S.^t Bernard*, vol. I, pág. 236-7.

ração aos soldados, mas não lhes dizia que abandonassem as armas. «O soldado de Cristo tira a vida com segurança para si mesmo, expõe a sua ainda com mais segurança.» Não é sem razão que usa espada: é ministro de Deus para castigar os malfetores, para recompensar os bons; e Bernardo expõe um contraste muito característico entre a simplicidade do cavaleiro de Cristo e o complicado equipamento do cavaleiro secular com as suas mangas roçagantes e selim dourado. A seguir pinta a vida de um templário, toda vigor, obediência, trabalho árduo. Nada de ociosidade, de jogos semelhantes ao xadrez ou aos dados, nada de caçadas, de altanaria ou de representações teatrais; cabelo curto, porque o Apóstolo disse que era uma vergonha para um homem cuidar do cabelo. Em algumas palavras enérgicas recapitula a pouco asseada nobreza do Templário: «Nunca se limpa, raras vezes se lava, o cabelo por pentear e sem cuidado, coberto de pó, enegrecido pela armadura de aço e queimado do sol.»

Isto era, talvez, um pouco excessivo. A opinião mais corrente acerca da Cavalaria pode coligir-se dos escritores que consideram o *milites* categoria social integral, com papel determinado. «A cavalaria — diz João de Salisbury, ao comparar a organização do reino com a do corpo humano — é a mão armada do Estado.» Os seus membros devem ser guerreiros cuidadosamente escolhidos, valentes, disciplinados e viris, obrigados por juramento a servir o rei, sem jamais excluírem o dever de proteger a Igreja. Esta é a sua primeira missão em todos os tempos ⁽¹⁾. A mesma ideia encontra-se em Vicente de Beauvais, que se aproveita da metáfora da mão empregada por João. «Um príncipe cristão deve escolher os seus cavaleiros mais pela fé e pelo valor moral do que pela força.» «A utilidade de uma cavalaria organizada consiste em proteger a Igreja, atacar a deslealdade, em respeitar o sacerdócio, castigar os erros dos pobres, manter no país o estado de paz ⁽²⁾. Em ambos os escritores os cavaleiros consideram-se não cortesãos ou classe elevada, cuja cultura seja a sua única justificação, mas funcionários responsáveis, executores da justiça do príncipe, os polícias armados do Estado. O contraste entre esta opinião e a laica vai ver-se daqui a pouco.

(1) — *Policraticus*, ed. C. C. J. Webb, vol. vi, fól. 601 b.

(2) — *Speculum hystoriale*, ed. 1740, de XXXI, cap. CXXXI.

No decorrer do século XII chegamos a um período de sofisma literário, quando as virtudes cavalheirescas dominantes, celebradas na antiga poesia épica, dão lugar às maneiras mais delicadas das novelas inspiradas por Chrestien de Troyes e dos romances arturianos. Os trovadores iniciaram a moda. Não era que as duas formas literárias — o poema épico e a obra das escolas romanescas — se sobrepusessem, pelo que mal se pode falar em rigorosa selecção cronológica; todavia os sentimentos são diferentes. O ambiente tornou-se profissional, até mesmo um pouco alexandrino nas suas primeiras fases. Como o Prof. Ker disse um dia, com os olhos postos nos seus queridos heróis nórdicos: «[O romance] chegou através da obra de mil escritores activos que sabem do seu officio e têm os olhos postos nos lucros» (1), e o interesse profissional é, *par excellence*, a arte de amar. As características de *l'amour courtois* em relação com a cavalaria medieval consideram-se, noutro passo desta obra, segundo outro ponto de vista, sendo aqui possível apenas resumir o significado de conceito tão complexo e variado. A verdadeira distinção entre o antigo e o novo é o interesse absorvente do desejo insatisfeito. O amor tornou-se rito, quase religião. Para os seus partidários tanto pode ser simples relações físicas, como abranger toda a espécie de aspirações éticas, e, como em Francisco Barberino e na poesia do *dolce stil nuovo*, realçar os elementos espirituais a tal ponto que ele se considere hábito do nobre coração, virtude calma e fecunda, por vezes união com o próprio princípio da beleza. O que importa ao historiador da cavalaria é que os românticos medievais, como todos os românticos, elevando o amor, criando para ele um sistema de regras e levantando à sua volta um movimento estético, estavam a fazer alguma coisa para o espiritualizar. Pediram-se ao feudalismo os termos para estruturar a nova convenção (2) — tendo o resultado considerável influência na opinião da Idade Média acerca da mulher e do seu lugar na sociedade.

O código era produto profundamente artificial, como se vê, por exemplo, na obra do capelão André, que apresenta 39 proposições, sendo a primeira que o casamento não é desculpa boa para rejeitar o amor, dito baseado em versos de uma

(1) — *Épic and Romance*, pág. 324.

(2) — Cf. J. Anglade, *Les Troubadours*, pág. 77-8, onde se vêem exemplos tirados de Bernard de Ventadour e de Peire Vidal.

decisão da condessa Maria da Champanha para provar que não podia haver amor verdadeiro entre marido e mulher. Mas nem tudo era como isto: no tratamento «convencional» do amor há muitas distinções, desde a fresca música matutina da Provença, anterior à Cruzada contra os Albigenses, até ao grande corpo de obras influenciadas pelo sensualismo da continuação (de João de Meung) do *Roman de la Rose*, ao passo que no meio fica toda a literatura que sofreu a influência da *Ars amatoria* de Ovídio, ou das suas traduções como a de Jacques d'Amiens, e obedece à regra. Em toda a variedade, fresca ou exótica, deste fértil crescimento, alternam duas características: ou há completa indiferença pelo ideal de feminilidade descrito pelo ensino religioso dos primeiros séculos e pelas exortações menos ascéticas e mais sôbriamente úteis de eclesiásticos contemporâneos como Humberto de Romans; ou — e isto acontece em particular nas obras dedicadas às mulheres — faz-se a tentativa para distinguir entre a verdadeira espécie de amor e a sua degenerescência, para colocar o amor cavalleiresco ideal acima das corrupções da escola da *Rose*. Não deixa de ter certo fundamento que o culto pela Virgem, que no século XII teve abundante expressão artística e literária, faça parte da reacção, apesar de um dos seus efeitos religiosos mais conhecidos, a festa da Imaculada Conceição, ser uma velha festividade inglesa anterior à conquista (1). Essa tentativa pode descobrir-se em poesias como o *Ensehamen*, de Garin lo Brun, ou na encantadora *Die Winsbekin*, do autor alto alemão anónimo, que descreve uma mãe a ensinar à filha a distinguir entre o «*hòhe Minne*», o amor honesto, «que não rebaixa o coração», e o «*twingende Minne*», ou a paixão que rebaixa (2). A indiferença descuidosa partilha, portanto, os despojos com as considerações morais, havendo às vezes uma mistura das duas coisas, como no encantador *Non ci togliete a Dio, femmine*

(1) — Veja-se, sobre isto, as observações do bispo Edmundo, em Gasquet e Bishop, *The Bosworth Psalter*, págs. 44-5, nota 8. É com certeza verdade que o culto da Virgem e o culto da cavalaria cresceram juntos e exerceram mútua influência e reacção. Cf. Dr. Eileen Power, «The Position of Women», in *The Legacy of the Middle Ages*, ed. Crump and Jacob, pág. 404.

(2) — Alice Hentsch, *De la littérature didactique s'adressant spécialement aux femmes*, págs. 45-50.

provocanti, de Jacopone da Todi ⁽¹⁾. Daí resultou que a ideia medieval da mulher é incongruente e dupla, meio ascética no seu alvo de pureza isolada e no seu casual menosprezo do estado marital, meio mundana na livre apreciação das complicações da cortesia ⁽²⁾. Ora apesar de este último aspecto não participar da aprovação dos moralistas eclesiásticos, não deve supor-se que a opinião do trovador ou novelista comum tivesse sobre a sociedade efeito grosseiro ou pouco são. É melhor do que a austeridade que rodeia a vida de ameaças do fogo eterno, ou o mergulho de cabeça numa existência de prazer físico. Pode condenar-se esse estilo e essa polidez como artificialismo, mas nenhuma civilização digna desse nome pode dispensá-los; são preferíveis aos desbragamentos dos Fabliaux e dão ao *Roman de la Rose* as suas características mais atraentes.

Esta concepção cavalheiresca do amor resultava, em parte, da condição em que viviam as classes nobres, em parte afectava-a por sua vez. Embora santificado pela Igreja, o casamento, além de ser proveitoso para o suzerano, considerava-se modo conveniente de aumentar os bens de uma pessoa, havendo talvez mais *mariages de convenance* na Idade Média do que na Europa posterior ao Feudalismo. Que a mulher casada era, mais do que a donzela, objecto de atenção explica-se em parte pela sua situação. Enquanto o marido se encontrava longe, em serviço ou em qualquer expedição militar, era ela o suzerano aos olhos dos vassallos. Podia efectuar a defesa dos castelos do seu senhor se ele se encontrasse atacado em qualquer parte, governar a sua Corte e, em geral, superintender nos seus negócios. A vida do castelo era de responsabilidade, como Dame Nicolaa, defendendo-se heróicamente em Lincoln, poderia ter dito em 1217 aos seus libertadores. A sofredora Énide da história de Chrestien de Troyes não é figura totalmente lendária, nem a Liénor que, no *Guillaume de Dôle*, defende a sua inocência perante a Corte do Imperador. Quando escreveu a sua *Ballade des femmes au temps jadis*, Villon fere a nota verdadeira no que respeita às mulheres da classe nobre:

(1) — O texto em *Il Dugento*, de A. Barnardini, pág. 129-31.

(2) — Devemos observar que esta incongruência não se limitou ao período medieval.

*Ou est la très sage Helloïs,
 Pour qui fut chastré, puis moyne,
 Pierre Esbaillart a Saint Denis?
 Pour son amour ot cest essoyne.
 Semblablement ou est la royne
 Qui commanda que Buridan
 Fust gecté en ung sac en Saine?
 Mais ou sont les neiges d'antan?*

*La royne blanche comme lis,
 Qui chantoit a voix de seraine;
 Berte au grant pié, Bietris, Allis;
 Haremburgis qui tint le Maine,
 Et Jehanne, la bonne Lorraine,
 Qu' Englois brulerent a Rouan;
 Ou sont ilz, ou, Vierge souveraine?
 Mais ou sont les neiges d'antan?*

Uma herdeira podia levar vida de importância e de exterior; mais tarde, se ficasse viúva prematuramente, devia ser seguida por toda a parte por um pretendente nobre, como a grande Isabel de Fortibres, condessa viúva de Aumale, foi seguida por Simão de Montfort, o jovem no tempo da guerra dos Barões. No século XIII as mulheres eram grandes litigantes. Não se pode ler os *English Plea Rolls* da segunda metade desse período sem se ficar impressionado com a sua esperteza e independência perante a lei, qualidades evidentemente necessárias se queriam conservar-se os direitos do dote.

O carácter precioso e complicado de muitas cavalaria medievais tem por fundamento o facto de as dignidades cavalleirescas, antes dos fins do século XIV, serem fechadas. A realza reclamava para si unicamente o direito de armar cavaleiros; a própria cerimónia era muito dispendiosa (1); e os descendentes das famílias nobres procuravam manter-se cada vez mais acima das grandes massas de feudatários militares, que haviam aumentado com a crescente subdivisão dos feudos; além disso, como declinava o serviço militar, e o feudo e as suas subdivisões se consideravam a uma luz utilitária, a linha divisória entre os feudos militares e os outros tornou-se

(1) — Veja-se a lista das despesas com a cerimónia da investidura de Roberto e Afonso, irmãos de Luís IX, em *Recueil des Historiens de la France*, vol. XXII, pág. 580-3.

mais pequena, e as famílias cavalleirescas mais antigas sentiram maior necessidade de se afastarem. Na Inglaterra, a cavalaria, na sua perfeita acepção continental, limitava-se a um pequeno número de grupos, as *entourages* dos grandes capitães, em que florescia numa forma tão cortês como em qualquer outra parte, perfeitamente consciente da sua posição de código internacional de actos heróicos e de boas maneiras. Na literatura bélica há poucas coisas melhores de ler do que o relato de Froissart da recepção feita pelo Príncipe Negro ao rei João, depois de Poitiers, e do banquete daquela noite em que o Príncipe serviu o monarca francês e lhe exaltou o valor. No entanto, o serôdio aparecimento de uma literatura cavalleiresca neste país é um facto importante de história social. O sr. Ker exprimiu o facto literário quando disse:

«Há muitas coisas que se podem compreender, numa literatura como a da Inglaterra antes da conquista normanda e do renascimento da cultura; mas o que antes de Chaucer não pôde compreender-se e se recordou muito ao de leve depois dele foi precisamente essa espécie de graça própria de uma Corte, de um modo de sentir requintado, como o do *Romance da Rosa*. Antes de Chaucer e Gower o compreenderem, os Ingleses não tiveram o direito de entrar naquele mundo... Nada é tão desesperado na história como as tentativas dos escritores ingleses do tempo dos Plantagenetas para dominarem o segredo da cortesia francesa.» (1)

(Temos de concordar, com o sr. Ker, que valeu a pena esperar o advento de Malory.) Por outro lado, socialmente o cavaleiro inglês comum estava muito ocupado no Tribunal do condado em júris e em inquéritos ou no desempenho do seu papel de administrador (*sheriff*) ou nas sessões dos tribunais rurais para poder viver a vida cortês. No conjunto, era demasiado labrego e encontrava-se muito sobrecarregado com o bem-estar social público. Cumpria a sua tarefa, ao contrário do Falstaff de Shakespeare, que (de modo inteiramente inglês) desempenha os deveres cortesies de um cavaleiro de França — embora a Corte possa ser a cozinha. Quando o jovem Henrique V o renega na cena patética da segunda parte do

(1) — *Essays on Medieval Literature*, pág. 137.

Henrique IV, por um momento encontram-se face a face duas concepções da cavalaria: — a mais antiga e a mais recente.

Todavia, até mesmo em França, houve protestos, de elementos estranhos aos moralistas da Igreja, contra as tendências da Escola da Rosa. A reacção mais interessante veio de uma mulher, Cristina de Pisano, a ilustre filha de um professor bolonhês de astrologia. Educada na Corte brilhante de Carlos V, os azares familiares deixaram-na, aos 25 anos, com três filhos e uma casa enorme a sustentar, tornando-se escritora, primeiro autora de poesias líricas, e mais tarde, após 1399, de poesias mais longas e mais sérias. Empreendeu a defesa das mulheres contra a Escola da Rosa ⁽¹⁾, e encontrou-se envolvida em longa controvérsia com os seus antagonistas, em cuja causa teve o auxílio de Jean Gerson. «*Petite clochette qui grant voix sonne*», como se chamou a si mesmo, os seus escritos morais contra a cavalaria e a política eram obras sérias e ambiciosas. Com grande erudição, embora por vezes obscura, apontou um ideal da cavalaria totalmente oposto a todas as suas corrupções, quer na literatura, quer na vida, na França de 1400. A *Epístola de Otéa a Heitor*, de cujo exemplar, existente no manuscrito harleiano n.º 4431, foram tiradas as gravuras que acompanham o nosso texto, foi traduzida (ela tinha muitos admiradores ingleses) com o nome de «*Boke of Knyghthode*» ⁽²⁾ por Estêvão Scrope para o belicoso Sir John Fastolf, o verdadeiro oposto do «*moult sage et vaillant chevalier*» que Estêvão lhe chama. É uma suposta missiva da deusa da Prudência ao seu protegido Heitor, quando ele tinha quinze anos ⁽³⁾, para o incitar a alcançar a cavalaria virtuosa. A epístola está escrita em verso dividido em cem *textes*, cada um deles pretexto para ministrar preceitos morais, e alude a algumas histórias da mitologia, em geral a história de Tróia. Está recheada de pitorescos anacronismos: por exemplo, as lições são tiradas por Heitor das circunstâncias da sua própria morte e da visão de Cristo mostrada pela Sibila ao imperador romano Augusto, havendo até referência à expedição de Luís, duque de Burbão,

(1) — Pelo que respeita à opinião coeva das mulheres, veja-se *Am Hofe der Herzöge von Burgund*, do Dr. Cartellieri, pág. 104-21.

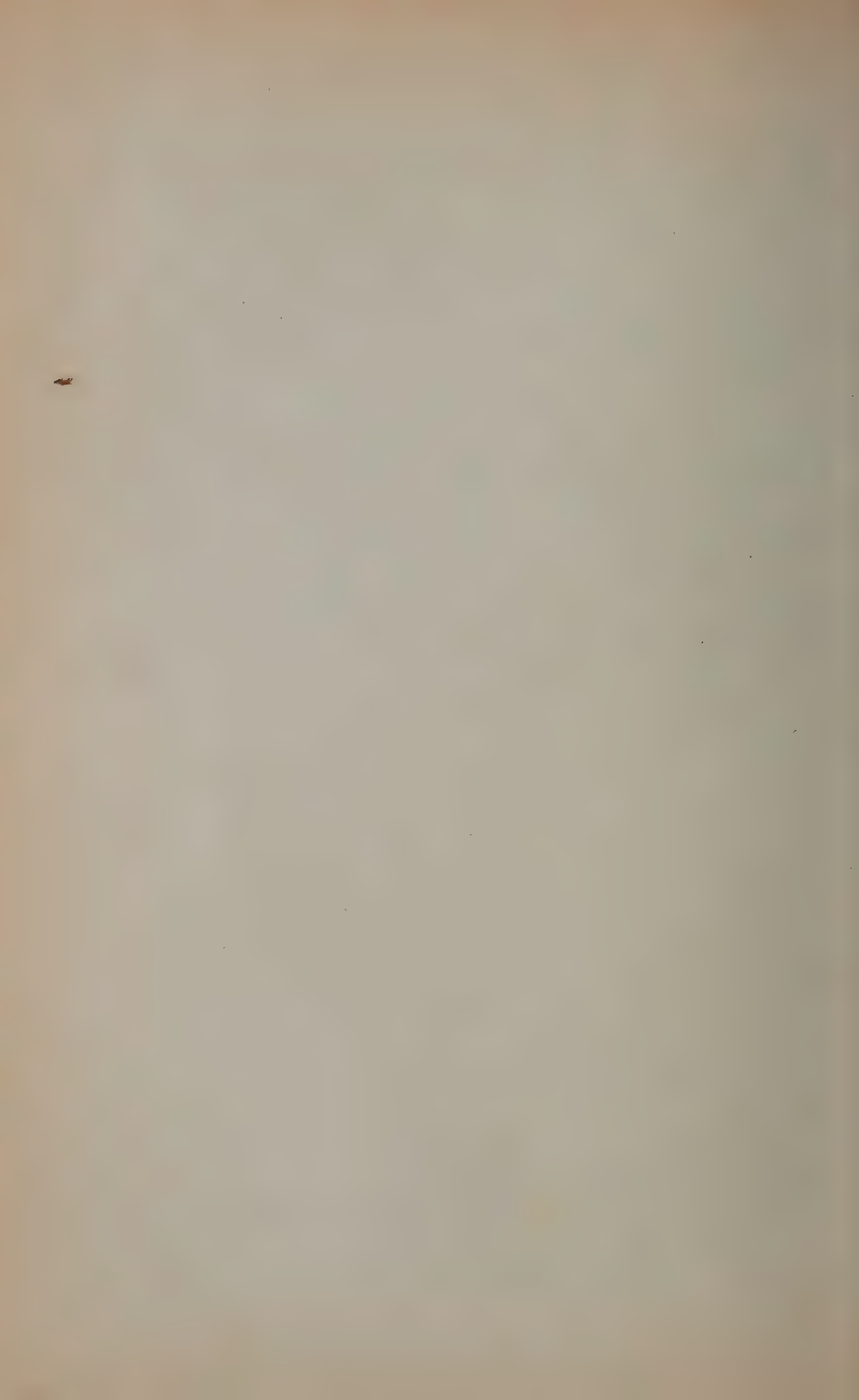
(2) — Editado por Sir George Warner para o Clube Roxburghe.

(3) — Provavelmente escrita para o filho dela, Jean du Castel, que em 1400 era dessa idade. A obra foi dedicada a Luís, duque de Orleães.

contra Túnis em 1391. Cristina faz o comentário numa «glosa», a propósito da lição de Otéa, explicando as ilusões, espalhando-se numa alegoria ao seu significado espiritual. Embora a mitologia seja complicada, as lições de Otéa ⁽¹⁾ são precisas e claras; recordam à cavalaria, complicada e brilhantemente exausta, as lições dos tempos antigos, as proezas e a devoção simples que ela celebra em algumas das suas poesias líricas mais encantadoras. Ela escrevia, porém, para um mundo complicado, o mundo do que Stubbs (que, como ela, amava as virtudes mais simples) chamava a «cavalaria bastarda.» E' fácil discordar do termo e salientar que a essência da cultura cavalheiresca se encontra na requintada brutalidade de figuras como John Graham of Claverhouse, na *Old Mortality*, e não no idealismo de Parsifal. Mas a instituição, como tentei demonstrar, compreendia tipos muito variados, sendo igualmente verdadeiro considerar cavalheiresca a pintura ideal do soldado na «*Into Battle*», de Julião Grenfell, para quem «a vida é Cor e Calor e Luz, e uma luta constante por elas; está morto aquele que não combate, e o que morre em combate lucra.» ⁽²⁾

(1) — «By Othea we schall undirstond the vertu of prudence and of wysedome whether wyth he was arrayed.»

(2) — «...life is Colour and Warmth and Light
And a striving evermore for these;
And he is dead who will not fight,
And who dies fighting hath increase.»



CAPÍTULO III

A Cavalaria de França

por F. S. Shears, B. A., L. ès L., D. de l'Univ. (1).
Professor de francês na Universidade de Aberdeen.

Os capítulos precedentes já demonstraram que a cavalaria foi uma instituição essencialmente francesa. De facto, alguns dos seus aspectos parece terem estado profundamente enraizados no carácter dos habitantes da Gália, a julgar pela descrição dos Celtas que nos foi transmitida pelo antigo geógrafo grego Estrabão. Diz ele que eles facilmente se excitavam e estavam sempre prontos para a luta. Se se encontravam encolerizados, marchavam direitos ao inimigo e atacavam-no corajosamente a descoberto, pelo que podiam ser facilmente vencidos pela astúcia. Podiam obrigar-se a combater onde e quando se quisesse, pouco importando o motivo. Além disso eram simples, espontâneos e de boa vontade se tornavam campeões da causa dos oprimidos (2). E' evidente que um substracto destes favorecia o desenvolvimento dos ideais que iriam inspirar soldados e poetas durante a Idade Média, não sendo difícil compreender porque estes ideais atingiram em França a perfeição durante os séculos XI e XII, pois pertencem assim à mesma civilização que criou a catedral gótica e iluminou toda a Europa ocidental com a sua literatura e cultura e obteve para a França o apelativo de nação escolhida de Deus, como a tribo de Judá nos tempos antigos (3). Assim como os architectos franceses eram utilizados no estrangeiro

(1) — Bacharel em Artes, Licenciado em Letras, Decano da Universidade. (*Nota do Trad.*).

(2) — Estrabão, *Geografia*, vol. IV, pág. 4.

(3) — Bula de Gregório IX, cit. por Léon Gautier, *La Chevalerie*, pág. 65.

para a construção de catedrais, assim como os estudantes de todos os países se reuniam aos pés dos mestres do Monte de Santa Genoveva em Paris, assim os jovens nobres seguiam para França, «a flor da cortesia, da honra e do valor», para aprenderem o código da cavalaria. «A fama dos cavaleiros franceses domina o mundo», diz o galês Giraldus Cambrensis, no século XII ⁽¹⁾. Quanto aos cavaleiros ingleses, não podiam comparar-se aos seus irmãos do Continente. Segundo Wace, autor anglo-saxão de uma história da Bretanha, o torneio, uma das características mais importantes da era da cavalaria, desconheceu-se na Inglaterra até ao tempo de Ricardo, e mais de um século depois, Jehan le Bel, que tomou parte nas primeiras guerras de Eduardo III contra a Escócia, diz que o cavaleiro inglês daquela época usava armadura fora de moda e era pouco estimado.

I

A primeira descrição pormenorizada do cavaleiro de França é-nos dada pelo mais antigo poema épico francês, a *Canção de Roldão*, que data dos fins do século XI ou princípios do século XII. O poema refere-se a um incidente da história de Carlos Magno, que ocorrera cerca de três séculos antes. Depois de conquistar a Espanha, Carlos Magno atravessava os Pirenéus de regresso a França, quando a rectaguarda, comandada pelo conde Roldão, foi atacada e derrotada no desfiladeiro de Roncesvales. Estes eram os simples factos da história, mas pouca importância tinham para os primitivos ouvintes para quem se escreveu este poema. Não era o Roldão da história, mas o da criação do poeta que os atraía, e o guerreiro do século VIII transformou-o o poema épico num herói nacional, que reflectia todos os ideais e aspirações da época do primeiro cruzado. Os artistas e os escultores trabalharam em honra dele, e durante séculos os poetas o apresentaram aos homens como a perfeita imagem de um cavaleiro. Por isso, é em Roldão, a quem os barões de Carlos Magno gostavam de chamar o seu campeão, que temos o primeiro representante da cavalaria de França.

(1) — Funck-Brentano, *Le Moyen Âge*, pág. 154.

Roldão vê-se melhor quando avança contra os Sarracenos à frente dos Cristãos. Monta Veillantif, o seu corcel, segura a lança erguida, e o longo pendão branco bate-lhe no peito. A sua face sorridente revela juventude e confiança em si mesmo. Olha com altivez para os Sarracenos, mas humildemente e com cortesia para os Franceses. Enquanto avança a cavalo, exclama, dirigindo-se aos que o seguem: «Senhores, sigam devagar. Estes pagãos avançam para a destruição. Grande despojo vamos ganhar hoje, maior do que qualquer rei de França ganhou.»

A *Canção de Roldão* foi escrita nos primeiros tempos da cavalaria, quando a cota de malha acabava de substituir a primitiva jaqueta de couro. Por isso não nos surpreende ver que a palavra «cavalheiresco», que o poeta emprega pela primeira vez na língua francesa para exprimir a sua admiração por um guerreiro, se refere em primeiro lugar às qualidades físicas de um cavaleiro. «Malprimes — diz o poeta — é recto e cavalheiresco; é grande e forte e digno dos seus antepassados.» Roldão tem grande parte destas qualidades: o seu ataque é comparado pelo poeta ao do leão ou do leopardo, e o seu golpe racha um inimigo em dois, do capacete à cela. O medo é-lhe desconhecido: apesar de ter apenas um punhado de homens a opor à grande multidão de Sarracenos, recusa-se a tocar a buzina para prevenir Carlos Magno do perigo em que está, com receio de que, mostrando temor pelo inimigo, manche a família e a pátria. Por três vezes, Oliveiros procura persuadi-lo, mas as suas palavras de prudência apenas inflamam o desejo de Roldão de lutar sem ajuda contra o inimigo. «Deus me defenda — diz — de ser censurado por meus pais ou de que a linda França caia em desgraça por causa de qualquer acto meu. Hei-de dar fortes golpes com Durendal, a minha boa espada, que trago cingida ao meu lado. Vais ver a lâmina toda coberta de sangue. Hoje é dia péssimo para os pagãos traiçoeiros, que estão agora reunidos. Afirmo-te que estão todos condenados a morrer.»

Não era, porém, apenas pela sua força e valor que Roldão atraía os seus contemporâneos. Ele bate-se pela causa de Carlos Magno, e esta é a causa da fé cristã. Carlos Magno é agente de Deus na terra, encontra-se debaixo da protecção especial de Deus; o anjo Gabriel vigia junto do leito dele e avisa-o do perigo iminente. Deus faz milagres em seu favor: quando Carlos Magno marcha contra os pagãos

para vingar a morte de Roldão, o sol pára nos céus, como fizera para o profeta Josué. A santidade da missão de Carlos Magno é, além disso, simbolizada pela espada Joyeuse; no punho há fragmentos da sagrada lança — a lança que atravessou o flanco de Cristo e que causara tão grande sensação na Europa quando foi descoberta pelos primeiros Cruzados. Do mesmo modo, Durendal, a espada de Roldão, que o imperador deu ao sobrinho por ordem de Deus, contém um fragmento da túnica da Virgem e outras relíquias sagradas.

Quando Roldão vê o enorme exército dos pagãos a avançar, sente-se acima de tudo desejoso de se mostrar vas-salo digno do imperador. «O imperador deu-nos este exército de franceses, vinte mil homens escolhidos, entre os quais ele sabe não haver um só cobarde», exclama dirigindo-se a Oliveiros, seu amigo. «Um homem deve suportar grandes trabalhos pelo seu senhor; por ele deve sofrer frio e calor, por ele deve sacrificar carne e sangue. Fere com a tua lança e eu descarregarei golpes com Durendal, a minha boa espada que o imperador me deu. Se eu morrer, o que a herdar poderá dizer: era a espada de um nobre vassalo.»

Ao mesmo tempo o arcebispo Turpim dirige-se aos barões reunidos e prepara-os para a batalha. Com palavras de incitamento, que um dia ecoaram em toda a Europa, apela para a devoção deles ao imperador e à causa da fé cristã. «Barões — diz — Carlos incumbiu-nos desta missão; temos de morrer pelo rei. A Cristandade está em perigo, prestai-lhe o vosso auxilio. Ides agora travar batalha, pois vedes os Sarracenos diante de vós. Confessai os vossos pecados e pedi perdão a Deus. Eu absolvo-vos para salvardes as almas. Se morreredes, sereis santos mártires e ganhareis um lugar no grande Paraíso.» Depois disto, cena piedosa que nos recorda episódios similares das primeiras Cruzadas, estes primitivos guerreiros caem todos de joelhos e são abençoados em nome de Deus pelo arcebispo, que por penitência os manda esma-gar o inimigo.

Finalmente a cena mais impressionante e mais caracte-rística de todas é aquela em que o poeta descreve a morte de Roldão. Perdeu ele Veillantif, o seu corcel; os seus com-panheiros estão mortos, incluindo Oliveiros e o arcebispo. Ferido e esvaindo-se em sangue, está estendido debaixo de um pinheiro, com o rosto voltado para a Espanha para demons-trar a Carlos que morreu como conquistador. Depois, vendo a morte próxima, pensa nas coisas que lhe são mais queridas,

em Carlos Magno que o criou, nos homens da sua linhagem. E batendo no peito, reza a pedir perdão e levanta o guante da mão direita para Deus, seu senhor soberano, depois do que os anjos Gabriel e Miguel descem do céu e lhe levam a alma ao Paraíso.

Esta é a concepção da cavalaria que encontramos nos antigos escritores da França (1), sendo ela principalmente produto desse mesmo espírito religioso que inspirou a maior parte de outros feitos medievais. O cavaleiro destes recuados tempos, como Carlos Magno e Roldão, tinha uma missão religiosa: do princípio ao fim da sua carreira, era servidor da Igreja, sendo a defesa da fé cristã o primeiro artigo do seu código. Etienne de Fougères, bispo de Rennes, no seu *Livre des Manières*, escrito no século XII, diz que S. Pedro levou duas espadas a Cristo: uma delas era para o clero, que devia castigar o pecador com a excomunhão, a outra era para o cavaleiro, que devia esmagar os inimigos da Igreja; a missão do clérigo era rezar, a do cavaleiro defender a fé. Eis porque a espada do cavaleiro era sagrada; consagrada no altar para a defesa do povo de Cristo, quando o seu possuidor morria, tinha de ser restituída ao altar.

II

As antigas crônicas de França mostram como os ideais de poeta e de pregador se repetiam na vida diária de um cavaleiro. Os cavaleiros que nos são mais familiares são os que acompanharam o rei francês S. Luís nas suas expedições ultramarinas. Graças às memórias de Joinville (2), não temos dificuldade em penetrar na fraqueza e no heroísmo destes guerreiros, não havendo perigo de se confundir a história com a lenda. Além disso não há probabilidades de a narrativa de Joinville se encontrar demasiado colorida do ponto de

(1) — W. P. Ker, em *Epic and Romance*, pág. 4, atribui o poema à «idade heróica» diferente da «idade da cavalaria», à qual associa o romance. Léon Gautier, em *La Chevalerie*, pág. 90, defende opinião oposta, considerando que os romances do século XII marcam o declínio da cavalaria, cujos verdadeiros representantes se encontram na poesia épica. Como é óbvio, torna-se impossível restringir a definição da cavalaria a qualquer das suas fases.

(2) — Joinville, *Histoire de Saint Louis*.

vista religioso, pois o cronista não era fanático. Quando S. Luís lhe perguntou que preferia ele, ser leproso ou ter cometido pecado mortal, declarou querer mais depressa ter cometido trinta pecados mortais do que ser leproso. Portanto, não é provável que um homem destes exagerasse o entusiasmo religioso dos seus contemporâneos, visto poder falar com tanta liberdade das limitações da sua própria fé.

Não obstante, quase cada página das memórias é testemunho do espírito religioso que animava o Cruzado. A partida de Joinville para a Terra Santa é, sem dúvida alguma, característica da de tantos outros cavaleiros. Depois de empenhar todos os bens para pagar o custo da expedição, como Godofredo de Bulhões fizera antes dele, parte, diz ele, com o hábito e o bordão de peregrino, não se atrevendo a olhar para trás, com receio de que o coração lhe fraquejasse ao pensar no castelo e nos filhos que deixava. Embarcou em Marselha. «Quando todos estavam a bordo, o mestre gritou à sua gente da proa:—Estais prontos?—respondendo eles que sim. E quando os padres embarcaram, pediu-lhes que cantassem em nome de Deus. E todos, em voz alta, começaram a cantar o belo hino: *Veni, creator spiritus*, que entoaram de ponta a ponta. E a cantar, os marinheiros fizeram-se de vela em nome do Senhor. O vento, levantando-se daí a pouco, inchou as velas e fez-nos perder a vista de terra, de modo que não vimos mais do que céu e mar e cada dia nos afastávamos mais do lugar de onde partíramos».

É desnecessário dar os pormenores desta malfadada expedição. As dificuldades eram invencíveis para S. Luís e os seus barões. Acampados nas planícies escaldantes do Egipto, sem víveres e num ambiente envenenado pelos mortos, apresentam um quadro horrendo de fome e doença. Mas, tal como os guerreiros da *Canção de Roldão*, queriam suportar os sofrimentos por amor da sua religião e da sua honra, e, também como Roldão, queriam alcançar um lugar entre os santos do Paraíso. Quando, anos depois, um destes cavaleiros se batia contra os Alemães, conta-nos o cronista que ele rogou a Deus que tivesse piedade dele e o libertasse daquela guerra contra Cristãos, para poder morrer ao Seu serviço e assim ganhar o reino do Paraíso. Joinville fala-nos, algures, de um homem valente, o senhor Jaques de Castel, bispo de Soissons; quando viu que os Franceses estavam a retirar para Damietta, ele, que tinha um

grande desejo de estar com Deus, não sentiu desejo nenhum de voltar à pátria. Por isso apressou-se a ir ter com Deus: esporeou o cavalo e caiu sôzinho sobre os Turcos, que o mataram com as espadas e assim o puseram na companhia de Deus e no número dos mártires.

Quantas vezes Joinville nos recorda o exemplo do próprio rei Luís: a sua lealdade e a sua devoção à causa do seu povo, e a resolução de partilhar de todos os sofrimentos e perigos deste! «Assim como Deus morreu por amor do seu povo, assim o rei arriscou o corpo, muitas vezes, pelo amor que tinha ao seu povo.»

Quando se discutia o regresso do rei a França, este foi fortemente contraditado por Joinville, que ficara solenemente impressionado pelas palavras de um dos seus primos, ao partir de França: «Vós ides partir para o Ultramar; tende cuidado em como heis-de voltar, pois nenhum cavaleiro, rico ou pobre, pode regressar sem vergonha se deixar nas mãos dos Sarracenos a mais insignificante ovelha do Senhor, na companhia de quem partiu.»

Uma das cenas descritas por Joinville tem semelhança flagrante com o episódio da *Canção de Roldão*, em que Rolando se recusa a tocar a buzina para chamar Carlos em seu auxílio; mostra isto que a expressão pelo poeta do sentimento da honra no cavaleiro era apenas um pálido reflexo da realidade. Um grande grupo de turcos rodeava Joinville e os seus, e como muitos deles estavam seriamente feridos, Joinville viu que já não havia esperança, a não ser no auxílio dos santos. Neste momento crítico, um dos seus cavaleiros viu o conde de Anju, mas não quis pedir socorro sem primeiro perguntar se isso estava de acordo com a sua honra. Joinville relata como este cavaleiro lhe apareceu — figura horrível, porque fora ferido no rosto e o nariz caía-lhe sobre a boca — e lhe disse:

«— Senhor, se julgais que nem eu, nem os meus herdeiros incorreremos em censura por isso, vou à procura do auxílio do conde de Anju, que vejo além, no campo», ao que Joinville respondeu:

«— Meu senhor Everard, parece-me que ganhais grande honra se salvardes as nossas vidas. A vossa também está em grande perigo.»

E o cronista acrescenta que disse a verdade, porque o cavaleiro morreu, depois, da ferida.

Cenas de heroísmo como esta são impressionantes

de mais, devido aos pormenores dados por Joinville, que mostra que no fim de contas os Cruzados eram soldados duros e não santos. Não muitos destes soldados imitaram o exemplo de piedade diária do rei. O próprio Joinville declarou ao rei recusar-se a lavar os pés dos pobres porque lhe causava náuseas lavar os pés de indivíduos tão reles. Dizem que S. Luís fez tudo quanto pôde para acabar com o praguejar; ele mesmo nunca foi ouvido praguejar durante os vinte e dois anos que Joinville o conheceu. Mas, diz Joinville, no reino de França quase não havia ninguém que não abrisse a boca sem falar no Diabo. Depois da tomada de Damietta, no primeiro impulso da vitória, a atitude dos Cruzados foi pouco menos solta do que a da maior parte das tropas em circunstâncias análogas, e uma das observações de Joinville mostra que até os chefes se não encontravam livres de suspeita. Estas fraquezas humanas servem apenas para realçar a força dos ideais que podiam levar os homens a dar exemplos tão belos de sacrifício. Tinham eles recebido dos poetas a promessa:

*Ki ore irat od Loovis,
ja mar d'enfern avrat pour
char s'alme en iert en pareis
od les angles Nostre Seignor (1).*

E o preço que pagaram pela sua fé inabalável vê-se no passo em que Joinville conta como ouviu, do seu leito de doente, o continuo toque do sino da capela próxima, para onde eram levados todos os dias os corpos de vinte guerreiros ou mais, ao som do cântico *Libera me Domine*.

Entre os muitos incidentes narrados por Joinville e que nos esclarecem quanto aos costumes e instituições da cavalaria, há um que tem interesse especial, por revelar em que grande respeito era tida a pessoa de um cavaleiro no século XIII. Joinville está a comentar a equidade de S. Luís nos seus julgamentos na Síria. Um dos soldados do rei batera em um dos cavaleiros de Joinville, e este queixou-se da ofensa ao monarca. Ao princípio S. Luís não queria resolver o caso, dizendo que o soldado apenas empurrara o cavaleiro.

(1) — «O que for com Luís jamais temerá o inferno, porque a sua alma estará no Paraíso, com os anjos de Nosso Senhor». Estes versos, escritos em 1146, referem-se a Luís VII.

Mas Joinville insistiu e declarou que deixaria o serviço do rei, se se permitisse que um soldado empurrasse um cavaleiro. Então o rei ordenou que o ofensor pedisse perdão. Trouxeram-no, descalço e vestido apenas com a camisa e as calças, obrigando-o a ajoelhar perante o cavaleiro. A seguir apresentou ao cavaleiro uma espada desembainhada, dizendo: «Meu senhor, peço perdão por haver posto a minha mão sobre vós e trouxe esta espada para que me corteis a mão, se tal for vossa vontade.»

III

A expedição de S. Luís à Síria marca o retrocesso na história das Cruzadas. Jamais se ouve falar de novo do mesmo entusiasmo. Quando o rei planeou a segunda campanha, a cruzada contra Túnis, Joinville, que fora tão fiel servidor na Palestina, protestou com energia. Aos que insistiam com ele para tomar a Cruz, respondeu que seria mais agradável a Deus se ficasse na pátria a ajudar a defender o seu povo. Objecções análogas são manifestadas pelo poeta Rutebeuf, contemporâneo de S. Luís, no seu diálogo entre o Cruzado e o Não-Cruzado. Este recusa-se primeiro a tomar a Cruz, diz ele, porque isso implicaria a venda dos seus bens ao desbarato e deixar os filhos aos cães, o que, tem ele a certeza, não é a vontade de Deus. Além disso, acrescenta, não é necessário ir à Terra Santa para alcançar o Paraíso; pouco se importa com as ameaças do sultão: se este viesse a França, ele bem sabia como havia de castigá-lo, mas não tem intenção de ir lá longe procurá-lo.

Ao mesmo tempo, em lugar deste entusiasmo religioso, então em declínio, outro ideal menos austero substituíra-se-lhe no código do cavaleiro: o amor humano ao serviço da mulher. Uma poesia de Conon de Bethune, um dos chefes da 4.^a Cruzada, mostra como podiam dividir-se os sentimentos, até de um guerreiro do século XII. O poeta não pergunta qual é o dever do cavaleiro: ele sabe que todos os que partem vão alcançar vida imortal; todavia lamenta a partida: a sua dor é causada pelo pensamento da dona que vai deixar, pois se o corpo vai servir o senhor, o coração fica ao serviço da sua amada:

*Ahi! Amours con dure departie
Me convendra faire de la meillour
Ki onques fust amee ne servie!
Deus me ramaint a li par sa douçour
Si voirement que m'en part a doulour.
Las! qu'ai-je dit? ja ne m'en part je mie:
se li cors vait servir Nostre Seignour,
li cuers remaint del tout en sa baillie (1).*

Vemos aqui um sentimento desconhecido na fase mais antiga da cavalaria. Na maior parte das primitivas poesias francesas, o cavaleiro só pensa na guerra e, em geral, mostra-se indiferente perante os encantos do belo sexo. «Estes guerreiros — disse-se um dia — pensavam menos numa bela mulher do que numa boa lançada ou num belo corcel.» De facto, a mulher era tão pouco estimada naquelas eras recuadas, que os poetas contam como, às vezes, o Senhor se valia dos seus direitos feudais para bater na mulher. Até na *Canção de Roldão*, que nos apresenta a figura patética da bela Auda, a heroína desempenha papel sem importância, e quando Roldão, nos seus últimos momentos, pensa nas coisas que lhe eram mais caras, não tem um pensamento para a prometida, que desmaia e morre ao saber da morte do seu amado.

A mudança de atitude para com as mulheres deu-se pelos meados do século XII. Em parte deveu-se à situação mais estável do país e ao correspondente aumento de prosperidade e requinte, em parte à influência do Sul, que achou o caminho para o Norte por meio do casamento de Luís VII com Leonor de Aquitânia, e com a mistura do Norte e do Sul nas expedições ultramarinas. A partir de então a influência da mulher é dominante e dá à vida e à literatura um ritmo mais suave. Os poetas, imitando os trovadores da Provença, cantam agora as perfeições das suas damas, fazem-lhes súplicas a pedir-lhes a piedade e procuram merecer-lhes a graça. O cavaleiro luta para ganhar o favor da sua dama; Marte e Vénus encontram-se unidos e a palavra *amoureux*

(1) — «Ah! Amor, como me será duro separar da melhor mulher que jamais foi amada e servida! Deus me traga de novo, pela sua bondade, a ela, tão certo como eu parto cheio de dor. Ai! que disse eu? na verdade eu não parto: se o corpo vai servir Nosso Senhor, o coração fica inteiramente ao serviço dela.»

começa a significar, não só o amante, mas também as virtudes gerais do cavaleiro. Por fim, domina a ideia de que um homem não pode ser perfeito cavaleiro se não for perfeito amante.

A perfeição no amor é principalmente a cortesia, cujo significado se mostra na deliciosa composição o *Lais da Sombra* ⁽¹⁾. Um cavaleiro e uma dama encontram-se junto de um poço. O cavaleiro procurava meter um anel no dedo da dama como prova do seu amor; ela porém, ordena-lhe que o tire, o que ele faz, mas, olhando para o anel, diz: «O ouro não enegreceu por ter estado em contacto com esse dedo.» Inclina-se então para o poço e vê a imagem da dama reflectida na água clara. «Olhai!» — diz ele. — «Não quero ficar com este anel, porque vai possuí-lo a minha linda amiga, aquela que eu mais amo depois de vós». «Mas — pergunta a dama — onde a vistes?» «É a vossa sombra» — responde ele; e atira o anel ao poço.

É este amálgama de galantaria com os velhos elementos da cavalaria que caracteriza o cavaleiro da guerra dos Cem Anos. Fosse qual fosse a sua razão para combater, o único motivo confessado era o amor da sua dama, fórmula que em geral acompanhava o desafio para o combate. Todos os heróis da época têm uma amada por detrás de si, que os incita a praticar actos valorosos. Foi o Amor, a acreditarmos os poetas, que primeiro inflamou a coragem de Du Guesclin:

*Premierement pour Amours fut armé,
Ce disoit-il, et desir d'estre aimé
Le fist vaillant* ⁽²⁾.

Até o próprio Eduardo, vencedor de Crécy, foi inspirado, segundo Froissart, pelo seu amor à condessa de Salisbury.

Como «as armas e o amor» se associaram durante a guerra dos Cem Anos pode ver-se em dezenas de passos, só nas crónicas de Froissart. Por ocasião da expedição à África, os franceses descobriram nas fileiras dos sarracenos um jovem cavaleiro mouro, que montava um cavalo vivo e irrequieto, que era fácil de manobrar e parecia voar pelo ar. Todo o seu equipamento era negro, excepto o turbante branco, e

(1) — *Le Lai de l'Ombre*, ed. J. Bédier (Soc. des Anciens Textes).

(2) Christine de Pisan, *Œuvres poétiques*, II, pág. 96

trazia usualmente três virotes aguçados e providos de penas, que manjava com perícia. Dizem que os cristãos concluíram que as suas proezas as inspirava seu amor a uma dama da sua nação, filha do rei de Túnis, senhora lindíssima, segundo o relato de uns mercadores genoveses que a tinham visto na cidade de Túnis. Acrescenta o cronista que, durante o cerco, os cavaleiros franceses sentiram grande prazer em ver os feitos que ele praticou por amor da sua dama, e muitas vezes procuraram aprisioná-lo, mas o jovem mouro estava bem montado demais para consentir que o apanhassem.

Outra história, característica da época, é a de Olivier Mauni e das perdizes. Durante o cerco de Rennes pelo duque de Lencastre, um cavaleiro inglês aproximou-se das muralhas da cidade, levando umas perdizes que apanhara no campo, e pediu para falar com Du Guesclin, que comandava a defesa. O inglês encontrou junto das portas Olivier Mauni, que lhe perguntou se ele queria dar ou vender as perdizes para as damas da cidade, ao que o inglês desafiou o francês para lutarem por elas. Olivier não precisou de novo convite. Armado, como estava, saltou o fosso e começou o combate sob as muralhas da cidade, à vista dos dois exércitos e das damas de Rennes, que assistiam das muralhas com interesse. Olivier venceu, por fim, o antagonista, e depois levou-o, a bem ou à força, por cima do fosso para a cidade, apresentando-o ali às damas, juntamente com as perdizes.

O resto da história não é menos curioso. O vencedor ficara ferido no duelo e precisava de certas ervas para curar as feridas. Por isso chamou o seu prisioneiro e prometeu-lhe a liberdade, se lhe arranjasse um salvo-conduto que lhe permitisse deixar a cidade por um mês. O cavaleiro inglês foi ter com o duque, que o chasqueou por causa das perdizes e lhe concedeu o que o francês pedia. Olivier foi depois admiravelmente tratado no acampamento inglês, sendo visitado todos os dias pelos cirurgiões do próprio Lencastre. Quando por fim ficou curado e se despediu do seu hospedeiro, este ofereceu-lhe louças de prata e deu-lhe um recado para as damas de Rennes, manifestando o desejo de que pudessem ter perdizes com frequência.

Entre os muitos outros passos das *Crônicas*, que ilustram a galantaria do tempo, há um porque raras vezes têm dado os historiadores da cavalaria, sendo para mais tudo quanto há de mais interessante, porque, se o episódio é verdadeiro, tem importante projecção na história inglesa. Quando

a rainha Isabel abandonou o marido, Eduardo II, e fugiu para França, esperava primeiro obter auxílio do irmão, o rei de França. Mas falhou por esse lado, apelando a seguir para Guilherme de Hainault e seu irmão João, considerados pelos contemporâneos modelos de cavalaria. Desta vez o apelo não foi em vão. Quando chegou a Valenciennes, fugitiva e sem dinheiro, os cavaleiros do Hainault saíram a cavalo ao seu encontro e justaram ao longo da estrada para a divertirem. Havia muitos que entendiam que a expedição a Inglaterra seria empresa muito perigosa. Mas João de Hainault não se sentiu desanimado por isso e declarou: «Todos os cavaleiros devem fazer o possível por auxiliarem as mulheres e as donzelas em perigo.» Só se morria uma vez, disse ele, e antes queria morrer logo ao serviço desta nobre dama, expulsa do seu reino, do que de outra maneira. Por isso efectuou-se a expedição, do que resultou a deposição de Eduardo II e a coroação de seu filho, o jovem Eduardo III.

IV

Apesar desta glorificação do espírito de galantaria, a religião ainda continuava a ser o primeiro artigo do código do cavaleiro. Froissart, ao definir os deveres de um cavaleiro na sua poesia intitulada *Temple d'Honneur*, declara, de entrada, que ele tem de obedecer às ordens da Igreja, assistir à missa com devoção, confessar-se e servir Deus com temor. Ainda se rezam orações antes da batalha e, pelo menos em uma ocasião, dão-se graças a Deus pela vitória: foi quando D. Pedro agradeceu ao Príncipe Negro o auxílio deste: «Dai graças e todos os louvores a Deus — respondeu o Príncipe — porque foi Ele quem vos deu a vitória, e não eu.»

Não obstante, não encontramos na história da Guerra dos Cem Anos quaisquer indícios daquele entusiasmo religioso que inspirou os cavaleiros das primeiras Cruzadas. Já se não ouve falar do desejo de ganhar o Paraíso, dizendo Froissart que os soldados do seu tempo pouco se importavam com perdões, a não ser à hora da morte. Quando lemos os relatos das Cruzadas do século XIV vemos-nos obrigados a concordar com o conde Alberto da Baviera: que a única razão do cavaleiro para combater era «alcançar a vã glória deste mundo». Vê-se isto em especial

na descrição que o cronista faz da cruzada contra os Mouros da África. Os Genoveses queriam esta guerra apenas por razões de ordem comercial e mandaram embaixadores a França para obterem ajuda, pois, como havia então tréguas entre a Inglaterra e a França, sabiam que muitos cavaleiros, «que nada tinham que fazer», ficariam contentes por se lhes juntarem. Quando receberam este convite, os cavaleiros franceses sentiram muita satisfação ante a perspectiva de «ganhar honra», e informaram os enviados de que podiam contar com ajuda «no seu louvável desejo de expandir a fé cristã». Quando, depois da chegada dos cruzados à África, os Sarracenos quiseram saber quais as razões porque se lhes declarara guerra, os Cristãos responderam que era por causa de os seus antepassados terem crucificado e morto o Filho de Deus, chamado Jesus Cristo, o verdadeiro profeta, sem qualquer causa ou razão justa. Mas os Sarracenos eram mais versados em história religiosa e receberam com escárneo a resposta, diz-nos Froissart, mandando dizer aos Franceses que eles faziam afirmações sem provas, pois haviam sido os Judeus e não os Sarracenos quem crucificara Cristo.

No século xiv houve, naturalmente, escritores que declararam que a ordem das batalhas estava nas mãos de Deus: um, de facto, vai até ao ponto de dizer que a derrota francesa em Crécy era castigo de Deus por se usarem modas extravagantes no vestir, em particular a túnica curta, que revelava a forma do corpo (1). Todavia, a opinião mais corrente parece ter sido que Deus nada tinha que ver com as cenas de sangue e crueldade, tão frequentes durante a Guerra dos Cem Anos. Froissart diz que a graça de Deus vale muito, mas que no seu tempo via poucos senhores aumentarem os seus bens por outros meios a não ser a força. O século xiv criara, com efeito, para si mesmo uma divindade mais em harmonia com o espírito do tempo do que o Deus do Novo Testamento. Essa divindade era a Fortuna. Fora ela extraída por Alain de Lille e Jean de Meung do *De Consolatione Philosophiae*, de Boécio, e a partir de então cantada por uma centena de poetas e pintada por numerosos artistas. Chegou até à catedral, onde a representação da sua roda nos vitrais estava ali para avisar os homens de que não deviam pôr demasiada fé nas prosperidades deste mundo. Durante a Guerra dos Cem Anos, quando riqueza e poder mudavam rapidamente

(1) — *Grandes Chroniques de S.^t Denis*, vol. V, pág. 462.

de mãos, era a ela que, em geral, se atribuía a instabilidade dos negócios humanos. Referindo-se aos homens de baixa origem, diz Froissart que quando estão no alto e se julgam seguros, a Fortuna os faz cair na lama, mais baixo ainda do que estavam, e o mesmo tema dá ao cronista a sua fórmula da guerra: «Ora em cima, ora em baixo, tal é a sorte da guerra.» Esta deusa inconstante, portanto, é indício de que uma atitude negligente perante a vida substituíra os princípios cristãos de servir e de sacrifício.

Todavia, apesar do enfraquecimento do elemento religioso, o código da cavalaria era ainda um ideal magnífico, cuja consequência era introduzir nos processos de guerrear espírito de generosidade e lealdade, com que não podemos competir no século xx. Vítor Hugo, na *Légende des Siècles*, para reviver a era da cavalaria, narra o combate entre Roldão e Oliveiros, que adaptou da poesia épica *Girard de Vienne*. Tendo desarmado o seu antagonista, Roldão recusa-se a tirar partido disso por considerar tal acto indigno da sua categoria. Por isso pede a Oliveiros que mande buscar outra espada e de melhor têmpera. A cena é própria de muitos episódios narrados por Froissart. Quando Eduardo assediava Reims em 1360, um grupo de cavaleiros ingleses foi pôr cerco ao castelo de Cormicy, das proximidades. Não podendo tomá-lo de assalto, foram buscar grande número de mineiros de Liège e ordenaram-lhes que minassem a fortaleza. A mina foi aberta por baixo do fosso até à torre principal e segura com estacas. Feito isto, os assediantes pediram para falar com o capitão francês e intimaram-no a render-se, se tinha amor à vida. Os cavaleiros franceses riram-se ao ouvir a intimação e responderam que se encontravam muito bem dentro da fortaleza e que não havia falta de víveres, nem podiam crer que o castelo, construído de boa pedra e madeira, se encontrasse em risco de cair. Todavia, no fim os defensores consentiram em sair, depois do que os mineiros lançaram fogo às estacas, e a torre principal, rachando em duas, desmoronou-se dentro do fosso. Por isso os franceses renderam-se de acordo com o combinado e agradeceram aos ingleses a sua cortesia!

Segundo o código da cavalaria, pouca importância tinha ficar o cavaleiro vitorioso ou não, desde que se comportasse com honra diante do inimigo. Efectivamente, um autor declara que não há que censurar um rei por perder uma batalha; pelo contrário, para ele é honra ter tido a coragem

de combater com inimigo superior em número ⁽¹⁾. Quando, após a batalha de Poitiers, o Príncipe Negro teve à sua mesa o rei João, seu prisioneiro, insistiu por servi-lo pessoalmente, com toda a humildade, e, de joelhos no chão, felicitou o rei pelo seu magnífico procedimento durante o dia. «Não digo isto para vos lisonjear — acrescentou o príncipe — pois do nosso lado todos têm a mesma opinião e estão concordes em que o prêmio e a coroa devem ser-vos concedidos, se quizerdes ter a bondade de os aceitar.»

É verdade que a valentia do cavaleiro do século XIV está sujeita a crítica. O guerreiro dessa época teria sido, sem dúvida, melhor soldado, se se preocupasse menos com o valor pessoal e prestasse mais atenção à tática. Todos nós temos, porém, certa admiração por essa impetuosidade juvenil que não distinguia entre bravura e temeridade. De todas as histórias de temeridade louca narradas pelos historiadores da Guerra dos Cem Anos, nenhuma há mais extravagante do que a da Ordem da Estrela. Esta Ordem, conta o cronista Jehan le Bel, foi fundada pelo rei João em 1352, no modelo da Távola Redonda, que existira outrora nos tempos do rei Artur. Devia constar de 300 dos mais valentes cavaleiros do reino de França, e todos os anos o rei deveria reunir em conselho todos os seus membros; ali cada um relataria as suas aventuras, gloriosas ou não, que se lhe deparassem desde a realização do último conselho. O rei tinha de nomear dois ou três letrados para escreverem estas aventuras, devendo o conselho resolver qual era o mais valente e o mais digno de ser honrado. Quem não fosse valente e sem mácula não podia entrar para esta Ordem, devendo todos jurar que jamais fugiriam ao combate... Aconteceu, porém, que no ano imediato veio de Inglaterra uma grande hoste de guerreiros em socorro da condessa de Montfort, assolando as terras na posse de Carlos de Blois, e os cavaleiros da Estrela foram mandados pelo rei João ao encontro deles. Quando os ingleses ouviram dizer que eles vinham, prepararam-lhes uma emboscada. Os franceses avançaram sem receio e foram derrotados e mortos, incluindo 89 cavaleiros da Estrela, por terem jurado que jamais recuariam. Foi este, acrescenta o cronista, o último feito que se conhece da Ordem.

Mas o aspecto mais agradável destas guerras era o tratamento dos prisioneiros. Quando um adversário caía

(1) — *Le Débat des Hérauts de France et d'Angleterre*, pág. 45.

prisioneiro, tratavam-no como a irmão, para nos servirmos das palavras de Froissart, e deixavam-no regressar à pátria até uma certa data, em que tornava a aparecer para pagar o seu resgate. Era contrário às leis da cortesia, além disso, fixar o resgate em quantia tão elevada que implicasse a ruína do cavaleiro ou o impedisse de conservar os seus bens. Realmente, as vezes perguntavam ao prisioneiro qual era o preço que podia pagar, como aconteceu com Du Guesclin, depois de capturado pelo Príncipe Negro; e quando o príncipe manifestou a sua surpresa perante a enorme quantia de cem mil francos que o capitão francês disse que pagaria, este, segundo o seu biógrafo, declarou não haver em França uma só mulher que soubesse fiar que não quisesse trabalhar para contribuir para o seu resgate. Essa era a norma da época, e censuravam-se severamente todos aqueles que deixassem de a cumprir. O cronista queixa-se amargamente dos Alemães por este motivo, dizendo que era preferível ser fidalgo capturado por um sarraceno infiel do que cair nas mãos dos Alemães, porque estes têm os seus prisioneiros presos com correntes e torturam-nos para lhes extorquirem largas quantias, considerando ele que nenhum homem deveria consentir em terçar armas com tal gente.

Não devemos, porém, deixar-nos iludir, quanto ao carácter geral da época, por passos como estes. É fora de dúvida que, por um acto de generosidade na história da Guerra dos Cem Anos, poder-se-ia citar uma dúzia de actos de crueldade e traição; mas não deixa de ser significativo para a história do século xiv que sejam estes feitos de cavalaria os mais salientados pelos cronistas contemporâneos.

Há um passo relativo à cavalaria deste período, que merece especial atenção, porque provavelmente nos dá a melhor descrição que até hoje chegou até nós da investidura. É tirada das Crônicas do Monge de S. Dinis, a qual conta como Carlos vi de França armou cavaleiro o rei da Sicília e seu irmão Carlos. A cerimónia realizou-se na abadia de S. Dinis, de antemão preparada para a rainha e suas damas, e para a família real. No terreiro principal levantou-se uma sala com 64 jardas de comprido por 12 de largo, coberta de panos brancos e verdes e ornamentada com tapeçarias de ouro e seda, representando vários temas, que causavam a admiração do observador. Fora da abadia terraplanou-se e limpou-se um espaço com 120 jardas de comprido para as justas e torneios, e levantou-se um

pavilhão para a acomodação das damas, que deviam presidir às justas e conceder os prémios. No dia 1 de Maio os dois príncipes saíram a cavalo de Paris para S. Dinis, vestidos com trajos especiais. Segundo o uso antigo, diz o cronista, levavam uma capa larga e comprida de tecido cinzento escuro e não levavam ouro nem nas roupas nem nos ornatos. Levavam também, enrolado e atado atrás, um pano do mesmo tecido das roupas, porque esse era o costume dos escudeiros antigos quando partiam para longa jornada. Ao chegarem à abadia, dirigiram-se ao convento e purificaram-se com um banho que lhes estava preparado. Depois de terem trocado as roupas pelo trajo de cavaleiros, foram à igreja, onde rezaram diante das sagradas relíquias dos mártires. Após o jantar, conduziram-nos ao altar para passarem a noite em oração, segundo o uso antigo. Na manhã seguinte um bispo celebrou a missa. Pela porta do claustro entraram na igreja dois escudeiros da guarda real, levando cada um deles uma espada desembainhada, que seguravam pela ponta, e no punho das quais estavam dependuradas esporas de ouro. Atrás deles seguia o rei, acompanhado pelo rei da Sicília e irmão. Quando eles ocuparam os seus lugares diante do altar, aguardaram a chegada das rainhas de França e da Sicília, sendo então cantada a missa por ordem do rei. No final, o bispo avançou e os dois príncipes ajoelharam e pediram para ser admitidos na Ordem da Cavalaria. Depois, prestado o juramento, o rei pôs-lhes as espadas à cinta e ordenou a um dos seus cavaleiros que lhes pusesse as esporas. Por fim, o bispo lançou-lhes a bênção e os dois cavaleiros foram levados à sala do festim, onde jantaram na companhia do rei, dos nobres e das damas, e o resto da noite passou-se a dançar e em divertimentos. Os quatro dias seguintes dedicaram-se igualmente às justas e às festas, vendo-se o frade que narra estas cenas obrigado a acrescentar que profanaram o ambiente sagrado do mosteiro.

Quase não é preciso dizer que a cerimónia nem sempre era tão complicada como a descrita nesta crónica. Quando os cruzados de S. Luís desembarcaram no Egito, Joinville armou cavaleiro um escudeiro dentro de um pequeno barco em frente dos sarracenos, pelo que a cerimónia deve ter sido o mais sumária possível. Faziam-se, muitas vezes, cavaleiros pouco antes ou pouco depois de uma batalha, prática ilustrada por um incidente divertido, narrado por Froissart. Quando os exércitos francês e inglês chegaram a Buironfosse, no dia

marcado para o combate, levantou-se um repentino tumulto nas fileiras francesas, pensando-se então que os ingleses tinham iniciado o ataque. Por isso João de Hainault armou um grupo de 40 cavaleiros. Não houve, porém, qualquer batalha a seguir: o tumulto fora provocado por uma lebre que saltara para o acampamento francês, pelo que os novos cavaleiros ficaram depois conhecidos pelo nome de Cavaleiros da Lebre.

V

Há ainda a considerar um último aspecto da cavalaria: o torneio. Este não só proporcionava uma saída para o espírito bélico do cavaleiro em tempos de paz, permitindo-lhe ganhar «honra» nos intervalos das suas campanhas, como também constituía o grande acontecimento social do tempo, porque congregava cavaleiros vindos de todas as terras. Em particular, durante a Guerra dos Cem Anos, sempre que havia trégua nas hostilidades, sabemos de constantes idas e vindas de cavaleiros, através do canal, para tomarem parte em torneios amigáveis, quer em Inglaterra, quer em França, com os mesmos homens com quem se haviam encontrado frente a frente no campo de batalha. Incidentalmente, o torneio era também fonte de receita para o cavaleiro de sorte, que levava da liça grandes prémios em cavalos e armas: os *Fabliaux*, por exemplo, descrevem-nos um cavaleiro a queixar-se da proibição do torneio pela igreja, porque ficara assim privado dos seus únicos meios de subsistência.

O torneio compreendia duas espécies de encontros: o combate singular, ou justa, a cavalo ou a pé, e o torneio propriamente dito, encontro geral ou simulacro de combate. No torneio de Chauvency, efectuado em 1285, fez-se a distribuição da seguinte maneira: o primeiro dia, domingo, foi o da reunião e festa geral; segunda e terça-feira dedicaram-se às justas; quarta-feira descansou-se; dos dois lados se preparavam para o torneio, realizado na quinta-feira. Todas as tardes, acabados os combates, toda a gente se reunia para cantar, dançar e divertir-se.

A descrição, feita por Froissart, de S.^{to} Inglevert, ilustra certos passos dos preparativos para um torneio. Quando Carlos VI estacionava em Mompilher, encontrando grande

prazer na companhia das damas da cidade, três fidalgos jovens, inflamados por esta convivência cortesã de damas e donzelas, lançaram um desafio nos seguintes termos, o que foi aprovado pelo rei:

«Desejosos de conhecer os nobres cavaleiros, cavaleiros e escudeiros das fronteiras da França e de reinos distantes, encontrar-nos-emos em S.^{to} Inglevert no vigésimo dia do mês de Maio, e ali nos conservaremos durante trinta dias seguidos, e em cada um destes dias, excepto às sextas-feiras, libertaremos dos seus votos toda a categoria de cavaleiros e escudeiros, não importa de que terra, com cinco combates à lança ou espada, à escolha, ou com as duas coisas, se assim o quiserem. Fora das nossas tendas colocaremos os nossos escudos de combate e os nossos escudos de paz ornamentados com as nossas armas. E todo aquele que quiser justar, venha no dia anterior e toque com uma vara aquele que escolher. E se tocar no escudo de guerra, terá no dia seguinte combate de morte com aquele cujo escudo ele tocou; e se tocar no escudo de paz, terá com ele luta amigável.

«E todos aqueles que vierem ou mandarem tocar nos nossos escudos, devem deixar os nomes às pessoas nomeadas para os guardarem. E todos os cavaleiros e escudeiros estrangeiros que quiserem combater amigavelmente connosco, devem trazer consigo um amigo fidalgo, e nós faremos o mesmo pela nossa parte, os quais tratarão de dispor tudo aquilo que deve fazer-se dos dois lados.

«E pedimos a todos os nobres cavaleiros e escudeiros que aceitarem o nosso desafio que não pensem, nem imaginem que empreendemos isto por presunção, vaidade, ódio ou má-vontade, pois o nosso único desejo é ter a sua honrosa companhia e amizade...»

Esta proclamação foi divulgada em Inglaterra, em Espanha, na Alemanha e na Itália, uns três meses antes da data marcada para o encontro, para dar tempo de se juntarem os cavaleiros de terras distantes. Entretanto, iam-se fazendo preparativos para a sua recepção. Armaram-se tendas, instalaram-se arautos, trombeteiros e menestrelis, adquiriram-se grandes quantidades de bom vinho e géneros alimentícios para todos os que viessem.

Deixemos agora os três cavaleiros franceses sustentar a honra da França, o que fizeram por espaço de trinta dias, sem se ferirem, diga-se de passagem, e lancemos uma vista

de olhos para outras cenas de torneio que se encontram descritas em vários textos. A gravura anexa é tirada de uma obra do século xv, *Le Petit Jehan de Saintré*. Saintré chega à liça com um verdadeiro cortejo. À frente seguem a cavalo, menestrelis, trombeteiros, arautos e reis de armas, armeiros com animais de carga transportando caixas com armaduras; a seguir vem o seu alferes transportando a insígnia no alto de uma lança, e depois ele próprio, montado num cavalo ricamente ajaezado, e com os seus pajens. Antes de começar o combate, medem-se as lanças, e os dois combatentes juram por Deus, pelas suas vidas e pela sua honra, que não trazem nas suas pessoas quaisquer feitiços, ervas, palavras mágicas ou outros instrumentos diabólicos, que não trazem maldade ou ódio nos corações, e que vão combater apenas com o desejo único de ganharem honra e renome, e a almejada graça das suas damas. Prestado o juramento, voltam aos seus pavilhões para ajustarem os elmos; feito isto, saem outra vez, Saintré faz o sinal da Cruz e o mestre de cerimónias, postado no centro da liça, grita: «*Laissez aller!*» E logo os dois campeões correm um para o outro, de ponto em branco, «como dois leões à solta.»

Os espectadores assistiam das galerias ao combate, vivamente interessados por todos os passos e prontos a protestarem contra qualquer violação das regras. A expressão ansiosa do rosto da dama da gravura mostra a que elevado grau de excitação chegavam às vezes os espectadores. Com efeito, uma obra descreve-nos como as damas, no seu entusiasmo, tiravam as mangas e os toucados para enfeitarem os seus cavaleiros, encontrando-se para sua vergonha sem mangas e com os cabelos em massas de ouro a cair-lhes pelas costas no final dos combates; mas quando olhavam em volta e viam as suas vizinhas também desgrehnadas, logo se riam da aventura ⁽¹⁾.

Aos lados dos espectadores, os arautos berravam em defesa dos seus patronos e comentavam em altas vozes o que ia ocorrendo. A poesia que descreve o torneio de Chauvency relata como um arauto, depois de um encontro invulgarmente violento, que fez cair os dois cavaleiros juntos com os cavalos, avançou para a frente das damas e gritou-lhes: «Vede a que desgraça estes cavaleiros se encontram expostos;

(1) — Veja-se *La Curne de Sainte-Palaye*, vol. I, pág. 162.

por vós arriscam eles as suas terras e as suas pessoas; vede-os agora em perigo de morte... Ao menos consolai com algum incitamento leal aqueles que vos servem com honra e sem falsidade; e eles farão o mais que puderem com esse fim, pois Deus jamais fez um letrado tão sábio que ensinasse em 60 anos a um cavaleiro tanto quanto ele aprende com uma dama em quinze dias.»

VI

É difícil indicar, até com aproximação, a data do declínio da cavalaria. No século XII há já escritores que declaram que ela não é o que devia ser, mas isto indica apenas que o cavaleiro nunca alcançara aos olhos dos seus contemporâneos aquele tipo de idealismo representado por Roldão. Além disso, ainda mesmo quando a cavalaria se encontrava «no seu auge» encontramos críticas de sociedade que podiam muito bem emparelhar com as de Madame de Staël ao deplorar a falta de cavalaria na França moderna. Não há dúvida, porém, de que nos séculos XIV e XV o prestígio da cavalaria começava a sofrer com a introdução de métodos mais práticos de combate. Carlos V escarnecia da tática cavalheiresca do pai, o rei João, que se batera em Poitiers de acha na mão, como um herói de Canção de Gesta; Luís XI foi o menos cavalheiresco dos reis, e Comménes, seu conselheiro, declara que ele confiava mais num archeiro do que num cavaleiro. Mas a cavalaria conservava ainda certa força moral, como se vê pelos sermões do chanceler Gerson, que condena a extravagância e a gula como incompatíveis com a eficiência de um cavaleiro; ou pelas obras de Cristina de Pisano, que, na sua *Epístola de Oteia*, apresenta cem preceitos de procedimento cavalheiresco. Além disso, foi em 1398 que o marechal Boucicault fundou a Ordem da Dama Branca para a defesa de mulheres e donzelas em perigo. Um século depois ou pouco mais tarde, ainda havia pruridos cavalheirescos entre «a glória e o fumo» das campanhas italianas, como, por exemplo, quando Francisco I escrevia à mãe, depois de derrotado e aprisionado em Pavia, que tudo estava perdido menos a honra. Basta-nos, porém, ler a descrição da entrada de Carlos VIII em Nápoles por Brantôme, para vermos até que ponto descera a «Nobre Ordem»:

enquanto o rei ia atravessando as ruas, damas italianas, tão ricamente vestidas que deslumbravam os franceses com a sua beleza e magnificência, mostravam os seus filhinhos e pediam-lhes que lhes concedesse a Ordem da Cavalaria, o que o rei não recusou, desejoso de agradar a estas damas e poder, mais à vontade, contemplar-lhes a beleza e boas maneiras, assim como o esplendor dos trajos.

Apesar disso, é no século xvi que encontramos a ilustre figura de Bayard, o cavaleiro sem medo e sem mancha, que conferiu a ordem da cavalaria ao seu jovem soberano Francisco I, após a vitória francesa de Marignan. Havia decorrido mais de quatro séculos desde que o antigo poeta de França cantara as virtudes de Roldão, e durante este tempo o termo «cavalleiresco» passara a expressar muitas noções; mas não temos ainda dificuldade em reconhecer nos atributos de Bayard, tal como os enumera o seu biógrafo e servidor leal, a concepção da cavalaria ideal que encontramos no antigo poema épico:

«Todos os cavaleiros deviam ter deitado luto — diz ele — quando o bom cavaleiro sem medo e sem mácula foi desta vida para melhor... Ele amava e temia a Deus acima de tudo, nunca jurava por ele nem blasfemava dele, e em tudo só a ele recorria... O seu valor não tinha par. Em descrição era um Fábio Máximo, em empresas subtis um Coriolano, um autêntico Heitor em força e coragem, vigoroso com os inimigos, brando, pacífico e afável com os amigos... Era muito esmoler e dava também em segredo... No seu coração honrava tanto um homem com um rendimento de cem francos, como um alto príncipe com um de cem mil. Não pensava absolutamente nada nas riquezas mundanas, como provou claramente quando se encontrou no leito de morte, pouco mais rico do que era ao nascer.» (1)

(1) — *Vie de Bayard*.

OUTROS AUTORES

- Brantôme:** *Œuvres*, ed. Lalanne, 1864-1882.
- Jacques Bretex:** *Le Tournoi de Chauvency*, 1897.
- Cuvelier:** *La Chanson de Bertrand du Guesclin*, 1839.
- Christine de Pisan:** *Œuvres poétiques*. Société des Anciens Textes Français. 2 toms. 1886-1891.
- Commynes:** *Mémoires*, ed. Mandrot, 1901.
- Conon de Béthune:** *Chansons*. Classiques français du Moyen Âge.
- Le Débat des Hérauts de France et d'Angleterre*, ed. L. Pannier (Société des A. T. F.).
- Etienne de Fougères:** *Livre des Manières*, ed. Kremer, 1887.
- Froissart:** *Œuvres*, ed. Kervyn de Lettenhove, 1867-77.
Chronicles, Johnes, 1801.
Poésies, ed. Scheler.
- Funck-Brentano:** *Le Moyen-Âge*, 1922.
Les Grandes Chroniques de S.^t Denis, ed. Paris, 1836.
- Joinville:** *Histoire de S.^t Louis*, ed. de Wailly, 1867.
Le Lai de l'Ombre, ed. J. Bédier. (Société des A. T. F.).
- Antoine de la Salle:** *Le Petit Jehan de Saintré*. (Renaissance du Livre).
- Jehan le Bel:** *Les Vrayes Chroniques*, ed. Polain, 1863.
Livre des faits de Jean Boucicaut, ed. Buchon, 1836.
- Jacques de Mailles:** *L'histoire du gentil Seigneur de Bayart*, 1878.
- Rutebeuf:** *Œuvres*, ed. Kressner, 1885.
- M.^{me} de Staël:** *De l'Allemagne*.

CAPÍTULO IV

A Cavalaria da Alemanha

por H. G. Atkins, M. A., D. Lit.
Professor de alemão na Universidade de Londres.

Tratando do meu tema, a «Cavalaria da Alemanha», limitar-me-ei, tanto quanto possível, aos aspectos da Cavalaria e manifestações do seu espírito peculiares a este país. Outros escritores que me antecederam já trataram muitas das questões fundamentais; por isso mais tempo tenho para desenvolver o meu tema particular.

Na Alemanha, como em qualquer outra terra, a Cavalaria teve no Feudalismo a sua base material, e nas Cruzadas encontrou o seu campo ideal de actividade. Ao serviço do senhor terreno juntou-se o serviço do Senhor dos Céus: o guerreiro tornou-se cavaleiro cristão. Quando ao serviço de Deus e ao do seu senhor se juntou o serviço da sua dama, temos a série completa dos ideais da Cavalaria medieval, na vida e na arte — o *Gottesdienst*, *Herrendienst* e *Frauendienst* da frase alemã própria.

Está admitido que a França foi o país em que a Cavalaria nasceu. Mas, que papel desempenhou a Alemanha na sua constituição, ou melhor, na criação das condições que só por si tornaram possível o seu nascimento? Se retrocedermos aos princípios do Sistema Feudal, como condição necessária para o aparecimento da Cavalaria, encontramos-nos numa época em que a França e a Alemanha não existem como entidades separadas, e em que, portanto, é impossível dizer que qualquer delas deu o primeiro passo por este caminho.

O Sistema Feudal, iniciado pelos seus antecessores, foi definitivamente estabelecido por Carlos Magno em lugar do velho sistema germânico, reflectido, por exemplo, no *Nibelun-*

gentled, sob o qual o Estado se considerava propriedade da família real, e o rei se rodeava de um séquito de guerreiros fiéis, ligados a si pelos interesses comuns de serviço e de recompensa.

Foi a Carlos Magno, rei dos Francos, príncipe germânico, que pela primeira vez se conferiu esse domínio da Cidade Santa, que os Cruzados tentaram reclamar e transformar em realidade positiva. Como o dr. Barker diz (1): «Carlos Magno... encontrava-se intimamente ligado a Jerusalém: o patriarca mandou-lhe as chaves da cidade e uma bandeira no ano 800, e em 807 Hárune Al-Ráxide reconheceu esta cedência simbólica e Carlos Magno como protector de Jerusalém e dono da Igreja do Santo Sepulcro. Carlos Magno fundou um hospital e uma biblioteca na Cidade Santa, e a lenda posterior, que dele fez o primeiro dos cruzados e conquistador da Terra Santa, não deixava de ter certo fundamento de facto.»

No tempo dos netos de Carlos Magno, o Império deste, pelo Tratado de Verdun, em 843, fraccionou-se em três reinos distintos, que haviam de desenvolver-se nos três Estados modernos: França, Alemanha e Itália. Foi no mais ocidental dos três, o *Frankreich*, «Francia», que mais tarde nasceu a Cavalaria do contacto de uma raça germânica com a civilização latina. É aos *Nordmannen*, os Normandos, que fundaram o seu ducado da Normândia em 911, e donde pelos fins do século foram estabelecer-se na Itália do sul e na Sicília, que deve atribuir-se imediatamente a transformação do feudalismo na Cavalaria. Se, pois, os alemães do século XII aprenderam a Cavalaria com a França, apenas a aprendiam com os seus primos germânicos e recebiam de novo deles uma parte da antiga herança comum, que sofrera a influência de outro tipo de cultura que nela deixara resíduos.

O Feudalismo começou pela concessão de terras aos funcionários da monarquia franca, o que criou uma classe privilegiada, cujos domínios e cujos direitos se tornaram com o tempo hereditários. Durante as guerras de Carlos Magno e dos seus sucessores, estes nobres territoriais desempenharam importante papel no Estado. Mas com o desenvolvimento

(1) — Ernest Barker, *The Crusades*, Oxford University Press, pág. 6.

da técnica militar, que deu importância sempre crescente aos cavaleiros de armadura, tornou-se necessário ampliar o número desta preponderante classe de combatentes, e a partir do século XII em diante a sua composição transformou-se devido à mistura dos antigos cavaleiros livres com uma classe nova, os *ministeriales* ⁽¹⁾ ou *Dienstmannen*, para lhes darmos o seu nome alemão. Estes dependiam de nobres ou príncipes, ou até do próprio imperador, os quais, como retribuição dos seus serviços militares, recebiam feudos dos seus senhores e, muitas vezes, alcançavam considerável posição e influência. Frequentemente também adquiriam a categoria de vassalos livres, embora pudessem continuar a usar o nome de família do seu suzerano, como os membros de um *clan* escocês faziam com o do chefe. Podiam até chegar a ultrapassar em riqueza e dignidade os membros da velha nobreza livre, especialmente se estavam ao serviço do imperador, e as vantagens de que disfrutavam levaram alguns membros daquela ordem a entrar para as suas fileiras. Foi esta nova classe de cavaleiros, *Dienstmannen*, que forneceu muitos dos principais poetas à literatura alemã medieval.

Por muito diversa que fosse a sua origem, os cavaleiros pertenciam todos a uma classe privilegiada; como cavaleiros, todos eles, do imperador para baixo, podiam encontrar-se como companheiros de armas no mesmo pé de igualdade. E não apenas na sua própria terra; em todas as terras em que se praticava a cavalaria pertenciam à grande irmandade. Era um sistema cosmopolita de casta, manifestação daquela luta pelo universalismo, por uma uniformidade de todo o mundo conhecido, que se encontra entre as características mais impressionantes do espírito medieval quando o comparamos com o moderno.

Todavia, ao mesmo tempo que, dentro da casta, existe uma maçonaria niveladora de todas as distinções de nascimento ou de riqueza, esta classe privilegiada encontrava-se separada por um abismo do rebanho comum. Estava isso de acordo com a estrutura rígida da sociedade medieval, em que o homem tinha o seu lugar e os seus direitos, não como indivíduo ou ser humano, mas apenas como unidade marcada do organismo social.

(1) — Cf. P. Kluckhorn, *Die Ministerialität in Südostdeutschland*. Weimar, 1910.

Foi numa sociedade destas que se enxertaram os ideais da cavalaria aprendidos pelos alemães dos seus vizinhos ocidentais. Em França desenvolveu-se o ritual e o cerimonial de um novo ideal social; dali partiu a concepção de poder que manifestava humildade, da «mão de ferro calçada de veludo», de sujeição voluntária do sexo mais forte ao mais fraco. Muito do que existe no código da cavalaria está em contraste flagrante com as virtudes características da vida alemã dos primeiros períodos. Mal pode imaginar-se que o ideal cavalleiresco, pelo menos na sua forma actual, e em quaisquer circunstâncias, teve a sua origem espontânea no solo alemão. Podemos aventurar essa hipótese sem avaliarmos o carácter nacional alemão na escala dos valores morais. Trata-se de um caso, não de superioridade ou de inferioridade, mas de diferença. As virtudes essenciais da cavalaria eram nobres em si, e capazes de encontrarem eco na alma de qualquer nação generosa, mas misturados ao sublime e ao profundo havia muita afectação e artificialismo, aspectos que podiam esperar-se menos dos alemães do que de quaisquer outras nações, que podem melhor associar a elegância ao preciosismo. A graça e a elegância nas relações sociais nunca foram a característica nacional alemã, como os próprios alemães admitem. De facto, eles sentem-se mais aptos para desprezar do que para admirar essas qualidades e a associá-las com a falta de sinceridade. A divisa *Sein nicht schein*, «Ser e não parecer» deixa transparecer um instinto alemão profundamente enraizado, o desprezo por tudo quanto cheire a artifício.

A França foi, pois, universalmente considerada, durante toda a Idade Média, a terra que deu existência à nova cultura cavalleiresca, e em toda a Europa ocidental os franceses eram considerados os mestres da etiqueta cortesã e da delicadeza social. Os nomes franceses do torneio, da justa, da armadura, do vestuário e dos alimentos, introduzidos na Alemanha no século XII, atestam esta proveniência. Era moda utilizar palavras francesas em vez das equivalentes alemãs, e até as boas palavras alemãs nacionais eram providas de terminações francesas. E como, ao princípio, os cavaleiros da França do Norte eram os modelos especiais, e os cavaleiros flamengos, seus mais próximos vizinhos, foram os primeiros a sofrer-lhes a influência, e como partícipes desta nova cultura partilhavam do prestígio deles, encontramos também muitas palavras flamengas nesta algaravia cortês.

No entanto, não devemos supor que os costumes franceses sempre se adoptavam sem modificação por parte dos seus pares alemães. Até a cerimónia mais importante de todas, a recepção na Ordem da Cavalaria, revestiu aspecto diferente na Alemanha. Em lugar da *colée* francesa, a pancada dada no ombro com a espada, temos na Alemanha o *swertleite*, o acto cerimonioso de cingir a espada ao jovem cavaleiro. Só mais tarde a *colée*, o *Ritterschlag* se tornou o símbolo da recepção na Ordem.

Na Alemanha, a Idade de Ouro da Cavalaria foi, sem dúvida, o reinado do imperador Frederico I, o célebre *Rotbart*, ou Barbarroxa como lhe chamaram na Itália, e que se tornou o herói ideal e, mais tarde, lendário da cavalaria. O estabelecimento definitivo da nova Ordem ali, e a sua importância e dignidade, tornaram-se manifestos a todo o mundo ocidental com a festa magnífica levada a efeito por Barbarroxa para o *swertleite* dos dois filhos Henrique e Frederico, no domingo do Pentecostes do ano de 1184. Diz-se que se juntaram cavaleiros, originários não só de todas as terras da Alemanha, mas também da França e de outras nações ocidentais. Durante três dias, toda aquela formidável hoste foi hóspede do imperador; toda uma cidade de tendas e barracas se ergueu na planície à beira do Reno, para os abrigar; a cavalaria patenteou toda a sua glória cortesã de roupas magníficas, cerimónias cheias de majestade e perícia e valor cavalheirescos. E apesar dos seus 60 anos, o próprio Barbarroxa quebrou lanças com os melhores de entre eles. Heinrich von Veldeke, o primeiro poeta da nova poesia épica cortês, na sua *Eneit* não pode achar nada de mais majestoso a que comparar o casamento de Eneias com Lavínia, senão a grande festa de que ele em pessoa fora testemunha:

*ich envernem van hôtide
in alre wîlen mâre,
die alsô grôt wâre,
als doe hadde Ênéas,
wan die te Meginze was*

.....
*dâ der keiser Frederîch
gaf twein sînen sonen swert. (1)*

(1) — «Jamais ouvi falar de festa tão grande, em todos os tempos, como esta de Eneias, a não ser a de Mogúncia, onde o imperador Frederico armou os filhos cavaleiros».

Três anos depois, na Páscoa de 1187, houve outra reunião solene em Mogúncia, *Christi Reichstag*, um «Parlamento de Cristo», que resolveu participar na Terceira Cruzada. Barbarroxa, que 40 anos antes tomara parte na Segunda Cruzada, novamente tomou ali a Cruz, e, antes de entrar para a Cruzada como cavaleiro digno desse nome, mandou desafiar formalmente o seu inimigo Saladino. A partir desta época, as Cruzadas começam a desempenhar papel realmente importante no pensamento e na política alemã. A este último campo trouxeram outro factor de perturbações, mas na vida intelectual, pelo contrário, exerceram influência clarificadora e estimulante, levando a cavalaria alemã ao convívio com o polido mundo ocidental.

É bem conhecido da história e da lenda que o velho herói, quando estava à vista da meta, morreu nas águas do rio arménio Calicadno, para viver apenas como símbolo e corporização de todas as aspirações da alma alemã, que na Cavalaria via uma fé, e nas Cruzadas a sua expressão e realização, nem sempre indignas.

A Barbarroxa sucedeu o filho, Henrique VI, notável sob mais de um aspecto. Nele se vê uma forma penetrante de conflito entre o ideal e o real que caracteriza muitos destes heróis da cavalaria. Como autor de poesias líricas ternas e veementes, o seu nome encontra-se gravado com honra na lista dos Minnesingers. Uma poesia da sua autoria figura à frente das duas grandes colecções das suas canções, o grande manuscrito de Heidelberg e o de Estugarda, sendo precedida por um desenho do imperador sentado no trono, de coroa e ceptro. Nos seus tempos juvenis declara que suportaria mais depressa a perda da coroa do que a da sua amada. Apesar, porém, dos seus sentimentos ternos, pouco tinha do encanto do pai ou das suas qualidades de verdadeiro cavaleiro. Quando subiu ao trono, a luta e a oposição logo revelaram no jovem sentimental um realista duro e sem piedade. Ninguém utilizou o poder do império com mais vigor do que ele — «foi o maior estadista do seu tempo, e, sob muitos aspectos, o maior imperador desde Carlos Magno» (1). E todavia era capaz de mesquinhas baixezas e de crueldades revoltantes. Em Inglaterra conhecem-no, entre outras razões, como o homem que teve preso Ricardo Coração

(1) — Barker, *op. cit.*, pág. 67.

de Leão, durante mais de um ano, no castelo de Trifels, libertando-o apenas depois de pagar pesado resgate. Quando em 1194 descobriu uma suposta conspiração em Palermo, os suspeitos foram mortos com as torturas mais cruéis, sendo um conde Jordão posto num trono em brasa com uma coroa em brasa pregada à cabeça, enquanto outros eram arrastados pelas ruas amarrados às caudas de cavalos, enforcados, queimados ou enterrados vivos. Morreu em 1197 com 32 anos, depois de reinar apenas sete, mas a sua rápida carreira constitui um bom exemplo dos contrastes melodramáticos em que a ingénua Idade Média foi tão fértil!

Não tenho a intenção de me referir de qualquer modo às Cruzadas em geral ou à parte que, em particular nelas tomou a Alemanha — o assunto já foi tratado muitas vezes e muito bem, podendo eu indicar a já citada obra do Dr. Barker para resumo. Há, todavia, um assunto que talvez necessite de tratar aqui com certo desenvolvimento. O Prof. Hearnshaw já falou das grandes Ordens das Cruzadas, os Hospitalários, os Templários e os Cavaleiros Teutónicos. Destas, interessam-nos em especial os últimos, visto como não só todos os seus membros eram naturais da Alemanha, mas também porque desempenhou o seu papel mais importante no palco da história longe da Terra Santa, no solo alemão. Tendo sido a última fundada, apenas em 1198 recebeu organização à parte. Quando ficou sem lugar para sede, devido à extinção do reino cristão de Jerusalém, os *Deutschritter* estabeleceram-se durante algum tempo em Veneza. Daqui, por encargo do imperador Frederico II de Hohenstaufen, e com a aprovação do papa Gregório IX, partiram, sob o comando do grão-mestre Hermann von Salza, para missão árdua e importante — a conversão e a civilização dos Prussianos pagãos. Foi uma luta longa e sangrenta; só ao fim de meio século de combates conseguiram consolidar o seu reino, o *Ordensland* alemão da Prússia. Em 1309 o grão mestre estabeleceu a sede em Mariemburgo no Nogat, e desta residência majestosa a Prússia foi modelarmente governada durante 200 anos, vindo a tornar-se a província mais florescente da Alemanha. Construíram-se castelos para assegurar a segurança do novo território, e à volta deles desenvolveram-se cidades, a mais notável das quais é Conigsberga. Em Mariemburgo o grão mestre era apoiado por trinta *Komture* (comandantes), cada um dos quais, desde a *Ordensburg*, administrava a região entregue ao seu cuidado. A prospe-

ridade da terra e o desenvolvimento do seu comércio atingiram o nível mais elevado na segunda metade do século XIV. Com o século XV começou a decadência; as cidades queriam tornar-se independentes, enquanto os nobres estranhos à Ordem faziam causa comum com os Polacos. Em 1410 a Ordem sofreu uma derrota pesada às mãos destes na batalha de Tannenberg, e ao fim de uma longa luta viu-se obrigada, pelo tratado de Thorn, em 1466, a ceder metade do seu território, a Prússia Ocidental, com a residência de Mariemburgo, aos Polacos, enquanto conservava a metade de leste, a Prússia Oriental com a capital Conigsberga, como feudo da Polónia. A partir de então a sua estrela decaiu ainda mais, e também a Prússia Oriental teria caído nas mãos dos Polacos, a quem tinham ido ao princípio libertar, se o seu grão-mestre, o Hohenzollern Albrecht von Brandenburg, no ano de 1525, não convertesse o *Ordensland* num ducado hereditário dependente do rei da Polónia.

Albrecht, um dos primeiros sectários de Lutero, foi o primeiro dos grandes senhores espirituais que tiraram proveito da possibilidade que a Reforma lhes oferecia de secularizar os seus domínios e transformarem-se em príncipes temporais. Mais tarde os arcebispos de Mogúncia e de Colónia tentaram, sem êxito, a mesma manobra. A dinastia de Albrecht foi, contudo, de pouca duração. Sucedeu-lhe apenas o filho, à morte do qual a Prússia tocou a seu genro Johann Segismund, eleitor do Brandeburgo, avô do Grande Eleitor. Assim, vemos a história de uma das grandes Ordens cruzadas intimamente ligada a um nome territorial e a uma dinastia que tem sido das mais importantes no mundo europeu moderno.

Se os cavaleiros da Alemanha, pelo seu contacto com os seus confrades franceses durante as Cruzadas, haviam rapidamente adquirido no século XII os novos ideais da *courtoisie* na vida e nos actos, não foram menos rápidos em acompanhá-los na expressão literária desses ideais. A nova literatura, dentro de um espaço de tempo espantosamente breve, substituiu, com a sua arte e graça, as formas nativas mais simples e espontâneas. Em França as *Chansons de Geste* deram lugar, no século XII, à poesia épica de cavalaria do ciclo arturiano. As obras de Chrétien de Troyes só apareceram cerca de 1160 a 1175, e no entanto foram introduzidas na Alemanha logo em 1191 ou 1192. Os Alemães

seguiram os poetas provençais e os do Norte, aqueles na poesia lírica, estes na épica.

Como vimos, é a classe dos cavaleiros que toma a vanguarda neste novo movimento literário. No grande manuscrito de Heidelberg estão representados 140 poetas; abrindo com o imperador Henrique, temos reis, príncipes, condes e barões, juntamente com simples cavaleiros. Os poetas já não são frades ou trovadores, mas membros da grande irmandade laica. Por isso, a própria literatura é cortês; *höfisch* é o mais alto termo de louvor nesta nova época. Estes poetas cavalheirescos, em primeiro lugar e acima de tudo, sentem-se orgulhosos da sua qualidade de cavaleiros, e consideram a sua actividade poética subordinada à categoria de membros daquela grande ordem. E assim duas obras diferentes de Hartmann von Aue abrem com a descrição dele próprio, considerando-se *ein Ritter*, ao passo que toma a precaução de acentuar com clareza que a sua actividade poética apenas lhe tomava as horas em que não se encontrava ocupado com trabalhos mais sérios. Wolfram von Eschenbach declara redondamente que a profissão das armas é a sua verdadeira vocação e faz declarações de ignorância nas letras, o que é indubitavelmente exagero.

Debaixo desta nova influência, os poetas afastaram-se a princípio das suas velhas sagas nacionais. Os guerreiros rudes e ferozes e as heroínas que eram arrebatadas para o mar e ali maltratadas, como Gudrun, ou que, por outro lado, como Brunilda, venciam em luta física os seus amantes, eram substituídos por figuras deste mundo idealizado e *mais polido*. É verdade que voltaram a elas um pouco mais tarde, as poliram e enfeitaram com os adornos da cavalaria, tornando-as mais próprias para se apresentarem na Corte. Mas nesta ocasião Sigfredo e Dietrich tiveram de ceder o lugar a Erec e Ivão e os outros cavaleiros arturianos. As bárbaras lutas de força, o lançamento de pedras e o jogo do virote e a caça na floresta foram substituídas pela ceremoniosa justa e pelo torneio. Ao mesmo tempo dá-se também um grande reajustamento de valores sociais e morais. As velhas virtudes germânicas de bravura (*mannesmuot*) e fidelidade (*triuwe*) mantêm-se. Mas esta *triuwe* já não é a força devastadora e violenta que, como se prova com Hagen do *Nibelungenlied*, quando se encontrava em questão a lealdade ao preito ao senhor ou à dama, punham de parte todas as outras exigências morais e justificavam a mentira, a

traição e o assassinio. Ela encontra-se associada a outras virtudes mais amáveis e mais cristãs. *Diu mæze* é agora a qualidade ideal — a observância da devida medida, da «boa forma» em plano mais elevado ou mais baixo, com as suas restrições sociais e morais. Numa conhecida poesia de Walther, é considerada fonte de todas as virtudes sociais. *Hôher muot* também é característico do verdadeiro cavaleiro, de coração forte e elevados ideais. Também se lhe acrescenta a *staete*, a constância, ao passo que a *milte*, a generosidade, é altamente louvada nos nobres senhores pelos cantores cavalleirescos refrescados pela sua chuva de ouro. Era um mundo expansivo e livre, e a hospitalidade franca dos patronos ricos da época é coisa cuja existência mal pode conceber-se nos nossos dias. Era a idade de ouro para todos os membros vagabundos das classes altas e baixas; as tentações para um homem de temperamento andante devem ter sido imensas. Em uma das suas poesias Walther von der Vogelweide pinta-nos gráficamente e de modo divertido, provavelmente com cores emprestadas pelo desapontamento de não partilhar do tesouro desbaratado, das proezas loucas feitas em Wartburgo, a Corte do landgrave Hermann von Thüringen e local da lendária *Sängerkrieg*:

*Se souberdes de um homem doente dos ouvidos,
Aconselhai-o, em meu nome, a não se aproximar da
Corte da Turingia,
Salvo se ele quiser que os seus ouvidos rebentem.
Estive lá no meio do barulho até já não poder
aguentar mais,
Antes de uma multidão ter deixado outra à porta;
O que causa espanto é que a gente possa ouvir
alguma coisa.
Com certeza, o landgrave procedeu assim,
Para poder gastar à larga tudo quanto tem com os
valentes alegres,
Cada um deles um autentico campeão na forma como
se apresenta.
Conheço-lhe a maneira opípara como castiga:
Se pagasse por mil libras cada tonel de vinho,
Nenhum cavaleiro acharia que a sua taça estaria
cheia de mais.*

Esforçaram-se eles por aliar *êre*, a honra, a *guot*, os bens mundanos, e ambos à *gotes hulde*, a graça de Deus, missão cuja dificuldade Walther lamenta na sua poesia, talvez a mais conhecida, escrita nos perturbados dias de dissensões internas consecutivas à morte de Henrique VI, o que explica o tom de tristeza e de pessimismo do seu final. A posição semelhante a uma estátua que ele descreve, inspirou a famosa gravura que reproduzimos, bem como a variante do manuscrito de Estugarda:

*Um dia sentei-me sòzinho e pensativo,
De pernas cruzadas, em cima de uma pedra,
Apoiei o braço no joelho,
E pousei o queixo na mão.
Assim me sentei e comecei a meditar
Sobre a atitude que o homem deve seguir,
Para alcançar e conservar na terra
Três coisas que todos os homens julgam de valor:
Honra e riquezas mundanas — estas duas
Grande mal se fazem uma à outra muitas vezes —
E por fim a graça de Deus, que todavia hoje
As outras duas ultrapassam em muito.
Com alegria, eu guardo as três num santuário,
Mas, ai! isto nunca pode acontecer,
Que a riqueza, a honra e a graça de Deus
Num mesmo coração encontrem lugar.
A feia traição oculta-se de embuscada,
O atrevido Mal cavalga pelos caminhos,
A Justiça e a Paz ambos feriram de morte.
Não haverá jamais segurança
Para a graça de Deus, a Honra e a Riqueza,
Se aquelas duas não se tornarem saúde.*

As obras literárias em que estes novos ideais se reflectem, fosse qual fosse a sua fonte original ou assunto, entraram na Alemanha, provenientes da França, a grande «câmara de compensação» da Idade Média. Ao centro está o romance arturiano, que em França já se transformara em veiculo para a expressão dos ideais da cavalaria. O interesse não residia mais na luta nacional pela fé e pela pátria, mas transferir-se para os cavaleiros individualmente e para as suas aventuras fantásticas, ao mesmo tempo que por cenário temos o país das fadas céltico, com os seus dragões, gigantes,

ogres, anões e castelos encantados maravilhosos. Foi o Movimento Romântico da Idade Média. Este mundo não tinha qualquer base material ou económica. Os que trabalham são considerados apenas rústicos e miseráveis que fazem realçar as qualidades destes seres elevados, de cuja lei não participam e cuja etiqueta não compreendem.

Todavia, os Alemães estão longe de ser meros tradutores; às suas versões imprimem, em vários graus, a sua individualidade própria e nacional. No conjunto, os Franceses pintam os caracteres e as suas acções com mais realismo, ao passo que os Alemães idealizam mais. Os Franceses são mais objectivos na sua atitude, enquanto os Alemães deixam transparecer o seu próprio ponto de vista emocional. Os Alemães demoram mais nos aspectos morais em questão; onde os Franceses são ingénuos, nós achamo-los reflectidos e metafísicos ⁽¹⁾.

Enquanto a maior parte dos principais poetas desta época eram alemães do sul — Hartmann era suábio, Wolfram bávaro, Gottfried alsaciano e Walther austríaco — Heinrich von Veldeke, o homem que introduziu a epopeia da cavalaria na Alemanha, era natural do baixo Reno, nascido perto de Maestricht. Como vimos, esta região da Alemanha era especialmente afectada pela influência francesa, e os cavaleiros flamengos haviam desempenhado papel importante na primeira Cruzada. Foi do baixo e médio Reno que a nova moda se espalhou pelo resto da Alemanha.

A *Eneit* de Veldeke apareceu entre 1180 e 1190. Não é tradução fiel de Virgílio, mas versão livre e individual do *Roman d'Eneas* de poeta normando desconhecido, de cerca de 1160. O francês, na forma ingénua da época, já fizera da obra latina uma epopeia de cavalaria, e Veldeke imitou-o. A importância então prestada ao primeiro espécime desta nova forma métrica culta, vê-se nas homenagens dos poetas seus colegas. Wolfram chama-lhe seu mestre, «o sábio Von Veldeke», enquanto Gottfried von Straszburg declara, em linguagem florida, que ele enxertou o primeiro rebento na língua alemã, do qual brotaram os ramos floridos.

O que atraía os contemporâneos não era a fidelidade histórica, que os deixaria por completo frios, mas uma

(1) — Cf. F. Vogt, *Geschichte der mittelhochdeutschen Literatur*, Berlin, 1922.

pintura das aventuras cavalheirescas de Eneias e dos seus paladinos, dos seus amores romanescos e sentimentais com Dido e Lavínia, da descrição de armaduras e torneios e de toda a pompa e cerimonial cortês. Vimos acima que o poeta, ao descrever os esplendores do casamento de Eneias com Lavínia não podia ir mais além do que compará-lo com a grande festa de Barbarroxa no Pentecostes de 1184.

Se foi Veldecke quem compôs a primeira epopeia cavalheiresca, a introdução da poesia épica arturiana na Alemanha foi obra do suábio Hartmann von Aue. Sob muitos aspectos, ele é o tipo dos poetas da época. Como nos diz nos versos com que abre *Der arme Henrich*, era membro do *Dienstadel*, vassalo de uma casa nobre:

*Ein ritter sô gelêret was
daz er an den buochen las
swaz er daran geschriben vant.
der was Hartmann genannt,
dienstman was er ze Ouwe (1).*

Ao que parece, era melhor educado do que a maioria dos outros. Sabe-se que tomou parte numa cruzada. Escreveu dois curtos romances religiosos, o lendário *Gregorius* e a história idílica de *Der arme Heinrich*, que tem tido sempre grande preferência e levado vários poetas a contar de novo a história. Os leitores ingleses conhecem-na bem da *Lenda Dourada* de Longfellow.

Aqui interessam-nos principalmente as suas duas versões de dois romances arturianos de Chrétien de Troyes, *Erec* em 1191 e *Iwein*, dez anos depois. *Erec* tem especial importância por ser, independentemente do mais antigo *Tristan* do ano de 1180, a primeira poesia arturiana da literatura alemã. Tanto em *Erec* como em *Iwein* temos os principais temas dos romances arturianos, honra cavalheiresca e amor, e suas relações entre si.

Depois de obter o amor da sua dama, Erec sofre de excesso de amor, o que é um perigo para a sua honra cavalheiresca. A história é por demais familiar para que seja preciso repeti-la. Tennyson, no seu estilo pomposo, contou-nos como

(1) — «Havia um cavaleiro tão sábio que sabia ler tudo o que encontrava escrito nos livros. O nome dele era Hartmann e era vassalo de Aue».

*Ele cercava-a de doces atenções
 E adoração, nunca a abandonando;
 Esqueceu o seu juramento ao rei,
 Esqueceu o falcão e a caça,
 Esqueceu a justa e o torneio*

E este esquecimento tornou-se odioso para ela.

Em suma, Erec comete o grande crime do cavaleiro. Para nos servirmos do termo técnico alemão, *er verliget sich*, ou, para empregarmos o moderno calão escolar, que exprime o mesmo desprezo por uma infracção da lei, «torna-se *slacker*» (1). Os seus camaradas cavaleiros «mandam-no para Coventry» e censuram Enite pelo seu erro. Sabe-se como Enite o trouxe de novo à vida de aventuras e que preço pagou ela por isso. O interesse principal não é mostrar como o heroísmo ganha o amor, mas como o verdadeiro amor salva a honra cavalheiresca depois do casamento.

Esta história serve, pois, de trama sobre que architectar toda uma série de aventuras estranhas e excêntricas, características dos romances arturianos, e também de exposição dos seus ideais de vida e procedimento. No fim tudo acaba bem, e Erec pede perdão, em Hartmann, embora não em Chrétien.

Na segunda parte é-nos dado o reverso da medalha. Mabonagrín, o Cavaleiro Vermelho, *verliget sich*, porque a mulher, no excesso do seu amor, julgando-o invencível, obteve dele a promessa de jamais deixar o seu castelo idílico senão vencido em combate. Erec, vencendo-o, trá-lo de novo à vida cavalheiresca e assim *dois* cavaleiros se regeneram.

Hartmann segue no seu *Iwein* o *Ivain*, ou *Le Chevalier au Lyon*, de Chétien. Com Erec, também faz considerações morais a respeito dos perigos da vida fácil e dos conflitos do amor e da honra. Se vimos uma mulher que preferia a morte à desonra do seu senhor, vimos também uma que preferia a sua felicidade pessoal à honra do seu senhor. O tema central é bastante fantástico, até mesmo para este mundo fantástico. Ivão, depois de aconselhado a não *sich verligen*

(1) — Indolente, descuidado, remisso. (Nota do Trad.).

como Erec fizera, obtém de Laudina, sua mulher, licença para sair em busca de aventuras durante um ano; mas quando ele demora mais tempo além do concedido, ela denuncia-o a Artur e aos Cavaleiros da Távola Redonda! Este mesmo Ivão matara antes o primeiro marido dela, mas apesar disso ela casara com ele, preferindo o vencedor ao vencido, e pensando que quanto mais forte fosse o cavaleiro, melhor guarda seria para as suas terras. Que contraste com a velha concepção germânica de *Treue*, com a constante e decidida consagração de Cremilda à vingança do marido assassinado. Neste mundo de artifício os valores morais encontram-se às vezes pervertidos de modo estranho!

Se em Hartmann vemos incerteza em presença do grande problema do tempo, a conciliação dos direitos de Deus com o Mundo, das mundanidades e das alegrias da vida, temos na maior obra desta epopeia cortês a pintura do cavaleiro cristão, no qual se alcançou a harmonia das duas coisas. O *Parzival* de Wolfram von Eschenbach é a obra mais completa e mais profunda de todo o período, reflectindo todos os elementos mais importantes da cultura medieval. É verdade que se baseia em fontes francesas, embora seja impossível dizer exactamente o que deve Wolfram aos seus antecessores e o que é de sua própria invenção. O *Perceval* de Chrétien é a única obra por nós conhecida e em que ele podia ter forrageado, e que Wolfram a conhecia e foi influenciado por ela é evidente, apesar de diferenças consideráveis e essenciais. Todavia, cinco dos dezasseis livros de Wolfram, os primeiros quatro e o último, não se encontram em toda a obra fragmentária de Chrétien. O provençal Kyot, a quem Wolfram se refere como fonte em que se baseia, é naturalmente simples ficção poética. O *Parzival* de Wolfram tomou não poucos dos elementos fantásticos e dos motivos arbitrários em que toda a espécie abunda. Todavia, é obra essencialmente independente, cheia da fé e da filosofia de uma grande e viva personalidade.

Wolfram pertencia à nobreza inferior. Tinha casa sua muito modesta — chasqueia da própria pobreza — onde vivia com a mulher e os filhos, quando não tinha de andar fora. Em oposição à moda dominante, defendia como ideais da verdadeira feminilidade a fidelidade no casamento e os deveres maritais. Ele considerava o seu serviço de cavaleiro a sua verdadeira profissão e dignidade: *schildes ambet ist mîn art*, diz no passo famoso do final do segundo livro:

*schildes ambet ist mîn art.
swâ mîn ellen sî gespart,
swelhiu mich minnet umbe sanc,
sô dunket mich ir witze kranc* (1).

A declaração de que não sabia ler nem escrever não deve tomar-se demasiado à letra. Naturalmente conhecia até bastante francês para se utilizar dos originais com certo desenvolvimento, embora não bastante para evitar erros, em especial nas formas dos nomes próprios. Como Walther, era hóspede da Corte de Hermann von Thüringen, e sabe-se que estavam lá ambos cerca do anno de 1204.

É impossível dar aqui sequer o esboço da história do seu vasto poema épico com mais de 12 mil estâncias; de certo modo conhecem-se-lhe as principais características. Primeiro vemos Perceval um simplório feliz, em cuja infantilidade dormiam qualidades que prometiam a futura grandeza. É o primeiro dos grandes *Bildungsromane*, que constitui característica especial da literatura alemã, romances que não se referem a um episódio da vida do herói, mas narram o seu desenvolvimento nas várias fases da infância à maturidade. Trata de três partes principais: a infância de Perceval no idílico retiro da floresta, o seu período de cepticismo e revolta, e o seu regresso final à graça e elevação ao Reinado do Santo Graal.

Todas as principais virtudes da cavalaria se encontram notavelmente exemplificadas nele: valor, lealdade, fidelidade, constância, generosidade e outras. É uma grande alegoria da vida humana: a história de um homem que, apesar do erro, encontra por fim a salvação por meio de um autodomínio. O principal inimigo é a dúvida religiosa, a incerteza, o cepticismo; o poema abre na verdade com o conselho de que se a dúvida se insinua no coração vai fazer mal à alma. E a grande virtude é a sua oposta, *staete*, a firmeza e a constância em todas as relações com o semelhante e com Deus. É pois uma espécie de Fausto, embora sem um Mefistófeles pessoal.

Todavia, com todo o seu sentimento religioso profundo, Wolfram não é introspectivo, Todo o poema se encontra

(1) — «Sou soldado e cavaleiro, e, se fosse covarde na luta, louca seria então a mulher, que me amasse por eu ser poeta».

cheio do movimento da vida, do deleite pelas pompas e exhibições, pela cor e pelo movimento, pelo profuso ceremonial extravagante desta época decorativa, o que se revela nas suas descrições de ricas armaduras ou dos sumptuosos jaezes de um cavalo. A linguagem é viva, vigorosa e directa. Como um desportista que era, ama as metáforas vivas e pitorescas como quando fala do louvor que não é apenas imperfecto, mas «coxeia como um cavalo com esparavão.»

Não é um asceta macilento que vira as costas à vida deste mundo para ganhar a do outro. Com os pés firmemente implantados no solo natal, cõscio da dignidade da sua Ordem, ele é um verdadeiro filho da nova Igreja militante, digno representante do robusto espírito de cruzado, que nunca duvidou de ser agradável a Deus espalhando à força das armas a única fé verdadeira.

O quarto dos grandes poetas épicos do período é Gottfried von Straszburg. O seu *Tristão*, escrito cerca de 1210, apresenta uma concepção do carácter feminino em contraste total com o que dá Wolfram. Nele o amor está acima de tudo. Depois de Tristão e Isolda terem bebido o filtro do amor na sua viagem para a Cornualhas, a onde Tristão a vai levar na qualidade de noiva do rei Marcos, seu tio, esquecem toda a honra e todas as obrigações e dão por bem perdido o mundo por amor. Não respeitam qualquer lei, humana ou divina, e não têm escrúpulos em, mais tarde, enganarem, com estratagemas sempre diferentes, o homem que é marido de uma e tio do outro. Gottfried mostra arte requintada na descrição destes personagens emotivos e sentimentais, estes *edle herzen*, mas a nota nova que introduziu foi uma influencia desintegradora nas concepções e ideais da cavalaria.

O culto do amor, no entanto, encontra-se mais completamente representado, não na poesia épica mas na poesia lírica. Em Inglaterra, o que, de certo modo, melhor se conhece de toda a poesia medieval da Alemanha é o *Minnesong*, termo que em geral se usa para compreender toda a poesia lírica da época; sob este aspecto, porém, é demasiado estreito quanto ao sentido, visto como o amor não é de modo nenhum o único tema, embora seja o principal. A fórmula alemã *Gottesdienst, Herrendienst, Frauendienst* compreende os grupos principais — religião, patriotismo e amor.

Na poesia lírica indígena mais antiga, como se vê por exemplo no poeta conhecido por Kürenberger, o homem era ainda senhor e amo, o falcão altivo e indomável por quem a dama suspirava. É este o tema da sua copla mais conhecida:

*Ensinei um falcão para mim, durante um ano e um dia.
Mas depois de o ensinar e sonhar que ele havia de ficar
E prender-lhe as lindas penas com fios de ouro,
Ele elevou-se alto nos ares e fugiu para outras terras.*

Depois inverteram-se as situações, O parentesco concebe-se em termos feudais, com a *vrouwe* como senhor feudal e o cavaleiro seu humilde vassalo. Agora é ele que pena e suspira e serve com humildade para obter o favor dela. Vê-se bem isto em uma das ilustrações do manuscrito de Heidelberga, em que há um amante cujas mãos estão a ser amarradas pela amada, em sinal de servidão. Quando vemos Henrique VIII dirigir-se, na sua correspondência normal, a Ana Bolena, chamando-lhe sua amada e dizendo-se seu servidor, concluímos que, pertencendo estes termos à idade da cavalaria, não eram então ainda obsoletos de todo.

Na gravura junta vê-se um bom exemplo destes amantes sentimentais e suspirosos. Hadloub foi um dos últimos Minnesingers, cidadão de Zurique, onde morreu cerca de 1340. Quando por fim uns amigos convenceram a amada a recebê-lo, ele desmaia ao toque da mão dela. Vestido de peregrino, aproxima-se dela quando esta se dirige para a igreja e prega-lhe uma carta no vestido.

O tom de tristeza e melancolia que caracterizava o *minne* alemão, pelo menos na sua fase primitiva, estava de acordo com esta atitude. Este serviço de amor e a poesia em que ele se expressava era convencional, provindo dos trovadores da Provença as suas convenções e a sua técnica poética. Todavia, a despeito do emprego de aparato de importação, os Minnesingers alemães expressaram pensamentos e sentimentos que lhes eram próprios. O molde era estrangeiro, mas não o seu conteúdo. A versificação polida, a elaboração da rima e da estrofe são algo de inteiramente novo, não deixando dúvidas quanto à sua origem. Representam uma quebra maior da tradição nacional do que a que se encontra na poesia épica, mas por outro lado nada achamos ali de semelhante à mesma grande quantidade

de temas importados. Na essência, o Minnesong é muito mais independente, raras vezes se encontrando imitação directa de uma poesia francesa e muito pouco daquele emprego de ornatos de estilo, ali tão frequente.

Realmente ele produziu um florescer maravilhoso de deleite na arte pura do verso. Esta poesia lírica, como os seus modelos de romance, destinava-se ao canto, como se vê pelos manuscritos em que o texto e a melodia se encontram juntos. O poeta compunha-os ambos, *wort* e *wise*, sendo o seu maior orgulho e distinção inventar um novo *dôn* ou forma estrófica. A atitude do poeta e do público para com a poesia era então muito diferente da de agora. Hoje domina o interesse pela *matéria*; somos relativamente indiferentes quanto à forma métrica e estrófica. Estes poetas contentavam-se com repetir os mesmos motivos, como os velhos pintores italianos. Toda a subtilidade e complexidade da estrofe era para eles mais do que simples virtuosismo; no belo equilíbrio de todas as suas partes e na perfeição do seu movimento rítmico reside um dos principais encantos da poesia.

A galantaria convencional da época já foi descrita nos capítulos anteriores. É lugar comum nos romances cavallheirescos o cavaleiro votar-se ao serviço de uma dama cujo favor pretendia e que podia ser qualquer uma excepto a sua própria mulher legítima e recebida. De facto, tinha de ser a mulher de outro, visto como as raparigas solteiras normalmente não desempenhavam papel algum neste serviço. Os alemães aproveitavam-se de tudo isto juntamente com outras convenções. Também eles escreveram *aubades* (alvoradas) a que chamaram *Tagelieder*, nas quais dois amantes são avisados pelo «sereno», da aproximação do dia e da necessidade de se separarem. Wolfram escreveu cinco, embora mais tarde abandonasse formalmente essas poesias, tendo sido o único entre os Minnesingers a cantar louvores ao amor legítimo em contraste com tais relações ilegais. O poeta queixa-se da *huote*, a vigilância rigorosa sob que é mantida a dama, e dos *merkaere* ou espiões, que dificultam os seus encontros secretos. Como o amante não pode encontrar a amada sem ser guardada, tem de mandar um mensageiro e missivas poéticas, *Botenlieder*, muitas vezes divididas dramaticamente em estrofe e antístrofe, desenvolvidas em forma poética especial.

Se tomássemos à letra este serviço amoroso, concluiríamos, como já alguns fizeram, que o período foi de imoralidade sancionada e glorificada tal como o Mundo raras vezes viu.

Mas, como sem dúvida aconteceu com muitos poetas, esta licenciosidade era em grande parte simples atitude e moda literária, que não reflectia mais a vida real do que certos tipos de romance francês e inglês reflectem a sociedade normal do seu tempo. Para irmos à literatura alemã buscar exemplos, nunca deveríamos concluir pelas suas obras que Hofmannswaldau no século xvii e Wieland no século xviii eram graves e respeitáveis homens de família. Rainer Maria Rilke tem algures uma frase espirituosa a respeito dos « trovadores que nada mais receavam senão o êxito das suas declarações amorosas. » E se formos aceitar a literatura como prova, temos de levar em conta nada menos que a poesia épica cortês, em que o fim das aventuras cavalheirescas é o casamento ou a união dos que estão separados pela infelicidade ou pela incompreensão.

Só as grandes personalidades quebraram as algemas da convenção e se ergueram acima das normas artificiais dos seus semelhantes. Tal como Wolfram, o maior dos poetas épicos, Walther von der Vogelweide, o maior dos Minnesingers, fere uma nota mais saudável e mais natural. O seu ideal é também o do Guerreiro Cristão que pode encontrar melhor a justificação da sua ordem e do seu apelo, a harmonia entre o que este mundo e o outro reclamam do corpo e da alma, nas Guerras Santas. Possuímos duas canções dele, de tema das Cruzadas, cheias do entusiasmo e da fé mais ardente, e que, não sendo embora prova, tornam pelo menos provável supor que ele tivesse tomado a cruz.

A concepção de Walther acerca do conceito perfeito da honra expressa-se na poesia que já citámos. Ele é igualmente grande, qualquer que seja o seu tema: religião, patriotismo ou amor. Como poeta político é dos maiores de todos os tempos. Patriota na melhor acepção da palavra, não se mostra cego aos erros da sua terra ou do seu partido, mas cheio de orgulho altivo por tudo o que há de melhor na sua terra natal e zeloso da sua honra. Nos dias agitados em que viveu, defendeu ousadamente os direitos do Império contra as exigências temporais de Roma.

Como poeta do amor e da natureza, Walther é dos mais maviosos cantores da Alemanha. Exalta a verdadeira feminilidade acima das qualidades estereotipadas da mulher convencional. Numa sua conhecida poesia declara que *wîp* (mulher) é título mais digno do que *vrouwe* (dama), visto como ser verdadeira mulher vale mais do que ter cate-

goria social. Noutra diz que viu muitas terras, mas as melhores mulheres que conhece são as da Alemanha. São como anjos: quem disser mal delas está enganado. E noutra poesia posterior queixa-se de que os caluniadores o acusaram de ter dito mal das mulheres, quando ele apenas distinguira entre as boas e as más. Também isto dificilmente se encontra de acordo com o conceito sombrio da vida e das maneiras sociais da época.

Com Walther vê-se, pois, uma reacção contra o convencionalismo deste serviço das damas. Ele ousava considerar a mulher como ser humano e elogiá-la pelas suas qualidades reais. Chegou, também, a tratar temas que se encontravam inteiramente fora do velho Minnesong cortês — a vida aldeã e o amor dos cavaleiros e das raparigas do campo. E' verdade que era uma vida campestre vista com olhos aristocráticos, como aquela que tão bem conhecemos mais tarde no século XVIII. Todavia, nas mãos de Walther e nas do seu principal sucessor Neidhart von Reuenthal, representou um grande passo no sentido de se chegar a uma canção popular puramente nacional.

O exagero e a *reductio ad absurdum* dos elementos fantásticos deste serviço de amor vê-se no estranho personagem quixotesco Ulrich von Lichtenstein. Na sua *Frauendienst*, de 1255, a primeira autobiografia alemã, conta a história maravilhosa das suas aventuras ao serviço da sua amada. Nela se encontram embrechadas muitas das suas próprias canções, que constituem a melhor parte da obra. E' certo que a ficção se encontra misturada à realidade, como na famosa obra de Goethe, mas, mesmo assim, a sua tentativa de realizar os sonhos do romance no mundo da vida prática causa bastante espanto. Ulrich nasceu na Estíria cerca de 1200. Criado em sectores imbuídos dos ideais da cavalaria, já como pajem se dedicava em segredo ao serviço de uma grande dama. Mais tarde, como cavaleiro, bateu-se por ela em justas e em torneios e conseguiu dar-lhe a conhecer a sua devoção. Sabendo que o seu lábio leporino lhe era desagradável, fê-lo modificar por meio do que naquele tempo devia ser operação muito incômoda. E quando lhe disseram que ela manifestara surpresa por ele ainda ter um dedo, que ela supunha que perdera num torneio em sua honra, cortou o membro ofensivo e mandou-lho. Vestido de mulher, viajou em 1227, com o nome de Vénus, da Itália para a Boémia, mantendo vitoriosamente, numa série de torneios, a

honra da sua dama. Sob promessa do favor dela esteve dois dias à sua porta vestido de mendigo entre os leprosos, para receber no final das mãos dela miserável tratamento. Após treze anos de fiel serviço, deixou-a, irritado pela sua falta de fé e pelas suas promessas não cumpridas, devotando-se a outra dama, pela qual, vestido como o rei Artur, empreendeu uma demanda em 1240. E este fantasista era casado e pai, esperto e enérgico na vida, homem de acção, tendo desempenhado papel importante na política da sua terra natal!

Para se tornar possível uma caricatura destas, é evidente que o verdadeiro espírito da cavalaria devia já ter estado em declínio, deixando para trás um ritual que ia perdendo a significação. Efectivamente, antes de Lichtenstein terminar a longa vida pelo ano de 1275, já começara a decadência. Com o aumento de importância das cidades havia uma gradual modificação na situação social. O fim virtual das Cruzadas privara a cavalaria do seu grande orgulho e glória, enquanto o fim dos Hohenstaufen e consequente falta de forte poder central levou a grande incremento das rixas intestinas que até eles tinham achado difícil dominar. A invenção da pólvora destruiu o valor combativo dos cavaleiros de armadura; os burgueses prósperos das cidades haviam encontrado nela meio para se defenderem contra as agressões. O castelo tornou-se menos importante do que a cidade vizinha. Muitos cavaleiros puseram de parte os altos ideais cavaleiros e transformaram-se em bandidos turbulentos. Era o tempo do *Faustrecht* — em que a Força era o Direito. No *Meier Helmbrecht*, de Wernher der Gartenaere, encontramos uma pintura gráfica das condições dos meados do século, descrevendo-se-nos como o filho ambicioso de um lavrador, por orgulho, se lança no seio dessa turba de salteadores e termina miseravelmente na força.

A pintura popular dos cavaleiros salteadores é-nos familiar a todos nós. Sabemos como desciam dos seus ninhos de águias no alto dos rochedos e assaltavam quem passava, se apossavam do rico carregamento dos barcos que seguiam pelos rios ou assaltavam as cidades e raptavam os cidadãos ricos para exigirem resgate por eles. Às vezes as cidades vingavam-se, atacavam os salteadores nas suas fortalezas e enforcavam-nos nas suas próprias torres. Há, porém, reverso da medalha. Nem todos os nobres eram salteadores e parasitas do mundo do trabalho. Os impostos que levantavam

serviam muitas vezes de retribuição de serviços prestados, por manterem as vias de transporte nos rios, por fornecerem gente para puxarem os barcos pelos rios acima, ou por fornecerem escolta de gente armada através do seu território. Outros deixavam, em tempos de paz, os seus castelos pouco confortáveis, lá nas alturas, e possuíam casas nas cidades que estavam a seus pés, dependurando os escudos e as cotas de armas por cima da porta, para os viajantes saberem onde podiam encontrar pousada e mudar de cavalo. Foi esta a origem das insígnias por cima das portas das estalagens: A Águia Vermelha, O Leão de Ouro, ou O Urso Pardo. Entre as hospedarias de Innsbruck podem encontrar-se estes mesmos nomes, interessantes recordatórios de uma era passada, ao mesmo tempo que outras designações modernas e sem significação. «Se se viajar pelo Tirol, onde se conservam os velhos costumes, ver-se-ão em muitos lugares estalajadeiros que ainda são nobres, tendo ainda por insígnia das suas estalagens as cotas de armas. Se se visitarem os cemitérios ver-se-ão os túmulos da família do nosso hospedeiro, tendo sobre eles as armas e as coroas, que indicam se é barão ou conde.» (1)

Assim se chegou gradualmente a certa fusão da velha ordem com a nova. Os nobres estabelecidos nas cidades formavam uma camada social superior, e, pelo acrescentamento dos cidadãos mais ricos e distintos, ampliaram a ordem patricia das grandes cidades, o que para estas foi aspecto tão pronunciado e reconhecido da sua vida e organização como, por exemplo, ainda era na infância de Goethe em Francforte.

Apenas será possível tocar de leve na história posterior da cavalaria e do espírito cavalheiresco na Alemanha. Fase significativa é a caracterizada pela tentativa de Maximiliano I, o Último Cavaleiro, para ressuscitar as suas glórias antigas. Em duas obras compostas por sua inspiração e, de certo modo, de sua colaboração, tentou enfeitar a sua história e a da sua casa com os ornatos da cavalaria. *Der Weiskönig* (1512) é uma narrativa em prosa da sua própria vida pública e política e da de seu pai, o imperador Frederico III. O seu principal valor e interesse reside hoje para nós nas belas gravuras em madeira, feitas por Hans Burgkmair para a ilustrar. *Teuerdank* (1517) é uma autobiografia poética de Maximiliano, escrita em coplas rimadas e mal feitas, narrando as

(1) — S. Baring - Gould, *Germany*, Londres, 1887, pág. 140.

suas aventuras de caça e de torneio, tudo envolto em pesado aparato alegórico. Foi o último produto da poesia épica cortês, e este lampejo serôdio apenas serviu para mostrar como era passada a sua forma poética e métrica, e como o Mundo se afastara do pensamento e dos ideais da época dos Hohenstaufen.

Nos séculos xv e xvi, a literatura, nas mãos dos Meistersingers, reflectia completamente as mudanças da vida e do pensamento. Ela perdeu o seu carácter idealista e tornou-se prática, didáctica e moralizadora. E' verdade que os Mestres Cantores reclamavam para a sua arte uma ascendência elevada e nobre e contavam entre os doze fundadores da sua Ordem Wolfram, Walther e outros grandes poetas da Idade de Ouro. Mas o sentido estético, o amor puro da beleza perdera-se. Se estes burgueses obstinados imprimiram aos últimos séculos da Idade Média um cunho mais ou menos homogêneo, esse foi o de um espírito sóbrio e utilitário, em contraste completo com a imaginação e a graça — a imaginação por vezes fantástica e a graça um tanto fantasiosa — da era da cavalaria. Temos, é certo, uma vasta elaboração mecânica das formas métricas. Todavia, até com o maior deles, Hans Sachs, o interesse pelo assunto predomina sempre sobre o interesse puramente artístico. Para ele a aventura romântica tinha muito de loucura, e Sigfredo, durante a sua mocidade, nada mais foi do que um pródigo e um vadio. Para este poeta típico do século xvi, pelo que sabemos da sua obra, é possível que a época da cavalaria quase nunca tivesse existido.

Só nos meados do século xviii é que o interesse pela era da cavalaria começa a despertar de novo. Em 1748 Bodmer e Breitinger publicaram em Zurique uma selecção de canções do grande manuscrito de Heidelberg, que então estava em Paris, a que se seguiram mais tarde novos espécimes do Minnesong e uma parte da *Nibelungenlied*.

Com o seu *Götz von Berlichingen*, dramatização da autobiografia de um turbulento cavaleiro dos princípios do século xvi, Goethe, em 1773, despertou louco entusiasmo pela «velha idade de ouro» da guerra cavalheiresca, quando a bravura dos cavaleiros se utilizava na reparação dos males humanos. Durante algum tempo o palco alemão ressoou com o ruído das armaduras e com os nobres sentimentos inspirados pela pintura muito idealizada desta criança cheia de vida, amável e belicosa. Os homens viram um contraste benvindo com a complexidade das suas próprias condições sociais e

políticas neste cruzado de espírito simples, que nunca duvidava da justiça da sua causa ou do direito que lhe assistia para desembainhar a espada. Segundo o seu próprio relato, passara a cavalo pelo meio de rixas incontáveis, quinze só pela sua conta. «E tendo tomado parte sozinho até agora, durante aproximadamente uns sessenta anos, em guerras e rixas e disputas», diz o Cavaleiro da Mão de Ferro ingenuamente na sua autobiografia, «não posso em verdade admitir ou dizer outra coisa além de que Deus Todo Poderoso, Eterno e Misericordioso, esteve comigo em grande e maravilhosa graça em todas as minhas guerras, rixas e perigos.»

Todavia, a revivescência autêntica do interesse pela Idade Média chegou com o Movimento Romântico nos fins do século. Os tempos da cavalaria viam-se então por um prisma poético, que obscurecia os contornos mais duros da realidade. Os vilões eram ali de necessidade, mas salvo a sua infeliz excepção, os cavaleiros eram valentes e gentis e as damas graciosas e lindas. Foi num tempo como esse que Novalis colocou o herói da típica novela romântica *Heinrich von Ofterdingen*, cuja vida se passou constantemente em demanda dessa «flor azul» que se tornou o símbolo aceito do romance. E foi em um mundo de cavaleiros piedosos e santos peregrinos que Tieck encontrou o *mondbeglänzte Zaubernacht* e o *wundervolle Märchenwelt* destes sonhos romanescos.

Os autores de baladas também desempenharam o seu papel; o *Barbarossa* de Rückert, por exemplo, e *Des Sängers Fluch* de Uhland, e muitos outros mais são familiares a todos os amadores da poesia alemã. Um bom exemplo dessa aspiração romântica por esse mundo de sonho é a novela simbólica de Arnim, publicada em 1817, *Die Kronenwächter*. Estes «guardas» têm ao seu cuidado a coroa de Hohenstaufen e andam à procura dos descendentes daquela casa imperial para um dia poderem restaurar-se as lembradas glórias do seu império.

Este sentimento romântico pela Idade da Cavalaria ainda, em grande parte, vive no subconsciente do povo alemão de hoje. E' difícil calcular qual foi a influência directa da cavalaria medieval na vida e carácter alemães. Durante muito tempo, principalmente no século xviii, a tradição directa esteve quase por completo interrompida. Durante a guerra dos Trinta Anos surgiram várias influências estrangeiras; modos e costumes franceses e espanhóis, acima de tudo, imitavam-se em detrimento dos ideais nacionais de cultura.

Vogt (1) pensa que a cavalaria deixou rastros na vida social de hoje por meio do carácter cortês e cavalheiresco do seu ensino formal. «Expressões como *höflich*, *ritterlich*, com a sua notação especial; os privilégios sociais das damas; *gnädige Frau* como forma de tratamento, juntamente com algumas formalidades de cerimônias cortesias e certas ideias e costumes de classe demonstram como eram grandes e vastas as raízes que as tradições daquele tempo criaram.»

Seria interessante tentar estabelecer a comparação entre a Inglaterra e a Alemanha, mas não dispomos de espaço para um trabalho desses, possivelmente algum tanto depreciativo. Se se disser que estamos mais próximos talvez dos métodos da cavalaria medieval no ensino das nossas escolas, em certos aspectos os tempos da cavalaria são naturalmente mais familiares aos jovens alemães do que aos ingleses. No século XIX, diz o Prof. Herford (2), ainda «a sociedade alemã era a de uma antiga terra histórica, cujos traços primitivos tinham sido sobrepostos pela lenta acumulação dos tempos, muito desfigurados pelas cicatrizes da guerra, não pouco transformados pela sua própria energia criadora. Todavia, com tudo isto, conservava muito mais traços da estrutura primitiva do que a sociedade da Inglaterra ou da França. Nenhuma grande cidade impunha as suas complexidades e corrupções mundanas como norma de vida a toda a nação. A vila, a aldeia permaneciam, até na primeira metade do século XIX, bastante antiquadas, revestidas da sua herança de costumes, canções e lendas.»

O Reno é posse nacional, de que não pode encontrar-se coisa parecida aqui, e os seus castelos arruinados e as suas histórias estão revestidas de um resplendor cujo colorido é em grande parte tradição romântica. A terra em que Uhland, o grande autor de baladas, passou a sua infância era rica em ruínas de fama histórica, as principais das quais eram os castelos de Hohenzollern e de Hohenstaufen, de onde haviam brotado duas das maiores dinastias da Europa. Em frente da sua cidade natal de Tubingue passava a estrada por onde os imperadores alemães haviam levado os seus exércitos para a Itália. A fama do castelo ducal que se erguia acima da própria cidade devia-se aos seus muitos cercos. Nem todas as

(1) — *Op. cit.*, pág. 164.

(2) — C. N. Herford, *in-Germany in the Nineteenth Century*, Manchester, 1912, pág. 48 e ss.

crianças alemãs são tão favorecidas como aquele rapaz suábio, mas os monumentos da Idade Média encontram-se ainda abundantemente espalhados; o que inspirou o jovem Uhland ainda está presente para as inspirar, se não sempre pelo conhecimento pessoal íntimo, ao menos de certo modo por meio da história, da gravura e da canção.

OUTROS AUTORES

Juntamente com as conhecidas obras de Büsching von der Hagen, Schultz, Henne am Rhy e Wedel, já referidas pelo Prof. Hearnshaw podemos, citar as seguintes, em relação com este capítulo:

Anna Lüderitz: *Die Liebestheorie der Provençalen bei den Minnesingern der Staufferzeit.* Berlim e Leipzig, 1904.

Kuno Francke: *A history of German Literature as determined by Social Forces.* Nova Iorque, 1907.

E. Wechessler: *Das Kulturproblem des Minnesangs.* Halle, 1909.

P. Kluckhorn: *Die Ministerialität in Südostdeutschland vom zehnten bis zum Ende des dreizehnten Jahrhunderts.* Weimar, 1910.

W. Golther: *Die deutsche Dichtung in Mittelalter.* Estugarda, 1912.

O. Henne am Rhy: *Illustrierte Kultur und Sittengeschichte des deutschen Sprachgebietes.* Estugarda, 1918.

F. Vogt: *Geschichte der mittelhochdeutschen Literatur.* Berlim, 3.^a ed., 1922.

H. Schneider: *Heldendichtung, Geistlichendichtung, Ritterdichtung.* Heidelberg, 1925.

CAPÍTULO V

A Cavalaria e as Ordens Militares da Espanha

por A. R. Pastor, B. Litt., D. Phil., ⁽¹⁾
leitor de Cervantes na Universidade de Londres.

Contra os espanhóis de diferentes épocas têm-se feito duas acusações, aparentemente, pelo menos, contraditórias. Acusaram-nos de levarem a cavalaria *ad absurdum*, conservando a forma em vez da substância e deixando-se arrastar por uma sensibilidade louca, quase histérica, no que diz respeito ao ponto-de-honra, e também de desprezarem as virtudes mais práticas e humildes de valor social. Os seus críticos baseiam-se nas concepções expressas no drama espanhol mais moderno, em especial nos de ciúme e sangue de Calderón, que afugentam o leitor médio de hoje e lhe tornam difícil apreciar o autêntico valor artístico destas peças ⁽²⁾. Em resposta podemos dizer que estas concepções, longe de serem originariamente espanholas, representam uma revivescência das ideias dos moralistas escolásticos de uma época mais antiga ⁽³⁾, e que o intuito desta efabulação não era representar a realidade, mas antes utilizar (bem ou mal) um assunto, dramático já de si, com fins meramente estéticos. O próprio Calderón tinha a noção da dificuldade quando escreveu os versos:

(1) — Bacharel em Letras e Doutor em Filologia. (*Nota do Trad.*),

(2) — Temos presentes no espírito quatro dos mais importantes dramas de Calderón; *El pintor de su deshonra*, *A secreto agravio secreta venganza*, *El médico de su honra*, 1635, e *El mayor monstruo los celos*.

(3) — Veja-se A. Castro, *Algunas observaciones acerca del concepto del honor en los siglos XVI e XVII*, «Revista de Filología Española», 1916, vol. III, pág. 1.

... *oh locas leyes del mundo!*
Que un hombre que por sí hizo
Cuanto pudo para honrado
No sepa si está ofendido!...

A outra acusação é mais expressiva e talvez mais difícil de rebater. Diz-se que os espanhóis destruíram a cavalaria com vulgaridades prosaicas, ridicularizando instituições e ideias das quais parece que só conheciam as manifestações grotescas, esquecendo a nobre origem destas ideias e o seu valor como inspiração em todos os tempos. Toda a gente sabe que tal atitude se encontra comumente associada com o maior dos escritores espanhóis, Miguel de Cervantes Saavedra, em cujo espírito se enraizaram os dois tipos eternos, as duas forças extremas que influem no carácter espanhol e que, nas suas encarnações, se chamam D. Quixote e Sancho Pança.

Byron, que raras vezes se mostrava sisudo e quase nunca profundo, pensava que Cervantes «afugentara a sorrir a cavalaria espanhola», repetindo a opinião do Don Félix Pacheco, de Defoe, que dizia ao capitão Carleton que a grande novela «era um perfeito paradoxo... porque, embora agrade infalivelmente a todo o homem que tenha gosto pelo espírito, tem contudo efeito tão fatal no espírito dos meus patrícios, que todo o homem de espírito deve sempre sentir-se disso... E creio piamente que é a isto, e apenas a isto, que nós devemos essa nebulosidade e pobreza de espírito que, durante um século, tem percorrido todas as nossas assembleias e tão pouco agradáveis são para as acções mais nobres dos nossos famosos antepassados.» (1)

Devíamos procurar compreender o intuito de Cervantes. Desde tempos imemoriais que a intenção dos narradores de histórias tem sido justificar a ficção e não utilizar o poder

(1) — *Novels and Miscellaneous Works*, de Defoe, Oxford, 1840, vol. VIII, pág. 160. É curioso assinalar que os muito citados versos de Byron nunca estiveram, pelo menos que eu saiba, relacionados com a opinião do século XVIII. Até W. P. Ker na sua admirável conferência sobre D. Quixote (*Selected Essays*, vol. II, pág. 31), uma das mais importantes, embora a mais breve, contribuições inglesas para a erudição cervantina, fala das falsidades de Byron e as repudia, sem citar em seu favor o famoso passo de Hegel na *Aesthetics*, vol. II, pág. 214.

Parece que o primeiro que falou neste sentido histórico-social da obra de Cervantes foi Sir William Temple no seu *Of Ancient and Modern Learning*, onde atribui observações análogas a «um engenhoso espanhol

da imaginação, inventando histórias sem pretexto, real ou suposto. Deve haver uma moral ou a história deve apresentar-se como verdadeira. A Espanha criou as histórias apolo-géticas, por exemplo os *Apólogos* do príncipe Don Juan Manuel (1282-1349?), sobrinho de Afonso o Sábio, as «Falsas Crônicas», como a *Crônica Troiana* e, mais tarde, as novelas históricas que têm como tema a queda da monarquia visigótica ⁽¹⁾ ou as guerras civis do reino mourisco de Granada ⁽²⁾. A estranha origem da história ou do manuscrito era utilizada como isca para despertar a curiosidade, e os autores destes romances atribuem-nos a uns fabulosos Eleastra, Alanguri, Careste, Rasis, Aben Hamin, ou invocam a autoridade de um antigo manuscrito encontrado num túmulo perto de Constantinopla e trazido à Espanha por um mercador húngaro, como no prefácio do *Amadis de Gaula*. Cervantes utiliza-se destes estratagemas tradicionais para os seus complicados fins estéticos e, assim, a insistência no fim prático esboçado no prefácio adquire significado especial. Não devemos, porém, tomá-la como declaração de fé moral; é antes de expressão de orgulho do artista, que se reconhece

de Bruxelas» (Sir William Temple, *Works*, Londres, 1757, vol. III, pág. 464). Steele, no *Tatler* (n.º 219) disse que «a história de D. Quixote destruiu inteiramente o espírito de bravura da nação espanhola». Veja-se Alois Brandl, *Palæstra, Untersuchungen und Texte aus des deutschen und englischen Philologie*, vol. XIII. Gustav Becker, *Die Aufnahme des Don Quijote in die englische Literatur*, 1906. Todavia, este depoimento não é exaustivo e omite, por exemplo, o passo importante do Prefácio das *Serious Reflections during the Life and Surprising Adventures of Robinson Crusoe*, em que se considera D. Quixote uma «história emblemática e sátira justa contra o duque de Medina-Sidónia».

(1) — *Crônica Sarracina* ou *Crônica del Rey don Rodrigo con la destruyción de España* (cerca de 1443), escrita por Pedro del Corral, que, segundo Fernan Perez de Guzmán (1376?-1460?), o famoso autor das *Generaciones y Semblanzas*, era «homem frívolo e presumido». A sua obra, que gozou de grande popularidade, era uma novela histórica derivada da *Crônica do mouro Rasis*, e foi por fim levada de vencida no gosto do público, já no ano de 1592, pela *Verdadeira História do rei D. Rodrigo*, atribuída pelo seu autor, Miguel de Luna, mouro de Granada, a Abulcasim Tárique Abentárique. Até um historiador como Mariana cita estas novelas como se fossem história. Walter Scott e Robert Southey fizeram largo uso do livro de Luna, especialmente o último no seu *Roderick*.

(2) — *Guerras Civiles de Granada*, por Ginés Perez de Hita (1544?-1619?), que atribui a sua novela a um mouro imaginário Aben Hamin. Para se ver que esta é romance e não história, basta recordar que Perez de Hita faz os Mouros adorarem ídolos e refere-se a uma estátua de «ouro do Profeta.

superior à massa ignóbil dos que ainda escrevem romances de cavalaria, numa época em que esta literatura caíra muito baixo.

Cervantes amava a cavalaria e manteve a substância desta apesar da sua atitude crítica renascentista. Talvez seja mais uma prova desta harmonia das contradições a sua vida, tão trágica e suportada com fortaleza que não foi só literária, mas moral. A sua coragem durante o cativeiro em África, que inspirou duas das suas peças e várias histórias, o seu orgulho tocante por ter tomado parte e sido ferido na batalha de Lepanto contra os Turcos, «o momento mais memorável e notável que os séculos do passado viram e está acima de tudo o que possam esperar do futuro» e, finalmente, a sua nobre concepção da missão de um escritor na *Viagem ao Parnaso* e no prefácio das *Novelas Exemplares*, do poeta que, como cavaleiro, servia um ideal moral e estético, provam aquilo que já suspeitam aqueles que lêem o *D. Quixote* com espírito franco. Não pode duvidar-se de que ele aplaude, com toda a força da alma, D. Quixote quando este se levanta «tremendo dos pés à cabeça» no banquete do duque e se dirige aos convivas para responder aos «infames vitupérios» eclesiásticos (1).

Todavia, as duas acusações de que falámos encerram dupla verdade, que deve ser demonstrada outra vez de modo diferente. O ponto de honra, a revivescência das concepções medievais, se não na vida, pelo menos no palco, correspondem a uma dedicação a ideias, uma lealdade louca a instituições, contra todas as considerações práticas, característica da história política posterior da Espanha. Todavia, os vulgarizados versos de Byron adquirem nova significação se se tomarem não em sentido temporário, mas permanente.

(1) — É o antagonismo antigo entre as *armas* e o *saber*, o *letrado* e o *cavaleiro*, que durante o Renascimento se tornou questão premente. Uma nova aristocracia, a dos artistas e homens de letras, procurava, juntamente com os legistas, abrir caminho até uma posição social privilegiada. No famoso *Cortegiano* de Castiglione, o conde condena expressamente os franceses por eles serem de opinião que as «letras manietam a espada». Cervantes trata do assunto em muitos passos, manifestando a opinião de haver dois caminhos até às honrarias: «um, o caminho das letras; o outro, o das armas». O sr. Américo Castro tratou este assunto em *El Pensamiento de Cervantes*, Madrid, 1925, pág. 213-19, obra que desenvolve muitos aspectos fundamentais esboçados no ensaio de W. P. Kerr, já citado, do qual, todavia, o sr. Castro parece não ter tido conhecimento.

A atitude de Sancho Pança é o complemento sempre presente da exaltação idealista de que o espanhol é capaz. É este realismo, com a sua atitude crítica e analítica, que dá o seu sabor particular ao mais original contributo da Espanha à literatura mundial — a novela moderna. E, podemos acrescentar, esta ansiedade, sempre presente, por separar o facto significativo da experiência e não por inventar fora da experiência dá às mais antigas obras da literatura espanhola o valor de documentos históricos.

O estudo das instituições políticas dos primeiros anos da reconquista da Península, nos séculos ix e x, não está muito avançado, apresentando dificuldades que não se encontram no caso da França e da Alemanha. E, embora haja monografias que tratem dos aspectos especiais dos problemas em questão, ainda nos falta um conspecto indicativo que é caracteristicamente espanhol e peninsular, comparado às instituições de outros reinos cristãos.

Para se compreenderem os princípios da cavalaria em Espanha, temos de voltar ao que resta da poesia épica castelhana. Apesar de Castela não ser a Espanha, é o único reino da Península que se exprimiu na literatura épica em data muito remota e impôs o seu carácter e instituições aos seus vizinhos cada vez mais numerosos. Se nos utilizarmos destes documentos, tão intensa e realisticamente cheios de acontecimentos e de personalidades do seu tempo, seguiremos o exemplo dos cronistas castelhanos, que, por exemplo, na *Primeira Crónica Geral*, que Afonso X, o Sábio, mandou escrever no ano de 1289, inseriam, às vezes literalmente, longos excertos dos *Cantares de Gesta* (1).

Esta literatura tem um carácter peculiar que serve bem o nosso propósito. Se compararmos a épica francesa com a espanhola, a *Chanson de Roland* com o *Cantar de Mio Cid*, este carácter torna-se evidente. O *Cid* foi escrito uns quarenta anos depois da morte do *Campeador*, no ano de 1099, ao

(1) — Adiante citamos do *Cantar de Mio Cid*, *Texto, Gramática y Vocabulário* por R. Menéndez Pidal. Há uma edição popular do *Cantar* na colecção *Ediciones de «La Lectura»*, Madrid, 1913, com admirável introdução pelo mesmo autor.

Nota do tradutor: Por não dispormos da edição que o autor citou, fizemos todas as citações do *Poema del Cid*, *texto antiguo preparado por Ramón Menéndez Pidal*, com a versão em prosa de Alfonso Reyes. 5.^a ed., Espasa-Calpe, 1943 (*Colección Austral*).

passo que a *Chanson de Roland* foi composta quase três séculos depois da morte do herói. Apesar da diferença no espaço de tempo explicar até certo ponto a mitologia fantástica que surgiu à volta do herói francês e a simplicidade homérica com que o poeta desconhecido da cidade de Medinaceli narrou acontecimentos que podiam ser ainda lembrados pelas pessoas de idade, notamos uma diferença de princípio, estreitamente correspondente a variações no carácter nacional.

No *Roland* o fundo cavalheiresco é constituído por visões semelhantes a sonhos. A geografia é fantástica. As forças sobrenaturais encontram-se intimamente entrelaçadas com os actos dos homens. Quando Roldão morre, há prodígios como os que ocorreram durante a morte do Senhor (*Chanson*, 1423-37). Os feitos dos heróis estão para além de toda a medida; entram em combate exércitos enormes de 360 mil e 450 mil cavaleiros; cinco franceses matam quatro mil infiéis; a buzina de Roldão ouve-se à distância de trinta milhas; Turpim, ferido por quatro lanças, e Roldão, com a cabeça aberta, continuam a combater. A verosimilhança sacrificou-se à magnificência romanesca. Por outro lado, o Cid é simples, patriarcal e as suas proezas não excedem as de um bom cavaleiro castelhano. O elemento sobrenatural reduz-se à observação, caracteristicamente peninsular, do voo das aves (1), não tanto para predizer o futuro, como para produzir sobre o ouvinte uma impressão de fatalidade agoirenta (*Cantar*, 10-13, etc.), e às palavras de consolação do arcanjo Gabriel dirigidas ao Cid durante a última noite em que o herói exilado e triste dorme na terra castelhana. Ainda assim, neste caso, o poeta diz-nos que foi uma visão de sonho (406) enquanto Rodrigo dormia e «*un sueño priso dulce*» (404-10).

E' claro que o poema espanhol, como todas as obras de arte literária, contém *Dichtung und Wahrheit*, mas a *Dichtung* segue direcção oposta à de *Roland*. O seu objectivo é levar-nos a visualizar, de modo simples e familiar, acontecimentos formidáveis e heróicos. Simplifica e cerca de um sentimento humano profundo feitos autênticos e acontecimentos

(1) — Era função de um oficial chamado *Adalid* observar o voo das aves, especialmente das águias, e comunicar ao seu chefe quando chegava o momento favorável para a batalha.

que, todavia, se encontram muito longe da vida diária daqueles que ouviam o menestrel errante que recitava o *Cantar*. O ideal do Cid é o ideal clássico de equilíbrio em todas as coisas.

Em vão buscamos indícios de cólera inumana, característica da cavalaria de outros países. É significativo que o Satanismo, que não se encontra com pouca frequência associado à cavalaria francesa medieval, não se veja na Península. A mãe dos infantes de Lara, que quer beber o sangue das feridas dos seus inimigos mortais, é um animal dementado, mas Raul de Cambrai é sistemático na sua ferocidade, blasfémia e sacrilégio. Diz ele: «Levantareis a minha tenda no meio da igreja, fareis a minha cama diante do altar, poreis os meus falcões no crucifixo de ouro.» Queima o convento de freiras de Origny e com ele a mãe do seu mais fiel vassalo. Nos *Lorrains* Bégue arranca o coração do seu inimigo e atira-o, ainda quente, à cabeça de Guilherme («Aí tens o coração do teu primo; podes mandá-lo salgar e assar»). Algures Gaumadras cai em convulsões quando o nome de Deus é mencionado; os demónios ajudam-no a combater; Herchambaut não nega, mas odeia Deus, até o diabolismo se tornar uma espécie de anti-religião; encontramos frases como esta: «Se encontrardes um homem honesto, desonrai-o; queimai as cidades, as aldeias, as casas, despedaçai os altares e deitai abaixo os crucifixos.»

No *Cid* não há paralelismo com a ordem para a conversão forçada dada na *Chanson* por Carlos Magno, ou com a maneira como são cortadas as cabeças dos que lhe resistem, ou são enforcados ou queimados vivos. Pelo contrário, o poeta castelhano insiste na bondade e no comedimento demonstrado pelo Campêador com os Mouros vencidos (*Cantar*, 541, 802, 851). Quando contaram ao Cid a ofensa feita às filhas, «*una gran ora penssó e comidió*» (2828) e o Rei, depois de receber a mensagem do herói a pedir justiça, «*una grand ora — calló e comidió*» (2953). Rodrigo é representado *fermoso sonrrisando*, e quando o infame Beni Gomez de Carrión foi obrigado a entregar as duas espadas *Colada e Tizón*, «*alegrósele tod el cuerpo, — sonrrisós de corazón*» (3184). Quando ele, que tão bem servira o rei, tem de exilar-se, não entra a fazer acusações apaixonadas, mas naquilo que diz aos companheiros há uma simplicidade pungente:

*Sospiró mio Çid — ca mucho avié grandes cuidados.
 Fabló mio Çid — bien e tan mesurado:
 «grado a ti, señor padre, — que estás en alto!
 Esto me an buolto — mios enemigos malos.»* (1) (6-9)

Roldão é primeiro que tudo um barão feudal da França. No seu mundo, pouco lugar ocupam as afeições vulgares da vida humana. Roldão morre, e as recordações que lhe vêm ao espírito são as que se encontram associadas à sua vida de soldado, à sua espada, às suas conquistas. Rodrigo é um marido e um pai patriarcal. A sua despedida de Dona Ximena, na madrugada do dia em que parte para o exílio, lembra, na sua grandeza e simplicidade homérica, (2) a de Heitor a Andrómaca; «*assís parten unos d'otros — como la uña de la carne*» (375). Está ansioso por casar bem as filhas e espera poder ajudá-las e à mulher.

Mas não é só isto que torna a cavalaria do Cid tão diferente do heroísmo de Roldão. Há naquele certa ternura e ansiedade que o poeta sugere com tacto infinito, não explicitamente, mas com delicada alusão, em cenas que demonstram um grau elevado de arte. Tomemos, por exemplo, o encontro com a rapariguinha de Burgos, quando o Cid cavalga com ruído pelas ruas silenciosas da velha cidade castelhana à frente da sua companhia, e ninguém o quer receber, com medo da cólera do rei D. Afonso (23-49); ou o rapaz Félez Muñoz, que encontra as filhas do Cid, duas pobres raparigas desmaiadas, depois da ofensa cometida pelos cobardes Infantes de Carrión — «*Partiéronsele las telas — de dentro del coraçõ*» e gritou: «*Primas, primas, — doña Elvira e doña Sol! — Despertedes, primas, por amor del Criador!*». Fiça embaraçadíssimo, e quando uma das raparigas pede água, vai-lha buscar galantemente no chapéu, que, acrescenta o poeta, «*nuevo era e fresco*» porque tinha acabado de o comprar em Valencia (2785-802).

(1) — «Suspirou o Cid, cheio de dor, e por fim disse com grande comedimento: — Louvado sejas tu, Pai e Senhor! A isto me reduzem os meus inimigos maus.» (Nota do trad.).

(2) — Na sua *History of Spanish Literature*, Ticknor cita um artigo do poeta Robert Southey (*Quarterly Review*, vol. XII, pág. 64), o qual é de opinião que de todos os poemas escritos depois da *Iliada*, o de espírito mais homérico é o *Cid*. — Hallam na sua *View of the State of Europe during the Middle Ages*, 1818 (vol. III, cap. IX, parte II, pág. 555) pensa que o *Cid* se sobrepõe a tudo o que se escreveu na Europa antes de Dante.

Vale a pena notar a presença da mais preciosa de todas as posses humanas, daquele elemento peculiar que tocou duas literaturas europeias — a inglesa e a espanhola — sem dúvida de modo muito diferente: o sentido do humor. Desta época remota da vida da cavalaria, conservou-se uma cena cômica, através dos séculos, naquelas pequenas baladas (*Romances*) verdadeiras sucessoras, sob forma fragmentária, dos longos poemas épicos e que eram apreciadas, como disse o Marquês de Santilhana (1398-1458), por «pessoas de baixa e servil condição», embora entre elas se encontrem os mais requintados produtos da tradição cavalleiresca na Europa. Um dos assustados Infantes de Carrión esconde-se por detrás de uma prensa de vinho e surge, coberto de pó, depois de o Cid ter metido outra vez na jaula um leão que fugira (2278-2310) e na assembleia solene das Cortes, convocada para fazer justiça ao Cid, um dos nobres defensores dos Infantes chega tarde e ruidosamente, com a roupa em desordem e o rosto congestionado, «por ter almoçado muito bem» (3373-6).

A informação fornecida pelo *Cantar de Mio Cid* respeitante às condições da cavalaria primitiva tem grande valor, e, considerando o carácter histórico do poema, informa acerca de factos e não acerca de teoria legal.

Que a cavalaria na Espanha devia assentar em ampla base democrática tornava-se uma necessidade na luta secular que culminou na reconquista da Península. Considerações práticas punham constantemente em xeque a magnificência dos barões, tão característica do cavaleiro francês. A cavalaria espanhola participa do carácter popular e antifeudal de todas as primitivas instituições castelhanas. Praticamente toda a gente era *Caballero*, que servia na guerra a cavalo, ainda mesmo que não fosse *Hidalgo*. No *Cantar*, depois da distribuição dos despojos, «os que partiram como soldados de pé foram feitos cavaleiros.» (1213) Afonso VII concedeu um privilégio aos cidadãos de Toledo, segundo o qual todo aquele que quisesse andar a cavalo podia fazê-lo e devia adoptar as maneiras de um cavaleiro. Estes eram os *Infanzones de Fuero*, que se tornaram cada vez mais numerosos nos séculos XIII e XIV. Constituíam uma aristocracia municipal, isenta de tributos, e vieram a formar uma oligarquia que monopolizava as dignidades administrativas das cidades (*Portiellos*).

O cavalo tornou-se o emblema da cavalaria; constituía o prolongamento das pernas do cavaleiro e dava-lhe imensa superioridade sobre o soldado de infantaria, levemente armado. Embora a primitiva versão da história do Cid não seja muito clara quanto ao famoso corcel *Babieca*, uma versão posterior, chamada *Las Mocedades del Cid*, conta uma sugestiva anedota a respeito da aquisição do animal, que foi enterrado fora da igreja de S. Pedro de Cardeña, onde sepultaram o Campeador. No tempo de Sancho, o Velho, rei da Navarra (970-1035), o cavaleiro tinha o cavalo no mesmo quarto em que passava a noite com a mulher ⁽¹⁾. Em Castela, a condessa de Garci Fernandez, apaixonada por cavalos, cuida do cavalo do heróico e rebelde conde de Castela, que libertou a sua terra da suzerania da aristocrática coroa de Leão.

Todavia, então como mais tarde, a cavalaria foi, na sua essência, um sacramento, uma Ordem e uma irmandade internacional. O rei da Boémia disse a Guilherme da Holanda, quando o fez cavaleiro: *Te in nostro Collegio gratanter accipio*. O mais antigo livro litúrgico, anterior à forma posterior *De benedictione novi militis* do *Pontificale Romanum*, que continha as orações para a cerimónia de conferir a ordem da Cavalaria, pertence ao princípio do século XI. Ao Cid chama-se com frequência «o que cingiu a espada em hora feliz», o que quer dizer que fora armado cavaleiro. Como hoje se sabe, recebeu as armas das mãos de S. Fernando em Córdova ⁽²⁾. Mas apesar de este carácter sacramental da cavalaria ter sido reconhecido na Península, conservou-se mais um *desideratum* do que uma prática universal. Os soberanos espanhóis armavam-se cavaleiros a si mesmos. S. Fernando tomou as armas no mosteiro das Huelgas em Burgos, Afonso X armou-se em Sevilha, e Afonso XI em Santiago de Compostela, onde se arranhou um maquinismo com a figura do Santo para o rei receber o abraço do Apóstolo ⁽³⁾. Que as *Siete Partidas*, a compilação legal de Afonso o Sábio,

(1) — Veja-se R. Menéndez Pidal, *L'Épopée Castellane à travers la Littérature Espagnole*, traduction d'Henri Mérimée, Paris, Librairie Armand Colin, 1910, pág. 128.

(2) — Uma tradição diz que ele foi armado cavaleiro na Sé de Coimbra, depois da tomada da cidade aos Mouros. (*Nota do Trad.*).

(3) — A este pode acrescentar-se ainda o caso do nosso jovem D. Afonso Henriques, armado cavaleiro por suas próprias mãos aos 14 anos, na catedral de Samora, embora o facto tenha mais um significado político do que propriamente cavalleiresco. (*Nota do Trad.*).

insistissem na referência a este abuso, prova a sua aceitação universal, especialmente se levarmos em conta o carácter ultramariano e anticastelhano da legislação de Afonso, que durou várias gerações até à sua aceitação parcial pelas gentes de Leão e de Castela.

A posição social, juntamente com as preferências do poeta, aparecem claramente no poema. As simpatias do autor abrangem a classe do seu herói, e este espelho da cavalaria castelhana não pertence à mais alta aristocracia. É um *Infanzon* (depois chamado *Fijodalgo* ou *Hidalgo*), o *miles* ou *nobilis* dos documentos latinos; isto é verdade quanto ao Cid histórico, um escudeiro, cuja fonte única de rendimentos eram os seus moinhos junto do rio Ubierna. Quando os Infantes de Carrión, pertencentes à poderosa família dos Beni-Gomez, pensam em casar com as filhas do Cid, consideram-nas inferiores a si próprios e dizem que elas só eram boas para suas concubinas (2759; 3276). Os Infantes eram *Ricos homes* (*richi homines, principes, potestates terrae, proceres, magnates*) que, segundo Don Juan Manuel, muitas vezes casam os filhos e filhas com os filhos e filhas do rei, e, acrescenta o *Cantar*, «filhas de Imperadores» (3297). Entre estes ocupam o primeiro lugar os que o Diploma de Eslonza (929 D. C.) chama *omnes proceres palatii* (noutros passos *primates, magnates togae palatii, optimates aulae vel scholae regis*).

Os membros destes dois graus da aristocracia tinham direito a ser julgados pelos seus pares e, no caso do Cid, as *Cortes*, convocadas pelo rei para julgar a questão dele contra os infantes, não são assembleia política mas tribunal (1), em que o rei declara que surgiu um *riepto* e dispõe o *Gottesgericht*, o que dá ao poema uma conclusão dramática. Esses duelos judiciais, chamados *barralia*, eram frequentes e a forma legal de resolver um insulto pessoal. O prudente Cid tem o cuidado de atar a barba, comprida e bela, com receio de que um dos partidários dos Beni-Gomez se sentisse tentado a puxar por ela nas *Cortes*, onde as paixões não tinham

(1) — As primeiras *Cortes*, na acepção de assembleia política, realizaram-se em Nájera em 1137, no reinado de Afonso VII. Mas neste caso não tomaram parte os representantes das cidades, e muito menos do povo, no que era uma assembleia de nobres presididos pelo rei, a qual continuava a tradição ancestral dos *Concilia*, dos *Conventus* e das *Congregationes*, mas sem a presença de representantes eclesiásticos.

freio. Este insulto era reconhecido pela lei e o *Fuero* de Alhóndiga diz que *quisquis messaverit alium* seria castigado.

O cavaleiro que perde «o amor do rei» deve deixar a terra dentro de um prazo marcado e partir para o exílio, onde tem de *desnaturarse*, podendo entrar para o serviço de qualquer outro nobre. Este costume, com as grandes dificuldades em que põe a vítima, estimula o Cid para prosseguir na sua carreira militar e política, indo ter com o rei mouro de Saragoça e, de acordo com as normas da época, não tem escrúpulo em oferecer o seu exército, ainda pequeno, a um inimigo da Fé. De facto, ele exerce uma espécie de protectorado sobre o fraco príncipe de Saragoça. Não pode haver a mais pequena dúvida acerca da legalidade do seu acto. Uma lei posterior de Afonso x, o *Sábio*, determinava qual o modo de proceder, que, no caso de tratar-se de um vassalo cavaleiro, diferia daquele que devia observar-se por aquele que o não era.

Há grande exagero quanto à influência do Oriente na civilização espanhola; a tendência era antes para reagir contra o Oriente. Todavia, o cavaleiro espanhol estava constantemente a encontrar-se com árabes e berberes (devem distinguir-se claramente), e a sua atitude para com uma raça, que era a do inimigo, mas com não pouca frequência a do amigo pessoal, diferia necessariamente da do francês, que não podia ver no infiel senão um monstro. O Cid foi o maior inimigo do Islão. A conquista de Valencia foi um passo decisivo para a vitória final da Cruz sobre o Crescente, e excitou a imaginação da Europa de modo extraordinário. Que Valencia se perdesse depois da morte do Cid, prova o seu génio sem igual como soldado e como político. Um fresco do palácio de Amra, na Síria, estudado e descrito pela Academia Imperial de Viena, representa os príncipes considerados os principais inimigos do Califa. Por cima de um deles (o rosto desapareceu) lê-se em árabe e em grego ΠΟΔΟΠΙΚΟ. Mas, ao mesmo tempo, o Rodrigo representado no poema tinha amigos fiéis entre os Muçulmanos, por exemplo o mouro Abengalvón, cuja liberalidade e lealdade contrastam com as sinistras maquinações dos Senhores de Carrión (2648-2688). A sua gentileza e bondade para com os mouros que venciam, como vimos, salientados pelo poeta, sendo característico o caso da tomada de uma pequena cidade, Alcocer, onde ele protege as vidas dos habitantes contra a cruel sorte da guerra.

A cavalaria do Cid foi, desde o princípio, considerada

nacional, num sentido que transcende os limites geográficos de Castela. O autor do *Cid* não continua o ódio secular de Castela pelo reino de Leão. Mas as regiões do nordeste da Península estiveram, durante muito tempo, sem contacto com os restos do poder visigótico do Noroeste, e rapidamente se desenvolveram de acordo com o seu temperamento nacional próprio, tão diferente do de Castela, ou até da Galiza. É verdade que em vão procuraríamos qualquer alusão à «Espanha» na mesma acepção em que Roldão fala da «França» (170 vezes), dando este nome a todo o império de Carlos Magno, que, segundo a *Chanson*, consta da Baviera, Germânia, Normandia, Bretanha, Poitou, Auvernhe, Flandres, Frisia, Lorena e Borgonha. Aix-la-Chapelle está em França, e o viajante que atravessar os Pirenéus verá as planícies da França estender-se diante dele. Os Franceses são o povo eleito, superior a todas as outras nações e a eles confiou Deus a sua espada. Como diz o *Couronnement de Louis* (Luís VI): «A coroa de França deve ser posta tão alto — que todas as outras devam pertencer-lhe — Deus ordenou que o primeiro rei de França fosse coroado — pelos seus anjos a cantarem com elevação — Depois ordenou-lhe que fosse o seu Lugar-tenente na terra.»

Menéndez Pidal diz que o *Cid* não é nacional por nele se manifestar o patriotismo, mas por ser a imagem do povo entre o qual foi escrito. Prescott, na sua *History of the Reign of Ferdinand and Isabella*, observa que assim como os poemas homéricos eram o mais importante elo entre os Estados gregos, o *Cid*, que deu expressão a algumas das maiores tradições nacionais, afectou profundamente o sentimento nacional da solidariedade. O *Cid* sente *quant grant es España*; o imperador Afonso governa Portugal, a Galiza, Leão e Castela, e uma das características mais constantes e mais comovedoras de Rodrigo é a sua lealdade e a sua devoção pelo seu soberano. Depois de ter sido forçado a exilar-se, ainda manda presentes a Afonso, repartindo com ele os despojos das batalhas. Na cena da reconciliação, o herói incomparável humilha-se até ao pó perante o imperador: «*las yerbas del campo — a dientes las tomó, llorando de los ojos, tanto avié el gozo mayor*» (2022-3). O rei-imperador de Castela é um símbolo nacional.

Este patriotismo amplo nasce, naturalmente, de uma profunda ligação à terra. *Castiella la gentil* está eternamente no pensamento do exilado. Se quisermos encontrar um para-

lelo com esta dedicação íntima pela pátria, a terra, a cidade, a aldeia ou o castelo natal, temos de pensar no conde de Flandres a contemplar a paisagem desolada dos arredores de Jerusalém e a dizer: «Estou espantadíssimo por Deus, o filho de Santa Maria, ter vivido num deserto destes. Oh! como eu prefiro o grande castelo da minha cidade de Arras!», ou em Roldão que, quando todos os barões cristãos estão mortos, diz: «Terra de França, és a mais doce das terras!» ou em Guilherme de Orange, que, moribundo, expõe o peito nu ao vento que vinha de França para que ele o pudesse abafar.

A cavalaria atingiu a sua plenitude quando o ideal do soldado e o ideal religioso se uniram harmonicamente. *Non nobis, non nobis, Domine, sed nomini tuo da gloriam*, diziam os Templários. Já demonstrámos que o temperamento castelhano não era dado facilmente ao misticismo; talvez possa opor-se que o poder e a importância das Ordens religiosas-militares da Espanha se deveram, não só às necessidades impostas pela luta contra os Mouros, mas também a certa relutância em se aceitar a finalidade extremamente metafísica da cavalaria, atitude que a disciplina e a vida organizada das Ordens religiosas estavam destinadas deliberadamente a levar de vencida. Uma Ordem, a da Fita, foi criada por Afonso XI, muito mais tarde, com o fim de fortalecer a cavalaria na Península e evitar a degenerescência das ideias feudais.

Afonso X, *o Sábio*, nos seus esforços constantes por aclimatar instituições estrangeiras, tentou fazer cortesãos dos cavaleiros castelhanos rurais e neles instilar aquelas ideias feudais que tanto admirava (¹). Quando começou a codificar

(1) — Houve ou não houve feudalismo em Espanha? Afirmou-se recentemente que a não pouco frequente menção de doações feitas pelo rei a *Ricos hombres* e *Hidalgos* é prova bastante de que um sistema feudal condicionou a hierarquia social na Península, tal como em França e na Alemanha. Estas indicações, porém, devem interpretar-se em sentido próprio. Em Castela não se conheciam duques e condes independentes no usufruto do seu *Fief de dignité*. O feudo era, em si, uma concessão que estabelecia dependência especial entre o doador e o vassalo que recebia o feudo. Era hereditário, embora o senhor feudal conservasse certos direitos sobre ele, e o vassalo tivesse o direito de jurisdição sobre o seu feudo, reunindo na sua pessoa a propriedade e o poder político. O senhor feudal podia, por sua vez, conceder feudos. Fazia parte de uma hierarquia que ia do servo ao imperador e assim até Deus.

as leis castelhanas nas suas *Siete Partidas*, determinou que o cavaleiro devia ser pobre e não devia dar-se aos gracejos; que os cavaleiros não podiam comer alhos nem cebolas; que deviam considerar a maior felicidade fazerem parte do séquito do rei, e como maior castigo não lhes ser permitido estar na sua presença. Mas Afonso, o sonhador, que sonhava com a coroa imperial, e passou a vida em tentativas para o elegerem imperador, morreu com o coração despedaçado e os cavaleiros rústicos continuaram a comer cebolas e a dar-se à sua tendência natural para o humorismo.

Na Espanha, como em toda a parte, a Igreja condenara originariamente toda a participação na guerra, mas a evolução de uma ideia diferente foi comparativamente rápida, embora de tempos a tempos se reafirmasse a atitude inicial. O concílio de Arles excomungou os desertores e os que conscientemente pusessem objecção, mas o Concílio de Kiersy (858) promulgou que «devemos guerrear os nossos vícios e pecados mas estar em paz com os nossos irmãos», e ainda em 1514 o Concílio de Latrão decretou que «nada é mais pernicioso, nada mais desastroso à República cristã do que a desumana fúria da guerra.» A guerra é sempre satânica, mas em breve se reconheceu que serve intuitos de expiação e preparação. A Igreja regulamentou a guerra, como nas determinações de Nicolau I quando, em 865, os Búlgaros o consultaram para saberem se era ou não permitido continuar a combater

Em Leão, Castela e na Galiza as condições eram muito diferentes. O recipiendário de uma doação real não devia ao rei obediência especial que o distinguisse de outros súbditos. O rei era, e continuava a ser, o supremo juiz e o único legislador, e se, por acaso, poderosos barões do noroeste da Península ficavam imunes da intervenção real neste ponto e agiam como juizes dos seus povos, era graças a privilégios especiais que, até nestes casos, proibiam ao possível senhor feudal manter uma prisão no seu território e não impediam os seus dependentes de apelar para a justiça real. Portanto, o feudalismo, tal como se conhecia na Europa central e em França, differia radicalmente do *señorio* peninsular, ainda mesmo quando reis, com ligações estrangeiras, tentavam impô-lo contra os sentimentos da sua terra.

É curioso observar que, enquanto em França e na Alemanha o feudalismo surgiu como força descentralizadora, hostil à coroa, em Espanha foi, pelo contrário, favorecido pelos reis, mais especialmente durante os últimos trinta anos do século XI, quando Afonso VI se tornou protector da Ordem de Cluny. As ideias deste homem notavelmente activo, que o poeta do *Cid* não considera «bom senhor», pelo menos na primeira parte do *Cantar*, explicam esta asserção. Antes da conquista de Toledo já se chamava a si próprio *Rex* (em documento de 19 de Fevereiro de 1085).

durante a Quaresma. Um ponto houve em que a Igreja insistiu, na alta Idade Média: a proibição do uso do arco e das setas durante as batalhas entre Cristãos, veredicto claramente confirmado no Concílio de Latrão em 1139. As consequências disto afectaram a Inglaterra, e deram emprego aos bandos de archeiros ingleses e escoceses, utilizados pelos príncipes castelhanos e portugueses, mas tidos em pouca consideração pela cavalaria destes países, embora a sua eficácia jamais fosse tão menosprezada como em França.

Santo Agostinho já distinguira entre as guerras justas e injustas, e Vicente de Beauvais, no reinado de S. Luís, expusera as três condições que se tornavam necessárias para a guerra ser permitida: a autoridade do príncipe, uma causa justa e intenção honesta. Por fim as proezas militares tornaram-se meritórias e o cavaleiro valente pôde alimentar a esperança de recompensa no outro mundo. A famosa carta de S. Bernardo aos Cavaleiros do Templo é a expressão final, e talvez a mais nobre, desta modificação. João de Salisbury dizia que a profissão militar fora instituída por Deus, porque a paz é dom de Deus e o soldado traz a paz.

Dois ideais — o cavalheiresco-militar e o monástico-religioso — cristalizam na forma de Ordens militares, que na história da Península desempenharam papel importante e especial. A mesma razão que fez espalhar a cavalaria pelas diferentes classes sociais, a urgência do apelo contra o Infiel que estava às portas, deu força a estas associações quando elas já haviam perdido a vitalidade em outros países.

Dois anos mais tarde, no privilégio concedido à catedral de Astorga, chamou-se *Imperator Adeptus*, e seis anos depois tomou o título de *Imperator totius Hispanie*, e considera-se o decano dos príncipes peninsulares, sendo as suas relações para com eles análogas às do Santo Imperador Romano para com os duques do Império.

Mas estas ilusões e pretensões cerimoniais foram efémeras, sendo as consequências da anarquia feudal, pelo menos neste período, evitadas, embora se tornassem agudas pelos fins do século XV, pouco antes da Rainha Católica principiar a arrazar os castelos dos barões e a pôr termo à desordem com as suas «horrorosas anatomias.» Só em um reino da Península, unido à coroa de Castela, a Galiza, se conhecem consequências perniciosas desse semifeudalismo dos barões. Ali, o conde de Monterroso, Don Múñio Peláez (1121) aterrorizou os arredores à sua vontade, o conde Don García Pérez (1130) juntou grande fortuna com os roubos feitos aos mercadores da Inglaterra e da Lorena, que se dirigiam a Santiago de Compostela, e o conde Don Fernando Pérez viu o seu castelo de Raneta cercado e destruído pelas tropas do enérgico arcebispo de Santiago.

Não era preciso atravessar o mar para ir à Palestina com o fim de tomar parte na obra meritória de libertação. Após a conquista de Sevilha por S. Fernando no ano de 1248, diminuiu gradualmente a urgência deste apelo, e as Ordens foram um meio de manter vivo um espírito que estava a degenerar entre os variadíssimos interesses de consequências práticas mais imediatas.

O poder das Ordens militares e o seu prestígio social não se baseavam apenas nas suas riquezas, mas no facto de sempre terem representado em Espanha o princípio aristocrático da cavalaria, ao passo que a cavalaria que não aliava as funções de Ordem monástica à organização militar, era, como vimos do princípio, profundamente democrática. Não é de admirar que, mais tarde, durante o último quartel do século xiv e em mais de metade do século xv, as Ordens militares se tivessem oposto (quase sempre) às influências centralizadoras e à vigilância do rei ou do seu ministro, e se encontrassem ao lado dos barões feudais nas suas inumeráveis revoltas contra a política absorvente da coroa. Um membro de uma Ordem dessas era fidalgo e cavaleiro, e tinha o apoio do poder imenso de uma sociedade organizada. Esta preponderância das Ordens tornou-se, no fim, a própria causa da sua queda.

A Ordem do Templo, a primeira estabelecida na Península, já se encontrava em Calatrava no ano de 1139, e foi seguida imediatamente pelos Cavaleiros de S. João de Jerusalém. Cinquenta anos depois da fundação do Templo, os Cavaleiros tomaram parte na conquista de Cuenca por Afonso VII. No fastígio do seu poder em Espanha possuíam doze casas, só em Castela. Mas na batalha das Navas de Tolosa sofreram terrivelmente; o Grão-mestre Gómez Ramirez morreu depois da luta e os *Anales Toledanos* registam com laconismo: «Morreram todos ali.» A ordem, todavia, arribou, pois tomou parte importante na conquista de Sevilha por Fernando III, o Santo, que abalou o poder dos muçulmanos espanhóis. Depois daquele acontecimento, os restantes reinos mouriscos do Sul jamais saíram de um estado de vassalagem intermitente. Os problemas que os príncipes cristãos da Península tiveram de considerar tornaram-se mais políticos e sociais do que militares, até que, durante o momento favorável da união de Aragão e Castela, Granada, o último ponto que restava do poder mourisco, a Constantinopla do Ocidente, foi tomada pelas forças combinadas de Castela e de Aragão.

As actividades das Ordens, a partir de muito cedo, não eram só externas, mas internas. Já no tempo de Afonso x, o Sábio, encontramos os Templários a apoiarem o rebelde príncipe D. Sancho contra o rei, que, para alcançar uma reconciliação, lhes concedeu a vila do Fregenal (Março de 1283). Haviã-se estabelecido em Aragão pouco depois do seu aparecimento pela primeira vez em Castela, e contribuíram para a conquista das Ilhas Baleares na Primavera de 1229, conquista que teve grande importância para o comércio catalão do Mediterrâneo, visto como as Ilhas Baleares haviam sido um foco de pirataria desde tempos imemoriais.

Pelo ano de 1290 as conquistas aragonesas estavam concluídas, e a Ordem prestes a desaparecer. No ano seguinte foi expulsa de Jerusalém. O rei de França fizera julgar os cavaleiros franceses com o auxílio do papa Clemente v, o primeiro que residiu em Avinhão, e a Ordem acabou no meio de um espectáculo terrível em Paris, quando o Grão-Mestre, com 59 cavaleiros, foi queimado vivo. Em Castela constituiu-se um tribunal especial e perante ele compareceram na cidade de Medina del Campo, no ano de 1310, o Grão Mestre e os Cavaleiros. Havia opiniões divergentes, que continuaram no Concílio provincial de Salamanca. As acusações feitas ao Templo consideraram-se infundadas por parte dos juizes espanhóis, mas estes não se atreveram a contradizer o Papa, e a 14 de Março de 1312 uma Bula papal extinguiu a Ordem. Em Espanha, como em França, os seus bens imensos foram confiscados, e o golpe que destruiu uma das mais poderosas organizações da Cristandade contribuiu para enfraquecer as outras Ordens, como os factos breve demonstraram. Circunstâncias externas, tais como a fraqueza do inimigo mouro e o aparecimento dos Turcos em outros pontos da Europa, tornaram inevitável a perda final do seu poder efectivo.

Durante a primeira metade do século XIII as Ordens militares foram muito numerosas na Península. Talvez uma das mais antigas seja a dos Cavaleiros de Trujillo (*Freiles Trujilleses*), fundada na Palestina e confirmada por Alexandre III, que teve especial interesse por estas Ordens. Foi organizada segundo a Regra de S. Basílio, e os Cavaleiros usavam hábito branco com banda vermelha e uma cruz semelhante à dos Templários. Afonso IX convidou os que se tinham fixado em Valencia a irem para Castela e deu-lhes

a cidade de Trujillo no ano de 1191. Quando Trujillo caiu em poder do inimigo comum, a Ordem desapareceu, e o rei entregou os bens à Ordem de Calatrava, que estava dia a dia a tornar-se mais poderosa. Alexandre III confirmou também a Ordem de Montjoye, que havia sido fundada na Palestina (1180) por um espanhol, o conde Rodrigo. Este Colégio de Cavaleiros teve curta vida, porque, após um quarto de século, a sempre crescente Ordem de Calatrava o absorveu. Mas dentro de pouco tempo adquirira grandes riquezas, possuindo, já em 1180, importantes bens na Península. Originariamente estes Cavaleiros usavam trajo um tanto espectacular, capa vermelha com uma estrela de prata presa a uma corrente; mais tarde são representados de capa branca e cruz octogonal.

Estas Ordens haviam sido internacionais, mas, além delas, encontramos grande número de Ordens regionais, limitadas a certos reinos. Assim, na Navarra constituíram-se várias associações, como os «Cavaleiros do Carvalho», a «Ordem Cavalleiresca dos Lírios» e a «Ordem do Terraço»; em Aragão citam-se os «Cavaleiros da Estola» e «do Nosso Salvador.» Algumas Ordens encontram-se ligadas a certas cidades, como Ávila, e em Toledo encontramos a «Ordem de N.^a S.^a do Rosário» (cerca de 1213), especialmente constituída para lutar contra os heréticos. Os Cavaleiros desta Ordem tomaram parte na batalha de Muret contra os Albigeneses. As mulheres não eram excluídas de certas Ordens, e na Catalunha, na cidade de Tortosa, encontramos pelo menos uma Ordem, a «Ordem do Machado», que constava inteiramente de mulheres. Todas estas Ordens desapareceram, como de costume absorvidas por instituições mais poderosas.

Foi a falência dos Templários que elevou a Ordem de Calatrava, porque, quando no reinado do rei D. Sancho os Mouros ameaçaram Toledo, o posto avançado de Calatrava, difícil de defender, foi abandonado pelos Cavaleiros do Templo, e o rei ofereceu-o a quem quisesse defendê-lo. Diego Velazquez, que dizem ser então frade, mas na mocidade soldado que relembra os tempos do «imperador» Afonso VII, persuadiu Raimundo, abade do mosteiro de Fitero, perto de Toledo, a tentar a empresa. O abade, continua a história, pregou com ardor sobre-humano, levantou um exército de vinte mil homens, e alcançou vitória completa sobre o inimigo. A Ordem foi constituída imediatamente e confirmada no ano de 1164, pelo mesmo Alexandre que concedera regras

a tantas outras Ordens. Os cavaleiros combateram desesperadamente nas Navas (1212).

Após a dissolução do Templo, os bens das casas espanholas foram entregues aos Cavaleiros de S. João de Jerusalém, mas levantaram-se protestos, e o rei de Aragão Jaime II mandou um certo Vidal de Vilanova à corte papal de Avinhão a propor que se criasse uma Ordem nova para tomar conta da herança do Templo. Passado algum tempo, porque o caso encontrou muita oposição, criou-se a Ordem de Montesa, e viram-se dentro em breve na Península os novos cavaleiros, com uma cruz preta nos escudos e uma cruz verde no peito. Por fim chegaram a acordo com o prior geral de S. João de Jerusalém em Valencia quanto à distribuição dos ricos restos da Ordem do Templo, sendo a Ordem aprovada por fim pelo papa João XXII.

A fundação da Ordem de Alcântara é descrita da seguinte forma num velho documento. Quando a Estremadura se encontrava nas mãos dos Mouros, um certo Sueiro, natural de Salamanca, decidiu combatê-los em serviço de Deus, e no mês de Setembro, *al reir del alba*, Sueiro e os seus homens encontraram um ermita chamado Amando, que vivia na igreja de S. Julião, perto do rio Coa. Na juventude servira às ordens do «bom conde Henrique», o genro borgonhês de Afonso. Ele aconselhou-os então a imporem-se certa disciplina religiosa, e o bispo de Salamanca, a pedido deles, deu-lhes a regra cisterciense. O lugar da fundação, próximo de Castelo Rodrigo, abundava em pereiras e havia uma especialmente grande, perto da igreja de Amando, que se chamava *San Julián del Pereiro*, nome que, depois, veio a ser o primeiro tomado pela Ordem, em memória daquela ridente alvorada em que encontraram o belicoso ermita.

Entretanto o rei de Castela, Afonso IX, conquistou Alcântara e deu-a no ano de 1217 à Ordem de Calatrava, que breve viu não ser possível auxiliar ao mesmo tempo ambos os reinos de Leão e de Castela. Alcântara foi, por isso, entregue aos Cavaleiros de S. Julião, que tomaram o nome da sua nova fortaleza.

De todas as Ordens peninsulares, a de Santiago chegou às culminâncias do poderio, o que a fez, em certa altura, um Estado no Estado. É difícil indicar-lhe a data da origem. A história conta (mas não é confirmada por documentos fidedignos) que o rei Ramiro I nomeou treze cavaleiros para cuidarem dos peregrinos que se dirigiam para Santiago de

Compostela. O número simbolizava Nosso Senhor e os Seus apóstolos.

Há outra história, repetida no prefácio das Regras da Ordem, e segundo a qual os fundadores foram doze aventureiros e criminosos, mas esta versão é certamente de data muito posterior e inventada para dar significação romanesca a uma frase convencional da Bula de Confirmação, que nos diz que os companheiros «foram inspirados pela graça celeste, e vivamente impressionados pelo sofrimento dos seus corações, em razão dos muitos crimes que haviam cometido.» Diz-se que no ano de 1170 os cavaleiros encontraram retiro no mosteiro de Santo Elói (Hoyo ou Loyo) e observaram a Regra de Santo Agostinho, mas não tinham sede fixa, pois se encontram em Cáceres, um pouco mais tarde em Alarilla, e em Veles em 1175.

Parece que a verdadeira história da Ordem difere do relato oficial. Durante a turbulenta menoridade de Afonso VIII foi ela fundada por uns indivíduos piedosos, que se estabeleceram em Cáceres, e se chamaram *Freires de Cáceres*. Fernando II de Leão concedeu-lhes Cáceres em 1172, quando a Ordem já se estendia por Castela. Em 1173 o legado pontifício Jacinto ia de jornada para Espanha. Em Sória encontrou os cavaleiros da recém-fundada comunidade, que pediram a protecção e o reconhecimento da Igreja, o que receberam de Alexandre III, o amante das Ordens, pela Bula *Benedictus Deus*, no verão do ano de 1175, sem dúvida por intercessão do bispo de Salamanca, que, como vimos, também era advogado entusiasta destas Ordens.

A comunidade espalhou-se pela Península e adquiriu a propriedade de Monsanto e Abrantes, em Portugal, mas em 1290 efectuou-se a divisão da Ordem de Santiago em portuguesa e espanhola, de acordo com os desejos que o rei D. Dinis de Portugal manifestara ao papa Nicolau IV. Toda a Ordem pereceu na batalha de Moclin, sendo reconstituída após a incorporação da Ordem de S.^{ta} Maria, fundada por Afonso o Sábio e a única que em toda a Península se considerava essencialmente uma Ordem naval.

Nos seus princípios, a Ordem de Santiago conservou o seu número de treze *Freires*, cavaleiros professos que haviam feito o voto voluntário de castidade; mas depois do ano de 1350 um substituto, *Emienda*, podia ocupar no Capítulo o lugar de um cavaleiro ausente. O Capítulo tinha poder para depor o Mestre. Mais tarde encontramos treze Comen-

dadores e um número avultado e variável de cavaleiros, que em parte tinham Ordens Sacras e em parte eram leigos. Ao princípio o seu trajo era completamente branco, mas depois os *Santiaguistas* adoptaram a cruz vermelha dos Cruzados. Enquanto a Península não adquiriu homogeneidade, e a solidariedade nacional se mostrava lenta em desenvolver-se, representaram uma atitude peninsular-internacional e agiram como correctivo de condições sob as quais não era invulgar um príncipe cristão ver a invasão de um reino vizinho com indiferença ou até com prazer.

O décimo capítulo das Regras resume o ideal religioso e militar da Ordem de Santiago: «Nunca deixeis de defender o vosso povo, os vossos camaradas e a Madre Igreja. Nada há de mais glorioso, de mais agradável a Deus, do que perder a vida em defesa e conservação da Sua Lei e morrer pela espada, pelo fogo, pela água, no cativeiro ou em qualquer outro perigo.» Os cavaleiros tinham de ser leões na luta e cordeiros nos conventos. Deviam de resignar-se a perder alguns dos seus direitos pessoais. Os que eram casados perdiam o *patria potestas*; eles e suas famílias tornavam-se, pelo menos nominalmente, propriedade da Ordem. Não eram apenas Cruzados no campo de batalha, mas regulavam de muitos modos as relações entre os monarcas espanhóis e o mundo muçulmano da Espanha e do norte de África. Foram eles os primeiros a organizarem em larga escala e de modo permanente o salvamento e o resgate dos cativos, grande obra mais tarde continuada pelos monges da Misericórdia. Os cavaleiros possuíam dez casas para receberem os prisioneiros, *Casas de Merced de Redención*, em Toledo, Cuenca, Teruel, Las Tiendas, Saragoça, Alarcón, Moya, Castrotorafe, Talavera e em Castiel.

Ao mesmo tempo deram-se novos e consideráveis privilégios à qualidade permanente de Cruzado possuída pelos cavaleiros. Os seus bens eram invioláveis enquanto os proprietários andavam ocupados em expedições militares; não se lhes poderiam exigir nenhuma dúvida, podendo eles vender a terra que, em condições normais, era inalienável. Os privilégios concedidos aos colonos das fronteiras contra os mouros levaram-nos a desprezar o receio de incursões e pilhagens por parte do inimigo. Durante dez anos ficariam isentos de impostos, se quisessem permanecer na fronteira durante outros dez anos após o período da graça. A Ordem dedicou-se à educação dos filhos dos cavaleiros, providenciando não só

à instrução militar dos rapazes, como também à educação e casamento das raparigas.

A riqueza das Ordens foi uma das causas que contribuíram para a sua incorporação na Coroa. Era inevitável que os seus bens se tornassem imensos, pois tinham poder para os adquirir e não para os alienar. Ao princípio estes bens pagavam imposto, mas, em data recuada, cessou a cobrança dos impostos pelos funcionários do rei. A Coroa tinha e tivera inteiro conhecimento dos sérios perigos que tal sistema implicava. As fundações eclesiásticas haviam sido proibidas. Afonso VII, nas Cortes de Nájera, em 1138, negou às comunidades eclesiásticas o direito de possuírem terras, excepto em caso de concessão de privilégio real. Esta era a atitude nacional, muitas vezes reafirmada nos primitivos *Fueros* de Castela, no *Ordenamiento* de Alcalá e no *Fuero Real*, contemporâneo das *Siete Partidas* de Afonso o Sábio. Mas estes protestos tornaram-se progressivamente ineficazes e as propriedades das Ordens transformaram-se em latifúndios cancerosos, cuja posse envenenava a vida política e militar destas instituições. A legislação económica dos Capítulos é um esforço constante para dispor destas extensões gigantescas de terra. Assim, por exemplo, o Capítulo de Uclés de 1440 ordena que os camponeses que redimam terras devastadas fiquem com elas. Duas vendas de propriedades e direitos, nem por isso das mais importantes, que se efectuaram de acordo com duas Bulas de Paulo V, renderam 2.400.000 ducados. Ainda em 1636, quando os Grão-Mestres estavam a contrair um empréstimo e a tratarem com Johann Jacob Holzapfel e Johann Christoff Everlin, agentes dos banqueiros imperiais, a casa de Fugger de Augsburgo (*rico como un Fúcaro*, como dissera Cervantes), o rendimento anual das *Encomiendas* era ainda de quinhentos e oitenta e três mil ducados. As propriedades restantes das quatro Ordens sobreviventes foram vendidas, ou antes desbaratadas na «Amortização» de 1847 (1).

(1) — A literatura a respeito das Ordens de Cavalaria é tão extensa como pouco satisfatória. Consultámos as seguintes obras:

Fr. F. Rades y Andrade: *Crónica de las três órdenes y cancelerias de Santiago, Calatrava y Alcántara*, Toledo, 1572.

História de las Ordenes militares de Santiago, de Calatrava y Alcántara. Ordenado por el Licenciado Francisco Caro de Torres. Madrid, 1629.

A. F. Aguado de Cordova: *Bullarium equestris ordinis S. Jacobi de Spatha*, etc. Madrid, 1749.

I. J. de Ortega: *Bullarium ordinis militiae de Alcantara olim*

A partir de tempos muito antigos, paralela à cavalaria do Cid, árdua, serviçal e humana, aparece outra cavalaria, arrogante, teatral, mística sem religião, nada prática e sem idealismo, que, desde a época do renascimento gótico no século XVIII até à do pré-rafaelismo artificial, tem sido admirada pelos que gostam do pitoresco e ignoram o conhecimento da História.

A própria personalidade do Cid sofreu também com esta mudança. Já em *Las Mocedades del Cid* é representado como um moço diabólico, maltratando o pai e insultando o seu rei, que, não sem causa, observa que Rodrigo é um *pecado* — isto é, um demónio.

Exerciam-se então grande número de influências não-castelhanas e não-peninsulares. O mancebo do século XIII foi buscar ideias de origem francesa e provençal, sendo inspirado pelo exemplo de Carlos Magno e dos seus pares, cujos feitos andavam celebrados em Espanha na Crónica de Turpin, escrita muito provavelmente em Santiago de Compostela no século XII. Esta obra deu origem a uma progénie inumerável, em que se conta o *Noble cuento del emperador Carlo Maynes de Roma e la buena emperatriz Sevilla*, que só se encontra em manuscrito na Biblioteca do Escorial, a *Historia de Enrique, fi de Oliva* (Sevilha, 1498), a *Historia de Carlo Magno y de los doce Pares* (1525), e muitas outras.

No século XIV o romantismo céltico da *Matière de Bretagne*, já aclimatado na Galiza e em Portugal, onde o temperamento nacional favorecia este conceito de vida individualista e lírica, entrou em Castela e encheu a imaginação de todos os homens e mulheres, até não haver militar que não sonhasse com os Cavaleiros da Távola Redonda,

San Julian del Pereiro, etc. Madrid, 1759. *Bullarium ordinis Militia de Calatrava*. Madrid, 1761.

W. Lippert: *Des Ritterordens von Santiago Thätigkeit für das Heilige Land*. 1889.

Escudero de la Peña: *El Archivo de Uclés, Boletín de la Academia de la Historia*. 1889, vol. XV, pág. 299.

F. R. Uhagon (Marqués de Laurencin): *Ordenes militares*, Acad. Hist. Madrid, 1898. *Índice de los documentos de la Orden Militar de Calatrava existentes en el Archivo Histórico Nacional*. Madrid, 1899.

B. Martín Minguez: *Regla de la Orden de Santiago. Academia Heráldica*. 1917 (a págs. 4, 9, 25, 30, 57, 61, 73, 79, 104, 110, 127 e 137 comparam-se as regras com passos do Cid.).

com Erec, com Galvão, ou com Lançarote, nem nenhum namorado que não desejasse rivalizar com Tristão, nem nenhuma rapariga que não aspirasse ao amor apaixonado de Isolda ou à perfeição de Oriana. Muitos fidalgos portugueses deram às filhas os nomes de Iseu, Genevra ou Viviana e escolheram para os filhos os nomes de Tristão, Lançarote ou Percival ⁽¹⁾, embora em Castela as referências às histórias célticas sejam poucas antes do século xiv. Provêm elas da popular Crónica latina de Geoffrey of Monmouth, que fala de Merlim e de como Artur combateu contra os Saxões, os inimigos hereditários dos Celtas. De Afonso o Sábio em diante, que fala de Tristão nas suas poesias, aumenta a familiaridade com esta cavalaria romântica, tornando-se em paixão pelo amor galante e pelo ponto de honra. Personagem tão grave e escritor tão eminente como o chanceler de Castela Pedro López de Ayala confessa que na sua mocidade sacrificara à moda, lendo e relendo *Lançarote do Lago*. Há fragmentos de um antigo Tristão espanhol, e com o anónimo cavaleiro Cifar aparece o primeiro romance peninsular de Cavalaria, escrito entre os anos de 1299 e 1305 e característico deste processo de adaptação, com a sua mistura de elementos cavalheirescos, dídácticos e agiográficos.

Pelos meados do século xii o soldado de cavalaria do Cid, simples e combativo, estava a deixar de ser um ideal, em certo sector importante da Península, pelo menos. A Corte de Afonso vii, «o Imperador», tornara-se a mais esplêndida da Europa, sendo considerada modelo de todas as outras. Um madrigal, atribuído a Frederico Barbarroxa, diz:

*Plaz mi: cavalier franzez
E la dona cathalana
E l'ouvrar del ginoez
E la cour de Kastellana.*

Não teriam sido ali bem recebidos os nobres, mas rústicos, amigos do Cid, e as damas ter-se-iam afastado deles e sorrido antes para qualquer cavaleiro aventureiro que falasse das suas proezas em países estrangeiros. Naquele ambiente, as mulheres não eram como D. Ximena ou as gentis filhas do Cid, tão caladas. Seriam, daí a pouco, elevadas a alturas

(1) — Veja-se Henry Thomas, *Spanish and Portuguese Romances of Chivalry*. Cambridge University Press, 1920, pág. 23.

de perfeição romanesca, falsa e seca, pelos cavaleiros que andavam à procura de aventuras, invocando a sua dama à ordem da moda. O Cid retemperara a sua força no pensamento de que a mulher e as filhas assistiam à sua partida para a batalha, das muralhas de Valencia. O amor tornara-se agora sensual, ao mesmo tempo que se rodeava de ceremonial pedantesco, que culminou na poesia, erótica e convencional, do século xv, que enche o *Cancionero de Baena* com as suas poesias sem inspiração.

Se, de certo modo, o amor e as damas haviam adquirido maior subtileza, individualismo e interesse, a guerra tornara-se teatral e monótona. A táctica e a estratégia do Cid são variadíssimas, ao passo que os romances posteriores abundam em cargas monstruosas, repetições infundáveis de actos sobre-humanos de força e valentia, que cansam o leitor moderno e impressionam desagradavelmente o historiador militar. O cavaleiro ia-se tornando cavaleiro andante, tendo muitos *Caballeros* espanhóis visitado outros países. Alexandre Commeno, imperador de Constantinopla, já empregara ao seu serviço um cavaleiro leonês chamado Guzmán. Os catalães foram em importante expedição até aos Balcãs. Inumeráveis aventureiros justaram e combateram em França e na Alemanha, até Hernando del Pulgar poder dizer, com verdade, que iam ao norte em busca de aventuras mais espanhóis do que estrangeiros atravessavam os Pirenéus com o mesmo fim. Não foi este o único contacto com a cavalaria estrangeira. O Príncipe Negro e os seus cavaleiros ingleses, Duguesclin e os seus franceses, João de Gaunt na Galiza, rainhas inglesas e gentis-homens contribuíram para esta modificação, embora, sem dúvida, se lhes tenha exagerado a influência. Os casamentos com estrangeiros eram frequentes na família real, até em tempos muito remotos. Afonso vi teve cinco mulheres; a primeira, Inês, era filha de Guido, duque de Aquitânia; a segunda, Constança, filha de Roberto de Borgonha; a terceira, Berta, veio da Toscana, e as duas últimas, Isabel e Beatriz, parece terem sido francesas (1).

Não há, talvez, melhor exemplo da cavalaria aventureira, romanesca, embora temperada constantemente pelo bom senso e complacência castelhana da sabedoria popular, do que a vida de D. Pedro Niño, descrita numa Crónica

(1) — Não falando nas numerosas concubinas, uma das quais, pelo menos, era moura. (*Nota do Trad.*).

do seu escudeiro Gutierre Diaz de Gamez (1379?-1450), intitulada *Victorial* ⁽¹⁾. Conta-nos ele a primeira educação do amo, as suas primeiras proezas militares, e, entre outras, a sua expedição a Inglaterra com três galés, em companhia de Charles de Savoisy (*Sebasil*), marinheiro francês. Primeiro atacaram Cornwall (*Cornualha*), mas a prudência do francês impediu D. Pedro de desembarcar em Falmouth (*Falmua*), onde outro marinheiro bretão encontrara, havia pouco, recepção favorável. A artilharia de *Plamua* (Plymouth) era formidável, mas em Portland os assaltantes tiveram êxito, apesar de encontrarem viva resistência. Os habitantes, diz o cronista, eram pobre gente, e a maior parte refugiaram-se, com as mulheres e os filhos, nas cavernas naturais da ilha. Os franceses começaram a incendiar-lhes as casas, mas «os castelhanos não o queriam»; pelo contrário, evitaram que se ateassem novos incêndios, pois os habitantes da ilha eram pobres. Sabiam que o desejo do seu capitão era «ser bom com os fracos e forte com os fortes» ⁽²⁾. Travou-se uma batalha em Poole (*Pola*) contra a opinião de *Mosen Charles*, a qual, após muitas dificuldades, resultou em vitória dos espanhóis, que recuperaram ali a famosa cruz de Santa Maria de Finisterra, roubada ao santuário galego por marinheiros ingleses. D. Pedro estava prestes a retirar-se para o seu quartel de inverno em França, mas, antes de o fazer, visitou *Antona* (Southampton), onde quase queimou um navio genovês, supondo-o presa tomada pelos ingleses. Foi impedido de o fazer pelas súplicas dos proprietários, que salientaram a tradicional amizade da sua república e do rei de Castela, acrescentando que não iam deixar o navio nas mãos dos ingleses, pois o rei já ordenara que lho entregassem. Londres, «que parecia uma grande cidade numa planície», está situada no rio *Artamisa*. Logo que os espanhóis desembarcaram, «apareceram imediatamente tantos archeiros que os obrigaram a voltar ao mar a toda a pressa.»

D. Pedro tornou a França e passou algum tempo no castelo de Serifontaine (a que chama *Girafontayna*), pertencente ao almirante francês Renaut de Trye (*Arnao de Tria*).

(1) — *Crónica de don Pedro Niño, Conde de Buelna*, ed. de Eugénio de Llaguno Amírola, Madrid, 1782. Veja-se também, na colecção *Varones Ilustres de la Marina Española*, a *Vida de Don Pedro Niño*, por D. Josef de Vargas y Ponce, Madrid, 1807.

(2) — *Crónica*, pág. 103.

Este era velho e tinha por mulher a mais bela dama da França. Escusado é dizer que D. Pedro se apaixonou por *Madama la Amiralla*, que ao cavaleiro espanhol parecia uma visão daqueles romances de cavalaria de que tão bem se lembrava. Ali estava uma linda dama a conquistar com feitos de bravura, como o torneio de Paris, em que ele venceu todos os antagonistas. A vida no castelo é descrita pormenorizadamente ⁽¹⁾. A dama e as suas donzelas levantavam-se cedo e iam para um bosque próximo, cada uma delas com o seu livro de horas e o seu rosário, e sentavam-se, rezavam as horas canónicas, não dizendo palavra enquanto estavam a rezar; mais tarde, colhendo florinhas e violetas, regressavam ao palácio e iam para a capela ouvir missa. Depois do almoço, Madame costumava ir dar um passeio a cavalo, na companhia de cavaleiros e gentis-homens. Voltavam a colher flores e folhas e ouviam *lais, delais, virolais, chazas, reondelas, complaintas* e *baladas*. Havia depois um banquete, que decorria cerimoniosamente, a que se seguia uma dança, em que a dona do castelo dançava com D. Pedro. Depois da sesta todos iam à caça, Madame montada no seu belo cavalo, levando um nobre falcão na luva. Acabada a caçada, dispunha-se um piquenique, ao ar livre, acompanhado também de canções e flores.

Mas a dona do velho almirante não o teve na sua companhia mais do que uma temporada, embora D. Pedro a não esquecesse facilmente. Regressou a Espanha e apaixonou-se por D. Beatriz, filha do infante D. João de Portugal, com a qual casou secretamente, caindo em desgraça até que D. João II voltou a chamá-lo à Corte e lhe concedeu o condado de Buelna em 1421.

É interessante observar como Diaz de Gamez sintetiza o carácter nacional dos Ingleses e dos Franceses ⁽²⁾. «Os Ingleses são um povo muito diferente no carácter das outras nações com quem vivem em animosidade. São muitas as causas disto: primeiro, porque essa é a natureza dos seus antepassados; segundo, porque vivem em um país rico em produções e em metais; depois porque são muitos a viver num espaço comparativamente pequeno, quero dizer, a população é muita, embora a ilha seja considerável. Dizem eles que a mortalidade naquele país é baixa e que as suas

⁽¹⁾ — *Crónica*, cap. XXXI

⁽²⁾ — *Crónica*, caps. XVIII e XXX.

colheitas raras vezes são más. Além disso encontram-se cercados pelo mar, e por esta razão não receiam ninguém.» «Os Franceses são uma nobre nação, sensatos, instruídos e hábeis em todas as coisas que dizem respeito à boa educação, à cortesia e à elegância. Nas suas roupas fazem largo estendal de cores... Gostam de agradar e honrar imenso todos os estrangeiros. Sabem agradar e exaltar muitíssimo altos feitos. Não são maliciosos; esquecem as injúrias... são cortesês e graciosos na sua fala; muito alegres, amam os prazeres e procuram-nos. Ambos os sexos se dão muito ao amor e orgulham-se disso... e estas qualidades são-lhes naturais, pois o clima da sua terra depende da estrela chamada Vénus...» É bastante curioso que fosse a Inglaterra e não a França que, na imaginação dos Espanhóis, viesse a considerar-se a pátria do romance e da cavalaria. A Inglaterra foi a pátria do rei Artur e dos seus Cavaleiros da Távola Redonda. Ela forneceu um fundo fascinante, embora nebuloso, para as aventuras de Amadis de Gaula, e quando o futuro Filipe II veio a Inglaterra para casar com Maria Tudor, os poucos gentis-homens escolhidos que o acompanharam sentiram-se arrebatados de gozo ao visitarem os parques das casas de campo inglesas, que lhes lembravam as novelas de cavalaria, ao verem a mesa dos Cavaleiros do Rei Artur, que lhes mostraram em Winchester, e que eles, por confusão ou delicadeza, acreditaram ser a autêntica, ao assistirem ao admirável espectáculo de as filhas dos barões ingleses andarem sòzinhas a cavalo, manobrando os cavalos como homens e como se tivessem fugido das páginas de um daqueles romances que abundam em donzelas vagabundas e desembaraçadas. Mas pouco tempo depois já achavam grosseira a carne de porco e a cerveja; as damas, que observavam mais de perto desiludiram-nos, escrevendo, por fim, um deles que «antes quisera estar entre as rosas bravas e o mato do reino de Toledo, do que nos caramanchões de Amadis» (1).

(1) — Veja *Viaje de Felipe II á Inglaterra, por Andrés Muñoz, impreso em Zaragoza em 1554, y Relaciones várias relativas al mismo suceso*, ed. Pascual de Gayangos, Bibliófilos Españoles, Madrid, 1877. Em carta anónima datada de *Rigamonte* (Richmond) de 17 de Agosto de 1554, diz-se que «O que compôs os livros do *Amadis* e outros romances de Cavalaria deve, sem dúvida, ter conhecido os costumes e as estranhas maneiras deste reino, quando descreveu aqueles campos floridos e aquelas diversões. Porque, quem viu algum dia, em qualquer outro país, as mulheres andarem

Durante a segunda metade do século xv muitas causas contribuíram primeiro para o enfraquecimento, depois para a morte e por fim para o renascimento dos ideais cavalleirescos sob nova forma. A agonia mortal foi ainda rica em proezas de sonho, que se tornavam cada vez mais estéreis, chegando a constituir uma espécie de insânia, por exemplo, no caso do cavaleiro Suero de Quíñones, que, para se libertar do voto de trazer um anel de ferro à volta do pescoço, como prova de servidão pela sua dama, empreendeu, com o seu companheiro de armas, a defesa da passagem de uma ponte contra todos aqueles que aparecessem.

A última ocasião em que a cavalaria se manifestou com todos os seus enfeites romanescos, e, acrescentemos, com um conhecimento próprio, estranho e quase melancólico, foi quando as forças combinadas de Castela e de Aragão, unidas pelo casamento dos seus soberanos, consumaram, finalmente a inevitável expulsão da Península dos últimos vestígios do poder político dos Mouros.

Na catedral de Toledo, os relevos em madeira das cadeiras do coro, em número de cinquenta e quatro e que constituem as costas das cadeiras, dão um relato vivido dos grandes acontecimentos narrados pelos cronistas coevos Diego de Valera, Afonso de Palencia, Fernando del Pulgar e Andrés Bernaldez ⁽¹⁾. Estes relevos foram principiados por um artista alemão no ano de 1489, sob os auspícios do arcebispo, cardeal D. Pedro González de Mendoza, uma das figuras mais eminentes do Renascimento espanhol. O alemão adaptou-se aos modelos realistas, habituais em Espanha, apesar de muitas das cidades que ele representa não serem mouras mas setentrionais. A história que elas nos contam é a da cavalaria se transformar em cerimonial, constituindo um ritual a entrega das chaves das cidades vencidas, espécie de etiqueta militar reduzida à impotência pelas artes de um engenheiro e de um artilheiro. Em

sòzinhas a cavalo nos seus palafréns e até, às vezes, a galoparem com a perícia e a calma de um cavaleiro experimentado? E assim, Vossa Graça pode crer bem que há mais que ver em Inglaterra do que os romances de Cavalaria descrevem, pois os prazeres naquele país, os rios, os montes, os bosques e os prados deliciosos, os castelos fortes e belos, e por toda a parte tantas nascentes frescas valem bem a pena ver-se e, em especial no verão, são lindíssimos.»

(1) — A respeito destes relevos em madeira veja-se J. de M. Carriazo, *Los Relieves de la Guerra de Granada*, Archivo Español de Arte y Arqueología, n.º 7.

muitos destes relevos está em acção a artilharia. Assistimos à conquista de Alhama, à rendição de Alora, à conquista de Ronda e de Moclin e muitas outras, e, em todos estes incidentes da conquista da Andaluzia, a artilharia é factor decisivo, tendo o artista a noção clara da sua importância. O valor histórico desta colecção é imenso. O rei D. Fernando de Aragão está representado mais de trinta vezes com traje diferente, de armadura, de manto real com elmo, de chapéu ou de coroa, a cavalgar à moda europeia (*à la brida*) e à maneira dos mouros (*à la jineta*), que os Espanhóis tinham adoptado mais geralmente depois da batalha de Higuera. Entre os retratos figuram muitos da rainha Isabel a Católica, do cardeal Mendoza, de D. Álvaro de Portugal, dos condes de Cabra e Tendilla, de Boabdil, rei de Granada, e de El Zagal, seu tio, de Hamet el Zegri, defensor de Málaga, e do assassino Abrahim Alguerbi, do marquês de Cádiz, o autêntico chefe da expedição e do Estado-Maior, e por fim o *conde inglês*, Earl Rivers, que foi à Espanha e se alistou no exército cristão, parte para salvar a alma e parte por prazer próprio, e que, segundo o cronista Valera (1), se portou valentemente durante o ataque a Loja, onde «lhe quebraram três dentes e mataram vinte dos seus homens.» Quando o rei mandou um mensageiro para lhe manifestar o seu pesar por ele ter sido ferido, respondeu que não era muito perder três dentes ao serviço d'Aquele que lhos dera todos.

Granada caiu a 3 de Janeiro de 1492. Existem muitas descrições deste grande acontecimento, entre elas uma de um francês, testemunha presencial, que se encontra na famosa *La Mer de Histoires*. Tendo-se reunido no acampamento cristão 600 reféns, Gutierre de Cárdenas apossou-se da Alhambra e de outras fortalezas de Granada e colocou a cruz na torre mais alta; «esta cruz foi levantada três vezes e de todas as vezes os mouros infiéis, que viviam na cidade, choravam, gemiam, gritavam e erguiam grandes lamentações... O arauto disse da torre: — Santiago! Santiago! Santiago! Castilla! Castilla! Castilla! Granada! Granada! Granada! porque os muito altos e poderosos senhores D. Fernando e D. Isabel, rei e rainha de Espanha, ganharam esta cidade de Granada, e todas as suas terras pelo poder das suas

(1) — Mosen Diego de Valera, *Crónica de los Reyes Católicos* Anejos de la Revista de Filología Española, VIII (pág. 201).

armas, com a ajuda de Deus e da gloriosa Virgem Maria, Sua Mãe, e do bem-aventurado Santiago, e graças ao auxílio do nosso santo padre Inocência VIII, e à ajuda e lealdade dos Pares, Prelados, Cavaleiros, Fidalgos e Corporações dos seus reinos.

«Quando o arauto acabou, parecia que a torre ia abaixo com o grande ruído de tiros de canhão e de morteiros, todos disparados ao mesmo tempo em sinal de alegria e de vitória. Depois ouvimos os sons das trombetas e dos clarins e de todas as espécies de música de guerra que demonstravam a nossa feliz alegria.»

O arauto não anunciou apenas a queda última do Crescente em Espanha. As suas palavras foram pronunciadas no dia em que morreu a Cavalaria, pois a metamorfose que as ideias cavalleirescas sofreram durante o Renascimento foi tal que devemos considerá-la mais uma reacção e um contraste, do que uma continuidade. O *Cortegiano* de Castiglione foi traduzido em espanhol pelo poeta Boscán (1534), e esta tradução clássica, uma das obras-primas da prosa espanhola durante o Império, afectou profundamente as ideias educativas e morais.

Todavia o ideal do Renascimento foi, em dado momento, o da auto-expressão, da elevação das possibilidades do carácter, sem consideração pelas consequências. Na geração seguinte, os princípios da Contra-Reforma deram cabo de um efémero optimismo. No século XVII, o jesuíta Baltasar Gracián (1601-1658), pessimista muito admirado por Schopenhauer, esboçou as linhas do moderno cavalleiro, tomando como princípios condutores o comedimento, a restrição, o gosto e a educação do poder da vontade em vez do da inteligência. Distinguiu ele a Pessoa do Indivíduo. Talvez esta ideia do moderno cavalleiro seja um dos três grandes contributos da Espanha para o património da raça humana. Deixo ao leitor o cuidado de identificar os outros.

CAPÍTULO VI

A Cavalaria de Portugal

Professor da cadeira de Camões na Universidade de Londres,
por Edgar Prestage, M. A., D. Litt.,

É já lugar-comum dizer-se que temos de procurar compreender as ideias e o ambiente dos que se encontram afastados de nós no tempo, se quisermos compreender-lhes os actos, o que é uma verdade em relação ao assunto da cavalaria em Portugal e da Idade Média, em que a instituição nasceu e floresceu. Portanto, esqueçamos por um momento que vivemos numa época em que homens e mulheres de toda a Europa têm religiões diferentes ou mesmo nenhuma, e imaginemos uma época em que havia uma Cristandade unida em crença, sob o poder dos sucessores de S. Pedro, época em que a vida de além-túmulo se considerava de importância suprema e a presente breve passagem, época em que ninguém punha em dúvida a verdade literal das palavras de Nosso Senhor: «De que aproveita ao homem ganhar todo o mundo, se vier a perder a sua alma?» (1) Para o nosso fim não interessa que esta crença não seja, com muita frequência, observada na prática; nem por isso deixou de existir, e o espírito do Cristianismo dogmático penetrou e moldou a lei, os costumes e a vida diária.

Define-se melhor a cavalaria como um sistema cavalleiresco, com o seu código religioso, moral e social. O espírito de Cruzada, posto em acção pela cavalaria e pelas

(1) — Mat. XVI, 26. (*Nota do Trad.*).

associações de monges militares, as Ordens militares, exerceu influência enorme na fundação do reino de Portugal e nos desenvolvimentos e nas conquistas ultramarinas a que aquele país deve o seu lugar na história mundial. Portanto, o aspecto religioso da cavalaria, o mais importante e ali base de outros, será o principal assunto deste capítulo.

A cavalaria foi contemporânea do feudalismo, mas independente dele, e embora tivesse as suas regras, não constituiu uma classe à parte do resto da sociedade; era uma dignidade que recompensava qualquer feito importante, e, mais tarde, conferiam-na em condições estabelecidas em códigos, após um noviciado. O espírito de fraternidade unia estes campeões de um ideal comum, mas não se encontravam debaixo de qualquer autoridade e não tinham centro ou campo especial de acção. Cada um dos iniciados, quando encarava a sério o seu papel, procurava sempre e por toda a parte, mas agindo independentemente, cumprir o juramento que fizera quando fora feito cavaleiro.

A Santa Ordem, como era chamada, é tão antiga como a Monarquia portuguesa, mas só no século XII teve regras escritas na Península, as quais se encontram nas *Siete Partidas*, um dos grandes códigos legislativos medievais, promulgadas por D. Afonso o Sábio, rei de Castela, cujas principais disposições se incorporaram nas *Ordenações Afonsinas*, publicadas em 1446 (1). Ali se estabelece que só homens de bom nascimento e não muito pobres seriam nela recebidos, não se considerando digno de cingir a espada o indivíduo que exercesse o comércio. Esta regra não deve ter sido observada com rigor, pois na sua *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes nos diz que no seu tempo foram armados cavaleiros muitos homens de baixa condição em recompensa dos seus bons serviços e trabalhos (2). Os criminosos, os doentes e os traidores ficavam expressamente excluídos de uma dignidade, que não podia comprar-se. Os candidatos deviam ser cristãos, porque a principal obrigação da cavalaria era defender a Fé cristã, e tinham de possuir elevadas qualidades de corpo e de alma. A idade usual para a admissão era aos 21 anos, mas o primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henrique, assumiu tal honra aos 14, D. João I foi armado

(1) — Há uma edição moderna em 5 vols., Coimbra, 1786. O cap. que trata da Cavalaria encontra-se a págs. 360 do vol. I.

(2) — I Parte, cap. 163.

cavaleiro aos 7, e D. João II ao 16. Em geral a cerimónia realizava-se numa igreja, num palácio ou num castelo, por ocasião de grandes festividades religiosas; às vezes, porém, armavam-se os cavaleiros antes ou depois de uma batalha. D. João I serviu-se deste privilégio na véspera de Aljubarrota em 1385, ao passo que, depois da tomada de Ceuta, em 1415, armou os filhos e eles fizeram o mesmo aos fidalgos seus auxiliares que alcançaram a honra por feitos elevados. Os soberanos espanhóis costumavam armar-se cavaleiros a si próprios, e D. Afonso Henriques, ainda apenas infante, seguiu este processo em 1125, retirando as suas armas de cima do altar da catedral de Samora, «a uso dos Reys» (1), mas isto foi uma infracção, segundo as *Siete Partidas*, porque ninguém podia dar o que não possuía. Encontramos esta doutrina aplicada ao rei D. Fernando em 1382. Quando se preparava para atacar os castelhanos no rio Caia, começou a armar cavaleiros os seus auxiliares e os ingleses. Depois de ter armado 34, disseram-lhe que, apesar de rei, excedera as suas prerrogativas, pois não era cavaleiro, pelo que consentiu em receber a honra das mãos do duque de Cambridge, e começou de novo a cerimónia. Todavia, mais tarde, as *Ordenações Afonsinas* reconheceram que o rei era cavaleiro *virtute officii*.

À medida que o poder real crescia, os monarcas principiaram a reclamar o privilégio exclusivo de conferir a cavalaria, por serem eles a origem própria das honrarias. Por alvará de 4 de Maio de 1305, D. Dinis decretou que nenhum cidadão a podia receber a não ser dele próprio ou por sua ordem, o que foi confirmado pelas *Ordenações Afonsinas* (2). Todavia, um simples cavaleiro tinha licença de armar outro em tempo de guerra, se o soberano ou o seu herdeiro estivesse ausente.

Zurara, na *Crónica de Guiné* (3), cita um caso que seria abrangido por esta excepção. Durante uma das expedições henriquinas à costa ocidental africana, um *fidalgo*, Sueiro da Costa, *alcaide* de Lagos, praticara certos feitos de bravura, mas não era ainda cavaleiro, embora tivesse combatido em

(1) — *Monarchia Lusitana*, III Parte, liv. 9, cap. XIV. (Nota do Trad.: A citação não é propriamente da obra de Fr. António Brandão, mas da *Chronica Gothorum*, que ele transcreve e traduz.)

(2) — Vol. I, pág. 376.

(3) — Cap. LV.

toda a Europa e se encontrasse na batalha de Azincourt. Como insistissem com ele para receber a honra, consentiu desde que a obtivesse da mão de um camarada, Álvaro de Freitas, «por quanto o conhecia por tal cavalleiro, de que sua cavallarya nom podya seer reprochada» continuando o cronista a dizer que «assy foe feito cavalleiro aquelle nobre homem, doqual he de maravilhar tam longamente trabalhar em o officio das armas, seendo tam avantajado em ellas, e nunca querer tomar aquella honra senom em aquelle assejo. Por certo—diz o autor—eu creio que pero Alvaro de Freitas fosse tam nobre cavalleiro, e per aqueecimento ja outros semelhantes fizesse, nunca sua espada tocara a cabeça de tam nobre e tam avantajado homem, nem foe pouco honrado aquelle Alvaro de Freitas no conhecimento que Sueiro da Costa fez em querer seer cavalleiro de sua maaõ, onde o podera seer per muy honrados Reis e grandes Principes.» Em geral os aspirantes procuravam receber a distinção da parte de homens notáveis, como aqui se diz. D. Manuel I, por exemplo, conferiu-a a três nobres polacos, que vieram a Portugal com esse fim, atraídos pela fama que ele alcançara com as suas navegações e guerras com o Infiel ⁽¹⁾.

Nas *Ordenações Afonsinas* ⁽²⁾ encontra-se estabelecido o ritual a observar no acto de se armar um cavaleiro. Ao meio-dia, na véspera da solenidade, chegavam escudeiros para conduzirem o candidato ao banho purificador simbólico. A seguir estendiam-no no leito mais belo que se podia arranjar, onde cavaleiros de autoridade o vestiam com os melhores trajes. Depois de lhe terem limpado o corpo, chegava a vez da alma. Levavam-no à igreja e pediam perdão a Deus pelos seus pecados e orientavam-no nos seus deveres na dignidade que ia receber, para ele poder defender a Sua lei, pois, como ali se observa, a vigília de um novo cavaleiro não era por prazer ou coisa parecida, mas para pedir a Deus e aos presentes que o orientassem, pois uma pessoa ia então entrar numa profissão que levava à morte. Depois disto, e sempre ajoelhado, o candidato dava-se à oração e à meditação, ficando sòzinho no santuário até de madrugada, ouvindo então missa. Aparecia nessa altura o padrinho ou consagrador, e perguntava-lhe se ele queria

(1) — Góis, *Chronica de D. Manoel*, IV Parte, cap. 4.

(2) — Título LXIII.

receber a ordem da cavalaria, e, à resposta afirmativa, punha-lhe as esporas e armava-o, excepto na cabeça, que continuava nua. A seguir cingia-lhe a espada, desembainhava-a e metia-a na mão direita do candidato, fazendo-o jurar que não havia de temer a morte em defesa da sua lei, dos seus superiores naturais e da sua terra. Após ser recebido o juramento, o cavaleiro oficiante dava-lhe uma pancada no pescoço, e dizia: — «Deus te guie no Seu santo serviço e permita que cumpras as tuas promessas.» Beijava-o em seguida em sinal da fé e da fraternidade que deviam reinar entre os membros da Ordem, e todos os presentes faziam o mesmo. Esta fórmula litúrgica da consagração, copiada das *Siete Partidas*, é prova de que o ritual da Ordem no século xv era mais simples e mais severo do que na Itália ou na França.

Todavia, às vezes, certa pompa exterior acompanhava a cerimónia, como quando D. Pedro armou cavaleiro a João Afonso Telo. Fernão Lopes conta que o rei mandou preparar seiscentas «arrobas» de cera, de que se fizeram cinco mil círios, e, quando o conde velava as armas no mosteiro de S. Domingos em Lisboa, outro tanto número de homens, seguindo estes círios, guarneciam o caminho dali ao palácio, que é longo, como diz o cronista. O rei, acompanhado de muitos «fidalgos» e cavaleiros, andava pelo meio deles a dançar e a divertir-se, e desta forma se passou uma grande parte da noite. Na praça do Rossio ergueram-se grandes barracas, em que havia montes de pães e pipos de vinho, com copos para beber, ao mesmo tempo que se assavam bois inteiros em fogueiras; quem quisesse comer podia fazê-lo, porque a ninguém se recusava comida. Assim foi enquanto a festa durou, durante a qual se armaram outros cavaleiros (¹).

O ritual acima indicado era extremamente simbólico. O banho significava a purificação do pecado pelo baptismo, o leito prefigurava o descanso concedido por Deus no Paraíso aos cavaleiros valorosos, e assim por diante. Também se dava significação emblemática aos vários artigos de vestuário usados pelo neófito: a camisa branca lembrava-lhe que devia conservar puro o corpo, a túnica vermelha que tinha de estar preparado para derramar o seu sangue por Cristo e pela Igreja, as botas tinham cor escura para dizerem com a terra de que eram feitas e à qual deviam voltar. Estas alegorias vinham desde tempos antigos e a cavalaria copiou

(¹) — *Chronica d'El Rei D. Pedro*, cap. XIV.

algumas delas da liturgia católica. São necessários sinais exteriores para gravarem no espírito o significado e a importância dos actos espirituais. O homem da Idade Média possuía a fé; era a sua riqueza moral; e os feitos de valor e o sacrifício individual que fazia resultavam de um instinto que a Igreja impulsionava com diligência. O aspecto religioso da cavalaria atingiu a plenitude do seu desenvolvimento no ritual *De benedictione novi militis* que se encontra no *Pontificale Romanum*, mas parece não haver provas de ser seguido em Portugal, onde um leigo cingia o neófito com as armas e dava-lhe a pancada. O padre apenas os abençoava e invocava o auxílio divino.

A dignidade podia perder-se por mau procedimento, e, segundo as *Ordenações Afonsinas* ⁽¹⁾, o cavaleiro devia ser expulso da Ordem, entre outras, pelas seguintes razões: quando vendia as armas ou o cavalo, ou lhes dava mau uso, quando as perdia ao jogo, as dava a más mulheres, fugia do campo de batalha, abandonava o seu senhor ou o castelo que lhe haviam confiado. Uma vez degradado, não podia mais desempenhar qualquer cargo público, sendo-lhe retirados os privilégios de que gozava. Nestes compreendiam-se a isenção da tortura, salvo quando culpado de certos crimes capitais, e do encarceramento, a não ser que houvesse cometido ofensa que implicasse a pena de morte.

A principal ocupação da cavalaria foram as Cruzadas, a primeira das quais se realizou em 1095, por conselho do papa Urbano I, para libertar a Terra Santa, na Palestina, do poder dos infiéis. Como derivativo foram também as lutas civis que afligiram os Estados cristãos. Mas, conquanto destinadas ao bem comum, não se desprezava o indivíduo. No seu discurso no Concílio de Clermont, o Papa apelou para os seus ouvintes para salvarem as almas sacrificando o corpo. Naquela época dominava todas as classes um sentimento religioso sincero e até exaltado, e apesar de os males serem muitos e grandes, uma virtude superior podia vencer muitos deles. Os piores pecadores temiam não apenas o Inferno, mas os juízos de Deus nesta vida, levando-os o remorso à atrição e à confissão. Até poderosos monarcas se sujeitavam às severas penas que lhes impunham para purgarem os seus crimes. Combater era a principal ocupação dos tempos feudais,

(1) — Vol. 1, pág. 375.

e os Cruzados ofereciam aos homens um ideal digno do seu ardor e prometiam-lhes a recompensa da fama neste mundo e do Paraíso no outro. Por isso elas se dirigiam a bons e a maus por razões de ordem espiritual, embora entre os milhões de indivíduos que tomaram a Cruz, grande número, a julgar pelos seus actos, o tivessem feito para roubar ou pelo simples prazer da aventura.

Muito tempo antes das Cruzadas, começara na Península uma luta semelhante para a libertar do poder dos infiéis, luta destinada a ter consequências mais duradouras. O reino de Portugal nasceu durante a luta de sete séculos entre Cristãos e Muçulmanos, a qual, começada pouco depois da batalha de Guadalete ⁽¹⁾ em 711, só terminou com a conquista de Granada em 1492. O domínio da Cruz cresceu a pouco e pouco, e, antes da primeira metade do século XI, novos reinos cristãos ocuparam uma área considerável. Em 1072, D. Afonso VI uniu sob o seu ceptro Leão, Castela, Galiza e Portugal, e em 1085 tomou Toledo, depois de Córdova, a cidade principal da Espanha muçulmana. Muitos cavaleiros franceses e normandos, animados pelo espírito de cruzada, vieram juntar-se-lhe, e entre eles D. Henrique de Borgonha, a quem ele deu a mão da filha D. Teresa e o governo do condado de Portugal em 1094 ou por essa altura. D. Henrique encontrou a Ordem da Cavalaria já a disfrutar de uma tradição respeitável, pois diz-se que o Cid recebeu a dignidade na mesquita de Coimbra depois da tomada da cidade por Fernando Magno. O próprio D. Henrique tomou a Cruz e foi à Palestina em 1103. As Ordens militares, que representavam a sistematização da cavalaria, nasceram antes de subir ao trono D. Afonso Henriques, filho de D. Henrique e primeiro rei de Portugal. Corporações organizadas e disciplinadas, eram elas mais úteis do que os cavaleiros individualmente na guerra contra os Mouros, e não se viam, como em outros países, ultrapassadas pelos barões feudais, porque o sistema feudal nunca criou raízes em Portugal. Os grandes senhores de terras não tinham obrigação de prestar o serviço militar, mas, pelo contrário, um dos seus privilégios era a isenção dele. Portugal apenas conheceu reis e súbditos. A luta continuada contra

(1) — Está hoje admitido pelos historiadores mais conspícuos que não foi junto do rio Guadalete, mas nas margens do rio Barbate que se travou a famosa batalha, provindo o equívoco de este rio ser chamado pelos Muçulmanos *Guadibeca*. (*Nota do Trad.*).

o Infiel precisava de uma cabeça a dirigi-la, e essa encontrava-se no monarca, que a fazia com a ajuda dos *militēs villani* e das Ordens militares ⁽¹⁾.

Em 1128 D. Afonso Henriques tomou posse do governo, e, pouco depois, começou a chamar-se rei. O título e a independência do país foram reconhecidos por D. Afonso VII de Castela e Leão em 1143, e no ano imediato, para firmar bem as duas coisas, aquele ofereceu Portugal à Santa Sé e declarou-se vassalo do Papa. Lúcio II assegurou-lhe a protecção, mas só em 1179 Alexandre III reconheceu formalmente a nova monarquia. Durante o seu longo reinado de 57 anos D. Afonso Henriques manifestou um alto grau de coragem e de tacto político, tendo encontrado vassallos dignos dele. Entre estes encontrava-se Egas Moniz, seu aio, paladino do ponto de honra, produto da cavalaria e aconselhado pelo seu código, segundo o qual a palavra de um cavaleiro era sagrada e não impondo menos obrigação que um juramento.

Em 1127, D. Afonso Henriques, então apenas infante e em revolta contra a mãe, viu-se cercado em Guimarães por D. Afonso VII e, para o salvar, Egas Moniz prometeu que ele havia de reconhecer a suzerania do primo. Sabendo do compromisso tomado em seu nome, o jovem príncipe recusou-se a ratificá-lo, pelo que o aio fez o que lhe cumpria para lavar a mancha da sua honra. Acompanhado da mulher e dos filhos, vestindo apenas uma túnica e descalço, levando uma corda ao pescoço, apresentou-se perante o rei de Castela, oferecendo-se para remir pela morte o juramento não cumprido. O rei, movido pelo seu honrado procedimento, deixou-o ir em liberdade ⁽²⁾. Este acto exemplar, registado nas crónicas, e elogiado por Camões n'Os *Lusiadas* e conhecido de todo o estudante português, deu resultado; se assim não fosse, a luta pela independência contra os Estados vizinhos, e pela expansão contra os Mouros, não podia ter tido êxito. As aspirações colectivas só triunfam depois de muitos sacrifícios individuais. Prova semelhante de fidelidade se conta

(1) — Devemos observar que, além de nessas lutas tomarem parte muitos *ricos-homens* (os «fidalgos» da nossa Meia Idade), elas davam também ocasião à nobilitação de quem, pelos seus feitos, o rei julgasse digno de tal. Expulsos os Mouros de Portugal e inaugurado o ciclo da nossa expansão ultramarina com a tomada de Ceuta, o sistema continuou a seguir-se, constituindo o serviço em África ou no Oriente motivo para se nobilitarem aqueles que não eram fidalgos de sangue. (*Nota do Trad.*)

(2) — Duarte Galvão, *Chronica d'El Rey D. Afonso Henriques*, cap. X.

de certo súbditos de D. Sancho II. Quando este monarca foi deposto por Inocêncio IV em 1245, no concílio de Leão, e a regência entregue ao irmão, mais tarde D. Afonso III, este ordenou aos governadores dos castelos que lhos entregassem. Alguns recusaram quebrar o juramento prestado a D. Sancho, e dois deles cumpriram-no até ele morrer. Um destes, Martim de Freitas, sabendo que o seu senhor morrera no exílio em Toledo, obteve permissão para ir lá ver se a notícia era verdadeira. À sua chegada mandou abrir o ataúde de D. Sancho, depôs as chaves do castelo de Coimbra nas mãos do morto e, ajoelhado, contou a história. Só então se considerou liberto do seu juramento. Tornando a pegar nas chaves, regressou a Portugal e entregou-as ao rei *de facto*, que o era agora de direito (1).

As páginas das antigas crônicas encontram-se cheias de pormenores da luta pela separação de Portugal de Leão, mas a Cruzada era a vocação nacional. Ao princípio, a guerra contra os Mouros consistiu apenas em incursões, porque D. Afonso Henriques, ocupado em defender-se dos seus vizinhos cristãos, pouco mais podia fazer além de manter a fronteira meridional, no centro do moderno Portugal; mas em 1139 tomou a ofensiva e travou a batalha de Ourique. A lenda da aparição de Nosso Senhor nesta ocasião teve papel tão importante na história futura, que é nosso dever contá-la aqui. Quando o rei se retirou para a tenda para descansar, na véspera da batalha, abriu a Bíblia no passo do livro dos Juizes que descreve a vitória de Gedeão sobre os quatro reis madianitas. Depois adormeceu e apareceu-lhe um velho que lhe assegurou o êxito no dia imediato e lhe disse que havia de ver corporalmente o Salvador do mundo. O rei foi acordado pelo seu camareiro, que lhe anunciou a chegada de um mensageiro com notícias importantes; quando ele entrou, D. Afonso reconheceu o indivíduo do seu sonho. O velho repetiu as palavras que antes havia pronunciado e pediu ao rei que saísse da tenda à meia-noite, quando ouvisse tocar o sino do seu eremitério. O monarca obedeceu e viu Nosso Senhor na Cruz, que lhe disse que havia de fundar um reino para Si na pessoa de D. Afonso Henriques; e para que os descendentes deste pudessem saber de quem provinham,

(1) — *Monarchia Lusitana*, IV Parte, liv. XIV, cap. XXX.

o rei devia de tomar por armas o preço pago pela redenção do homem.

O primeiro vestígio da lenda aparece numa crónica coeva, a *Vita Santi Theotonii*, que atribuíra ao auxílio de Deus a vitória de Ourique sobre os cinco reis mouros ⁽¹⁾. Mas a visão não aparece citada antes do século xv, sendo descrita pela primeira vez, com desenvolvimento, por Duarte Galvão em 1505, embora, naturalmente, ele pouco mais fizesse do que modernizar a linguagem duma obra mais antiga. A lenda encontra-se embrechada n'*Os Lusíadas* e chegou a constituir quase artigo de fé. Alguns historiadores modernos consideram-na fábula, mas, se é mau desprezar uma tradição, ainda mesmo que tenha sido reduzida a escrito muito tarde, nós tampouco pretendemos defender a autenticidade da história. Apenas citaremos um diálogo de uma das obras de Disraeli:

— Mas D. Quixote nunca existiu.

— Para nós vive.

A crença na fundação e conservação milagrosa do reino foi um factor para se libertar do domínio do Infiel e para alcançar o seu império ultramarino. Ainda no século xvii os Portugueses estavam convencidos de que gozavam de protecção especial do céu. Em 1655, Jant, ministro francês em Lisboa, dizia a respeito deles: «Confiam tanto na Providência, quanto à protecção de Portugal, que os Turcos não crêem mais profundamente na predestinação e os Judeus na vinda do Messias.» ⁽²⁾

A bandeira nacional, que, em essência, se conservou sem alteração em todas as mudanças de regime, e ainda se desfralda sobre a República, testemunha a origem e sentimentos cristãos do país. D. Afonso Henriques tomou por armas os cinco escudetes, dispostos em cruz, e em cada um deles colocou os besantes com a mesma disposição ⁽³⁾. Nos tempos modernos tem havido grande controvérsia quanto à significação destas armas. Não há dúvida de que a cruz simbolizava a Redenção, mas enquanto uns autores vêem nos

⁽¹⁾ — *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, pág. 86.

⁽²⁾ — Tessier, *Le Chevalier de Jant*. Paris, 1877, pág. 137.

⁽³⁾ — É com D. Sancho I que pela primeira vez aparecem os escudetes em que se julga se fraccionou a cruz azul de D. Henrique, também usada por seu filho D. Afonso I. Quanto aos besantes, cujo número foi ao princípio variável, apenas com D. Afonso III tomaram a forma da cruz e se fixaram em cinco. A lenda deve, presumivelmente, a sua origem a Camões, que nela viu um excelente motivo de arte. (*Nota do Trad.*)

besantes o preço por que Nosso Senhor foi vendido por Judas, outros, como o dr. António de Vasconcelos, (1) dizem que as moedas variaram de número, entre 25 e 60, e são de opinião que elas representam o dinheiro dispendido pelo rei em boas obras, como a fundação de igrejas e a redenção dos cativos. Seja como for, estaremos na verdade dizendo com D. Tomás de Vilhena (2) que a opinião unânime de Portugueses e estrangeiros tem visto na bandeira outro Lábaro como o de Constantino.

A tomada de Lisboa em 1147 efectuou-se com a ajuda de uma armada de Cruzados composta de 164 navios e transportando treze mil homens provenientes de diferentes países, que entraram no Tejo, a caminho da Palestina. Alguns dos vencedores sentiram satisfação com a vitória da Cruz, outros com o ouro, a prata e as belas mulheres que lhes caíram nas mãos. Nos relatos dos quatros meses de cerco, devidos às penas de testemunhas presenciais, há um incidente que vale a pena aqui registar. Certo cavaleiro alemão, chamado Henrique, caiu morto no assalto final e ficou sepultado na igreja de S. Vicente, que se levantava nas linhas cristãs. Diz-se que em três noites diferentes apareceu ao guardião a pedir-lhe para o mudar para um lugar perto de um criado seu dedicado, que fora sepultado num túmulo afastado e humilde (3). Como nota D. Tomás de Vilhena, isto traduz a ideia cavalleiresca da fraternidade nas armas. Ambos aqueles homens morreram pela Fé e, tendo feito o mesmo sacrifício, mereciam honra igual.

A missão de conquistar Portugal ao sul do Tejo foi confiada por D. Afonso Henriques às Ordens militares, que do rei e dos seus sucessores obtiveram extensas porções de território, que cultivaram, e os castelos que eles construíram para a defesa tornaram-se o núcleo de cidades. A luta continuou com D. Sancho I, que, com o auxílio de armadas de Cruzados, tomou Alvor e Silves, a capital do Algarve, mas não pôde conservá-las. Cavaleiros portugueses tomaram parte

(1) — *O escudo nacional português. Lusitânia*, vol. I, págs. 171 e 321.

(2) A sua *História da Ordem da Santa Cavallaria em Portugal* (Coimbra, 1920), vol. I, que abrange o período até à conquista do Algarve, tem sido de muita utilidade para este estudo. O assunto tornou-se difícil de tratar porque os antigos autores nos dizem menos do que seria para esperar.

(3) — *Chronica da fundação do Mosteiro de São Vicente. Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, pág. 410.

na derrota cristã de Alarcos (1195) e na vitória das Navas de Tolosa (1212). Alcácer do Sal foi tomada por D. Afonso II em 1217, com a ajuda de outra armada de Cruzados, e D. Sancho II submeteu vários lugares do Alentejo. O Algarve ficou definitivamente em poder da Cruz no reinado de D. Afonso III, e cerca de 1249 o país atingiu os seus limites europeus.

As Ordens militares haviam sido os principais agentes da cruzada nacional. Compreendiam elas os Templários e os Hospitalários e duas Ordens espanholas—os Cavaleiros de Calatrava e os de Santiago da Espada. Embora a maior parte dos seus membros fossem portugueses, surgiram dificuldades por estarem sujeitos a superiores estrangeiros, pelo que reis sucessivos procuraram obter a sua isenção da jurisdição estranha. No caso da Ordem de Santiago, D. Dinis manifestou em 1318 ao Papa João XXII que ela possuía castelos nas fronteiras, pelos quais os Castelhanos podiam invadir Portugal, a não ser que eles estivessem na posse dos seus súbditos, obtendo a desejada separação. Isto já se obtivera em relação aos Templários em 1288, enquanto os Cavaleiros portugueses de Calatrava estiveram, de facto, independentes dos seus irmãos espanhóis desde o princípio, tomando a Ordem o nome de Avis, do lugar da sua sede. Ao extinguirem-se os Templários, o mesmo Papa, por acordo com D. Dinis, fundou em 1319 uma nova Ordem, a de Cristo, que adquiriu os bens daquela. A missão das Ordens militares, no seu conjunto, terminou com a conquista do Algarve. Em muitos casos, uma vida de conforto afrouxou os rigores da disciplina e da austeridade religiosa, o voto de pobreza tornou-se letra morta e, mais tarde, os Cavaleiros obtiveram licença para se casarem. Os homens procuravam ser ali admitidos como modo de vida e para fugirem à jurisdição civil, chegando o braço popular a afirmar nas Cortes de 1472 que até criminosos entravam para as Ordens com esse fim; nas Cortes de 1481 apresentaram-se queixas análogas. Já em 1361 as suas fortalezas se encontravam em ruínas e assim continuavam um século depois. Os Grão-Mestres deixaram de ser eleitos pelos seus irmãos, sendo usualmente membros da família real. D. João I obteve a chefia da Ordem de Avis aos sete anos. Em 1551 os Mestrados incorporaram-se na Coroa. As Ordens poderiam ter sido salvas desta *débâcle* (1) se

(1) — Em francês no original. (*Nota do Trad.*).

fosse possível empregá-las como corpos organizados nas conquistas de além-mar; mas as ideias tinham-se modificado. Em 1456 o papa Calisto III destinou-as a fornecer gente para residir em Ceuta e defendê-la contra os Infiéis, e Pio II repetiu a ordem em 1462, mas o infante D. Fernando, grão-mestre de Cristo e de Santiago, opôs-se à execução das Bulas (1). Os cavaleiros de categoria consideravam indigno de si passar os seus dias em Africa, não podendo esperar-se tal exílio voluntário de homens casados. Declararam, por isso, que dissuadiriam os aspirantes de entrarem nas Ordens se lhes fosse imposta essa obrigação, pelo que foi revogada. Todavia, D. Manuel I, em 1503, ordenou que trinta *hábitos* com *comendas* se reservassem para os que viviam em África, «porque naquellas partes seja visto pelos mouros inimigos da nossa Sancta Fé Catholica o signal da nossa Ordem, e saibam como para a guerra d'elles foi fundada», sendo feita uma última tentativa para restaurar as Ordens para os seus intuitos originários, por parte do rei D. Sebastião, que determinou que todos os *hábitos* e *comendas* fossem dados a homens que tivessem servido nas guerras da África e da Índia e nas armadas contra os Infiéis e hereges. Que tal providência se tornava necessária mostra-se por uma declaração de dois documentos de 1551 quanto aos cavaleiros que se recusassem a prestar o serviço militar. Provinha isto, em parte, da falta de escrúpulo na concessão de *comendas*, dadas como favor real a pessoas desprovidas de mérito e até a menores. D. João III teve mais de uma vez de alcançar a absolvição das penalidades em que incorreu por este motivo.

Depois do declínio das Ordens militares, as tradições da cavalaria foram mantidas individualmente por cavaleiros, pertencentes ou não a elas. Um contingente português contribuiu para a vitória do Salado (1340), narrando um escritor coevo que se animavam uns aos outros dizendo: «...este he o dia em que auemos semelhar nosos auos que gaanharam a espanha. Este he o dia da saluaçom das nosas almas... Senhores nenbradeuos como ihesu christo recebeu morte por nos saluar, esto deuemos nós fazer por el todos prender morte oie dia por saluar a sa fé. E os que moreremos oie

(1) — O infante obrigou-os a servir à sua própria custa na expedição de 1462 contra Tânger, o que os levou a protestar, declarando que jamais o fariam, curvando-se a isso o infante. Zurara, *Chronica de D. Duarte de Menezes*, cap. CLII.

seremos com el no seu reino celestial hu ha moradas tam nobres que se nom podem dizer por linguas.» ⁽¹⁾ São ecos da doutrina pregada por Urbano II dois séculos e meio antes, e ali, como em outras batalhas, uma força relativamente pequena, em razão da fé e do patriotismo, venceu número superior de tropas.

Com tal ambiente, era natural que as guerras de D. Fernando com Castela, nos fins do século XIV, produzissem feitos, como os de Nuno Gonçalves, *alcaide* do castelo de Faria, hoje chamados patrióticos, embora essencialmente cavalleirescos, porque o continente compreende também o conteúdo. Este homem saiu com os seus soldados ao encontro do inimigo e foi capturado. Receando que o filho, a quem confiara o castelo, o entregasse para o libertar, pediu que o levassem junto das muralhas, pretendendo que ia dar ordem para a capitulação. Em vez disso exortou-o a não o entregar senão ao rei. A sua lealdade custou-lhe a morte imediata, mas o filho aguentou-se e, feita a paz, recusou a recompensa pela sua resistência frutuosa, dando à profissão religiosa os últimos dias da sua vida ⁽²⁾. Ao mesmo período pertence D. Nuno Álvares Pereira, o maior cavaleiro português, verdadeiro espelho de cavalaria, generoso para com os inimigos, odiando a crueldade, campeão das mulheres, protector dos fracos, e por fim religioso, há pouco beatificado. Começou a carreira como soldado em 1371, aos 13 anos; foi o braço direito de D. João I na luta pela independência; comandou, como condestável, a vanguarda na batalha de Aljubarrota, e ganhou as dos Atoleiros e de Valverde (1384-5). Aos 16 anos, seu pai quis casá-lo com uma senhora de categoria, mas o rapaz mostrou-se estranhamente renitente, porque, diz o cronista, «auia gram sabor e vsaua muyto de ouuir e leer liuros destorias: especialmente vsaua mais leer a estoria de Gallaaz em q se cõtinha a soma da Tauolla Redôda. E por que em ella achaua que per virtude de virgindade que em elle ouue: e em que perseuerou Galaaz: acabara muytos grandes e notaaes feytos que outros nom poderom acabar. E elle desejava muyto de o parecer em algũa guisa e muytas vezes em sy cuydaua de

⁽¹⁾ — *Livro de Linhagem* n.º 3, in-*Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, pág. 186.

⁽²⁾ — Fernão Lopes, *Chronica de D. Fernando*, cap. 79.

seer virgem se a Deos prouesses» (1). Todavia teve de submeter-se e veio a ser o fundador da casa de Bragança. Depois, porém, que a esposa lhe morreu, ainda em idade juvenil, ninguém o pôde convencer a casar segunda vez. O seu biógrafo anónimo relata algumas das acções que fizeram a admiração dos seus contemporâneos, entre as quais se conta como salvou um cego no cerco de Torres Vedras levando-o, atrás de si, na sua mula; como restituiu um caldeirão que os seus homens haviam roubado de uma igreja, quando, muitos anos depois, teve conhecimento do roubo; como castigou um cavaleiro que puxara pelas barbas de um camponês e levava vinho sem pagar; e como deu todo o pão que tinha para comer a uns cavaleiros ingleses famintos. Na administração da justiça não olhava a considerações por categorias, parentes, criados ou amigos, o que lhe trouxe o desagrado dos nobres. Casto nos desejos e nas acções, ouvia duas missas por dia e três aos sábados e domingos, levantava-se à meia-noite para recitar as Horas canónicas, jejuava três dias por semana e dava a dízima dos seus rendimentos aos pobres. Antes de entrar para o mosteiro carmelita de Lisboa, que mandara construir, distribuiu todos os seus bens e ficou sem nada senão as roupas que vestia. Organizou o primeiro exército permanente de Portugal e revolucionou a arte da guerra na Península, reconhecendo a superioridade dos soldados de infantaria sobre os da cavalaria; mandando desmontar estes e formando-os em quadrado, ganhou a sua primeira batalha nos Atoleiros à cavalaria de Castela. Depois desta, foi descalço em romagem a um santuário próximo, e encontrando a igreja suja com as imundícies dos animais que os castelhanos ali haviam alojado, não se contentou com mandá-la limpar; foi ele o primeiro a limpá-la do esterco. Este acto de humildade é tanto mais digno de nota, quanto o praticou um homem de alta linhagem.

A influência das lendas arturianas, evidente nos *Livros de Linhagens* e na vida de Nuno Álvares, também se

(1) — *Chronica do Condestabre de Portugal*, cap. IV. O prof. W. J. Entwistle diz, acerca desta biografia, que, de certo modo, pode considerar-se a mais bela tentativa de prosa arturiana. *The Arthurian Legend in the Literatures of the Spanish Peninsula*, pág. 239. (Trad. port. *A Lenda arturiana nas literaturas da Peninsula Hispânica*, trad. de A. A. Dória, Lisboa, 1940, pág. 212).

manifesta em um incidente durante o cerco de Cória. D. João I, descontente com o procedimento de alguns dos seus auxiliares, disse meio a sério, meio a brincar:

— «Gram mingoa nos fizeram hoje este dia aqui os bõs caualeiros da tauola redonda: ca certamente se elles aqui foram nos tomaramos este logar.»

Ao ouvir estas palavras, Mem Rodrigues de Vasconcelos não pôde conter-se, e, citando alguns amigos seus tão bravos como Galaaz, Tristão e Lançarote, declarou que do que eles precisavam era de um rei Artur, que conhecia os bons servidores e lhes concedia muitos favores, para eles o servirem bem ⁽¹⁾.

Um dos motivos que impulsionaram os Portugueses às conquistas ultramarinas, iniciadas com a de Ceuta em 1415, foi a expansão do Cristianismo. Desejando conferir a Ordem da Cavalaria aos filhos, D. João I imaginou um ano de festas, com justas e torneios, para que se convidassem cavaleiros de todos os países, mas os rapazes insistiram por que não seria honra para eles receber a dignidade por esse modo, e, com a ajuda da rainha D. Filipa, convenceram-no a ir atacar um dos empórios muçulmanos do noroeste da África. D. Henrique, o maior dos infantes, obteve do pai dois privilégios: ser o primeiro a desembarcar em Ceuta, e o primeiro a trepar às escadas de assalto quando estas fossem encostadas às muralhas. O entusiasmo nacional pela Cruzada foi de tal ordem que um cavaleiro nobre de noventa anos veio com os seus homens para tomar parte nela. A rainha, que morreu de peste nas vésperas da expedição, mandara preparar espadas para a cerimónia de armar os filhos cavaleiros, e quando se despediu deles, deu a cada um um pedaço da Vera Cruz, recomendando o povo a D. Duarte, a defesa das donas e donzelas a D. Pedro, e os cavaleiros e escudeiros a D. Henrique ⁽²⁾. Quando se dirigia à África, a esquadra deteve-se em Lagos, onde pregou Frei João de Xira, e, durante o sermão, declarou que todo aquele que se julgasse católico e bom cristão e não defendesse a Santa Fé com todo o seu poder, não era um verdadeiro cavaleiro, mas pior do que um infiel ⁽³⁾. O feito de D. Henrique durante o assalto levou o cronista Zurara a chamar-lhe «flor de cavaleiros.» Para o

(1) — Fernão Lopes, *Chronica de D. João I*, II Parte, cap. 76, fol. 190.

(2) — Zurara, *Chronica da tomada de Ceuta*, cap. 41.

(3) — Ibid., cap. 52.

organizador dos modernos descobrimentos marítimos, aos quais dedicou a vida inteira, o seu desejo de expandir o Cristianismo e de combater o Islão não era mais forte do que a sua vontade de conhecer o mundo desconhecido, tendo morrido virgem. Os rendimentos da Ordem de Cristo, da qual era regedor, deu-os à obra do descobrimento ⁽¹⁾, levando as caravelas, que desciam a costa africana, a cruz vermelha nas velas, símbolo que os cavaleiros portugueses ostentavam sobre a armadura.

Os sentimentos dos filhos de D. João I ilustram-se bem com a carta que D. Pedro mandou ao irmão D. Duarte, quando este subiu ao trono em 1433, e com a recepção que o rei lhe fez. Aconselhava-o a dar graças a Deus, a humilhar-se com receio dos seus juízos, e a trabalhar por ser um servo do Senhor, fiel e obediente, de cujas mãos recebera a dignidade. Descrevia as virtudes que um rei devia possuir, a primeira das quais era ser católico e muito firme na Fé. D. Duarte estimou tanto estes conselhos que os mandou registar em um livro que sempre trazia consigo ⁽²⁾. Entre os opositores à desastrosa expedição a Tânger em 1437 encontrava-se o infante D. João, que observou que bom conselho e cavalaria eram coisas diferentes, porque a razão evita que o homem deixe o certo pelo duvidoso e a paz pela guerra, ao passo que a regra da cavalaria é a aventura ⁽³⁾. Durante a retirada dos navios, dois dos chefes, apesar de atacados fortemente pelos Mouros, discutiram um com o outro, porque cada um deles queria ser o último, exemplo da perfeição da honra nestes cavaleiros, para que Pina chama a atenção dos seus leitores ⁽⁴⁾. Alguns dos sobreviventes foram visitar o rei D. Duarte, vestidos com roupas de cores escuras, pretendendo estar mais feridos do que na realidade

(1) — Sem estes recursos a obra não poderia ter ido por diante. Por isso a Ordem merece uma parte da gratidão pelo êxito desta nova cruzada.

(2) — Rui de Pina, *Chronica d'el Rei D. Duarte*, cap. IV. Quando o pajem de D. Duarte estava a apertar a armadura do seu amo em Ceuta, exortou o infante a praticar qualquer grande feito por amor da sua dama, sendo a resposta que, se ele se lembrasse, o faria no momento oportuno. Observa Zurara que isto demonstrava que D. Duarte não era muito de mulheres, pois se assim fosse, realmente, não teria precisado de outra lembrança além do tormento mortal que os verdadeiros amantes trazem consigo. *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 69.

(3) — Pina, *Chronica d'el Rei D. Duarte*, cap. 17.

(4) — *Ibid.*, cap. 34.

estavam. Porém D. Alvaro Vaz de Almada, cavaleiro da Jarreteira, que se batera em Azincourt, procedeu de modo diferente, apesar de ter perdido muito e colhido não pouca glória. Vestido com os seus trajes mais alegres e barbeado de fresco, com o rosto alegre apresentou-se perante o soberano e disse-lhe que não se afligisse com o cativo do irmão, o infante D. Fernando, que não passava de homem mortal; que se regozijasse pela fama que ele ganhara ficando como refém, aconselhando o rei a que mandasse tocar os sinos em sinal de alegria por aqueles que escaparam, em vez de estar cheio de tristeza por causa das almas dos que tinham caído (1). D. Fernando, o Infante Santo, como lhe chamam, lembra Nuno Alvares Pereira nas suas virtudes. Tinha o mesmo culto pela virgindade, o mesmo horror pela impureza, que considerava o pior dos pecados, e o mesmo amor pelos pobres. Recusou o chapéu de cardeal por achar que aquela dignidade seria carga pesada de mais para a sua consciência, e durante os seis anos de cativo anteriores à sua morte em Marrocos, sofreu muitos dos tormentos infligidos a Nosso Senhor na Paixão, suportando-os com paciência sobre-humana. Nada faltou para fazer deste Grão Mestre de Avis o perfeito tipo de cavaleiro, porque, como os irmãos, era hábil em todos os jogos e desportos da época, assim como também amava os livros, embora não fosse escritor, como D. Duarte e D. Pedro. Se os filhos de D. João I eram homens completos, muito se deve à mãe, D. Filipa, filha de João de Gaunt, que lhes deu uma educação mais vasta e mais severamente disciplinada do que era costume na Península.

D. Pedro não teve fim menos trágico do que D. Fernando. Levado pela calúnia e pela intriga a revoltar-se contra seu sobrinho, o rei D. Afonso V, ele e o seu amigo D. Alvaro Vaz de Almada, vendo que não havia esperança de viverem com honra, receberam a Sagrada Comunhão e fizeram pacto de morrerem juntos. D. Pedro caiu na batalha de Alfarrobeira (1449), atravessado por uma seta, enquanto o conde de Avranches, depois de se bater até já não poder aguentar-se de pé, caiu, gritando:

— Ó corpo, sinto que já não podes mais. E tu, minha alma, já tardas!

(1) — Ibid., cap. 36.

Coberto de feridas, mandou a alma acompanhar a do infante (1). Conta-nos o cronista que um amigo lhe cortou a cabeça e a levou ao rei, pedindo recompensa e a honra de cavaleiro. Não nos diz a história qual fosse a resposta, mas sabe-se que o corpo mutilado do conde ficou muito tempo no campo, ao passo que consentiram que o de D. Pedro ficasse três dias num casebre, sem velas, cobertura ou orações. Naquele dia sofreu eclipse total o ideal da cavalaria; a maior censura deve, porém, fazer-se aos inimigos de D. Pedro. Mais tarde D. Afonso ganhou e mereceu o título de «rei cavaleiro» por causa das suas expedições contra os Mouros da África, as quais levaram à tomada de Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger, tendo atraído à sua Corte estrangeiros de nomeada dados às armas, como Jacques de Lalain, companheiro da Ordem do Tosão de Ouro (2). Em 1447 quis abdicar do ceptro e acabar os seus dias em Jerusalém, e durante uns meses, antes de morrer em 1481, viveu no mosteiro do Varatojo como pobre religioso. Sua filha única, D. Joana, foi beatificada. D. Afonso aliava a modéstia à coragem, não consentindo que Zurara referisse os seus feitos, mas ordenando-lhe que escrevesse os de D. Pedro e D. Duarte de Meneses, capitães de Ceuta e de Alcácer, livros em que temos duas crônicas de cavalaria; pela sua veracidade, valem muito mais do que todos os romances então em voga. Estas fortalezas fronteiriças constituíam uma escola de armas, porque a guerra com os Mouros durou muito tempo. Por ocasião do cerco de Alcácer, em 1459, homens de todas as idades saíram apressadamente de Portugal para a defenderem. Os moços fugiam de casa para lá, para ali alcançarem honras, ao passo que os velhos não podiam afastar-se para conservarem o que haviam ganho. Na tomada de Arzila em 1471, o príncipe D. João, com 16 anos, acompanhou o pai e bateu-se tão bem que a espada ficou torcida dos golpes que teve de dar. O rei armou-o cavaleiro à beira do corpo do jovem conde de Marialva, morto no assalto, e, finda a cerimónia, disse-lhe:

(1) — Outra vítima foi Rui Mendes Cerveira, que, em anos juvenis, tinha ido a Inglaterra para alcançar renome, tomando parte na batalha de Azincourt, onde «obrou... como nobre Cavalleiro». Zurara, *Chronica de D. Pedro de Menezes*, cap. 35.

(2) — Na *Chronique du bon Chevalier Messire Jacques de Lalain*, caps. 38-42 conta-se a sua visita ao Rei, em Évora, e a sua estadia de quinze dias ali.

— «Filho, praza a Deos q̃ haja por seu seruiço serdes vós tam bom caualleiro quomo ho foi dō loam coutinho cōde de Marialua, cujo corpo ahi vedes jazer morto cō muitas feridas, q̃ por seruiço de Deos, e nosso hoje reçebeo.» ⁽¹⁾

A raça de reis e cavaleiros da Idade Média terminou com D. Afonso v e o conde de Avranches; D. João ii e a sua Corte pertenciam à nova era do Renascimento. Mas se a Cavalaria, como instituição, estava morta no último quartel do século xv, grande parte do seu espírito sobreviveu, ao mesmo tempo que o seu aspecto decorativo se tornava mais vasto.

Em época muito anterior sofrera completa transformação fora da Península; a galantaria destronara a religião como sua inspiradora. Portugal não escapou à influência deste movimento, mas, naturalmente devido aos séculos de luta contra o Infiel, conservou muito do ideal da Cruzada, muito tempo depois de ele haver desaparecido nos países setentrionais da Europa, e a licenciiosidade ligada ao culto da mulher em França e outros países diminuiu muito pelos esforços da rainha inglesa D. Filipa, embora existisse durante a primeira dinastia ou de Borgonha. Os primeiros reis tinham as suas amantes, a mais famosa das quais foi D. Inês de Castro, e uma multidão de bastardos, ao passo que os da Casa de Avis foram muito mais fiéis ao voto do casamento.

A galantaria teve a sua origem na Provença, havendo sido introduzida em Portugal nos fins do século xii. A arte de versejar tornou-se gradualmente parte dos recursos do cavaleiro, e as Cortes de D. Afonso iii e de D. Dinis (1248-1325) foram centros de cultura, cuja produção literária se encontra em três *Cancioneiros*, em que há poesias eróticas e satíricas. Este movimento acabou, ao que parece, com a morte de D. Dinis em 1325; D. Afonso iv e D. Pedro i não se mostraram dispostos a impulsionar essa bagatela, mas é natural que continuassem a celebrar-se as damas em cantigas, embora nenhuma dessas composições chegasse até nós. Uma «Ala dos Namorados» combateu em Aljubarrota em 1385, e, anos depois, um grupo de cavaleiros, conhecidos pelos Doze de Inglaterra, foi até Londres e entrou na liça com êxito em defesa da honra de outras tantas mulheres inglesas.

(1) — Na sua *Chronica do Principe D. João*, cap. 27, Góis transcreve o discurso do rei naquela ocasião. A sua importância reside no facto de mostrar as ideias dominantes nos meados do século xvi quanto aos fins da cavalaria e às obrigações dos cavaleiros.

O episódio figura n'Os *Lusiadas*, um dos maiores poemas épicos de cavalaria, publicado já em 1572, e serve de entretenimento durante uma ou duas horas, no decurso da viagem do Gama pelo Oceano Índico. Nestas vinte e seis estâncias (1) Camões consegue fazer reviver o passado.

Aqui estão duas delas:

*Dos cavalos o estrépito parece
Que faz que o chão debaixo todo treme;
O coração no peito que estremece
De quem os olha, se alvoroça e teme.
Qual do cavalo voa, que não dece;
Qual, co' o cavalo em terra dando, geme;
Qual vermelhas as armas faz de brancas;
Qual co'os penachos do elmo açouta as ancas.*

*Algun dali tomou perpétuo sono
E fez da vida ao fim breve intervalo;
Correndo, algum cavalo vai sem dono,
E noutra parte o dono sem cavalo.
Cai a soberba Inglesa de seu trono,
Que dois ou três já fora vão do valo.
Os que de espada vem fazer batalha,
Mais acham já que arnês, escudo e malha.*

A galantaria teve pouca voga na Corte enquanto viveu a rainha D. Filipa, bem como no curto reinado do seu sisudo filho D. Duarte (1433-1438); reviveu, porém, no do seu neto D. Afonso v (1438-81) e continuou no do sucessor D. João II (1481-95). No *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende temos uma pintura completa do ponto até onde ela chegava, quando se exprimia em verso.

Os *serões do paço* tinham por fim *ouvir e glosar motes*. Um *mote*, frase em um ou mais versos, em geral de natureza satírica, era dado aos poetas, por uma dama, para o desenvolver ou glosar. Abre o *Cancioneiro* com uma *tensão* intitulada *Cuidar e Suspirar*. Dois poetas, admiradores de D. Leonor da Silva, encontraram-se, indo um pensativo e o outro a suspirar profundamente. Cada qual procura saber o motivo das penas do outro, começando o debate, a que

(1) — Canto VI, estâncias 43-69,

se junta grande multidão de versificadores, tomando um partido ou outro, ocupando as suas produções 100 páginas da edição em oitavo. D. Leonor é chamada para julgar o debate, e ordena que cada uma das partes, tal como acontece nos processos jurídicos, nomeie os seus defensores. Por fim decide-se pelo suspirar, mas o deus do amor revoga a sentença, depois de ouvir Macias, Tarquínio e outros, que dão o seu parecer do Limbo do amor onde se encontram a penar no fogo.

A maior parte das poesias do *Cancioneiro de Resende* trata de assuntos insignificantes. Há ali versos a um caracol de cabelo, a um chapéu de seda azul, a uma mula velha, a uma capa francesa, a uma dama corpulenta, mas poucos revelam inspiração e sentimento, sendo estas um parêntesis benvindo entre as efusões dos *soi-disant* cortesãos apaixonados. O mimo da obra é uma poesia sobre a morte de D. Inês de Castro feita pelo compilador. Não seria justo avaliar os cavaleiros e as damas portuguesas pelo conteúdo deste *Cancioneiro* que, na sua maior parte, não é poesia na verdadeira acepção da palavra, mas resultado de simples exercício de espírito. Muitos dos poetas alcançaram renome nas guerras da África, ao passo que as damas parece terem sido menos frívolas do que as suas irmãs de outros países; o próprio Resende nos diz na sua *Miscelânea*, escrita cerca de 1531, que noutro tempo elas consideravam indecente pintar o rosto, usar espartilhos ou beber vinho.

No reinado de D. Manuel I e na primeira parte do de D. João III, a representação dos autos de Gil Vicente divertiam a Corte, neles se encontrando retratada a vida portuguesa em todos os seus aspectos, com fidelidade e com vivacidade. Dois deles tratam de heróis da Cavalaria, *Amadis de Gaula* e *D. Duardos*, cujos feitos eram conhecidos pelos romances em prosa e encontravam admiradores e imitadores inspirados. Numa peça mais séria, a *Barca do Inferno*, pertencente a uma Trilogia que lembra a Dança da Morte da Idade Média, encontramos reminiscências da antiga cavalaria religiosa. Quatro *fidalgos*, Cavaleiros da Ordem de Cristo, que tinham morrido a combater os infiéis em África, são desafiados pelo Demónio, que tenta levá-los com ele. Um, porém, responde altivamente:

—*E vos Satam presomis,
atentay com quem falais.*

Outro diz:

— *morremos nas partes dalem
& nam queyrais saber mais.*

Ao mesmo tempo, o Anjo recebe-os muito bem, porque

*quẽ morre em tal batalha
merece paz eternal.*

Os romances em prosa são, na sua maioria, de origem estrangeira, não podendo, por isso, dar-nos pormenores a respeito da cavalaria em Portugal. Constituem, porém, fonte de informação, havendo provas da sua influência, por exemplo: os nomes dos seus personagens dados no baptismo a crianças, apesar do preceito de só se deverem usar os de santos.

Mais tarde a cavalaria encontrou expressão não só no amor, mas também no torneio e na justa. Como aconteceu com o caso dos Dozê de Inglaterra, os cavaleiros portugueses iam ao estrangeiro ganhar louros em encontros desses. Os combates singulares, conhecidos por justas, degeneravam às vezes em duelos sangrentos, realizando-se de preferência em França por ser a terra «em que todos os homens nobres e cavalheirosos eram mais honrados». Em Paris e em Saint Inglevert, entre Bolonha e Calais, havia liças permanentes, sempre abertas aos combatentes. Os Cavaleiros de Espanha e de Portugal adquiriram grande fama pela sua cavalaria, diz o *Jornal de Paris no tempo de Carlos VI* ⁽¹⁾, ao mesmo tempo que, na *Chronique de Jean le Fèvre, seigneur de Saint-Rémy* ⁽²⁾, encontramos um relato de vários combates travados entre Portugueses e Franceses em 1414 e 1415. Álvaro Coutinho bateu-se com Cluguet de Brabante à lança, à acha-de-armas, à espada e à adaga em Bar le Duc, na presença do duque de Bars, e um escudeiro Rumaïndres (?), com as mesmas armas, teve um encontro com Guilherme de Bars em Paris, sendo cada um deles autorizado a vibrar doze golpes. Noutra ocasião os mesmos dois portugueses e mais outro, Pedro

(1) — *Œuvres complètes du Roi René*, Angers, 1844, vol. II, pág. XCV.

(2) — Cap. 61, e cf. Monstrelet, *Chroniques*, liv. I, cap. 142.

Gonçalves de Malafaia, foram desafiados por igual número de franceses para se baterem à acha-de-armas, à espada e à adaga até um dos grupos de cavaleiros se render ou ser desmontado. A luta realizou-se fora de Paris, entre S.^t Denis e Montmartre, servindo de juiz o duque de Guise, tendo ganhado os franceses.

As justas e os torneios estavam tanto em moda em Portugal como em outros países, havendo ainda neste país mais as *canas* e as *touradas*; aquelas eram um desporto militar, executado por grupos de homens a cavalo, que se atacavam uns aos outros com canas. As justas realizadas para celebrar o casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre, e o da sua neta D. Leonor com o imperador, são descritas por Fernão Lopes e Rui de Pina nas suas crónicas e merecem que as recordemos. As que se efectuaram em Évora, por ocasião do casamento do príncipe D. Afonso, filho de D. João II, foram magníficas. Duraram muitos dias, tendo sido precedidas por banquetes e momos, em que apareceram navios com os seus tripulantes, castelos, gigantes, animais e aves. Resende descreve, exaustivamente, estas invenções estranhas, os ricos vestidos e jóias usados pelos actores, a música, as danças, as iguarias, que compreendiam dois bois assados inteiros e jungidos a um carro e que andavam como se estivessem vivos, e depois foram dados ao povo. Diz ele que se tivesse de contar tudo, pareceria uma fábula de Amadis ou de Esplandian. O rei apareceu figurando de *Cavaleiro do Cisne*, com oitenta homens de séquito, ganhando os dois prémios oferecidos ao cavaleiro mais valente e ao melhor justador: um anel com diamante e um colar de ouro.

Desde tempos muito antigos considerara-se o exercício da caça o melhor meio de desenvolver a robustez e a agili-dade da juventude e de os acostumar às fadigas da guerra. D. João I compilou um tratado clássico sobre a caça ao javali, chamado *Livro da Montaria*, e o filho escreveu um tratado de equitação: o *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*.

Dissemos que o desejo de espalhar a Fé inspirou as navegações e a fundação de um império colonial, consecutiva à viagem de Vasco da Gama ⁽¹⁾, embora os soberanos portugueses fossem também impulsioneados à grande aventura por

(1) — O descobridor do caminho marítimo para Índia fez a sua vigília na capela de N.^a S.^a de Belém, nas margens do Tejo, antes do início da viagem.

motivos materiais, como ambição de domínio e de lucros comerciais. A história das conquistas do Oriente, ao mesmo tempo que tem episódios que mancham o nome cristão, tem outras dignas dos grandes dias da cavalaria, entre os quais as proezas de Duarte Pacheco, o Aquiles lusitano, a defesa de Dio contra os Turcos, e a expedição de D. Cristóvão da Gama à Abissínia, que, nas palavras de Gibbon, foi salva para o Cristianismo por 450 portugueses. O Mar Vermelho assistiu a muitos combates entre Portugueses e Muçulmanos, e em 1541 D. Estêvão da Gama desembarcou em Tor e visitou o mosteiro de Santa Catarina do Monte Sinai. Ele e os seus homens foram os primeiros europeus que, armados e com uma esquadra, chegaram até àqueles lugares, e em memória daquele acontecimento (muito mais digno de se exaltar, observa Couto, do que a viagem de Jasão à busca do Velo do Ouro), o governador da Índia armou cavaleiros na capela a todos os que desejaram obter essa honra. O acto celebrou-se com muitos instrumentos ruidosos e grandes salvas de artilharia, e, acima de tudo, com muitas graças e louvores, que todos deram a Deus e à bem-aventurada Santa Catarina, em casa de quem estavam, por tão grande favor ⁽¹⁾.

O domínio português na Ásia foi fundado por um génio, Afonso de Albuquerque, e mantido por alguns grandes capitães, como D. Luís de Ataíde. Porém, na série dos vice-reis e governadores nenhum corresponde tão bem ao ideal cavalheiresco como D. João de Castro. Distinto como cristão, homem de ciência e soldado, na memória de milhares de pessoas, que nada mais sabem acerca dos seus feitos, vive por duas acções que impressionaram a imaginação popular. Para obter fundos para a libertação de Dio quis empenhar os ossos do filho, e arranjou que o Senado de Goa lhe emprestasse dinheiro em troca de alguns pelos da barba. Ainda no seu leito de morte, em 1548, onde recebeu os sacramentos da mão de S. Francisco Xavier, piloto seguríssimo para a última jornada, viu-se obrigado a pedir dinheiro para comer. Gastara os seus rendimentos no serviço do rei e não tinha com que comprar um frango para fazer sopa. Que contraste com o pro-

(1) — *Ásia*, década V, liv. 7, cap. IX.

Nota do Trad. — Veja-se a magnífica descrição da viagem de D. Estêvão da Gama e das cerimónias no livro recente de Miss Elaine Sanceau, *D. João de Castro*, Porto, 1946, pág. 132 e 133, tradução nossa e edição da Livraria Civilização.

cedimento de alguns antecessores e sucessores seus, que se serviram da sua posição na Índia para encher os bolsos por meios ilícitos!

A cavalaria em Portugal teve um florescimento tardio pelos fins do século xvi, na pessoa do rei D. Sebastião. D. João III (1521-57) dedicara as suas energias antes a manter e desenvolver os seus domínios, do que a ampliá-los. Preferiu as empresas missionárias e a colonização do Brasil à guerra. Abandonara mesmo algumas fortalezas africanas, com o fundamento de não valerem a despesa que faziam e os esforços para as conservarem, mas a sua política pacífica não teve a aprovação geral, e o velho espírito cruzado reacendeu-se quando ele morreu.

Dizia-se que a Índia era um sorvedouro de homens e de dinheiro. Para quê, pois, ir tão longe, quando o inimigo secular se encontrava ao pé da porta, e Marrocos produzia trigo bastante para compensar o déficit nacional? D. Sebastião foi educado nesta corrente de espírito e levou-a ao exagero. Desde a infância alimentara a ambição de ser capitão de Cristo, sentindo que fora chamado para ser o campeão da Cruz em África. Os homens de letras porfiavam em confirmar a sua ideia fixa, prometendo-lhe outra coroa naquelas terras. Entre eles encontrava-se Camões, que, apesar de velho e de saúde depauperada, ofereceu a espada ao jovem entusiasta. O rei esforçou-se imenso por se mostrar digno da sua vocação: exercitou o corpo com toda a espécie de exercícios rudes, afrontou perigos em terra e no mar, e, como Galaaz, manteve-se casto até final. Têm-no comparado ao Santo Condestável, mas há uma diferença entre eles: este possuía as virtudes da humildade e da prudência, ao passo que D. Sebastião era vaidoso, imprudente e teimoso. O Papa, os parentes, prelados piedosos e padres, soldados experimentados e os representantes da cidade de Lisboa, todos se esforçaram por persuadi-lo de ser inoportuna uma expedição à África. Mesmo que Marrocos se conquistasse, não podia conservar-se, não havendo o direito de arriscar a sua vida antes de se casar e poder deixar um filho que lhe sucedesse se morresse na guerra. A estes conselhos não prestou atenção, apodando de cobardes os seus conselheiros, sentindo-se uma pessoa tentada a aplicar-lhe a sentença: «*Quem Deus vult perdere, prius dementat.*» Mas nós, cristãos, não podemos responsabilizar Deus pelos nossos erros, e os portugueses acharam que o desastre de Alcácer aconteceu por

causa dos pecados da Nação. Os que se cometeram no Oriente são relatados com minúcia por S. Francisco Xavier nas suas cartas, e pelos escritores coevos, que não poupam os próprios compatriotas. Na oração fúnebre do rei, frei Miguel dos Santos disse, com verdade, que a responsabilidade tinha de ser partilhada por todos, não sendo expiação bastante perder Portugal as suas colónias mais ricas; só podia dar inteira satisfação com a perda da sua independência.

No combate, D. Sebastião mostrou a bravura de um cavaleiro andante, morrendo como um herói de romance, mas total incapacidade de comando: em duas horas, a 4 de Agosto de 1578, o seu pequeno exército, cercado por hoste imensa de mouros, foi aniquilado. Pouco mais de 50 homens escaparam à morte ou ao cativeiro. Os portugueses deram provas da sua lealdade sem paralelo ao seguirem tal chefe, pois muitos não tinham dúvidas quanto aos resultados. Tal foi o fim do que pode chamar-se a última Cruzada ⁽¹⁾.

Trinta anos antes, o historiador João de Barros dissera que Deus dotara os seus compatriotas com o dom especial, acima de todas as nações, de defensores da Fé e da lealdade ao serviço dos seus reis.

(1) — Os relatos dos cronistas coevos foram reeditados pelo sr. António Sérgio in-*O Desejado*, Lisboa, 1924.

ALGUMAS FONTES

Cavalaria

- Do Regimento da Guerra e Dos Cavalleiros (Ordenações Afonsinas*, vol. I, págs. 285 e 360. Coimbra, 1786).
Historia da Ordem da Santa Cavallaria em Portugal. D. Tomás de Vilhena. Coimbra, 1920.

Ordens Militares

- Definições e Estatutos dos Cavalleiros e Freires da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo com a historia da origem e principio d'ella*. Lisboa, 1628.
Supplemento historico ou Memorias e noticias da celebre Ordem dos Templarios para a historia da Ordem de N. S. Jesu Christo. Dr. Alexandre Ferreira. 2 vols. Lisboa, 1735.
Historia da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo. Frei Bernardo da Costa. Lisboa, 1771 ⁽¹⁾.
A Ordem de Christo. J. Vieira Guimarães. Lisboa, 1901.
Marrocos e três Mestres da Ordem de Christo. J. Vieira Guimarães. Coimbra, 1916.
Regra da Cavallaria e Ordem Militar de S. Bento de Avis. Lisboa, 1631.
Nova Historia da Militar Ordem de Malta. José Anastácio de Figueiredo. 3 vols. Lisboa, 1800.
Monarchia Lusitana. Partes III-VII. Veja o Índice onomástico na letra O.
Historia da Igreja em Portugal. Fortunato de Almeida. Coimbra, 1910 e ss. Vol. I, pág. 313 e ss.; vol. II, pág. 168 e ss.; vol. III, pág. 551 e ss.
História da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV. Henrique da Gama Barros. Vol. I, pág. 399 e ss. Lisboa, 1885.

(1) — Contrariamente ao que poderia depreender-se do título, esta obra apenas trata da Ordem do Templo em Portugal até à sua extinção. (Nota do Trad.).

CAPÍTULO VII

A Cavalaria na poesia medieval inglesa

por Sir Israel Gollancz, Litt D., F. B. A. ⁽¹⁾
Professor de língua e literatura inglesa na Universidade de Londres

O nosso verídico historiador, Prof. Hearnshaw, aclamando Clio como Musa da Verdade, examinou cuidadosamente e sem piedade o vistoso cartaz da cavalaria, demonstrando que, debaixo da capa de um idealismo elevado, os homens procediam muitas vezes de modo ignóbil e faltavam aos votos prestados. É absolutamente certo que o mal se associou frequentes vezes a uma instituição tão nobre nos seus fins como na sua origem, e o comentário do historiador, em casos notórios de crueldade e de quebra de honra que caracterizaram as grandes ordens religiosas-militares, não é demasiado severo quando esta cavalaria em acção é comprovada pelo tipo normal do cavaleiro ideal

«Que reverenciava a sua consciência como o seu rei,
Cuja glória era reparar os males humanos;
Que não mentia nem prestava atenção à mentira;
Que amava só uma mulher e a ela era fiel.»

O meu escopo é dar um breve resumo dos ideais e um conspecto da cavalaria tal como pode encontrar-se na poesia inglesa medieval. A própria palavra, e muito do que era próprio da instituição, pertencia ao inglês-normando. O velho inglês *knight* (cavaleiro) identificou-se eventualmente com *chevalier*, e *knighthood* tornou-se a característica

⁽¹⁾ — «Doutor em Letras e Sócio da Academia Britânica». (*Nota do Trad.*).

distintiva da *chivalry* ⁽¹⁾. Na antiga vida heróica teutónica havia um alto ideal de procedimento individual e, possivelmente, certas formas de ritual institucional, de que talvez a Ordem da Cavalaria viesse por fim a derivar. Não é minha intenção discutir estas questões de origem e história. O poema anglo-saxão *A Batalha de Maldon*, dos fins do século x, respira o espírito de elevado idealismo cavalleiresco, com a sua descrição do grande Chefe acompanhado de cavaleiros vassalos, que não querem abandonar o campo quando o seu senhor se encontrava caído. O verdadeiro cavaleiro é-nos apresentado com dignidade épica no cumprimento da palavra e dos feitos, oposto ao cobarde, falso à fé jurada. Este tardio poema anglo-saxão, que reproduz heroísmo cavalleiresco no campo de batalha, liga-se, pelo sentimento, ao *Beowulf*, o maior dos poemas heróicos em velho inglês, com a sua vívida descrição da antiga vida inglesa cortesã, interpenetrado de requintados ideais, tão fortes como na cavalaria que veio mais tarde. O jovem guerreiro faz a sua cavalaria proveitosa combatendo com monstros primitivos; e quando era já um monarca cheio de anos, sai de novo a combater com um monstro devastador, fica diante dele sem medo como um guerreiro jovem, que quer, quando outros falham, manter-se firme nos seus votos de fidelidade. «É preferível para qualquer guerreiro a morte a uma vida de desonra» — tal é o estribilho desta antiga poesia épica inglesa.

II

A literatura da Inglaterra foi principalmente francesa e latina durante uns 150 anos após a conquista normanda, quando por fim a Musa da poesia inglesa acorda outra vez, cheia de vigor novo e reverdecida por novas fontes de inspiração. Sejam quais forem os gérmens de cavalaria que se descubram nas instituições teutónicas, é certo que, à data em que a língua inglesa se fixou como expressão da literatura nacional, a cavalaria, com os seus três companheiros — guerra, religião e galantaria — havia sido reconhecida o ideal de todas as classes, da Igreja e do Estado.

(1) — *Knighthood* — a profissão de cavaleiro; *chivalry* — cavalheirismo, cortesia, qualidades próprias da Cavalaria. (*Nota do Trad.*)

O Cristianismo tinha dado forma e modelado o militarismo de que saíra a cavalaria, e nos seus aspectos religiosos a instituição devia muito à sua consagração pela Igreja. Dai a pouco aliou-se à alegoria, e tornou-se parte integrante dos temas literários de homílias e pregações. Um dos exemplos mais frisantes é o que se encontra nesse fascinador livro do século XII, *The Nun's Rule* (A Regra da Freira) — obra-prima de várias harmonias em prosa, tocada em parte pela beleza de pensamento poético, cadência e dicção. Numa história descreve-se o amor de Cristo pela alma humana e como «lição sob capa de analogia.» «Um dia uma dama foi cercada pelos seus inimigos dentro de um castelo, todas as suas terras destruídas e ela própria reduzida à pobreza. Todavia o amor de um rei poderoso fixara-se nela. Ele tomou a seu cuidado o combater em defesa dela e libertá-la dos que a queriam matar, e apesar de saber que havia de receber ferida mortal, recebeu-a com alegria para ganhar o coração da dama. Pelo seu feito cavalleiresco demonstrou que era digno do amor, como os cavaleiros às vezes são. Entrou em um torneio, e, por amor da sua dama, teve o escudo perfurado por toda a parte, como um valoroso cavaleiro... Há três coisas num escudo — a madeira, o couro e a pintura. Assim era este escudo... Depois da morte de um valente cavaleiro, penduraram-lhe o escudo na igreja, em memória dele. Assim este escudo, que é o crucifixo, foi erguido bem alto... para nos lembrar a cavalaria de Jesus Cristo» (1).

«O Cavaleiro Ensanguentado» inspirou os cânticos religiosos ingleses durante longos séculos, o que se exemplifica bem com a velha canção popular:

«Ai, ai, ai, ai,
O falcão levou-me o meu companheiro.
Subiu com ele, desceu com ele,
Depô-lo em um pomar castanho.
Nesse pomar havia uma sala,
Toda forrada de pano roxo
Naquela sala havia um leito,
Todo coberto de oiro vermelho.

(1) — *The Nun's Rule*, Medieval Library (Chatto and Windus), págs. 294-8.

*Nesse leito repousava um cavaleiro,
Cujas feridas sangravam dia e noite
Junto do leito, ajoelhada, estava uma donzela,
Que chorava noite e dia,
E junto do leito via-se uma pedra:
Corpus Christi era o que sobre ela escrito estava.» (1)*

De muitos modos passaram para a literatura religiosa as fórmulas e as ideias da cavalaria, e a alegoria, intimamente associada ao misticismo, tomou da cavalaria alguns dos seus mais belos ornatos.

III

Foi, todavia, «a matéria de Bretanha», primeiro fortemente revelada ao mundo por Geoffrey de Monmouth na sua famosa *Historia Regum Britanniae*, completada cerca do ano de 1148, que forneceu à era da Cavalaria os seus materiais literários mais gloriosos. A inspiração céltica originada nas lendas arturianas foi a grande força nova de que derivou vigor novo para a literatura nacional no seu despertar. Por meio da história latina de Geoffrey, directa e indirectamente, a cavalaria transformou estas tradições arturianas, por intermédio do romance, comunicando-lhe os seus próprios ideais:

*«A tradição inglesa, havia muito tempo oculta
Na velha Armórica, de cujas fontes secretas
Nenhum conquistador gótico jamais bebeu.» (2)*

O próprio Geoffrey trabalhava influenciado pela época quando estava a dar forma literária ao material de que dispunha. A Corte de Artur, com todo o seu esplendor, dá-lhe plena oportunidade, embora confesse que não pode fazer justiça à pompa e ceremonial que cercavam o monarca na sua coroação. Tudo é ordenado, segundo o mais elevado precedente—«ao antigo costume de Tróia»—, mas a sua descrição dos Cavaleiros daquela Corte demonstra conhecimento dos

(1) — Cf. *Ancient English Christmas Carols*, ed. por Edith Rickert (Chatto and Windus), pág. 193.

(2) — Wordsworth, *Artegal and Elidure*.

ideais da cavalaria. «Porque naquele tempo — escreve ele — a Bretanha atingira tal grau de grandeza, que pela abundância das riquezas, pelo luxo dos adornos e pela delicadeza dos habitantes, excedia em muito todos os outros reinos. Os cavaleiros ali famosos por feitos de cavalaria usavam roupas e armas da mesma cor e forma; e as mulheres, não menos célebres pelo seu espírito, usavam todas também a mesma espécie de vestuário. E nenhum deles consideravam elas digno do seu amor senão o que tivesse dado prova de valor em três batalhas diferentes. Assim, o valor dos homens constituía um incitamento à castidade das mulheres, e o amor das mulheres um impulsionador da bravura dos soldados.» (1) Feitos heróicos, galantaria e religião, tudo se encontra na História de Geoffrey, a que há ainda a acrescentar o esplendor de Avallon, onde se fez a maravilhosa espada Caliburn e para onde Artur partiu para se curar, quando foi mortalmente ferido. Mais digno de nota, talvez, é o esforço do historiador para descrever o rei como um grande rei cristão *par excellence* (2), tendo no escudo «a imagem da bem-aventurada Maria, mãe de Deus... para com frequência se lembrar dela.» A Távola Redonda e os Cavaleiros da grande Confraternidade não aparecem ainda no livro de Geoffrey. O letrado normando Wace, seu contemporâneo, conheceu as histórias «bretãs» da Távola Redonda, e na adaptação ampliada (feita em 1155) da *História* em verso francês — *Geste des Bretons* — diz concisamente que «os Bretões contam muitas fábulas da Távola Redonda», dela dando ainda uma breve descrição e dizendo que a fama dos Cavaleiros se conhecia em todo o mundo. A Layamon, padre de Arley Regis, Worcestershire, que floresceu nos começos do século XIII, cabe o elogio como o primeiro que, em língua inglesa, traduzindo do francês a *Geste des Bretons*, embelezou a história de Artur, derivada da história latina de Geoffrey, de fama universal. As lendas célticas deste conhecidas e respeitantes a Artur, foram, evidentemente, acrescentadas por Layamon, talvez o primeiro inglês do sudoeste da Inglaterra atraído pela cultura anglo-saxónia, e, ao mesmo tempo, desejoso de apresentar, no seu inglês nativo, «a matéria de Bretanha», para deleite

(1) — *British History*, de Geoffrey de Monmouth. Tradução de J. A. Giles, 1842.

(2) — Em francês no original. (*Nota do Trad.*)

dos seus compatriotas. No seu *Brut* os elementos teutónicos encontram-se misturados com o material céltico, e a sua obra, em movimento e em arranjo, lembra, muitas vezes, algo da dignidade e imponência da poesia épica escrita em velho inglês. Revive mais uma vez a medida aliterativa e, com ela, apesar da intromissão da rima, há muita coisa que nos mostra a sobrevivência do espírito da Inglaterra pré-normanda, através de Layamon, enquanto o Artur britânico se transforma no «mais lembrado entre os Ingleses antes de qualquer outro rei cristão». Por ocasião do seu nascimento, os duendes «deram-lhe poder para ser o melhor dos cavaleiros»; cavaleiros aguerridos encontram-se ao seu lado; a Távola Redonda — «a que estão sentados 1600 homens e mais poderiam sentar-se» — embora seja tratada com muito mais desenvolvimento do que por Wace — ainda não atingiu a sua perfeição final. O poeta sabe mais do que aquilo que conta; e na sua última batalha, travada contra Modred, deixando o reino entregue a um cavaleiro de confiança, Artur, ferido, «o rei cristão da Inglaterra», a flor de cavaleiros — como Layamon o descreve, na peugada de Wace — parte para a ilha de Avallon. Ouçamos a musicalidade destes versos:

«— *À mais bela de todas as donzelas*
À rainha Argante, a mais formosa fada.
Ela há-de sarar todas as minhas feridas,
E, com uma bebida saudável, pôr-me bom.
Depois hei-de voltar ao meu reino
E continuar a viver muito feliz entre os Bretões.
Ao mesmo tempo que se ouviram estas palavras,
Viu-se sair do mar profundo,
Um barquinho que vogava sobre as ondas,
E dentro dele vinham duas mulheres maravilhosamente
belas,
E levaram Artur e trouxeram-no de novo,
E ali o depuseram com todo o cuidado, e partiram.»

A beleza ambiente de Avallon, tão intimamente ligada aos romances arturianos de cavalaria, é aqui, pela primeira vez, pintada em verso inglês. Mas os primitivos romances arturianos, afastam-se muito da história de Artur tal como ela se encontra em Geoffrey, Wace e Layamon. O ciclo arturiano, ligado a Galvão, Tristão, Lançarote, Perceval e o

Santo Gral — as histórias ideais de cavalaria — pertencem sobretudo à literatura francesa, ainda mesmo nos casos em que o seu lugar de composição fosse a Inglaterra e os seus autores anglo-normandos. Os poetas ingleses até ao século XIV fizeram uma laboriosa aprendizagem traduzindo em verso inglês alguns dos grandes originais franceses (1). Outras fontes além das utilizadas por Geoffrey foram conhecidas por esses «fazedores» franceses de romances arturianos. Em Inglaterra, nenhum autor de romances, anterior à segunda metade do século XIV, pode reclamar o seu lugar ao lado do maior dos poetas franceses medievais, Chrétien de Troyes, cujos romances arturianos de *Lancelot*, *Yvain* e *Perceval* pertencem à segunda metade do século XII.

IV

A poesia cavalheiresca atinge em Inglaterra a sua mais bela expressão nos «grandes dias» de Eduardo III. As glórias de Crécy e de Poitiers demonstram a bravura nacional da Inglaterra, e por toda a parte encontramos manifestações da recém-nascida consciência nacional. Na literatura, dois centros distintos de actividade poética provam que, assim como os diversos elementos, teutónico e romanesco, se haviam harmonizado, do mesmo modo, e pelo ambiente, se pode determinar qual seja o espírito dominante entre os dois. Fossem quais fossem os materiais utilizados pelos poetas para desenvolver os seus temas, o velho espírito inglês volta a afirmar-se no ocidente da Inglaterra. No Midland de leste, com Londres como sede da Corte e das classes preponderantes, as novas forças, opostas às tradições provinciais dos velhos tempos, falam pela boca de Chaucer, inspirado pelos poetas-mestres da França e da Itália, até por fim o seu génio criar *The Canterbury Tales*.

O romance arturiano, como meio de descrever a cavalaria ou para outros fins poéticos, não atraía Chaucer, para quem a maquinaria era obsoleta; «*th' olde days of King Arthour*» (os tempos antigos do rei Artur) não constituíam atractivo sério para a sua imaginação. Ele via, entre

(1) — Cf. Ten Brink: *English Literature*, vol. I, liv. III, cap. II; *Cambridge History of English Literature*, vol. I, caps. XIII, XIV, XV; Gaston Paris, *La littérature française au Moyen âge*, cap. IV.

os Cavaleiros do seu próprio tempo, as personificações mais genuínas da cavalaria; a pintura que faz de um cavaleiro, que primeiro descreve entre os peregrinos, foi colhida, sem dúvida, do vivo:

*Amava ele a cavalaria,
Verdade, honra, liberdade e cortesia* ⁽¹⁾.

O cavaleiro de Chaucer prestara serviço entre cristãos e «pagãos»; era digno e prudente e tão manso como qualquer donzela no seu proceder. Nunca falara a nenhum homem em coisas vis.

Era um cavaleiro gentil e muito perfeito ⁽²⁾.

Chaucer não perde tempo a falar do vestuário dele. Nada há, nessa descrição, das pompas e esplendores da Cavalaria. O seu cavalo era bom; as roupagens não eram berrantes; o forro de fustão estava todo sujo pelas nódoas da cota de malha que trouxera por cima até pouco antes. É evidente que o poeta sente especial satisfação em desenhar o seu perfeito cavaleiro, sem se deixar influenciar por qualquer influxo de romance, embora a história que conta seja de amor cavalheiresco, de torneios e de morte. Todavia, quando o estalajadeiro vai ter com o próprio poeta para ele contar uma história alegre, Chaucer apenas pode dizer uns versos que aprendera havia muito tempo: a sua história de Sir Thopas, paródia dos romances de cavalaria, em «*rime dogerel*» (*rithmus caudatus*, rima variável), é o melhor comentário à sua atitude para com a maneira popular de tratar os assuntos de cortesia, com o seu vocabulário corrente, em metro de balada, muito longe dos domínios da poesia:

*Falavam de romances antigos
Do infante Horn e de Ypotis,
De Bevis e de Sir Guy,
De Sir Libeux e de Pleyndamour;
Mas Sir Thopas era a flor
Da real cavalaria.*

(1) — «He loved chivalrye,
Trouthe and honour, fredom, and curteisye».

(2) — «He was a verray parfit gentil Knight».

Sir Thopas era um valente varão; o autor faz-nos pormenorizada descrição das suas feições, lábios, cabelo, barba e vestuário. Sabia caçar e lançar o falcão, sendo bom archeiro. Era um amante casto. A poesia diz-nos como ele partia a cavalo para as suas aventuras, com lança e longa espada. Atravessa uma floresta onde há animais selvagens e plantas floridas, grandes e pequenas. As aves cantam. Enche-se de puro amor e sonha que uma rainha dos duendes há-de ser a sua noiva. O que ele procura é a terra das Fadas, onde ela vive. Ali encontra o terrível gigante Olifaunt, que o intima a sair do país das Fadas. Sir Thopas desafia-o para um encontro ao outro dia, de madrugada em que lutará com o gigante até à morte. Por graça de Deus, consegue escapar às pedras que Olifaunt lhe atira. Volta então a casa e prepara-se para o encontro com este gigante tricéfalo, tudo por amor da linda dama. Ordena aos seus menestrels e contadores de histórias que o distraiam enquanto prepara as armas, sendo-lhe dado vinho, pão e especiarias. Todos os pormenores das suas armas se conhecem — calções, camisa, gorjal, capacete cota de malhas, armadura, escudo, todo de ouro com uma cabeça de javardo e um carbúnculo como arma, coxotes, espadas, elmo, selim, rédeas, esporas e corcel. Depois parte para a sua aventura. Não descansará em casa nenhuma. Deitar-se-á em cima do capacete e beberá água do poço como fez o cavaleiro Sir Perceval. Até que um dia... E aqui interrompe-se a história e nada mais se fica a saber da prometida batalha e «da cavalaria e do amor das damas».

Com inimitável habilidade, Chaucer, de modo burlesco, tocou em todas as características de tantos romances de cavalaria. Mas algumas destas poesias populares do período não devem desprezar-se; Sir Degrevant, por exemplo, é ainda atraente para o meu espírito, quer pelo assunto, quer pelo modo como está feita. Como quer que fosse, era com a recitação destes romances que o povo se divertia com as antigas cavalarias.

Havia mais belas obras na literatura da cavalaria do que os melhores destes romances métricos. O mais belo de todos era a poesia de *Sir Gawain and the Green Knight* (Sir Galvão e o Cavaleiro Verde), escrito por um desconhecido contemporâneo de Chaucer, a quem talvez possa atribuir-se à vontade a autoria de *Pearl*, *Cleanness*, *Patience* (Pérola, Pureza, Paciência) e talvez *S^t. Erkenwald*.

Sir Gawain é a verdadeira jóia do romance medieval inglês e talvez não seja demasiado reclamar para ele um alto lugar no romance medieval em geral. Enquanto para Chaucer, o poeta de Londres, o romance arturiano pertencia já ao passado, para o poeta do Midland ocidental, autor da *Pearl*, ele era ainda fonte viva de inspiração. De todos os cavaleiros da Távola Redonda, Galvão era o mais popular nas «marcas» galesas e nas regiões próximas da fronteira céltica. A popularidade era, evidentemente, tradicional, embora seja possível que o poeta deste romance fantástico utilizasse qualquer original francês. Fosse qual fosse o material utilizado, um poeta notável transmitiu o seu génio e a sua personalidade à sua obra. Em talento poético puro apenas se encontra abaixo de Chaucer. A sua individualidade diferencia-o nitidamente do seu contemporâneo, mais objectivo e mais genial. É como se a sisudez teutónica, que nas eras anglo-saxónias fazia da poesia a serva constante da religião, encontrasse nova oportunidade na beleza atraente e no elevado idealismo do romance arturiano. O poeta, artista incontestavelmente, tem o intento evidente de manifestar os seus dons retratando o seu cavaleiro ideal como *chevalier sans peur et sans reproche*.

A história da aventura de Sir Galvão é conhecida por demais para eu resumir os seus incidentes brilhantes, em que se encontram misturados entre si muitos elementos da vida cavalleiresca — a aventura, a galantaria, a cortesia, a cavalaria-andante, a caça e a vida pitoresca do castelo e do solar medieval. Atraente como qualquer história de fadas, penetrada do encanto mais raro, o romance atrai o leitor de episódio para episódio. Qualquer intenção didáctica da parte do poeta se perde de vista perante a narrativa, que é feita novamente em verso aliterativo, embora se evite o perigo da monotonia com a introdução de passos rimados — o verso *bob-wheel*, como é conhecido, em intervalos irregulares. Um breve excerto deve bastar:

*Alegremente cavalga por um monte ao outro dia,
Dirigindo-se a uma floresta profunda e maravilhosamente
vasta;
De cada lado se vêm altos montes e em baixos bosques
Com enormes carvalhos — uma centena deles.
Por ali se vêm a aveleira e o espinheiro em abundância
E à volta tudo coberto de alto musgo.*

*Muitas aves, pousadas tristemente em galhos nus,
Cantam ou piam cheias de frio,
Em baixo Sir Galvão vai passando montado em Gringolet,
Por entres charcos e lama, cheio de mortal tristeza
Cuidoso e receoso de jamais poder
Vir a servir aquele Senhor nessa noite nascido
De uma noiva para nos aliviar do nosso mal.
Por isso, com um suspiro, disse: «Ó Senhor,
Peço-Te e a Maria, a Tua doce mãe que tantos amas,
Que me dês um sítio em que eu posso ouvir missa
E matinas amanhã. Peço-Te humildemente,
Para o que rezarei já um Padre Nosso, uma Avé Maria e
um Credo.»*

*Enquanto rezava, seguia a cavalo,
Chorando todos os pecados,
Quê via a cada passo,
E dizia: «Valha-me a Cruz de Cristo!»*

Assim como, a partir de Geoffrey de Monmouth, Artur é apresentado como rei cristão, assim também Galvão é pintado como cavaleiro cristão. Talvez fosse até, ao princípio, o cavaleiro do Santo Gral. Um dos passos mais impressionantes desta poesia descreve o escudo do cavaleiro, onde se via o *pentangel*, «o nó sem fim»; e tal como Artur na *História* de Geoffrey, também Galvão trazia na parte mais larga do escudo a imagem da Virgem, para quando olhasse para ela a sua força não pudesse encontrar outra que a vencesse. É ele um cavaleiro galante, príncipe de educação e cortesia, sem medo e invencível; apesar disso acaba por cair. Para salvar a vida aceita da tentadora o cinto encantado e esconde o presente. Triunfa, contudo, resistindo aos ardis mais sérios da dama, e com êxito consegue atravessar por entre tentações perigosas para o seu ideal de vida casta. E chegamos assim à lição do poeta. «Sim, a vida é doce», escreveu ele noutra poesia. Embora Galvão vagueasse por amar assim a vida, passou intacto por entre os maiores perigos. O poeta de *Cleanness* quis exemplificar com Galvão que os votos de castidade de um cavaleiro devem ser reais, e que Galvão, acima de tudo galante, evitou a moral fácil que, com muita frequência, acompanhava os requintes exteriores da cavalaria. A estranha lição de *Cleanness* é a da pena de morte por infracção à castidade, que caiu sobre

V

Com o tema de *Sir Gawain and the Green Knight* deve estar associada a origem de qualquer grande Ordem de Cavalaria. No final do único manuscrito da poesia encontramos a famosa divisa *Honi soit qui mal pense* ⁽¹⁾, o que nos leva a supor que a história deve ter relação com a Ordem da Jarreteira. Em versão posterior do romance é-nos dito claramente que dali saíra a Ordem do Banho. Talvez tenhamos razão em sustentar que não só o romance comemora a fundação de qualquer grande Ordem, mas que a figura de Galvão foi copiada, embora de modo lisonjeiro, de qualquer contemporâneo notável. Em outras poesias arturianas podemos descobrir na personalidade de Artur certos traços do carácter de Eduardo III e a idealização do Príncipe Negro na figura de Galvão. A imponência e as pródigas despesas e espavento ligados à fundação da Ordem da Jarreteira pelo rei em 1344-7 (com todas as probabilidades para cumprir o voto de ressuscitar a Távola Redonda de Artur), por um lado despertaram a admiração, mas por outro inspiraram cuidados. Os problemas sociais e as condições económicas logo a seguir à Peste Negra em 1349 levaram os homens a calcular o custo destas manifestações externas da Cavalaria. A honra cavalleiresca seguia de mãos dadas com o Desperdício, e o Gastador precisava de ser O-que-ganhava ou simplesmente o que disso tirava proveito. Em 1352, segundo o meu cômputo, um poeta aliterativo trata deste assunto em um encantador debate entre duas forças, representando respectivamente *O-que-ganha* e *O-que-gasta*, ambos levados perante o rei, que os conhece bem. É um sonho poético, e o pavilhão em que se vê o rei encontra-se coberto de «besantes», ostentando a única tradução inglesa conhecida da divisa da Jarreteira:

«*Hething have the hathel that any harme thinkes*»

ou seja: «Desprezado seja o homem que pensa mal» ⁽²⁾.

Os mais belos versos dessa poesia dão-nos uma brilhante

(1) — Aliás: *Honni soit qui mal y pense*, divisa do Ordem da Jarreteira. (Nota do Trad.).

(2) — Ou, como diz o nosso prólogo: «Mal haja quem mal cuida». (Nota do Trad.).

descrição do Príncipe Negro logo depois de ser armado cavaleiro. Numa versão incorreta do manuscrito, descobri o equivalente inglês de «*Ich dien*» (ou antes «*Ich dene*», como o próprio príncipe escreveu as palavras): «Eu sirvo.» Apesar dos seus erros, o jovem príncipe era adorado pelos seus compatriotas:

*Quando conheci esse guerreiro,
Oh, ele era mais jovem em idade e mais cheio de espírito
Do que qualquer pessoa do seu tempo.*

No *Winner and Waster* ouvimos as primeiras notas suaves da voz profética que, na *Vision of Piers Plowman*, estava destinada a levantar a Inglaterra uns dez anos depois e durante muitos anos mais tarde. Nesta denúncia da corrupção em que se encontravam a Igreja e o Estado, há muitas referências aos deveres dos cavaleiros, «que tinham de defender fielmente a verdade e combater por ela» (1):

*«O Cavaleiro — diz Piers Plowman — deve preservar a Santa
Igreja e a mim
Dos espoliadores e perversos que destroem este mundo;
Deve caçar, sem receio, lebres e raposas,
Javalis e texugos que me destroem as terras,
E deve ensinar os falcões a matar os pássaros selvagens.» (2)*

Não queria que os cavaleiros vivessem com austeridade nem que desperdiçassem os seus bens em divertimentos levianos, em distribuí-los pelos preguiçosos e pelos reles truões. Os pobres são «menestréis de Deus» (3). E passando dos cavaleiros para as suas damas, exorta-as a bordarem roupas para a Igreja:

*«E vós, encantadoras damas, com vossos dedos compridos,
Com vossa seda e sendal, fazei, quando for o momento
próprio,
Casulas para os capelães, a fim de honrarem as igrejas.» (4)*

(1) — C. II, 96, 99.

(2) — Livro VI, 29.

(3) — C. VIII, 100.

(4) — Livro VI, 10.

Piers Plowman quer moirer, afadigar-se e trabalhar para os que estão acima dele, se eles, por seu lado, reconhecerem as suas altas responsabilidades. O autor não é igualitário, mas poeta-profeta convicto, que chama o povo ao arrependimento e às boas obras, e denuncia a corrupção que se encontra por baixo dos ouropéis e do verniz da vida social. Ao referir-se aos que se encontravam altamente colocados, não deixa de salientar que *Noblesse oblige*.

*Não escarneças do teu servo, e sentir-te-ás melhor;
Embora ele seja teu inferior neste mundo, pode ser
que no céu*

*Tenha um lugar superior ao teu e maior felicidade
Do que tu, a não ser que vivesses como devias.*

Amigo, sobe mais alto.

*No carneiro da igreja é difícil distinguir os humildes
Ou um cavaleiro de um vilão. Fixa isto no
coração.» (1)*

É pelos actos e não por qualquer aspecto externo de pompa ou de dignidade que eles devem mostrar-se. Esta mesma voz declarou que não eram as orações de qualquer bispo, nem o simples símbolo da fé que tiravam Trajano do purgatório. Todo o homem justo tinha esperança de salvação.

VI

No século xv a Cavalaria desceu muito baixo. Tem-se dito com verdade que «nunca a Inglaterra tivera aristocracia mais altiva e com mais privilégios, nem, parece, mais corrupta, do que no século xv.» Todavia a glória da literatura inglesa desse período é a *Morte d'Arthur* de Malory, em prosa. Está além do escopo desta conferência tratar deste grande romance arturiano. Quando a necessidade era maior a voz de Malory tentou deter a degradação:

« Ó Cavaleiros de Inglaterra! Onde estão os costumes e os usos da nobre cavalaria de outras eras? Que fazei vós agora senão jogar os dados? E alguns, mal avisados, não praticam regras honestas e boas, contra toda a Ordem da Cavalaria. Deixai-o,

(1) — Livro VI, 46 (a linguagem está modernizada).

deixai-o! Lede os nobres volumes do Santo Gral, de Lançarote, de Galaaz, de Tristão, de Perseforest, de Perceval, de Galvão e de muitos mais. Ali vereis o que é ser homem, cortês e gentil. Vede também em épocas mais recentes, os feitos nobres, depois da Conquista, no tempo do rei Ricardo Coração de Leão, de Eduardo I e do III e dos seus nobres filhos, Sir Walter Mannv; lede Froissart, e contemplai também esse vitorioso e nobre rei Henrique V, os seus capitães, os seus nobres irmãos, os condes de Salisbury, de Montagu e muitos outros, cujos nomes brilham gloriosamente pela sua nobreza virtuosa e pelos actos que praticaram em honra da Ordem da Cavalaria. Ai! Que fazeis vós senão dormir e descansar, e estar fora de toda a cavalaria ? »

Nos começos do século seguinte a poesia da cavalaria encontra expressão no *Pastime of Pleasure* (Passatempo do Prazer) de Stephen Hawes, no qual se descreve alegoricamente a educação do jovem que está, eventualmente, a chegar à idade da Cavalaria, com referência ao Trivium e ao Quadrivium, que constituíam os estudos que os jovens tinham de fazer antes de estarem em condições de entrarem na Torre da Cavalaria. *Grand Amour* é impulsionado à prática de feitos de valor pela vista de *La Bel Pucell*, que, no fim, consegue cativar. A alegoria chegou ao seu mais elevado grau no *Pastime*, que não é tão falho de atractivos como os livros escolares se inclinam a afirmar. Os fins da Cavalaria, tal como o poeta os expõe, encontram-se na razão inversa da sua capacidade poética, mas há muito de interesse com respeito à educação que precede a idade viril. As armas que o cavaleiro deve usar são as do bom cristão, descritas por S. Paulo.

Bom seria comparar *Grand Amour*, antes de chegar a cavaleiro, com o personagem do Escudeiro de Chaucer e com o do Jovem na poesia aliterativa do *Parlement of the Three Ages*, e em geral analisar os Livros de Educação — livros escolares dos séculos xv e xvi — para o jovem escudeiro que desejava, mais tarde, entrar para a Cavalaria. Os versos de Scott no *Marmion*, recordam um deles:

Atrás dele seguiam a cavallo dois galantes
escudeiros
De nome nobre e cavaleirosa ascendência.
Ardiam por ganhar as esporas douradas
Para atestarem que sabiam domar um corcel,
E distender um arco e manejar a espada,

*E atirar longe a argola com facilidade.
Mas não conheciam menos os preceitos da
cortesia,
Sabiam dansar numa sala e gravar em madeira
E fazer canções de amor
E cantá-los a uma linda dama.*

Em Stephen Hawes há maçadoras descrições de Gramática, Lógica, Retórica, Aritmética, Música, Astronomia e outras; há um gigante tricéfalo vencido e muitos outros incidentes enchem a história de *Grand Amour*. Mas, ao lermos *Pastime* instintivamente encontramos lá uma remota profecia da *Faerie Queene* (A Rainha das Fadas), que, por sua vez, muito deve ao romance medieval, em harmonia com a elevada filosofia do Neo-Platonismo, ambos os elementos tocados pelo alto génio poético daquele que Milton considerava « maior mestre que S. Tomás de Aquino. » Todavia há muito quem, encontrando limitações no maior dos poetas isabelinos, se encontre embaraçado para compreender a posição peculiar de Spenser no desenvolvimento da poesia inglesa. É ele quem harmoniza a arte de Chaucer com os intuitos didácticos dos poetas do Midland ocidental. Se, nos domínios da beleza poética, tem afinidades com Chaucer, na subordinação dos seus dons à moralidade mais elevada ele daria lições ao seu precursor, o autor de *Sir Gawain and the Green Knight*. O Cavaleiro da Cruz Vermelha (1) é, nos seus feitos, Sir Libius, o Belo Desconhecido, o filho de Galvão, o cavaleiro sem par da cavalaria medieval.

Temos, porém, de ficar por aqui!

(1) — O herói da *Faerie Queene*, poema de Spenser. (Nota do Trad.).

CAPÍTULO VIII

Livros medievais de Cortesia e Romances cavalheirescos em prosa

por A. T. Byles, M. A.

Lector de inglês no «Exeter Diocesan Training College»

A Cavalaria foi a grande força nobilitante da Idade Média, que consagrou o ardor bélico da época fazendo-o derivar para a causa da religião e da ordem. Mostrou ela ao barão feudal como as circunstâncias da sua vida podiam elevar-se de um baixo nível material até a um plano mais alto e mais espiritual; como a sua perícia na guerra podia utilizar-se contra os inimigos da Cruz, o seu poder dedicar-se à protecção e à defesa dos pobres e dos desprotegidos, e a sua paixão ilegítima pôr-se ao serviço de nobres damas. A Cavalaria não foi menos vital por continuar a ser em grande parte um ideal, que poucos realizaram por completo e muitos mal atingiram. Quando se formulou esse ideal e se reconheceu que era digno de se alcançar, deu-se um grande passo para se sair da barbárie, ao mesmo tempo que os homens que deram provas brilhantes de qualquer das virtudes cavalleirescas, fossem quais fossem as outras faltas cometidas, merecem que se considerem honrosamente pioneiros na marcha da civilização. Nas palavras eloquentes de John Addington Symonds:

«Tudo o que de mais nobre houve na devoção dos Cruzados, de mais benéfico para o Mundo na fundação das Ordens de cavalaria, de mais brilhante na vida de Ricardo, dos Eduardo, de Tancredo, de Godofredo de Bulhões, de mais entusiástico na vida de Rudel, de Dante, de Petrarca, de mais humano na cortesia do Príncipe Negro, na bravura de Gastão de Foix, na constância de Sir Walter Manny, na lealdade de Blondel, na piedade de S. Luís — pode ser reclamado por esse espírito imperceptível e impalpável, embora forte, a que chamamos cavalaria.»

Embora só o espírito de eleição pudesse exemplificar cavalaria por completo na vida real, a ficção e a lenda puderam realizar o ideal completo. Neste facto assenta a importância peculiar da literatura medieval. Ela fez mais do que narrar os feitos de cavalaria: inspirou-os também. Familiarizado com os romances de cavalaria desde a sua infância, o jovem cavaleiro trabalhava por rivalizar com os seus heróis favoritos e por fazer entrar o seu nome nas páginas das crónicas do seu tempo.

É devido a esta última relação entre a cavalaria e a literatura que os romances são considerados por todos os autores como prova fiel das maneiras cavalheirescas. Grande parte dos romances ingleses em verso dos séculos XIII e XIV foram traduzidos ou adaptados de originais franceses. No decurso dos dois séculos imediatos, muitos deles voltaram a ser escritos em prosa. Colecções de romances como *Morte Darthur* de Malory constituem uma das mais importantes produções dos primeiros prelos e foram o principal divertimento do público leitor até à época de Shakespeare. Os romances mais antigos são as *chansons de geste* francesas que se referem principalmente às grandes famílias de conquistadores, Carlos Magno e seu pai e seu avô, Pepino e Carlos Martel. O mais importante e mais antigo poema deste ciclo é a famosa *Chanson de Roland*, que o menestre Taillefer cantava à frente da hoste normanda em Hastings. Outro ciclo se relaciona com o prudente governador da Aquitânia e tutor de Luís, filho de Carlos Magno, Guilherme de Tolosa, e o seu jovem sobrinho Vivien, morto na grande batalha de Aliscans, em que Guilherme foi derrotado pelos Árabes. Os factos autênticos estão desfigurados pela lenda e pela exageração. A única referência histórica do temível Roldão encontra-se no cronista Eginardo, que diz que em 778, quando um grupo de montanheseiros gascões surpreendeu e derrotou a retaguarda de uma hoste francesa, Roldão «conde da Marca da Bretanha», foi morto. Muitos romances como *Renaud de Montauban*, confundem os tempos de Carlos Martel com os de Carlos Magno. Apesar disso, o fundo histórico é muito mais vasto do que o do ciclo arturiano, e como as baladas originais, coevas dos factos descritos, foram escritas, na sua forma actual, nos séculos XI e XII, reflectem fielmente o período mais florescente da cavalaria francesa. Foi das *chansons de geste* que o sr. Gautier tirou materiais para a sua grande obra *La Chevalerie*. Alguns

destes romances descrevem um estado social anterior à época em que a rudeza do feudalismo foi mitigada pelos ideais da cavalaria; em *Raoul de Cambrai*, fundado em factos autênticos ocorridos em 942, apenas se salienta uma única virtude, a fidelidade de um vassalo ao seu senhor, apesar das terríveis injúrias recebidas da mão dele. Nas *chansons de geste* faltam os requintes dos tempos posteriores; são simples as cerimónias da ordenação e a doutrina do amor cortês não havia sido introduzida ainda na cavalaria. O dr. Schofield (1) refere que existem cerca de dezasseis mil versos de romances carolíngios em traduções inglesas do tempo de Chaucer, «e isto é apenas uma pequena parte daquilo que existiu outrora.» Mais tarde, muitos destes romances apareceram em traduções em prosa. *Charles the Great* e *Renaud de Montauban or the Four Sons of Aymon*, relato das guerras de Carlos Magno com os seus vassalos, foram traduzidos e editados por Caxton, enquanto *Huon de Bordeaux* era traduzido por Lord Berners e editado em 1534 por Wynkyn de Worde, sucessor de Caxton.

Em honra dos heróis da Primeira Cruzada, especialmente Godofredo de Bulhões, compôs-se grande número de poesias semelhantes às *chansons*. Já no século XII os romances do rei Artur e da Távola Redonda saíram de Gales para a França, através da Bretanha, ali se tornando muito populares e dando nova feição à literatura cavalleiresca, feição que era a do amor, do encanto e da magia. Mantiveram-se as antigas normas de procedimento, mas acrescentou-se-lhes um fantástico código de amor cortês. Todo o conjunto de romances arturianos se encontra dominado por um sentido do irreal, em nítido contraste com a impressão de actualidade dada pelas *chansons de geste*. O sr. Gautier vê na popularidade deste ciclo uma das influências que contribuíram para a decadência da cavalaria. A grande massa de romances ingleses arturianos do século XIV mostra como este ciclo ultrapassou em preferência as *gestes* daqueles heróis nativos, um tanto rudes e extravagantes: o rei Horn, Beves de Hampton e Guy de Warwick. Quis uma sorte extremamente feliz que, no próprio final da Idade Média, se salvasse para sempre o melhor romance arturiano: a recordação clássica em prosa da *Morte Darthur* de Sir Thomas Malory.

(1) — *English Literature from the Norman Conquest to Chaucer*,
pág. 155.

Há dois historiadores que descrevem fielmente a cavalaria, não como ela se idealizava nos romances, mas como na realidade se praticava. Na vida de S. Luís, de Jean de Joinville, encontramos a cavalaria das últimas Cruzadas, pura, de alma nobre e sincera; nas crônicas de Froissart vemos a cavalaria da Guerra dos Cem Anos, complicada, brilhante e superficial. Ao passo que a Froissart apenas o preocupava o brilhante esplendor e os feitos notáveis da sua época, Chaucer olhava o mundo com olhos penetrantes, imparciais, mas tolerantes, distinguindo com a mesma clareza a nobreza do cavaleiro, do escudeiro, do pároco, a grossaria dos rústicos e a bebedice do frade e do monge.

Em todas as classes de literatura que citámos, os princípios da cavalaria encontram-se incidentalmente expostos na narrativa. Durante o longo período da decadência da Cavalaria, escreveram-se muitos tratados em que se analisa a Cavalaria e em que os seus princípios se expõem em forma didáctica. É claro que a frescura e a espontaneidade da cavalaria já tinham passado quando puderam formular-se como uma ciência, e quando Raimundo Lúlio se queixava de que «grande mal se faz à Ordem da Cavalaria, não sendo uma ciência escrita e lida nas escolas, como as outras ciências.» (1)

Um dos mais antigos destes «livros de cortesia» é a conhecida poesia do século XIII, *L'Ordène de Chevalerie*, que alia a narrativa à instrução de forma muito aliciante, descrevendo como Saladino obrigou o seu prisioneiro Hugo de Tabarie, a armá-lo cavaleiro, libertando-o depois e dando-lhe ricos presentes e elevadas honras. Hugo acompanha cada um dos actos do ceremonial com o relato da sua significação simbólica, mostrando a poesia claramente como o ceremonial e o simbolismo da cavalaria se tornaram complicados por aquela época.

The Book of the Ordre of Chyualry, que Caxton traduziu e editou em 1484, tem sido reconhecido por todos os principais escritores, que escreveram a respeito da Cavalaria, como o mais compreensivo tratado medieval acerca das obrigações da Cavalaria. Tem sido considerado sempre, e erradamente, anónimo, embora a sua autoria esteja hoje por

(1) — «grete wrong is done to the ordre of knyghthode, of this that it is not a scyence wreton and redde in scoles, lyke as the other scyences.» *Ordre of Chyualry*, E. E. T. S., pág. 23.

completo demonstrada (1). É obra de Raimundo Lúlio, o apóstolo dos Sarracenos e infatigável autor, natural de Palma de Maiorca, onde nasceu cerca de 1235. Filho de um soldado maiorquino, rico e notável, depois de casar muito novo foi feito senescal da corte de Jaime II de Aragão. Ali viveu a alegre vida mundana, mas naturalmente não era mais dissoluto do que o vulgar cortesão do seu tempo. Foi na juventude que lhe surgiu o dom da poesia, e a colecção das suas poesias catalãs, editada pelo sr. Rosselló, é hoje mais valiosa do que o conjunto da sua filosofia escolástica. As suas poesias trataram de assuntos de amor e outros temas seculares até 1266, em que todo o curso da sua vida se transformou com a visão de Cristo crucificado, que ele viu cinco noites sucessivas. Resolveu dedicar-se a qualquer grande obra cristã, pelo que tentou a empresa de converter os Sarracenos, principalmente no norte da África. Aprendeu a língua árabe com um escravo sarraceno e principiou a longa série de tratados em árabe, ou em catalão, que apenas terminou com a morte, a maior parte dos quais existem hoje principalmente em traduções latinas. Os três objectivos da sua vida, além das viagens missionárias, foram: a fundação de colégios e cátedras, por meio dos quais se pudesse aprender árabe e adquirir a aptidão missionária; a organização de uma Cruzada, baseada no amor e na instrução espiritual, em vez de ser na força armada; e a derrota das doutrinas do filósofo muçulmano Averrois. Em 1276 fundou o Colégio da Santíssima Trindade em Miramar, Maiorca, onde se prepararam treze frades no conhecimento do árabe. Viveu ali dez anos, durante os quais naturalmente escreveu *A Ordem de Cavalaria* e muitos outros livros. Cerca dos fins da vida, em 1311, levou os seus projectos favoritos perante o grande Conselho de Viena, que, com satisfação sua, publicou um decreto estabelecendo cátedras de línguas orientais em várias universidades.

A primeira viagem de Lúlio à África efectuou-se em 1291, o ano da queda de Acre e do fim das Cruzadas. No último momento faltou-lhe o ânimo, e adiou a partida, mas depois da sua primeira aventura, nem o banimento, nem as privações, nem as prisões, nem as ameaças de morte o

(1) — Veja-se *Ordre of Chyualry*, E. E. T. S., pag. XIII.

puderam afastar da pequena colônia de conversos que fundara em Tunes e Bugia. Os seus últimos anos foram obsidiados pelo desejo do martírio; em 1315, com 80 anos, saiu a prègar em Bugia, depois de viver doze meses em segredo com os discípulos. Os Sarracenos, enraivecidos, lapidaram-no à beira-mar. A sua memória tem sido venerada profundamente até hoje pelos Maiorquinos, que lhe deram o nome de *Docteur illuminé et martyr*.

A *Ordem da Cavalaria* abre com um romance simples, mas agradável. O primeiro capítulo conta como um cavaleiro, bravo e notável, impossibilitado pelos anos de nova actividade, se retirou do mundo para viver como ermita numa floresta. Um dia, um escudeiro, dirigindo-se a cavalo para a corte, a fim de ser armado cavaleiro, adormeceu em cima da montada e foi levado a um prado, onde havia uma fonte em que o cavalo começou a beber. Acordando, o escudeiro encontrou-se em presença do cavaleiro-ermita, que lia um pequeno livro.

O aspecto venerável e ascético do cavaleiro impressionou o escudeiro, que delicadamente esperou que ele falasse. O cavaleiro recebeu-o com toda a amabilidade, e, depois de se sentarem, perguntou-lhe aonde ia ele. Quando o escudeiro lho disse, caiu em profunda meditação acerca da grande honra e responsabilidade da cavalaria. O escudeiro pediu-lhe que o ensinasse a respeito desses assuntos. Manifestando surpresa por o escudeiro querer receber a ordem da cavalaria sem lhe conhecer os deveres, o cavaleiro deu-lhe o pequeno livro que continha a instrução desejada, e disse-lhe que oferecesse exemplares ao rei, que também ia ser armado cavaleiro, e a todos os novos cavaleiros. Pediu-lhe também que, no seu regresso, fosse contar-lhe as suas aventuras na corte. O escudeiro deu exemplares do livro ao rei e aos seus cavaleiros, mas não há referência à sua visita feita ao ermita no regresso. Fica o leitor com a impressão de que os capítulos imediatos constituem o conteúdo do pequeno livro.

O segundo capítulo contém um relato alegórico, muito curioso, acerca da origem da cavalaria como força de combate à anarquia da época consecutiva à dissolução do império de Carlos Magno.

* No princípio, quando ao mundo veio o mal, a justiça tornou-se, pelo receio, na honra que devia ser. Portanto, todo o povo foi dividido em grupos de mil, e em cada mil escolheu-se o

homem mais leal, mais forte e de mais nobre coragem, e melhor instruído e de melhores maneiras do que todos os outros.» (1)

Os restantes seis capítulos tratam da profissão do cavaleiro, do rigoroso exame do moral e das intenções de um aspirante à cavalaria feito por um cavaleiro sem mancha, da cerimônia da ordenação e da significação espiritual das armas de um cavaleiro.

A vida de Raimundo Lúlio até à idade de trinta anos qualificava-o bem para compilar um tratado de cavalaria. Estava familiarizado com todos os aspectos da vida da corte, que, segundo o que diz, gozou por completo. Filho de um soldado, era sem dúvida destro na equitação e na arte da guerra, como prescreve à educação de um escudeiro. A sua conversão de uma vida de prazer em outra de árduo esforço missionário, fez que todas as suas obras subsequentes tomassem um aspecto devoto e homilético. O assunto deste livro podia pô-lo em prática à vontade, porque o Cristianismo medieval, na sua forma militante, era a própria essência da cavalaria. «A Igreja Militante» tinha, na Idade Média, uma interpretação mais literal do que tem hoje: eram as hostes de Cruzados. O entusiasmo religioso de Lúlio descobre-se no tema central, que é constantemente exemplificado: — «Deus e a cavalaria estão de perfeito acordo» (*God and chyalry concorden togyder*). A sua tendência teológica aparece também quando se aproveita da pregação de um sermão ao cavaleiro recém-armado para lhe apresentar a lista completa dos artigos da fé, os mandamentos e os sacramentos. A lista quebra a continuidade do relato da ordenação, sendo sensatamente omitida por Sir Gilbert Hay. As sete virtudes e os sete pecados também são adaptados ao caso, fornecendo assunto para a maior parte do capítulo VII.

O pecado que Lúlio se censurava a si próprio com mais severidade eram as atenções que ele, homem casado, dispensara às damas da corte. Por isso não é para surpreender que omita todas as referências à doutrina do amor cortês que permitia relações hoje universalmente condenadas

(1) — «At the begynnyng whan to the world was comen mesprysion, justice retorned by dred in to honour, in whiche she was wonte to be. And therefore alle the peple was deuyded by thousandes, and of eche thousand, was chosen a man moost loyal, most stronge, and of most noble courage, and better enseyned and manerd than al the other». *The Ordre of Chyalry*, pág. 15.

e que, ao espírito austero de Lúlio, devem ter aparecido à sua verdadeira luz: o aspecto mais desonroso da cavalaria. Exalta a virtude da castidade em mais de um lugar, concluindo o livro com o conselho de se manter a honra da cavalaria respeitando a santidade do casamento.

A crença central que inspirou a vida de Lúlio, e é aquela grande ideia original que ele deu ao Mundo, foi a convicção de que os pagãos podiam ser vencidos e convertidos não pela espada, mas pela Cruz, não pela força, mas pelo amor, pelo ensino e pela persuasão. E' esta crença, hoje perfilhada por todos quantos pretendem converter os pagãos, que lhe dá posição eminente como pioneiro entre os missionários modernos, e se encontra expressa em linguagem eloquente, embora levemente ambígua, na proposta por ele apresentada ao papa Clemente V e ao Concílio de Viena em 1311:

«Cum Sanctum Sepulchrum et sanctam terram ultramarinam, Domine, videatur debere acquirere per praedicationem melius quam per vim armorum, progrediantur sancti equites religiosi et muniant se signo Crucis, et impleant se gratia Sancti Spiritus et eant praedicare infidelibus veritatem tuae Passionis, et effundant pro tuo amore totam aquam suorum oculorum, et totum sanguinem sui corporis, sicut Tu fecisti pro amorem ipsorum.» ⁽¹⁾

Lúlio não deve ter pretendido que esta Cruzada espiritual, pela qual se bateu tão denodadamente nos seus últimos anos, devesse ser desarmada por completo. Em 1308 exortou Fernando IV de Castela a unir-se a Filipe IV de França em uma nova Cruzada, e Filipe e Eduardo II de Inglaterra comprometeram-se realmente a isso, mas por fim resolveram ficar na pátria. Estes príncipes, espertos e mundanos, não deveriam ter prestado atenção a nada que não fosse uma proposta de carácter prático. Lúlio ficou, sem dúvida, impressionado com a atrabiliária crueldade dos Cruzados e a alternativa bárbara — «Ou crês, ou morres!» — que, desde Clovis até à

(1) — *Liber Contemplationis in Deum*: «Como, Senhor, se torna evidente que o Santo Sepulcro e a Terra Santa do Ultramar devem ser conquistados mais pela pregação do que pela força das armas, que avancem os santos cavaleiros religiosos e se armem com o sinal da Cruz e se encham da graça do Espírito Santo e vão pregar aos Infiéis a verdade da tua Paixão e derramem por amor de ti toda a água dos seus olhos e todo o sangue do seu corpo, tal como tu fizeste por amor deles.» (*Nota do Trad.*).

Inquisição, tem sido mancha negra na história do Cristianismo e que exigiu vítimas, como diz Sir Walter Scott, não só no Velho Mundo, mas também entre os Índios americanos do Novo. Sentiu-se desolado por jamais se haverem aplicado os métodos de Cristo e por a profecia «Não venho trazer a paz mas a espada» ser cumprida de modo tão impiedoso. Mas n' *A Ordem da Cavalaria* — escrita, contudo, muito tempo antes de formular o projecto de uma Cruzada espiritual — não há indícios de desaprovação por se tentar arrancar os Lugares Santos aos Sarracenos pela força. Pelo contrário, elogia os cavaleiros que, criados na fé católica, vão além-mar, «e ali provam a sua força e cavalaria contra os inimigos da Cruz e se fazem mártires e morrem, porque lutam em defesa da santa fé católica.» (1)

A *Ordem da Cavalaria* foi rapidamente traduzida em francês e ampliada, ao mesmo tempo que o número de manuscritos existentes demonstra a sua popularidade. Em 1456 foi traduzida em escocês, com muitas adições importantes, por Sir Gilbert Hay, que também traduziu outra obra popular e desenvolvida acerca da guerra e da cavalaria medieval, a *Arbre des Batailles*, escrita cerca de 1382 por Honoré Bonet, prior de Salon, na Provença. O tradutor, que trabalhou sob a protecção de Guilherme Sinclair, conde de Caithness e Orkney, no castelo de Roslin, foi o escritor que primeiro escreveu em prosa escocesa literária, sobrevivente até hoje, ao passo que, como autor dos versos *Buik of Alexander the Conquerour*, tem o seu lugar no *Lament of the Makars*, de Dunbar. Quando Caxton editou a sua tradução da *Ordem*, passara já a idade da cavalaria, e, apesar do seu epílogo excitante, em que desafia os decadentes cavaleiros da Inglaterra a rivalizarem com os seus grandes antecessores, não se tornou necessária segunda edição, quer durante a vida de Caxton, quer durante o século XVI. Nas duas edições francesas dos princípios deste século apareceu sob disfarce enga-

(1) — «... and there proue theyr strength and chyualry ageynst the enemyes of the Crosse, and ben martirs yf they deye. For they fyght for tenhaunce the holy feythe catholyk». *Ordre of Chyualry*, pág. 91. Cf. S. Bernardo: «Gaude fortis athleta, si vivis et vincis in Domino; sed magis exsulta et gloriare, si moreris et jungeris Domino». (Alegra-te, valoroso lutador, se viveres e vences no Senhor; mas mais te alegrarás e gloriarás se morreres e te juntares ao Senhor).

noso e sub-reptício—nas edições de Vérart e de Michel, como apêndice a *Le Jeu des Eschecz Moralisé*, na edição de Portunaris, como obra de Symphorien Champier.

O amor de Caxton pela cavalaria prova-se pelo número de livros que imprimiu sobre tal assunto, além da *Morte Darthur*. Um dos mais importantes, *The Fayt of Armes and of Chyualry*, é obra de uma mulher, Cristina de Pisano, uma das mulheres mais originais e curiosas da Idade Média. Nasceu em 1364, e, embora italiana de nascimento, passou toda a vida em França. Foi a primeira mulher de letras que ganhou a vida pela pena, porque a prematura morte do pai e do marido, Etienne de Castel, a obrigou a viver das suas poesias e de outros trabalhos, conseguindo criar grande reputação. Viveu para saudar em versos inspirados Joana d'Arc como libertadora da França, e morreu num convento, algum tempo depois do ano de 1429. *The Fayt of Armes* trata de toda a arte da guerra em quatro partes. Os dois primeiros baseiam-se no *De arte militari* de Vegécio, cuja obra constitui a base de mais de um desses tratados, apesar da dissemelhança entre a guerra romana e a medieval. As duas últimas provêm em grande parte da *Arbre des Batailles* de Bonet, como Cristina admite. Descreve ela como lhe apareceu em visão um homem e a convidou a tirar um fruto da sua árvore de batalhas para completar a sua obra, que estava a aborrecê-la, dizendo que ela tinha liberdade de utilizar a obra, como Jean de Meun utilizara a de Guillaume de Lorris em *Le Roman de la Rose*—ao que parece, defesa engenhosa da parte de Cristina para se ilibar da acusação de plágio! No terceiro livro, Bonet responde às perguntas de Cristina: a paga dos soldados, legalidade de os estudantes ingleses que se encontram em França serem aprisionados em tempo de guerra, e a imunidade reclamada para simples compatriotas «que não se imiscuam na guerra» (*that medle not of the werre*).

Dois outros notáveis livros acerca das maneiras cavalleirescas são o *Bréviaire des Nobles*, de Alain Chartier (1492-1529), «o pai da eloquência francesa», e *O Livro das Boas Maneiras*, que Caxton traduziu do francês, de Jacques le Grand.

Destes «livros de cortesia», dos quais a *Ordem da Cavalaria* de Lúlio pode considerar-se exemplar típico, muito pode aprender-se a respeito das cerimónias e obrigações da cavalaria, ao mesmo tempo que os romances fornecem mui-

tas aplicações concretas dos seus preceitos. O tema favorito de Lúlio é que «há grande afinidade entre o sacerdócio e a cavalaria» ⁽¹⁾, e constantemente o salienta em toda a obra. Como a ordem da cavalaria está logo abaixo da de clérigo, os reis e os barões devem honrar muitíssimo os cavaleiros e escolher os seus prebostes e bailios unicamente entre eles. É apenas a falta de conhecimentos especiais que impede os cavaleiros de serem juizes. Entre nenhuma ordem devia haver acordo mais completo do que entre os cavaleiros e os clérigos, pois ambos procuram, uns pela doutrinação, outros pela força das armas, levar o povo a uma vida de santidade. Em época posterior, o paralelo foi levado tão longe que se ligou complicado simbolismo às armas e roupas de um cavaleiro, correspondente à interpretação simbólica, e havia muito tempo estabelecida, das vestes sacerdotais, embora seja provável que ao princípio se desse significação espiritual à armadura, por influencia do passo que começa «Revesti-vos da armadura de Deus», da *Epístola aos Efésios* (vi, 11, 13). Em *L'Ordène de Chevalerie*, Sir Hugo explica a Saladino que cada peça do vestuário, que usa como cavaleiro, tem a sua significação espiritual — a veste branca, pureza; a túnica vermelha, o derramamento do sangue por Cristo e pela Igreja; as calças e as meias negras, a lembrança da morte; o cinto branco, a castidade; as esporas, a ambição de servir a Deus; a espada, protecção contra o pecado; os dois gumes desta, o direito e a lealdade; o barrete branco, a inocência de pensamentos que todos quererão ter no Dia de Juízo. Raimundo Lúlio dedica o seu sexto capítulo a explicar a significação simbólica das armas e equipamento do cavaleiro, em número de vinte. A espada, em forma de cruz, significa que um cavaleiro deve vencer os inimigos de Deus, como Cristo na Cruz venceu o demónio. A lança significa a verdade; a ponta de ferro, a força para vencer a falsidade; o galhardete demonstra que a verdade não tem medo de ser vista. O elmo significa o medo da vergonha, porque obriga o cavaleiro a olhar para o chão, o assim como lhe defende a cabeça, a parte mais importante do corpo, assim deve o medo da vergonha conservar a sua honra. A cota de malha, bem cingida, é como uma fortaleza contra o

(1) — «the offyce of preesthode and of chyualry have grete concordance». *Ordre of Chyualry*, E. E. T. S., pág. 76.

vício. Assim como as grevas e sapatos de ferro defendem as pernas e os pés do cavaleiro, assim deve ele defender os caminhos e castigar os malfetores. As esporas significam rapidez e diligência em ministrar o necessário equipamento. A gorjeira ensina a obediência, porque, assim como tem o pescoço cercado por um colarinho, assim deve o cavaleiro obedecer às ordens do seu soberano.

Relatos que se encontram nos «livros de cortesia» a respeito do rito da ordenação em diferentes épocas mostram claramente o complicado simbolismo crescente do ceremonial cavalleiresco. Um acto essencial era o de cingir a espada; os mais antigos actos de investidura consistiam apenas nisto, embora se acrescentasse logo à cerimónia o de armar por completo o cavaleiro. Depois associou-se uma cerimónia religiosa a estes actos seculares, e padres e cavaleiros ficaram autorizados a efectuar a ordenação. No reinado de Eduardo o Confessor, um nobre, chamado Hereward, foi armado cavaleiro pelo abade de Peterborough, após a missa e a confissão. Este privilegio da Igreja não foi visto com bons olhos em Inglaterra e teve curta duração, pois em 1100 os padres ficaram proibidos de ordenar cavaleiros. Houve, provavelmente, qualquer disputa acerca do direito da Igreja, muito tempo depois disto, devido à ausência dessa disposição no Continente, e encontramos rastros do facto na insistência com que Sir Gilbert Hay repete que só o Papa pode armar um cavaleiro, a não ser que seja ele mesmo cavaleiro.

No poema *L'Ordène de Chavalerie*, do século XIII, encontra-se o simbolismo desenvolvido em alto grau, mas, com excepção da homília com que Sir Hugo conclui a sua investidura de Saladino, não há rastros de cerimónia religiosa. O banho preliminar, que ao princípio não tinha qualquer significação simbólica, é um emblema de regeneração, e até o leito sobre que Saladino se reclina representa o descanso final do Paraíso. Várias interpretações se dão às roupas com que ele está vestido, mas as únicas armas de que se encontra munido são a espada e as esporas. Sir Hugo explica ser costume dar ao novo cavaleiro uma pancada no pescoço, mas que isso não é essencial. Por isso omite-a, por ser impróprio de um prisioneiro dar a pancada ao captor. A significação que ele empresta à *colée* é muito curiosa:

- «Sire, chou est li remembranche
• De chelui qui la adoube
A chevalier et ordene.» (1)

É uma recordação forçosa da pessoa que confere a ordem e portanto de tudo aquilo que a ordem implica. A explicação de Sir Gilbert Hay é análoga: pretende fazer o cavaleiro «pensar nos pontos e defender os seus deveres» (*think on the poyntis and defend his dewiteis*). É certo que a pancada não simbolizava «a última afronta que lhe era legalmente permitido sofrer», como Eduardo Gibbon supôs, visto o escudeiro ser tão zeloso da sua honra como o cavaleiro.

No seu capítulo quinto, Raimundo Lúlio descreve o método da investidura mais vulgar nos séculos XII e XIII, combinação de cerimónias religiosas e seculares. Acrescentou-se-lhes a vigília e a confissão, mas não se fala no banho. Na missa solene de uma grande festividade, o escudeiro presta juramento, diante do padre, de dedicar-se ao serviço de Deus e da cavalaria. Depõe a armadura no altar e ouve um sermão. A verdadeira investidura é feita, não pelo padre, mas por um cavaleiro, que lhe cinge a espada, o beija e lhe entrega uma palma. É digno de nota não se falar na *colée*. Apesar de frequentemente citada depois de 1180, pouco mais ou menos, esta pancada com a mão ou a espada, de que proveio o único acto moderno da investidura, não se considerava essencial durante a época da cavalaria. Sir Gilbert Hay acrescenta «uma pancada com a mão, ou com espada desembainhada, no pescoço» à sua versão de Lúlio, notando também que o cavaleiro que investe e o novo cavaleiro, em vez de se beijarem, podem beijar o punho da espada, que é introduzida na bainha com palavras próprias de exortação.

No final de um dos dois exemplares da *Ordre of Chyualry* de Caxton, existentes no Museu Britânico (1 A 55071), há três páginas manuscritas. A caligrafia é de uma bela letra Tudor e tem por título «Investidura de um Cavaleiro do Banho» (*Making of Knyghte of the Bath*). Constitui o fragmento de um relato da ordenação de um cavaleiro, descrevendo primeiro a cerimónia da missa, em que o can-

(1) — «Majestade, isto rememora aquele que armou e ordenou o cavaleiro.» (*Nota do Trad.*).

didato oferece ao altar uma vela acesa com uma moeda de *penny* «metida nela» — «a vela para o culto de Deus e o *penny* em honra daquele que o armará cavaleiro» — e depois a cerimónia solene de se vestir o escudeiro, após ele ter descansado. O ms termina a seguir de repente, no meio de uma frase.

Depois de algumas buscas, encontrei o ms completo nos manuscritos do Museu Britânico — *Cotton Nero C IX* — numa colecção mista em que se encontram antigos manuscritos com documentos de Henrique VIII.

O artigo acerca da investidura dos cavaleiros é um dos muitos escritos na mesma letra e referentes à coroação de Henrique VI a 6 de Novembro de 1429. No artigo *Coronatio regis Henrici VI* declara-se que nesta ocasião se criaram trinta e dois cavaleiros do Banho e que no dia imediato foi armado cavaleiro o Príncipe de Portugal (!) em Westminster Hall. O artigo a que pertence este fragmento tem por título: «Modo de fazer um cavaleiro segundo o costume da Inglaterra em tempo de paz e na coroação, isto é, Cavaleiros do Banho.»

Torna-se, portanto, evidente que este ms é um relato coevo do modo como se faziam cavaleiros em 1429, sendo o seu valor histórico aumentado pela nossa possibilidade de lhe fixarmos uma data.

O excerto encontra-se nas *Antiquities of Warwickshire* de Sir William Dugdale (1656) ⁽²⁾ e também na Miscelânea Harleiana ⁽³⁾, a célebre colecção de documentos da livraria de Eduardo Harley, segundo conde de Oxford. A cópia de Dugdale, que ele diz proveniente de «um antigo tratado francês», é acompanhada de 23 ilustrações, copiadas de «um lindo livro» do tempo de Eduardo IV. As ilustrações correspondem aos 23 parágrafos em que se encontra dividido o relato no livro de Dugdale e da Miscelânea Harleiana. A cópia desta última é uma reedição de dez páginas, in-quarto, feita para Filipe Stephens em 1661, «com uma lista desses honrosos personagens, que vão ser criados Cavaleiros do Banho por ocasião da Coroação de Sua Majestade, no dia 23 de Abril de 1661.»

(1) — Possivelmente o infante D. Fernando, arribado com a irmã D. Beatriz a Inglaterra, quando a acompanhava à Flandres, onde ela ia casar com Filipe o Bom, duque de Borgonha. (*Nota do Trad.*)

(2) — Pág. 531 e ss.

(3) — Edição Oldys-Park, 1808, vol. I, págs. 558-61.

O artigo descreve com pormenores muito pitorescos todas as formalidades pelas quais no século xv um escudeiro se tornava cavaleiro.

O cavaleiro nomeado é recebido na corte, sendo-lhe fornecidos dois escudeiros de honra, ou governadores.

«E se o escudeiro chegar antes do jantar, deverá levar um prato da primeira iguaria da mesa do Rei».

À tarde prepara-se um banho, e grande número de cavaleiros e escudeiros vão até ao quarto do candidato, com menestrais a cantar. Quando ele entrou no banho, o principal cavaleiro presente derrama-lhe água pelos ombros e instrui-o na Ordem da Cavalaria. Seco e vestido o escudeiro, e depois de o seu barbeiro receber o banho por recompensa, é conduzido à capela, onde os cavaleiros se despedem dele. Apenas os dois governadores, o padre, o portador das velas e o vigilante ficam com ele durante a sua longa vigília nocturna, que termina com a confissão, as matinas e a missa. No dia seguinte, depois de ter descansado um momento e de ter sido vestido com toda a cerimónia por cavaleiros assistentes, dirige-se a cavalo para a corte, precedido por um jovem que lhe leva a espada e as esporas. O rei em pessoa está à espera dele, e ordena a dois dos mais nobres cavaleiros que apertem as esporas do cavaleiro, e por suas mãos reais cinge-lhe a espada, dizendo «Sê um bom cavaleiro». Ainda nesta época já recente (1429) não há a *colée*. Forma-se depois uma procissão solene, que segue para a capela, onde o novo cavaleiro se compromete a manter os direitos da Igreja e depõe a espada no altar-mor. «Acabado o que, deve beber um gole de vinho». Ao sair da capela, o cozinheiro-chefe diz:

—«Eu, o cozinheiro-chefe de el-rei, venho para receber as tuas esporas como prémio, e se tu fizeres qualquer coisa de contrário à Ordem da Cavalaria (Deus to defenda!), tirar-te-ei dos pés as esporas.»

Depois vai sentar-se a jantar com os outros cavaleiros, «mas não deve comer nem beber à mesa, nem cuspir, nem olhar à roda, tal como se fosse uma noiva.» Mais tarde, no seu quarto, o cavaleiro é desvestido e as roupas entregues aos reis-de-armas. Vestem-lhe uma roupa azul, com «um lenço de seda branca» no ombro, que deverá usar até praticar qualquer feito de armas, ocasião em que um príncipe «ou uma dama nobilíssima» o cortará. O uso de um sinal, como estímulo à prática de altos feitos, é uma das mais

antigas observâncias cavalheirescas e tem sido remontado até aos costumes dos tribos germânicas, descritas por Tácito. Malory descreve ⁽¹⁾ como o cavaleiro La Cote Male Taile explica porque usa a cota do seu pai assassinado, e que lhe não serve:

«E esta mesma cota teve meu pai ao mesmo tempo, e é por isso que esta cota me fica tão mal, porque os golpes devem ficar nela como eu os encontrei e nunca deverão ser alterados por mim. Assim, para ter presente a morte de meu pai, usarei esta cota até o vingar.»

Um dos passos mais originais e interessantes d'*A Ordem da Cavalaria* é aquele em que Lúlio defende com afinco a ideia de os escudeiros deverem receber instrução formal a respeito dos seus deveres nas escolas criadas para esse fim.

«Tão elevada e honrada está a Ordem da Cavalaria, que a um escudeiro não basta só ter um cavalo e aprender a servir um cavaleiro, e ir com ele aos torneios e às batalhas, mas é preciso que seja criada para ele uma escola da Ordem da Cavalaria, e que a ciência se exponha em livros e que a arte se mostre e leia ao modo como as outras ciências são lidas, e que os filhos dos cavaleiros aprendam primeiro a ciência antes de pertencerem à Ordem da Cavalaria e depois de serem escudeiros aprendam a percorrer a cavalo as várias terras com os cavaleiros.» ⁽²⁾

Esta desconfiança em um treino proveniente apenas de experiência prática é uma ideia notavelmente moderna. O plano de Lúlio naturalmente teve pouca consideração por parte dos cavaleiros e escudeiros do seu tempo: a educação que então recebiam nos castelos de seus pais e dos cavaleiros era sem dúvida melhor adaptada às suas necessidades. O prof. J. W. Adamson indicou até que a educação medieval

(1) — *Morte Darthur*, liv. IX, cap. I.

(2) — «So moche is hyhe and honoured the ordre of chyualrye that to a squyer hit suffyseth not only to kepe hors and lerne to serve a knyght, and kat he go with him to tornoyes and bataylles; but hit is nedeful that ther be holden to hym a scole of the ordre of knyghthode, and that the scyence were wreten in bookes, and that the arte were showed and redde in such maner as other scyences ben redde, and that the sones of knyghtes lerne fyrst the scyence that apperteyneth to the ordre of chyualry and after that they were squyers they shold ryde thurgh dyverse countrees with the knyghtes.» *Ordre of Chyualry*, E. E. T. S., pág. 22.

era a esse respeito mais racional do que a nossa. Na sua *Short History of Education* (pág. 49), escreve:

«Os homens da Idade Média não criam que o único tipo de inteligência ou capacidade que valia a pena criar fosse o do letrado... (O) princípio básico (da educação medieval) ainda não foi aplicado completamente à instrução pública, embora as condições modernas requeiram essa aplicação. Esse princípio era, em resumo, o de que a instrução deve contribuir para todas as espécies de capacidade e não para uma única, por muito excepcional que ocorra entre os homens e as mulheres.»

O padre medieval limitava-se aos seus livros, mas o escudeiro, sem contudo desprezar as artes, prestava muita atenção às actividades em que era essencial que ele se tornasse perito. Hoje toda a gente é obrigada a ser educada, mas contemplativos e homens práticos têm do mesmo modo de passar pela educação livresca.

Os dois homens que traduziram a *Ordem* em vernáculo desta ilha, o *makar* escocês e o impressor inglês ambos eram caracterizados por decidido talento literário. Ambos deixaram rastros da sua personalidade e opiniões nas traduções de *A Ordem*. Hay por toda a obra fez ampliações, mas Caxton reservou os seus comentários para o conhecido epílogo. Todavia, em um caso digno de nota o impressor alterou o original para o fazer concordar com as suas próprias opiniões. Refere-se isto às relações entre a cavalaria e a aristocracia ou a origem nobre. Teòricamente a cavalaria estava aberta a toda a gente e apenas se conferia a quem a merecia. Naturalmente aconteceu que educação e predisposição limitaram praticamente a concessão da ordem aos de origem nobre. Todavia a investidura de «vilãos» não era pouco comum, como aconteceu com Sir Robert Sale, o digno governador de Norwich, que, no tempo da revolta de Wat Tyler, foi morto pelos rebeldes por se recusar a pôr-se-lhes à frente quando, como diz Froissart, eles lhe recordaram: «tu não és nobre de nascimento, mas filho de um vilão como nós somos.» Por isso, enquanto Lúlio declara que a cavalaria e a origem nobre ligam muito bem, não deixa de acrescentar que «*elle vust auoir en cheuallerie aucun homme de nouuel lignage, honnourable et gentil.*» À excepção disto, a opinião que Lúlio forma da cavalaria é puramente aristocrática. Admite-se implicitamente que as classes inferiores se encontram muitíssimo abaixo dos cavaleiros, mostrando-se incapazes de actos ou

sentimentos dignos. Enquanto o povo miúdo lavra os campos, o cavaleiro ocupa-se dos desportos e de «coisas por que os seus homens têm pena e trabalho» (*thynges of whiche his men haue payne and trauayl*). O único motivo que leva os lavradores a trabalhar a terra é «recear serem mortos» (*fere lest they shold be destroyed*) pelos cavaleiros. Um cavaleiro deve ter rendimento próprio, aliás tornar-se-à «salteador, ladrão, traidor, mentiroso e intrusão» (*a robbour, a thief, traitre, lyar, or begylour* ⁽¹⁾).

O conspecto humano e racional de Sir Gilbert Hay não se torna mais evidente do que nas modificações que introduziu em passos como este. Salienta ele que, enquanto os seus servos estão a trabalhar para ele, o cavaleiro não deve procurar unicamente divertir-se, mas também proteger os lavradores e auxiliar os estudantes, clérigos e mercadores a cumprirem muitas das suas obrigações. Um pobre cavaleiro pode ser auxiliado pelo seu senhor, e o príncipe ou nobre que o armou cavaleiro dar-lhe-à não apenas dádivas de cerimónias, mas far-lhe-á ofertas substanciais de terra para o ajudar na sua nova dignidade. A ordem da cavalaria é essencialmente democrática, sendo tão nobre e digna de veneração no cavaleiro mais pobre, como no próprio imperador.

Caxton acentua, ainda mais do que Lúlio, o conceito aristocrático. Ardente apaixonado pela cavalaria, insiste que ela é apanágio de uma classe privilegiada. No Epílogo de *The Ordre of Chyualry* escreve: «[Este] livro não é para qualquer homem vulgar, mas para o fidalgo que, pelas suas virtudes, entenda dever entrar na nobre ordem da cavalaria.» ⁽²⁾ De modo análogo, dedica a *Morte Darthur* a «todos os nobres príncipes, senhores e damas, gentis-homens ou gentis-damas.» E' muito significativo que o quase único pensamento original, além do Epílogo, que Caxton introduz na sua tradução se refira à relação entre a cavalaria e a origem nobre. Omite a única concessão de Lúlio, de que um homem de nascimento humilde possa ser armado cavaleiro se for virtuoso,

(1) — A rudeza desta reflexão é mitigada quando se recorda que muitos soldados, que foram armados cavaleiros no campo, tinham recursos insuficientes para manterem a dignidade, e que, enquanto uns se punham ao serviço de cavaleiros mais ricos, os menos escrupulosos se tornavam uma ameaça para a terra, devido aos seus actos de salteadores.

(2) — «[This] book is not requysyte to every comyn man to haue, but to noble gentylmen that by their vertu entende to come and entre in to the noble ordre of chyualry.»

e substitui o passo seguinte, que não se encontra em mais nenhuma versão:— «A ordem da cavalaria é muito conveniente e muito mais própria de um coração gentil cheio de virtudes do que de um homem vil e de má vida.» ⁽¹⁾ O tom do argumento neste passo leva-nos, praticamente, a tomar «gentil» e «vil» no sentido de «nobre» e «de baixo nascimento», respectivamente.

Entendia Caxton que havia íntima correlação entre a nobreza do nascimento e a do carácter, com o que estava perfeitamente de acordo com o seu contemporâneo Sir Thomas Malory. Na *Morte Darthur*, descobre-se que a cavaleiros como Sir Gareth e Sir Tor, que se supunha ao princípio serem de origem humilde, a sua cortesia lhes provém do nascimento nobre. Este facto é salientado com mais força quando o rei Artur observa que Sir Tor não teria quem o igualasse, se do lado da mãe a origem fosse tão nobre como do lado do pai. Mais tarde é reforçado com os comentários severos de Malory acerca dos dois «vilões» que mataram o nobre cavaleiro Hermance:— «Há um velho provérbio: Dai autoridade ao vilão e não será bastante», e com esta afirmação: «Sir Lançarote provém de Nosso Senhor Jesus Cristo em oitavo grau, e Sir Galaaz provém de Nosso Senhor Jesus Cristo em nono grau; portanto creio que são os maiores fidalgos do Mundo.»

O desprezo pelas classes baixas era uma das forças que contribuíram para o colapso da cavalaria. O abismo entre as classes sociais saltou-se com muito mais êxito na Inglaterra do que em França, e este facto explica as razões da sobrevivência da cavalaria em Inglaterra muito tempo depois da sua extinção prática na sua terra de origem. Os desastres de Crécy, Poitiers e Azincourt deveram-se à falta de coordenação entre os cavaleiros franceses e os soldados, por quem eles sentiam desprezo, e às relações cordiais entre os fidaigos ingleses e os temíveis archeiros. A atitude francesa encontra-se reflectida com exactidão nas páginas de Froissart, que não se importava nada com as desgraças do povo e descreveu a Peste Negra em três linhas. Pelos fins do século xv, a cavalaria encontrava-se moribunda em Inglaterra, e a atitude aristocrática, animada pelas guerras civis, em que o povo

(1) — «*Thordre of chyualry is most conuenable and moche more syttinge to a gentyl herte replenysshed wyth al vertues than in a man vyle and of euyl lyf*». *Ordre of Chyualry*, E. E. T. S., pág. 59.

servia apenas de penhor na luta entre as Casas rivais, substituíra o patriotismo democrático do tempo de Eduardo III e de Henrique V. A cavalaria já não tinha cura, e Caxton e Malory, embora procurassem honestamente dar-lhe saúde, demonstraram por si as causas do seu declínio.

Os «livros de cortesia» e os romances em prosa dão-nos um relato sucinto dos deveres de um cavaleiro, os primeiros com preceitos, os últimos principalmente com exemplos.

«Porque a cavalaria não está apenas no cavalo e nas armas, mas no cavaleiro, que ensina e treina bem o seu cavalo e se acostuma e ao filho a bons preceitos e a obras virtuosas.» (1)

Os três principais objectivos dos cuidados do cavaleiro são expostos resumidamente por Sir Gilbert Hay:

«um é a fé de Jesus Cristo; outro, o seu senhor natural; o terceiro, os direitos do povo.» (2)

A fidelidade ao suzerano era um dever da maior importância, antes da época da cavalaria (3), e no primeiro período feudal o vassallo ficava ligado ao serviço do senhor, ainda mesmo que sofresse crueldades e injustiça. Assim, Bernier, em *Raoul de Cambrai*, censura-se a si próprio amargamente por ter matado o seu senhor em defesa própria, embora Raúl matasse a mãe de Bernier e o cobrisse de insultos. Lúlio não emite qualquer opinião a respeito dos deveres de um vassallo em tal situação, mas Honoré Bonet, o avisado prior de Salon, apresenta sensatas considerações na sua *Árvore de Batalhas*. Afirma ele que o vassallo deve defender a vida contra o ataque do seu senhor, e defender os parentes, ainda mesmo que, para o fazer, tenha de matar um padre. O vassallo não deve matar por ordem do seu senhor. Bonet observa também que é cruel fazer guerra aos que lavram a terra, que servem toda a gente e não fazem mal a ninguém, e Lúlio declara que

(1) — «For chynalry is not only in the hors ne in the armes, but hit is in the knyght, that wel enduceth and enseyneth his hors, and acustommeth hymself and his sone to good enseynements and vertuose werkes.» *Ordre of Chynalry*, E. E. T. S., pág. 114.

(2) — «that is one, the faith of Jhesus Crist; ane othir, his naturale lord; the third, the peple in thair richtis.»

(3) — Uma das características mais impressivas da velha poesia inglesa, o *Beowulf*, *Widsith*, etc., e das antigas sagas norueguesas e alemãs, é a insistência neste ponto.

um dos principais deveres de um cavaleiro é a protecção dos pobres, dos desprotegidos e dos oprimidos. Um cavaleiro deve pôr-se sempre do lado dos mais fracos; quando Sir Lançarote vê Kay atacado por três cavaleiros, grita:

«Ali está um cavaleiro que tenho de ajudar, porque seria uma vergonha ver três cavaleiros a atacar um só. Se ele for morto, partilharei da morte dele.» (1)

A participação em torneios, justas e principalmente desportos é considerada justamente por Lúlio como própria de um cavaleiro. Malory interessa-se mais pela fama de Tristão como caçador e tocador de harpa, do que como amante, e Caxton, no seu Epílogo, lamenta o desuso dos exercícios cavalheirescos, exortando Ricardo III — rei tudo quanto há de menos cavalheiresco! — a fazer reviver os torneios e as «justas de cavaleiros», pelo menos uma vez no ano.

A coragem era o *sine qua non* da cavalaria, mas Lúlio insiste avisadamente por que seja temperada com a discrição. No livro x da *Morte Darthur*, Sir Tristão diz:

«Pode um homem ser muito valente e muito forte; todavia pode ser vencido. Assim tenho visto fazer muitas vezes aos cavaleiros: quando julgavam ter ganho a distinção, perdiam-na. Porque a qualidade de homem de nada vale se não for temperada com a prudência.» (2)

Bonet considera que saber qual é o tempo próprio para atacar, para aguentar-se ou para fugir, é uma das virtudes cardiais do cavaleiro. No entanto, muitos cavaleiros célebres mostraram não a possuir, e os feitos do ousado Du Guesclin, ou a morte do cego rei da Baviera em Crécy, ferem mais a imaginação do que as histórias de guerreiros mais prudentes.

A atitude moderada e rigorosamente racional de Lúlio é também aparente, quando nota que a virtude, verdadeira-

(1) — «Yonder one knight shall I help, for it were shame for me to see three knights on one, and if he be slain I am partner of his death.» *Morte Darthur*. liv. VI, cap. XI, pág. 121, ed. do Globo.

(2) — «Be a man never so valiant nor so big yet he may be over-matched. And so have I seen knights done many times: and when they wend best to have won worship they lost it. For manhood is not worth but if it be meddled with wisdom.» Cap. LIX, pág. 293, da edição do Globo.

mente cavalheiresca, da generosidade não deve exercer-se além das possibilidades do seu autor. A sua virtude favorita é a moderação:

«A temperança é uma virtude que se encontra entre dois vícios: por um lado é pecado se se exagera, por outro é pecado se se toma em pequena quantidade.» (1)

Exaltando a moderação e o autodomínio em todas as coisas, está de acordo com os mais altos ideais da Grécia antiga e com a prática dos mais nobres da história e do romance medievais. Joinville regista com admiração os hábitos de temperança de S. Luís. Num passo notável, Sir Gilbert Hay demonstra que a gula é a consumação de todos os pecados mortais. É impressionantíssimo o refreamento a que os mais nobres cavaleiros da Távola Redonda sujeitam as paixões. Na última e triste questão entre Lançarote e o rei Artur, os sarcasmos de Sir Galvão não podem abalar a atitude de tristeza magnânima de Sir Lançarote, nem fazê-lo injuriar o seu antigo amigo e seu senhor. Quando Sir Tristão ouve Sir Palamides cantar o seu amor por Iseu

«Ficou fora de si e pensou em matá-lo enquanto ele ali estava. Então Sir Tristão lembrou-se de que Sir Palamides estava desarmado e do nobre nome que Sir Palamides usava e do nobre nome que ele próprio tinha, e depois dominou a cólera.»

Por iso, aproximou-se de Sir Palamides e deu-lhe a conhecer a razão da sua disputa (2).

Lúlio censura, em termos irritados, os cavaleiros que se mostram orgulhosos da sua «beleza» (*beaute of facion*), do seu «belo corpo, de elevada estatura e bem feitos» (*body fayr, gret, and wel aourned*) e do seu lindo cabelo, e que gostam de «trazer um espelho na mão» (*to holde the myrrour in the hand*) e de imitar «as outras vaidades.»

Condena o orgulho, que considera vício pronto a assaltar o cavaleiro, «armado e montado no teu grande cavalo» (*armed and mounted upon thy gret hors*). A vaidade

(1) — «*Attemperaunce is a vertu the whiche dwelleth in the myddle of two vyces, of whome that one is synne by ouer grete quantite, and that other is synne by ouer lytyl quantyte.*» *Ordre of Chyualtry*, E. E. T. S., pág. 108.

(2) — *Morte Darthur*, liv. X, cap. LXXXVI, pág. 323, da edição do Globo.

do adorno pessoal e o orgulho e altivez arrogante para com os inferiores, foram, realmente, vícios que contrbuíram em grande parte para a decadência da cavalaria.

Nenhum vício era mais odioso à cavalaria do que os da traição e da mentira. O romance carolíngio *L'Entrée en Espagne* contém um episódio análogo a *L'Ordène de Chevalerie*. Roldão arma cavaleiro um príncipe pagão, Sansão, e uma das máximas que lhe impõe é *Garde-toi de mentir*.

A inveja e a preguiça eram consideradas quase idênticas na Idade Média, sendo um dos melhores passos do livro a descrição de um invejoso feita por Lúlio.

«A preguiça é vício pelo qual o homem ama a maldade e o mal e odeia o bem. E por meio deste vício podem conhecer-se e ver-se nos homens sinais de condenação melhor do que por meio de qualquer outro vício... O homem que tenha inveja ou preguiça sente tristeza e dor quando sabe que outro homem procede bem; e quando um homem faz mal a si próprio, o que sente inveja ou preguiça lamenta, por isso, não ter ainda mais. Por isso esse homem sente tristeza do bem e do mal dos outros homens.» ⁽¹⁾

É significativo que a traição, a cobardia e a inveja sejam os vícios mais notórios do rei Marcos, o personagem da *Morte Darthur* que simboliza tudo aquilo que o cavaleiro não deve ser. Foi traçoeiro com Sir Tristão; quando Sir Lançarote o atacou, não quis lutar, «mas caiu da sela como um saco»; matou o irmão por lhe invejar a boa reputação, e o seu ódio a Tristão deve-se mais a inveja dos seus feitos do que a ressentimento pelas suas intrigas com *La Beale Isoud*. Com o passo de Lúlio a respeito da inveja podemos comparar as palavras da rainha Ginebra, quando lhe contaram que Sir Palamides era «muito invejoso.»

(1) — «*Slouthe is a vyce by the whiche a man is loue of wyckednesse and of euylle and to hate goodnesse. And by this vyce may be knownen and sene in men sygnes of dampnacion better than by ony other vyce... A man that hath accydye or slouthe hath sorowe and angre the whyle that he knoweth that an other man doth wel; and whan a man dothe harme to hym self, he that hath accydye or slouthe is heuy and sorowful of that, that he hath not more and gretter. And therefore such a man hath sorow both of good and of euylle of other men.*» *Ordre of Chyualry*, E. E. T. S., pág. 102.

«Então — disse a rainha Ginebra — nunca ele terá dignidade, porque, se acontecer que um invejoso um dia tenha dignidade, ficará por isso desonrado duas vezes. Por esta razão todos os homens de dignidade odeiam o invejoso e não lhe mostrarão boa cara. E aquele que é cortês, amável e gentil, será bem recebido em toda a parte.» (1)

Os romances enxameiam de exemplos de cortesia para com amigos e inimigos, o que foi uma das principais características da cavalaria. Nos romances carolíngios, Roldão excede todos os paladinos na consideração para com os seus antagonistas em combate singular. Chega até a consentir que o gigante Ferragus durma um pouco quando se mostrou cansado de combater. No seu combate com Sir Otuel, evita tirar partido contra o seu antagonista, quando o cavalo foi morto e ele fica embaraçado nos jaezes. Pouco depois quando acontece um percalço a Roldão, o adversário mostra para com ele a mesma consideração. Um bom exemplo do típico encontro cavalheiresco vê-se no combate entre Sir Galvão, «o espelho da cortesia», e Sir Galerão, para resolverem as suas pretensões à região de Galloway, que este tinha governado até ser conquistada por Artur e dada a Galvão. O cavaleiro desconhecido é principescamente recebido num rico pavilhão. Em combate luta valentemente mas confessa-se vencido, declarando generosamente que Galvão «não tem rival no poder.» Galvão, apesar de vitorioso, acede de boa vontade ao pedido de Artur para que o valente Galerão fique na posse do seu território, e o antagonista, derrotado mas não desonrado, é recebido na Távola Redonda. A história é narrada com muito encanto e vigor em um dos melhores romances ingleses do século XIV, *the Awntyrs of Arthur at the Tarn Wadling*. A cortesia do Príncipe Negro com o rei de França prisioneiro é um dos incidentes mais conhecidos da história medieval, e foi esta cortesia, aliada à confiança na honra do cavaleiro e no sentimento da fraternidade, até entre cavaleiros antagonistas, que tornou possível o sistema, raras vezes infringido, se alguma vez o foi, pelo qual o cavaleiro feito prisioneiro tinha licença para ir, sob

(1) — «Then shall he never win worship, said Queen Guenever, for, and it happeth an envious man once to win worship, he shall be dishonoured twice therefore. For this cause all men of worship hate an envious man, and will show him no favour. And he that is courteous, kind, and gentle, hath favour in every place.» *Morte Darthur*, Liv. X, cap. LXXXI, pág. 318, ed. do Globo.

palavra, tratar de obter o resgate. Em *L'Ordène de Chevalerie*, Saladino prepara-se para autorizar o seu prisioneiro a voltar à pátria tratar do resgate. William Morris traduz assim a conversa dos dois:

*Hugo, vais jurar-me aqui,
Pela tua fé e pela verdade,
Que voltarás de novo a este lugar
Dentro de dois anos,
E então hás-de pagar o teu resgate
Ou voltar à tua prisão.
E assim ficarás livre.
«Senhor, disse ele, agradeço-to
E juro-to com toda a minha fé.»*

Quando este era o espírito de cortesia entre cavaleiros que os azares da guerra tornavam inimigos, pouco pode surpreender saber-se que os cavaleiros que eram grandes amigos faziam muitas vezes um pacto de «fraternidade de armas», que era ainda mais apertada do que os laços de parentesco. No romance de *Amys and Amiloun* diz-se que um cavaleiro chegou a sacrificar a vida dos dois filhos para curar da lepra um amigo. Felizmente tal dedicação recebeu a recompensa da sua milagrosa ressurreição.

A camaradagem universal da cavalaria ajuda a compreender por que «os livros de cortesia» e os romances têm muito pouco que dizer a respeito do patriotismo. A cavalaria realçava mais a obediência ao senhor feudal e à Igreja internacional, do que ao rei e à pátria. Bernard Shaw reconhece em *Saint Joan* que a oposição feroz com que de todos os lados assaltaram Joana se devia a ela se tornar o campeão do patriotismo contra o domínio destas grandes forças da Idade Média. O comentário do seu conde de Warwick exprime exactamente o ponto de vista medieval:

«—Se esta pretensão de servir a pátria se apodera deles um dia, adeus autoridade dos seus senhores feudais.»

«A era da cavalaria já passou», lamentava-se Burke com desespero nos dias mais sombrios da Revolução Francesa. A Ordem da Cavalaria, com o seu cerimonial, o seu simbolismo, os seus graus, a sua visão aristocrática e o seu

Cristianismo militante desapareceu, na verdade, com a época a que pertenceu; mas a cavalaria como força moral sobreviveu, porque em todas as épocas há homens que amam a cortesia, a fidelidade, a coragem, a verdade e a moderação, tal como em quase todas as épocas houve um Spenser, um Shakespeare, um Milton, um Wordsworth e um Tennyson para engastar estes ideais em verso imperecível. Não é só aos romances medievais que se deve a sobrevivência do espírito cavalleiresco, mas também aos «livros de cortesia». Estes livros circularam largamente em manuscrito na baixa Idade Média, e em livros impressos no tempo dos Tudors. Na sua *Chivalry in English Literature* o Dr. Schofield apresentou provas muito plausíveis para demonstrar que Shakespeare conheceu provavelmente traduções da *Árvore de Batalhas* de Bonet e da *Ordem de Cavalaria* de Lúlio. Cita grande número de passos paralelos de Bonet e de Shakespeare e considera que algumas sugestões para o personagem Falstaff devem provir de frases da *Ordem* como: — «Um homem coxo ou muito alto ou muito gordo... não basta para ser cavaleiro», e «Um homem que não possui riquezas para fazer as suas despesas... não pode talvez deixar de ser salteador, ladrão, traidor, mentiroso e mendigo (1)». Todavia é ainda muito conjectural se o mestre viu qualquer livro em particular, assim como qual a cantiga que cantavam as sereias ou que nome usou Aquiles quando se ocultou entre as mulheres, para citarmos os exemplos de Sir Thomas Browne. Os «livros de cortesia», como os sarcófagos da sua «Hydriotaphia», são fragmentos que restam de uma era remota, cheia de interesse humano, devendo talvez ficar sem resposta muitas perguntas acerca da sua história e influência. Uma coisa pelo

(1) — «*A man lame or over grete or over fatte is... not sufficient to be a knyght*». «*A man that hath no rychesse for to make his dispences... shold peraventure happe for nede to be a robbour, a thief, traitre, lyar or begylour*». *Ordre of Chyualry*, E. E. T. S., pág. 63. *Chivalry in English Literature*, págs. 290-292 e 216-217. O seguinte paralelo que tirei da *Ordre of Chyualry*, é talvez bastante flagrante para valer a pena citá-lo:

Lúlio: «Um cavaleiro ladrão faz muito maior roubo à elevada honra da cavalaria, ao mesmo tempo que perde sem causa o nome de cavaleiro, do que aquele que desvia ou rouba dinheiro ou outras coisas... Porque a honra vale mais do que o ouro ou a prata, sem comparação alguma» (*A knyght beyng a thief doth greter thefte to the hyhe honour of chyualry in as moche as he taketh away the name of a knyght*

menos é certa—a eles se devem em grande parte que, quando a cavalaria medieval chegava ao fim, a nova era do Renascimento recebesse como herança preciosa a lembrança do

*Bom costume desses antigos tempos,
Em que a espada era serva do direito.*

without cause, than he doth that taketh away or stealeth money or other thynges... For honour is more worth than gold or syluer withoute ony comparyson.)—Pág. 50.

Shakespeare :

«Aquele que me rouba a bolsa, rouba uma coisa sem importância ; é alguma coisa, nada vale. Era minha, é dele, tem servido a muitos milhares. Mas o que me arrebatou o meu bom nome, rouba-me aquilo que não o enriquece e torna-me pobre de verdade.»

*«Who steals my purse steals trash ; 'tis something, nothing ;
'Twas mine, 'tis his, and has been slave to thousands :
But he that filches from me my good name
Robs me of that which not enriches him,
And makes me poor indeed.» (Othello, III, 3.)*

CAPÍTULO IX

A Cavalaria e a ideia do gentil-homem

por A. W. Reed, M. A., D. Lit.,

Professor de língua e literatura inglesa na Universidade de Londres

I

«*Gentil-homem* é o homem de raça... todas as outras derivações parecem ser de fantasia. E' um homem de nascimento, homem de extracção.» O dr. Johnson acrescenta a esta definição rígida outra igualmente enfática: «*Nobreza* é a categoria ou dignidade de vários graus conferida pelos soberanos — como duque, marquês, conde, visconde ou barão.» Se alguma vez ele discutiu esta diferença com Boswell, é agradável imaginar que Boswell a poderia bem ilustrar com a resposta de Jaime I à velha ama: — «Poderei fazer teu filho *baronet* se tu quiseres, Lúcia, mas nem o próprio diabo pode fazê-lo gentil-homem.»

Todavia, Johnson estava em erro, porque a palavra gentil-homem, com o seu equivalente latino *generosus*, havia muito tempo, antes dele, que servia para indicar outras coisas além da ancestralidade. Os estudantes de Direito, por exemplo, eram *gentis-homens* dos Colégios Judiciais. Um distinto advogado assinava Mestre (*Master*), como se vê em uma lista de tipógrafos e livreiros de Londres de 1526, quando o tipógrafo real aparece simplesmente como Ricardus Pynson, mas o tipógrafo-advogado Rostell é apresentado na qualidade de *magister* (1). Do mesmo modo a condição e o título de gen-

(1) — Mr. Rastell.

til-homem eram inerentes a certas funções. Os quatro principais funcionários pessoais do Lord Mayor — *Sword Bearer*, *Water Bailiff*, *Common Crier* e *Common Hunt* ⁽¹⁾ — pertenciam à categoria dos *generosi* e gozavam do título de *Master* (Mestre) ou até de *Esquire* (Escudeiro). As mesmas distinções se davam, evidentemente, no serviço real, sendo interessante observar que era uma distinção de valor material, sendo o gentil-homem pago e pensionado de modo diferente do *valettus* ou *yeoman* ⁽²⁾, enquanto também se graduavam semelhantemente as multas por ofensas. As penalidades pelo «praguejar habitual» ⁽³⁾ eram, em 1474, de doze dinheiros para um «grande oficial» (*greate offycer*), quatro dinheiros para o gentil-homem, dois dinheiros para o *yeoman*, um dinheiro para o *groom*, e meio dinheiro (óbolo) para o pajem. O mesmo regulamento determinava «que todo o homem saiba (isto é, reconheça) outros no seu grau, como *yeoman*, gentil-homem, etc.». Esta distinção em «grau» entre o gentil-homem (ou *generosus*) e o *yeoman* (ou *valettus*) é importante, mas levou a contradições curiosas. Assim, enquanto John Heywood, dramaturgo da época dos primeiros Tudors, era, em virtude das suas funções na Corte, um gentil-homem, seu irmão mais novo Ricardo, eminente homem de Leis, era não só *generosus*, mas também *armiger*, e o irmão mais velho dos dois, Guilherme, dá-se a si mesmo como *yeoman*, sendo, de facto lavrador-caseiro.

Na vida civil encontramos observada a mesma distinção. João Shakespeare era simplesmente João Shakespeare, curtidor de peles e burguês, até aparecer em 1567 entre os *Aldermen* ⁽⁴⁾ de Stratford, quando o nomearam bailio, e *ex officio* se tornou juiz de Paz. Por conseguinte, nas Minutas de Stratford aparece como *Master Shakespeare*. Isto

(1) — O *Lord Mayor* é o presidente da Municipalidade londrina da *City*. Os funcionários a que o Autor se referem não têm nome equivalente em português, podendo aproximadamente traduzir-se por: Portador da Espada, Superintendente das Águas, Arauto e Couteiro. (*Nota do Trad.*)

(2) — Categoria de indivíduo do povo, logo abaixo do *gentleman*. (*Nota do Trad.*)

(3) — *Regulations of the Household of Prince Edward* (1474).

(4) — Auxiliares do *Mayor*, espécie de vereadores da Municipalidade. (*Nota do Trad.*)

traz-nos a lembrança a negativa do velho Gobbo para que se chamasse ao filho «*Master Lançarote*»: — «*Master* não, senhor. Apenas filho de um pobre homem.» E também a famosa cena do pastor e do camponês recém-nobilitados no fim da *Winter's Tale*.

Se tivermos presente esta diferenciação social muito distinta, adquirirão significação clara as palavras de Thomas Fuller:

«O sangue nobre percorre um certo circuito no corpo de uma Nação, indo da *Yeomanry*, através da *gentry* (1), até à nobreza, voltando depois à *Yeomanry*, através da *gentry*. Meu pai disse-me que soube, pela boca de Sir Robert Cotton, que esse digno cavaleiro encontrou uma manhã um autêntico e indubitável Plantageneta (2) a pegar à charrua na aldeia.»

Todavia, devemos observar que os privilégios disfrutados pelos gentis-homens ingleses o eram de dignidade e de condição, em vez de imunidades de valor material. Em França, ao contrário, a isenção por parte dos gentis-homens e dos nobres, de impostos criou uma separação de classes, sendo esta, provavelmente, uma das razões pela qual os nossos críticos franceses às vezes nos têm lisonjeado. Taine explica a ausência virtual da palavra *gentleman* em França, pelo facto de lá não o haver, e «estas três sílabas, tão usadas do outro lado do Canal, resumem a história da Sociedade inglesa... Os Ingleses continuaram a comunicar com o povo, abriram as suas fileiras aos homens de talento, fizeram recrutas na nata dos sem título e estes têm continuado como orientadores na igreja e no estado. Têm sido administradores, patronos, promotores de reforma, bons directores dos negócios públicos, homens diligentes, instruídos e capazes, os cidadãos mais ilustrados, mais independentes, mais úteis do país. Daqui se formou a ideia do *gentleman*, totalmente diferente do francês *gentilhomme*.»

Todavia, não devo levar esta interessante questão da condição muito longe, mas comunicar aos meus leitores um artigo, profusamente documentado, da autoria de Sir George Sitwell, aparecido no primeiro número do *Ancestor*, em Abril

(1) — A classe média em Inglaterra. (*Nota do Trad.*)

(2) — Dinastia de reis ingleses. (*Ibid.*)

de 1902, sob o título de *The English Gentleman*. Escreve Sir George:

«Raras vezes podemos assinalar o ano exacto em que uma palavra nova, ou uma antiga com nova significação (1), foi acrescentada à língua, mas isto pode fazer-se, sem dúvida alguma, com o nosso «*grand old name of gentleman*.» *Gentleman*, como nome de categoria social, condição ou classe, nunca se encontra anteriormente a 1413, devendo a sua súbita aparição atribuir-se ao estatuto de Henrique V, cap. 5, que determinava que em todas as escrituras originais de acções pessoais, apelações e queixas, em que se baseia o processo judicial se devia declarar o «*estate or mystery*» do acusado.»

No ano imediato, 1413-4, as queixas do condado de Stratford forneceram a Sir Georges o primeiro exemplo de um acusado, que descreve a sua categoria ou grau como de *gentleman*. Robert Erdeswyke, de Stratford, *gentilman*, «era acusado de arrombamento, agressão com intenção de matar e tentativa de assassinio de um tal Tomás Page, cortado aos bocados enquanto, de joelhos, pedia que lhe poupasse a vida.» Se há outro pretendente ao nome além deste bandido, encontrar-se-á, declara Sir George de antemão, no mesmo ano e ligado a qualquer procedimento indigno — assalto, assassinio, roubo ou arrombamento. A agitação e as guerras de França no século xiv compeliram muitos filhos segundos de boa família a fazerem-se soldados aventureiros. No regresso de França, faziam-se vadios ou parasitas. Como podia um homem destes declarar a sua profissão, dignidade ou categoria segundo o estatuto de 1413? Era falso classificá-lo como *yeoman* ou agricultor; não era cavaleiro ou escudeiro como o seu irmão mais velho, mas era do mesmo sangue e, portanto, exigiu que o considerassem «*gentleman of ancestry*.» Se o Dr. Johnson vivesse em 1400, a definição com que abre este ensaio seria boa; o que temos de ter presente é que o termo *gentleman* começou a tomar nova acepção no reinado de Henrique v e que na época dos Tudors representava uma categoria em situação definida e reconhecida, inferior à nobreza e superior à *yeomanry* ou categoria de artifice, mas não necessariamente dependente da ancestralidade.

(1) — É evidente que a palavra *gentleman* é bastante vulgar antes de 1413, mas apenas com termo indicativo de ancestralidade, nascimento ou fidalguia.

II

Alexandre Barclay, o poeta dos primeiros Tudors, conta-nos uma história curiosa na sua Quinta Êcloga. Um dia em que Adão estava a construir um cercado para os carneiros e Eva se encontrava sentada à porta, rodeada pelos seus trinta filhos, viu Nosso Senhor dirigir-se a eles, pelo meio dos campos. Envergonhada, com receio de que Ele visse quantos filhos tinha, escondeu alguns deles debaixo de um monte de erva, outros na chaminé e outros num cesto, deixando apenas os que tinham melhor aparência, eram mais altos e mais inteligentes. Nosso Senhor explicou quais eram os motivos por que vinha:

*«Mulher, mostra-me os teus filhos.
Vim para os fazer felizes
Cada um segundo os seus merecimentos.»* (1)

Depois saudou-os graciosamente e pondo-os, com toda a urbanidade, à vontade, deu ao primeiro «o ceptro de Roma imperial», ao segundo honras de rei, ao terceiro o comando de um exército e o título de duque; e assim por diante, investindo cada um deles numa dignidade segundo a idade, como condes, senhores, barões, escudeiros, cavaleiros, e «campeões valentes.» Depois, entregou ao imperador o ceptro, ao rei a coroa, e aos outros as armas próprias, armadura, bandeiras e escudos.

*«Ensinou-lhes a política
E tudo o que serve para governar
E respeitante à cavalaria.»* (2)

Os outros filhos de Eva, mais apresentáveis, embora não pertencessem à cavalaria, foram, apesar disso, investidos em cargos de honra, como juizes, *mayors*, governadores e mercadores. Satisfeita com a sua boa sorte, Eva foi buscar os filhos que escondera, dizendo que também eram seus

(1) — *«Woman let me thy children see
I come to promote eche after his degree.»*

(2) — *«He taught them policy
All things to govern concernynge chivalry.»*

filhos e pedindo que lhes desse também cargos de honra.
Nosso Senhor, perturbado, olhou para eles e disse:

*Todos vós cheirais a fumo, a erva e a palha,
Todos vós cheirais à terra e a estrume.
E assim, segundo o cheiro que tendes,
Todos vós sereis galardoados e haveis de proceder,*

.....
*E embora o possa fazer não farei
De um reles vilão um nobre gentil-homem ⁽¹⁾.*

Por isso foram feitos lavradores, porqueiros, pastores, malhadores, carnicheiros, latoeiros, vendedores de fruta e estalajadeiros, a eles sendo entregues o aguilhão, o chicote, a enxada e o carrinho de mão, com o conselho de que nunca deveriam «queixar-se do trabalho.»

A fábula dos «filhos diferentes» de Eva pertence ao século xv, e, que eu saiba, encontra-se pela primeira vez nas *Éclogas* de Mantuano, de onde Barclay a tirou. Tornou-se popular, particularmente entre os reformados. Melanchton utilizou-a, e Sisto Birck, mestre-escola protestante de Augsburgo, fez dela uma peça escolar em latim na terceira década do século xvi. Também aparece na deliciosa versão *Die ungleichen kinder Eva's*, de Hans Sachs. Como a tradução de Barclay pertence à época da *Utopia* de More, podemos supor que entre os problemas sociais que interessavam àquela era se encontrava a simples pergunta: «Que é um gentil-homem?» É, porém, para causar estranheza que os que se utilizaram da fábula de Mantuano a relacionassem com o velho rifão atribuída a John Ball:

*Quando Adão cavava e Eva fiava
Quem pelo nome de gentil-homem dava?*

A melhor resposta seria recitar a fábula. Certamente não contam a mesma história. Uma reporta-se ao tempo

(1) — *Ye smell all smoky, of stubble and of chaff
Ye smell of ground, of weeds and of draff,
And after your scent and tedious savour
Shall be your rooms and all your behaviour.*

.....
*Y will not make howbeit that I can
Of a vile villain a noble gentleman.*

de Adão e Eva para justificar a origem das divisões sociais, a outra para justificar a sua ausência numa Idade de Ouro.

Mantuano nasceu em 1443 e morreu em 1516. Já, porém, nos princípios do século xv havia sido escrito um tratado pelo humanista italiano Bonaccorso de Pistoia, que tivera grande voga. Era um debate, escrito em latim ciceroniano, sobre o tema *De vera nobilitate*: o que constitui um gentil-homem. Foi dedicado a Carlo Malatesta de Rimini, austero tio do célebre Segismundo, cuja ilegitimidade talvez contribuisse para a *controversia* de Bonaccorso. Fala a história de um senador romano, Fulgêncio, de sua filha Lucrécia, e de dois apaixonados, um de origem nobre, Públio Cornélio Cipião, o outro de origem obscura, Gaio Flamínio. O jovem nobre é um ocioso, o outro cuidadoso e activo nos negócios públicos. A filha declara que casará com o pretendente que seja mais nobre. A esta questão, Fulgêncio recusa-se a decidir, e os apaixonados apresentam ao Senado as suas pretensões à nobreza, insistindo Cornélio na sua nobreza hereditária, a fama dos Cipiões, apresentando Flamínio as suas acções. Qual fosse a decisão do Senado não sabemos. A história subsequente do debate de Bonaccorso é interessante. Foi traduzida para francês por Jean Mielot, um dos secretários de Filipe o Bom, duque de Borgonha. Na Biblioteca Real de Bruxelas podem ver-se três MSS., admiravelmente ilustrados, da tradução de Mielot. Collard Mansion, amigo de Caxton, editou a versão francesa, e o fidalgo inglês John Tiptoft, conde de Worcester, traduziu-a para inglês. Caxton editou a versão inglesa de Tiptoft em Westminster em 1481, e pouco depois Henry Medwall, capelão do cardeal Morton, dramatizou-a em um interlúdio. São particularmente interessantes as modificações feitas por Medwall à história italiana original. Suprimiu o Senado e introduziu dois rapazes e uma criada. Por isso, o seu elenco consistia em sete actores. Em vez de aparecerem perante os «padres conscritos», os apaixonados defendem a sua causa diante de Lucrécia, que ousadamente se declara pelo homem de origem obscura e de mérito pessoal. Os dois rapazes cortejam, à parte, a criada, enquanto os seus respectivos patrões cortejam a dona. Ver-se-à que ao passo que a história italiana deixava o assunto em aberto, o capelão do cardeal Morton dava a decisão dramática em favor do homem de mérito humilde. Creio que isto representa o ambiente familiar do cardeal, onde, devemos recordar, Thomas More passou parte

da infância e onde deve ter conhecido o dramaturgo Medwall.

Tal como Sisto Birck fez uma peça escolar da fábula dos filhos de Eva, também fez outra do *De Vera Nobilitate* de Bonaccorso. Tal como Medwall, rejeita o «gentil-homem de nascimento» e dá a decisão dramática em favor do «filho do rústico.» Por outro lado, enquanto Medwall deixa a decisão a Lucrécia, Birck, com uma escola cheia de rapazes para educar, põe em cena o Senado, apresentando cada senador as razões por que vota no homem de mérito.

III

A questão — se a ancestralidade e a hereditariedade são essenciais ao gentil-homem — é muito antiga, e, de um modo geral, os filósofos são concordes em afirmar que não pode haver verdadeira qualidade de gentil-homem sem a virtude. Platão e Plutarco, discutindo o mesmo problema que Bonaccorso, insistiram em que é desonroso fazer basear as nossas pretensões apenas na honra devida aos antepassados. Todavia, Aristóteles, segundo a sua maneira arguta, ao encarar os factos, declarou que em toda a parte se considera honroso ter boa ascendência e parentesco rico, ao passo que Horácio louvou Mecenas por ser pessoa que distinguia entre a verdadeira e a falsa qualidade de gentil-homem:

Non patre præclaro, sed vita et pectore puro (1)

«Se há na filosofia mais alguma coisa de bom não é o que diz respeito à nobreza ou ascendência», diz Séneca. «Quem é gentil-homem? A pessoa naturalmente inclinada à virtude. Não é uma sala cheia de retratos enegrecidos pelo tempo, que nobilita alguém, mas o carácter, cuja força eleva o homem acima de qualquer condição da vida.»

Boécio levantou uma ponte entre o mundo clássico e o medieval. E foi com as suas opiniões a respeito da qualidade de gentil-homem que Chaucer se familiarizou, traduzindo o *De Consolatione Philosophiæ*. «Porque vos gabais vós

(1) — *Sátira VI*, liv. I, v. 64. (Nota do Trad.)

dos vossos antepassados?», pergunta Boécio. Com efeito, responde no passo: «Se há algo de bom no gentil-homem, acho que é apenas isto: que parece que uma espécie de necessidade pesa sobre os gentis-homens para eles não degenerarem da virtude dos seus nobres parentes.»

Qual é a contribuição do Cristianismo para esta debatidíssima questão? Que tem ele a acrescentar à concepção do gentil-homem? Seria de esperar que a vaidade do nascimento caísse perante o ensino das narrativas do Evangelho. Todavia, por estranho que pareça, foi utilizado pelos escritores genealogistas como grande auxiliar. «Da semente do gentil-homem Jafete veio Abraão, Moisés e os profetas, e foi da família de Maria que nasceu o gentil-homem Jesus.» Assim escreveu Juliana Berners, que nos diz, em outro lugar, que «Cristo era um gentil-homem por parte de sua mãe e usava as armas dos seus antepassados. Os apóstolos eram judeus e gentis-homens oriundos em linha recta desse ilustre guerreiro Judas Macabeu, mas cujos parentes, no decorrer dos tempos, caíram na pobreza e se dedicaram depois ao trabalho e já não eram chamados gentis-homens» (1486).

Nos tratados de genealogia do tempo dos Tudors esta concepção acerca da qualidade de gentil-homem de Cristo conserva o seu lugar, sendo possível que sobrevivesse, insuspeitada, quer por parte do autor, quer por parte das crianças que o cantam, no hino *Gentle Jesus, meek and mild* (gentil Jesus, manso e suave).

Neste ponto, porém, há que ler a *Ballad of Gentillesse*, de Chaucer, que servirá de comentário à ingenuidade de Juliana:

*O primeiro fidalgo, pai da gentileza ⁽¹⁾
É que o homem que se preza de fidalgo
Deve imitar, seguindo-lhe as pisadas,
Servindo a virtude e fugindo ao vício.
A dignidade pede a virtude
E não o contrário; se assim não fosse, supponho
Que todos usariam mitra, coroa ou diadema.*

*Aquele primeiro pai amava a justiça,
Era fiel à palavra, sóbrio, piedoso e livre,
Limpó de pensamentos, amava o trabalho,*

(1) — Jesus Cristo.

*Opondo-se à preguiça, honestamente
E se o seu herdeiro não amar, como ele, a virtude,
Não será gentil-homem, por muito rico que seja,
Use ele mitra, coroa ou diadema.*

*O vício pode ser o herdeiro das antigas riquezas;
Mas não há homem digno deste nome
Que possa legar ao herdeiro sua nobreza virtuosa;
Isso não está de modo algum ao seu alcance,
Mas sim do primeiro pai da majestade
Que o faz seu herdeiro e que o nobilitará
Use ele mitra, coroa ou diadema (¹).*

O argumento de Chaucer neste pequeno poema devia seguir-se rigorosamente. Aquele que se diz de sangue nobre tem de mostrar-se sectário de Cristo, de quem, como primeira origem, toda a nobreza provém, de abandonar o mal e de seguir a virtude, porque só a esta pertence a dignidade. E as virtudes de Cristo são a rectidão, a verdade, a temperança, a piedade, a liberdade, a pureza de coração e o trabalho incessante. A velha riqueza não pode transmitir nobreza, porque pode cair nas mãos de um herdeiro vicioso, e nenhum pai,

(¹)— *The first stok, fader of gentillesse
What man that claymeth gentil for to be,
Must folowe his trace, and all his wittes dresse
Vertu to serve and vices for to fle,
For unto vertu longeth dignitee,
And noght the revers, saufly daur I deme,
Al were he mytre, croune, or diademe.*

*This firste stok was ful of rightwisnesse
Trewé of his word, sobre, pitous, and free.
Cleene of his goste, and loved besinesse.
Ageinst the vyce of slouthé, in honestie;
And but his heir love vertu, as did he,
He is noght gentil, though he riche seme,
Al were he mytre, croune or diademe.*

*Vyce may wel be heir to old richesse;
But ther may no man, as man may wel se,
Bequethe his heir his vertuouse noblesse;
That is appropred unto no degree,
But to the firste fader in megistee,
That maketh him his heir, that wol him queme,
Al were mytre, croune, or diademe.*

por muito virtuoso que seja, salvo Cristo, tem possibilidade de doar ao filho as suas boas qualidades.

O seu melhor ensaio sobre a verdadeira nobreza encontra-se na *História da Mulher de Bath*, cuja bela abertura, embora familiar, vale a pena citar sempre:

*Nos tempos antigos do rei Artur,
De quem os bretões falavam com muita honra,
Toda esta terra estava cheia de fadas,
A rainha dos Génios, juntamente com o seu séquito,
Dançava muitas vezes nos prados verdes
Era esta a tradição tal como eu a li (¹).*

É a história—também narrada por Gower, à sua maneira ingénua—de um cavaleiro, cuja vida dependia de encontrar, dentro de um ano, a resposta à pergunta:—Que é que as mulheres mais desejam?—Uma velha feiticeira revelou-lhe a resposta, sob condição de casar com ela. O ensaio de Chaucer acerca da fidalguia é entregue pela velha ao infeliz cavaleiro, na cama, na noite do casamento, como prólogo à sua transformação milagrosa. A descrição é das melhores da obra de Chaucer:

*Tu és tão repugnante e tão velha
E de tão baixa categoria,
Que não é de admirar que eu me vire e agite (²).*

É a estas palavras do cavaleiro que a mulher responde:

(1) — *In th' olde dayes of the Kynge Arthour
Of which that Britons speken great honour
Al was this land fulfild of fairye;
The elf queene with her joly compaynye
Daunced ful ofte in many a grene mede.
This was the old opinion as I rede.*

(2) — *Thou art so loothly, and so oold also
And ther-to comen of so low a kynde
That litel wonder is thogh I walwe and wynde.*

*A arrogância não merece que olhem para ela.
 É sempre o mais virtuoso
 Aquele que é livre e sempre inclinado
 A praticar os actos mais nobres que possa.
 Esse é o que deveis considerar o homem mais nobre.
 É de Cristo que provém nossa alegria,
 Não dos nossos avós, a despeito das suas riquezas.*

.....
*Leia Séneca e leia Boécio,
 Ai verá claramente, sem sombra de dúvida,
 Que só é nobre quem nobres acções pratica (1).*

Seria interessante discutir esta curiosa história, exaustivamente. O cavaleiro mostrou-se cortês com a velha, e com ela aprende, em circunstâncias a que Chaucer dá particular relevo, a doutrina do modo como que se faz o gentil-homem. O assunto tinha para ele interesse mais que ordinário. Em seu apoio reúne vasta quantidade de autores, incluindo Dante, a quem traduz, aproveitando tantas oportunidades para manifestar as suas opiniões, que apenas se pode concluir que as sustentava com firmeza. Na *História do Pároco*, define com precisão as características da nobreza: «desprezo do vício e da vadiagem e domínio do pecado por palavras, actos e atitudes; emprego de virtude, como cortesia e pureza; ser liberal, isto é, dar com medida larga, recordar-se dos benefícios que recebeu das outras pessoas; e ser benigno para com os seus inferiores.»

É curiosa aqui a referência à liberalidade. Noutros passos Chaucer emprega a palavra *freedom* (liberdade). No Prólogo, o Cavaleiro

«amava a cavalaria
A verdade e a honra, a liberdade e a cortesia.»

(1) — *Swich arrogance is nat worth a hen
 Look, who that is moost vertuous alway,
 Pryvee and apert, and moost entendeth ay
 To do the gentil dedes that he kan,
 Taak hym for the grettest gentil man.
 Crist wole we clayme of hym oure gentillesse
 Nat of oure eldres for hir old richesse.*

.....
*Redith Senek, and redeth eek Boece
 Then shul ye seen exprese, that no dred is,
 That he is gentil that dooeth gentil dedis.*

A liberdade implicava a liberalidade ou generosidade, bem como a franqueza e a condição de ser livre por nascimento. É uma palavra de largo âmbito, mas a liberalidade era elemento importante na virtude da liberdade.

Talvez seja, porém, a *piedade*, a qualidade que Chaucer mais frequentemente salienta no perfeito gentil-homem. Nas suas obras aparece quatro vezes o verso:

«Porque a piedade vivia no seu gentil coração.»

Aparece na *História do Cavaleiro* e podia até servir-lhe de título; aparece na *História do Escudeiro* e na *Lenda das Boas Mulheres*.

Se se perguntar qual é o lugar que, nas suas qualidades cavalleirescas, Chaucer destina ao «elevado parentesco», basta dizer que não o coloca tão alto como a virtude. Nele engloba ele a lista dos dons que devem fazer o servidor ideal do amor cavalleiresco, tão distinto daquele ideal mais alto que considera Cristo como «Pai da fidalguia» (*Father of gentillesse*). Por isso inclui-a entre as qualidades de Palamon, que figuram na fala do moribundo Arcito:

*Falar convenientemente de um amante
Com verdade em todas as circunstâncias,
Isso é a verdade, a honra e a cavalaria,
A sabedoria, a humildade, as honras e os avós
ilustres,
A liberdade e tudo o que requer a tal arte,
Assim Júpiter receba a minha alma,
Como ninguém conhece neste mundo
Tão digno de ser amado como Palamon (¹).*

(¹) — *To speken of a servant properly
With all circunstances trewely,
That is to seyn, trouthe, honour, and knighthede
Wysdome, humblesse, estaat and hye kynrede,
Fredom and all that longeth to that art
So Jupiter have of my soule part
As in this world right now no kuow I non
So worthy to be loved as Palamon.*

Apesar disso, é na sua *História da Mulher de Bath* que Chaucer atinge a sua mais impressiva definição de gentil-homem:

«*É nobre aquele que nobres acções pratica.*»

Sente-se que há algo de mais necessário do que as virtudes cavalheirescas para explicar a nobreza essencial do seu Pobre Pároco, do seu Letrado de Oxford e do seu Lavrador, fornecendo-no-la a sua compreensiva definição. Isto torna-se claro se voltarmos ao famoso passo de Malory:

«Ah, Sir Lançaroté — disse ele — tu estavas à frente de todos os cavaleiros cristãos, e agora posso dizer que onde estiveste nunca foste igualado por qualquer cavaleiro deste mundo. Foste o cavaleiro mais cortês que jamais abraçou um escudo. Foste o amigo mais leal aos seus amores que algum dia montou a cavalo. Foste o mais leal amante que, pecador, jamais amou mulher alguma. Foste o homem mais bondoso que algum dia empunhou a espada. Foste a pessoa mais formosa que jamais entrou no convívio dos cavaleiros. Foste o homem mais manso e o mais gentil que se sentou numa sala junto das damas. Foste o cavaleiro mais austero para com os teus inimigos mortais que algum dia pôs lança em riste.» (1)

Este passo é com certeza o maior da nossa literatura cavalheiresca. Todavia achamos que se Lançarote é o gentil-homem da cavalaria, há ainda lugar para os outros gentis-homens, o Pobre Pároco, o Letrado e o Lavrador. Não era para eles, ou para outros que tais, que Malory escrevia, quando encerrava com estas palavras a *Morte Darthur*:

«Peço-vos a todos, gentis-homens e gentis-donas que leram o livro de Artur e dos seus cavaleiros do princípio até ao fim, que oreis por mim enquanto sou vivo, para que Deus me dê uma boa morte, e quando eu morrer, peço-vos que me rezeis por alma. Este livro foi

(1) — «Ah, Sir Lancelot, thou wert head of all Christian knights: and now I dare say, there thou liest thou wert never matched of none earthly knights hands: and thou wert the curliest knight that ever bare shield; and thou wert the truest friend to thy lover that ever bestrood horse, and thou wert the truest lover of a sinful man that ever loved woman; and thou wert the kindest man that ever strook with sword: and thou wert the goodliest person that ever came in the press of knights: and thou wert the meekest man and the gentlest that ever sate in hall among ladies: and thou wert the sternest knight to thy mortal foe that ever put speare in the rest.»

concluído no nono ano do reinado do rei Eduardo IV por Sir Thomas Malory, cavaleiro. Ajude-o Deus com o seu grande poder, como ele é um servo de Jesus dia e noite.» (1)

IV

Cerca do ano de 1528, John Rastell, cunhado de Sir Thomas More, escreveu o interlúdio de *Gentleness and Nobility*, a que chama *Diálogo entre o Mercador, o Cavaleiro e o Lavrador, disputando acerca de quem é o verdadeiro Gentil-homem, e de quem é Fidalgo, e como o homem deve alcançar a autoridade*. O cavaleiro, cujos antepassados durante quinhentos anos herdaram as mesmas terras e usaram o mesmo nome e armas, considera que é presunção, da parte do mercador, reclamar precedência por causa da sua riqueza. O lavrador entra e procura demonstrar que, embora o cavaleiro pertença à cavalaria, sempre pronto às ordens do seu príncipe, e o mercador tenha trabalhado com proveito em seu benefício próprio, ele pessoalmente é, apesar de tudo, mais fidalgo do que qualquer dos outros dois. A coisa mais nobre de todas é a que pode prescindir de qualquer outra. Deus é a coisa mais nobre que existe. Aquele que, para viver, precisa daquilo que outro fornece, é menos nobre do que aquele que lhe fornece aquilo de que ele precisa. Pelo que diz respeito ao homem, devendo este os seus alimentos e o seu vestuário aos animais inferiores, deveria ser menos nobre do que eles, se não lhes fosse superior pelo facto de ter o que eles não têm: «uma alma compreensiva.» O lavrador entende que o mercador precisa mais dele do que ele do mercador. Não vê que há qualquer coisa que o cavaleiro faz pelo bem do povo, que qualquer outro homem de poder e «com espírito» não poderia fazer. E visto como o cavaleiro e o mercador têm mais necessidade dele do que ele deles, o lavrador considera-se mais nobre do que qualquer dos dois. Discutem a origem da propriedade das

(1) — «I pray you all gentlemen and gentle women that read the book of Arthur and his knights from the beginning to the ending, pray for me while I am on live that God send me good deliverance, and when I am dead, I pray you all pray for my soul: for this book was ended the ninth year of the reign of King Edward the Fourth by Sir Thomas Malorye knight as Jesu help him for his great might as he is the servant of Jesu both day and night.»

fazendas e das terras e da luta que daí resultou. O cavaleiro entende que os seus antepassados, por serem homens de saber, estudaram para fazer leis para o povo viver em paz; defenderam o solo dos inimigos dos agricultores e foram recompensados com a doação de terras e de domínios. O lavrador replica que os primeiros possuidores da terra foram os que preferiram a violência e o roubo ao trabalho, e que a posse começou pela extorsão. Os roubadores estabeleceram, depois, as leis da herança, sendo a sua opinião que é contra toda a razão que haja heranças no mundo. Admite que são dignos de louvor os actos de caridade dos mercadores ricos; são actos nobres: a construção de igrejas, a reparação de estradas, a edificação de asilos de mendicidade; mas em geral falta a cultura ao mercador rico, e, quando adquire autoridade, os seus juízos são influenciados por preconceitos. O lavrador insiste por que a herança e a vinculação das terras não têm defesa. E voltavam então à pergunta:—Que é um gentil-homem?—concluindo o lavrador, que, assim como a música faz o músico, a gramática o gramático, a geometria o geômetra e a vida grosseira o homem rústico, assim as condições nobres fazem o gentil-homem, sendo elas: a brandura, a paciência, a caridade, a liberalidade, a abstinência, os negócios honestos e a castidade, entendendo que a respeito destas é ele o superior dos outros dois. O Lavrador de Rastell é um homem com noções modernas.

Houve, todavia, um italiano, Baltasar Castiglione, que, nascido mais ou menos ao mesmo tempo que Rastell, estava destinado a influenciar a apreciação da época dos Tudors acerca do gentil-homem, muito mais profundamente do que o cunhado de More. Na sua deliciosa edição da tradução de *Il Cortegiano* de Castiglione por Hoby, Raleigh tem o seguinte passo:

«Foi uma observação penetrante da parte do Dr. Johnson que as maneiras se aprendem melhor em uma Corte pequena: «Uma pessoa é admitida com grande facilidade no séquito do príncipe e, contudo, trata-o com muito respeito.» O melhor livro até hoje escrito sobre a boa educação, *Il Cortegiano*, por Castiglione, saiu da pequena Corte de Urbino, e deve ler-se.»

Naquela pequena cidade de Urbino, damas e cavaleiros da Corte costumavam reunir-se com a duquesa depois da ceia, em conversas e discussões animadas. Para tornar esses

debates tão edificantes como divertidos, consideravam quais eram os temas mais agradáveis, concordando por fim em «explicar por palavras o que era um bom cortesão, especificando todas as condições e qualidades particulares que necessariamente deve possuir e mereçam este nome.» ⁽¹⁾ Não dispomos de espaço para fazer um relato conveniente da deliciosa intimidade e naturalidade das conversas que se seguiram, nem do espírito e do chiste dos exemplos e anedotas que animavam as discussões, mas cabe bem aqui uma das mais belas anedotas de Castiglione.

O conde Luís está a defender a ideia de que, apesar de as armas serem a profissão do cortesão, ele não deve desposar a armadura. Duma vez, diz ele, havia um homem que uma dama convidou para dançar consigo. Recusou ele, não só isso mas também ouvir música ou ter qualquer outro divertimento, «afirmando sempre que tais bagatelas não eram da sua profissão.» Por fim, a dama perguntou-lhe:

— Qual é então a sua profissão?

Carregando o sobrolho, respondeu:

— Combater.

Então, a dama disse:

— Visto como o senhor não está agora em guerra nem em lugar de combate, eu achava mais próprio de si untar-se bem com óleo e encaixar-se numa caixa de armas até ao tempo em que devesse ter ocupação, para o senhor não ficar mais enferrujado do que está.»

Raleigh observa que, ao passo que poucos ingleses ilustres do século XIX se encontravam ligados intimamente à Corte, poucos havia na era isabelina que não estivessem. Bastam os nomes de Darwin, de Browning e de Gordon, por um lado, e os de Bacon, de Spenser e de Sydney, pelo outro, para salientarem o contraste. A literatura da época dos Tudors era tanto literatura da Corte, como a literatura do tempo da rainha Ana o era da cidade. Todavia, quando ingleses da época Tudor, como Sir Thomas Eliot, discutiam a questão da educação e treino de um gentil-homem, tinham em mente não apenas o perfeito cortesão mas também o conselheiro. Enquanto Castiglione se interessava apenas pela descrição do homem gracioso e culto,

(1) — «...shape in words a good courtyer, specifying all suche conditions and particular qualities, as of necessitie must be in him that deserveth this name.»

Eliot pendia para a investigação do sistema melhor calculado para produzir o bom servidor da comunidade. Esta era, também, com uma orientação sobretudo patriótica, a intenção de Ascham no *Scholemaster*. No entanto, quer Ascham, quer Eliot, pretendiam criar o individuo perfeitamente educado que Castiglione tinha em mente. Não é, portanto, para causar surpresa que Eliot escrevesse um ensaio admirável sobre a dança e Ascham um tratado sobre o tiro ao arco. A *Faerie Queen* provém de Castiglione e do humanismo inglês; todavia o próprio mestre de Spenser, Mulcaster, pertence apenas à tradição inglesa. Não obstante, tem-se observado que os reformadores ingleses menores, tendiam, ao contrário de Spenser, a perder de vista o «ideal do gentil-homem, de perfeito carácter, e de actos e feitos gerais», e para se tornarem moralistas e pedagogos. Até Milton perdeu aqui, como noutros pontos, algo do seu sentido das proporções, exigindo demasiado daqueles que eram muito novos. O facto é que o Puritanismo ficou cego à virtude de muitas das actividades normais da juventude saudável. Assim, John Cleland, na *Institution of a Young Nobleman*, concorda com a recreação apenas enquanto ela não ocupe o lugar de outra coisa mais digna. «Quanto às casas de diversão vulgares, que podem considerar-se o verdadeiro sorvedouro da cidade, nunca deveria permitir aos seus discípulos frequentá-las.» Receava a poesia e as modas do seu tempo. Todavia, a influência de Castiglione vê-se até em Cleland, porque nos diz que o mancebo pode aprender mais na Corte em um mês, do que o faria em um ano, ainda que percorresse toda a França e Itália. E falava este escritor da Corte de Jaime I.

Contudo, Henry Peacham, seu contemporâneo, no *Compleat Gentleman* forneceu aos cavaleiros da geração seguinte e aos *Tories* do século XVIII (incluindo o Dr. Johnson) um livro do seu agrado, que ainda conserva a sua frescura. Os homens de valor e virtuosos, diz ele, nunca se sentem envergonhados com a sua baixa origem. «Lembro-me, quando eu vivia com Sir John Ogle em Utreque» — onde acorriam letrados e soldados de todas as nações do Norte, ingleses, escoceses, franceses e holandeses — «da resposta daquele valente gentil-homem, o coronel Edmonds, a um conterrâneo, recém-chegado da Escócia, que, desejando ser recebido por ele, lhe disse que o senhor seu pai e os cavaleiros e gentis-homens seus primos e parentes estavam de saúde. O coronel Edmonds disse:

—Cavalheiros, não acreditem em nenhuma palavra do que ele diz. Meu pai, de quem este patife queria fazer um fidalgo para me captar as simpatias e vos fazer crer que eu sou homem de elevado nascimento, não passa de um pobre padeiro de Edimburgo, e trabalha muito para viver.»

Devemos considerar isto a resposta de Peacham à sua própria primeira pergunta:—A nobreza é questão de antepassados? À sua segunda pergunta—se aquele que é de origem nobre pode perder a sua nobreza devido ao vício—não respondeu senão que «embriagar-se, praguejar, frequentar as toleradas, andar à moda e não fazer absolutamente nada, são hoje as ocupações de uma grande parte dos nossos fidalgos.» À sua terceira pergunta—se a pobreza mancha a nobreza—responde com a reflexão de que há muitas vezes maior dignidade debaixo de uma capa coçada do que dos vestidos mais ricos. Admite que advogados e médicos sejam gentis-homens de profissão, mas não os cirurgiões, charlatães e médicas. O perigo destes é pior do que a própria doença. Quanto aos negociantes, admite que os Espartanos tinham uma lei, pela qual ninguém teria honrarias na sua comunidade se, dez anos antes, não se houvesse retirado do comércio. Todavia, ele é de opinião de que Deus distribuiu assim as Suas bênçãos sobre toda a terra para que nenhum país nos dê tudo aquilo que desejamos. Ficámos em dívida para com o comerciante honesto que expõe a vida e fazenda aos azares do mar para nos dar aquelas coisas de que temos necessidade; e, como pessoa interessada pela pintura, inclui entre as suas necessidades as cores de toda a espécie para pintura e tinturaria. A sua última pergunta é interessante por ser ainda debatida:—Que devemos pensar daqueles que fazem disso a sua profissão, como pintores, actores, músicos, espadachins, dançarinos, etc., e dos que seguem estas artes? A estes, os nossos modernos profissionais, não querem de maneira nenhuma admiti-los na categoria de gentis-homens. Creio que admitimos pintores, actores e músicos, mas a linha divisória, referente aos jogos mais populares, ainda hoje nos causa certo embaraço. É interessante notar que ele é de opinião que se os mestres tivessem parte mais activa nos jogos escolares, em breve deixariam de ser os inimigos mortais dos rapazes. A sua admiração por Sir Thomas More e por Lyly, amigo deste e autor da Gramática latina, pouco maior é do que o seu respeito pela cultura das filhas de More, às quais, juntamente com as eruditas filhas de Sir

Anthony Cooke e algumas outras damas do seu conhecimento, faz o lindo cumprimento de pedir que o tempo jamais baixe a cortina diante dos seus lindos rostos. Podemos ver que ele não era puritano pela sua anedota de «Policiano, cônego de Florença», que, ao perguntarem-lhe se alguma vez lera a Bíblia toda, respondeu;

«— Sim, de uma vez lia-a de ponta a ponta, mas nunca, em vida minha, dei tempo algum por mais mal empregado.»

Visto como a palavra é o intérprete do pensamento do homem e a escrita a imagem da palavra, Peacham lembra-nos que, sempre que falamos ou escrevemos, nos submetemos ao juízo dos outros. Elogia Sir Nicholas Bacon e Lorde Burleigh, não apenas pelo seu bom discurso mas pela sua pronúncia graciosa, clara e distinta. Gostaria que houvesse indivíduos escrupulosos no cuidado de conservarem todos os relatos e documentos, e acusa Polidoro Virgílio, o historiador dos primeiros Tudors, de queimar e de apropriar-se dos melhores e mais antigos relatos das nossas abadias e catedrais. Um gentil-homem não deve vender os seus livros em segunda mão nem permitir que apanhem pó ou sejam comidos dos bichos ou perder os seus fechos e encadernações. A finalidade do seu admirável capítulo sobre cosmografia é demonstrar como ela poderia tornar-se um delicioso assunto se os mestres não fossem cães maçadores. E trata de meter a alegre história seguinte de dois pobres letrados e um estalajadeiro.

Dois letrados, da Alemanha, depois de estarem tanto tempo numa estalagem, que contraíram uma dívida de 200 dólares, falaram ao seu hospedeiro no ano grande de Platão, e em como dentro de 36 mil anos o mundo havia de estar outra vez como está e eles novamente na mesma estalagem e quarto, desejando que ele esperasse até então. Mas o hospedeiro respondeu:

«— Acredito bem que isso seja verdade. E lembro-me de que há 36000 anos os senhores estiveram aqui e deixaram de pagar uma dívida exactamente igual. Paguem, pois, meus senhores, primeiro essa dívida e eu esperarei pela outra.»

No seu ensaio sobre a poesia, um tanto superficial, omite todas as referências a Ben Jonson e a Shakespeare, creio eu por ter de tratar apenas de poetas gentis-homens. É claro que se refere ao «nosso Fénix, o nobre Sir Philip Sydney.» Trata mal os sectários, que negam que o culto de Deus seja beneficiado com cânticos e instrumentos. Crê fundamente

no aperfeiçoamento do gosto por meio do estudo inteligente das antiguidades, e sendo ele próprio um hábil desenhador e pintor, não só escreve um admirável capítulo sobre o valor da proficiência nestas artes, mas também lhe acrescenta a primeira relação que temos em inglês acerca dos grandes pintores italianos. O curioso entusiasmo do seu capítulo sobre o exercício do corpo torna a sua leitura muito boa. «O salto é um exercício muito recomendável e saudável para o corpo, especialmente se se fizer de manhã. Depois de se ter o estomago cheio ou quando se vai para a cama, é muito perigoso e não deve fazer-se.» «O velho Lorde Gray — diz ele — quando era deputado da Irlanda, costumava mandar levantar os filhos da cama à meia-noite, com geada, neve, ou chuva, para saírem a caçar até à manhã seguinte; depois vinham molhados e com frio para casa para almoçarem um pão escuro e um queijo cheio de bolor, ou, o que é dez vezes pior, um prato de manteiga irlandesa. Isto era, acrescenta, para «habituar os filhos à guerra.» Diz ele que a altanaria e a caça eram proibidas pelo Direito Canónico, embora não veja razão por que não devam ter diversões como os outros. Lamenta que os bispados tenham perdido os seus parques: Norwich tinha treze; se ficassem com um só, não teria sido indiferente, mas roubar a Igreja de tudo é mais do que demasiado.»

Peacham antecipa-se, no capítulo final, ao bom Isaak Walton. «Tive muitos prazeres com a pesca à linha para lhe chamar o divertimento do homem honesto e paciente.» Infelizmente é um capítulo breve, mas as instruções que dá para fazer papagaios ainda servem hoje.

V

Peacham morreu pobre nas vésperas da Guerra Civil, e esta é, com certeza, o mais severo esforço que pode pedir-se às virtudes essenciais de um gentil-homem. Nela não houve nenhuma das formalidades cavalheirescas da guerra e de combate, nem podia havê-las. O próprio rei, fonte das honras, era objecto de ataque, e a sua execução, acto deliberado e considerado, despertou paixões que, queremos crer, deviam abalar todas as defesas da condição de gentil-homem. Era inevitável que homens requintados pro-

curassem consolação no isolamento filosófico ou nos divertimentos tranquilos. A *Religio Medici* e o *Urn Burial* de Sir Thomas Browne, o *Compleat Angler* e as *Vidas* de Walton, os poemas de Crashaw, de Vaughan e de Marvell podem considerar-se representativos desta busca da paz num mundo que parecia ter perdido o sentido dos valores espirituais.

Foi neste mundo convulsionado pela guerra que nasceram Doroteia Osborne e William Temple. Sir Peter, pai de Doroteia, mantinha Guernesey em nome do rei, e foi quando se dirigia a França que Temple encontrou pela primeira vez Doroteia, na ilha de Wight, tinha ele 20 anos e ela 21. Seu pai era partidário do Parlamento, não sendo para surpreender que o cortejamento fosse contrariado durante sete anos. Nas cartas de Doroteia pode ver-se-lhe a história, de que dou abaixo um excerto de um dia no campo, no mês de Maio:

«Levanto-me de manhã bastante cedo, e, antes de estar pronta, ando em volta da casa até me aborrecer. Vou depois, ao jardim até estar demasiado calor. Cerca das dez horas lembro-me de me preparar, e, feito isto, vou ao quarto de meu pai; daqui sigo para jantar, sentando-me eu e a minha prima Molle, com grande dignidade, numa sala e a uma mesa a que haveria lugar para muitos mais. Depois de jantar, sentamo-nos e conversamos, até chegar à baila o senhor B.; saio então. As horas de calor do dia passam-se a ler ou a trabalhar, e, por volta das seis ou sete horas, vou até um descampado que existe perto de minha casa, onde grande quantidade de raparigas guardam carneiros e vacas e se encontram sentadas à sombra, a cantar romances. Vou ter com elas e comparo-lhes as vozes e a beleza com as de certas pastoras da antiguidade que eu já li, e encontro entre elas grande diferença; mas pode acreditar-me: creio que estas são tão inocentes como aquelas deviam ser. Falo com elas e acho que não lhes falta nada para serem a gente mais feliz do mundo, salvo o saberem que o são. Com muita frequência, quando estamos no meio da nossa conversa, uma delas olha em volta e vê se as vacas vão para o campo de trigo, e lá vão elas todas a correr, como se tivessem asas nos pés... e quando as vejo levar o gado para casa, penso que são horas de me retirar também. Depois de cear, vou até ao jardim e até à beira de um pequeno rio, onde me sento e

gostaria que estivesse comigo. (O senhor faria melhor dizendo que nenhuma destas duas coisas é agradável). É um lugar encantador e muito mais o seria se eu tivesse a sua companhia. Sento-me ali às vezes até me deixar levar pelos meus pensamentos, e, se não fossem certos pensamentos crueis acerca da nossa triste sorte, que me não deixam dormir ali, esquecer-me-ia de que há coisas que têm de se fazer, como, por exemplo, ir para a cama.»

O meu único comentário a esta carta encantadora é este: podia ter sido escrita no tempo de Jane Austen. Mais tarde, ainda no mesmo ano, fala-lhe de várias qualidades que ela gostaria de ver num marido. «Primeiro: deve possuir a espécie de educação que tenho e estar habituado a essa espécie de companhia. Isto é, não deve ser uma pessoa da aldeia até ao ponto de não saber mais nada senão falar de falcões e cães e gostar mais deles do que da mulher; nem deve ser da espécie daqueles cuja aspiração não vai além da de serem Juizes de Paz e, uma vez na vida, *High Sheriff* ⁽¹⁾; que não lêem outros livros senão leis e não estudam outra coisa além de saberem como se faz um discurso lardeado de latim para poderem espantar os pobres vizinhos que não concordam. Não deve ser pessoa que principiou a conhecer o mundo numa escola livre, daqui seguiu para a Universidade e se sente nas suas quintas quando chega aos Colégios de Advogados, não conhece mais ninguém senão aqueles que ali se sentam no mesmo banco que ele, fala o francês que pescou nas leis antigas e não admira outra coisa mais que as histórias que ouviu contar de festas que ali houve antes do seu tempo. Não deve ser um pisa-flores da cidade, que vive numa taberna e numa casa de pasto... que faz a corte a todas as mulheres que vê, julga que elas o acreditam, delas se ri e é escarnecido por elas. Também não deve ser um *monsieur* viajado, com a cabeça cheia de penas por dentro e por fora, que só sabe falar de danças e de duelos. Não deve ser um doidivasas de qualquer espécie, nem impertinente, nem mal-humorado, nem altivo, nem invejoso. A isto tudo deve acrescentar-se que ele deve amar-me e eu a ele tanto quanto formos capazes de amar. Sem tudo isto, por muito

(1) — Dignidade correspondente aproximadamente à de «corregedor» do Antigo Regimen, em Portugal. (Nota do Trad.).

grande que seja a sua fortuna, não me satisfará. E com isso uma fortuna muito moderada evitaria que eu me arrependesse de dispor de mim.»

Em outro passo, escreve: «Não pode imaginar quantas vezes me têm dito que eu sou muito franca e que é timbre da boa educação ocultá-lo gentilmente. Não seria de esperar que eu fosse educada rigorosamente, visto como nunca vi a Corte.»

«Lembra-se de Arme e da casinha que lá estava? Vamos para lá? É como se se estivesse longe do mundo. Viveríamos ali como Baucis e Filemon, envelheceríamos juntos na nossa velha cabana, e, devido à nossa caridade com alguns naufragos, alcançaríamos a bênção de morrer ambos ao mesmo tempo. Que disparates estou a dizer! É porque a história me agrada. Lembro-me de ter chorado quando a li». *Arme* é a ilha de Herme, como hoje se chama, a 2 ou 3 milhas de Castle Cornet, que o pai de Doroteia, o valente cavaleiro Sir Peter, defendera com toda a valentia.

Nestas cartas fala-se muito dos longos romances franceses de Calprenède e Scudéri, que ela costumava mandar a Temple, alguns volumes de cada vez, logo que os acabava de ler. Mais tarde, voltou-se para a *Holy Living* de Jeremias Taylor, livro que ela amava e que conhecia bem.

A última destas cartas de amor está datada de Outubro de 1654. O casamento estava preparado, mas Doroteia à última hora apanhou a varíola. Casaram em Dezembro em S.^t Giles, nos Fields. Trinta anos depois, um dos seus filhos, a única rapariga que tinham, morreu de bexigas e foi sepultada na Abadia de Westminster. Existe uma carta da pequena Doroteia a agradecer ao pai um presente «de lindas coisas». «Se o papá cá estivesse — escreve ela — julga-me-ia um autêntico Papa, apesar de eu esperar não ser queimada, como o fizeram a um à porta de Nell Gwynn, no dia 5 de Novembro, que estava sentado numa grande cadeira com um nariz vermelho com meia jarda de comprido, e tendo à volta dele umas centenas de rapazes que lhe atiravam bombas.» ⁽¹⁾

(1) — O autor refere-se à festa popular inglesa que se realiza todos os anos a 5 de Novembro, e que comemora a descoberta da famosa Conspiração da Pólvora (a *Gun-powder's Plot*), cujo herói foi Guy Hawkes. Por ocasião desta festa o povo diverte-se com fogos de artifício e acendendo barricas cheias de alcatrão ou outras matérias inflamáveis, tal como em Portugal é costume fazer por ocasião das festas dos Santos do mês de Junho. (*Nota do Trad.*)

Sir William Temple conserva na história inglesa uma posição firme por ter sido o maior dos embaixadores que tivemos. Num ensaio que demonstra o sentido imperfeito que tinha do seu carácter, Macaulay descreve-o, todavia, como o maior negociador do seu tempo. Ganhou a confiança de De Witt, o Grande Pensionário, esse rude e grande patriota holandês, e juntos derrotaram as intrigas francófilas do rei Carlos e da sua Cabala ⁽¹⁾, com a criação da Triplíce Aliança. Ajudado por Doroteia, negociou o casamento de Guilherme de Orange com Maria, tornando assim possível o domínio constitucional dos acontecimentos do ano revolucionário de 1688. Doroteia tinha 60 anos quando Maria subiu ao trono com 26, e foram amigas íntimas. A rainha morreu seis anos depois, e Doroteia, sua conselheira e confidente, sobreviveu-lhe apenas um mês.

Não pode haver dúvida de que as qualidades que admiramos em Sir William Temple e em sua mulher são rigorosamente afins das que Chaucer encontrava no seu cavaleiro: prudência e discrição, verdade e honra, liberdade e cortesia, numa palavra, *gentillesse*.

Temple, como gentil-homem inglês, amava o seu jardim de Sheen e de Moor Park, e como amador das Belas Letras o seu maior elogio está em ser ele o tema do encantador ensaio de Lamb *On the Genteel Style in Writing*. Não são os seus próprios escritos apenas e a reputação de que gozou na velhice como árbitro do gosto literário que lhe deram um lugar na literatura inglesa. Dois anos antes de Doroteia morrer, o jovem Jonathan Swift foi para Moor Park na qualidade de seu secretário, ficando assim a ser o executor literário de Temple. Tal como o Dr. Johnson, Swift era meticuloso em todos os pontos de correcção, mas, ao contrário de Johnson, era escrupulosamente limpo e correcto no vestir.

(1) — Carlos II, que fora recebido em Londres de braços abertos após a abdicação de Ricardo Cromwell, breve se tornou impopular pela sua excessiva submissão à política de Luís XIV, em cuja Corte estivera refugiado desde a sua fuga de Inglaterra, partilhando desta impopularidade os seus ministros e conselheiros de cujas iniciais, por irrisão, o povo formou a palavra *Cabal* (cabala). (*Nota do Trad.*)

*Um cura tão gentil,
Tão bem vestido dos pés à cabeça,
De tão bela batina e de banda tão asseada,
Como convém ao deão de S. Patrício* ⁽¹⁾.

Chegamos agora a um ponto deste ensaio, em que nos encontramos em um mundo curiosamente moderno. Talvez fosse antiquado, mas encontra-se muito mais perto de nós do que ele estava da época dos Tudors. Há, todavia, um problema nascente no tempo de Temple, que hoje tem importância vital: o da educação nacional. Abriam-se então as primeiras Escolas de Caridade. A questão que John Rastell debatia na sua *Gentleness and Nobilitie* em 1529, no fim de contas são os problemas psicológicos do Movimento Trabalhista dos nossos dias. O lavrador de Rastell entendia que era mais nobre do que o cavaleiro ou o mercador, por precisar menos deles do que estes dele. Hoje o mineiro entende que é mais necessário ao negociante e ao cavaleiro do que estes lhe são necessários a ele. Nunca como agora se precisou tanto de *gentilese* em Inglaterra. Mas lançando um olhar retrospectivo para os frágeis princípios da educação elementar nas Escolas de Caridade nos últimos anos da vida de Temple, não podemos resistir ao sentimento de que os nossos problemas actuais são elucidativos e que progredimos. O Conselho do Condado de Londres abriu recentemente uma nova Escola Secundária em Tooting — a *Bec School*. O solar de Bec foi outrora feudo da Abadia da Normandia, que nos mandou Lanfranc e Anselmo. Henrique VI doou-o a Eton. O *Lower Master* de Eton disse-o aos pais reunidos por ocasião da abertura da escola e explicou que era essa a razão por que os lírios de Eton figuravam na insígnia da *Bec School*, propondo que as duas escolas promovessem jogos entre si. Outro orador, referindo-se ao dito idiota de que «tudo o que se aprende, em lugares como Eton, é a apresentar uma xícara de chá a uma senhora e a dar um nó de gravata», acrescentou que, considerado a rigor, isto não seria coisa insignificante, pois implicava o respeito por outrem e o respeito por si próprio. Não encontro conclusão mais apropriada para o meu ensaio sobre *A Cavalaria e o Ideal do Gentil-homem*.

(1) — Jonathan Swift, o célebre autor das *Viagens de Gulliver*, era deão (ou diácono) da igreja de S. Patrício, em Dublin, sua terra natal. (*Nota do Trad.*)

ÍNDICE REMISSIVO

- ADAMSON (Prof. J. W.): 220.
ADÃO DE BREMEN: 30.
AFONSO (D.), infante de Portugal: 180.
AFONSO II (D.), rei de Portugal: 168.
AFONSO III (D.), rei de Portugal: 165, 168, 176.
AFONSO IV (D.), rei de Portugal: 176.
AFONSO V (D.), rei de Portugal: 174, 175, 176, 177.
AFONSO VI (D.), rei de Leão e Castela: 137, 144, 150, 163.
AFONSO VII (D.), rei de Leão e Castela: 133, 141, 147, 149, 164.
AFONSO VIII (D.), rei de Leão e Castela: 145.
AFONSO IX (D.), rei de Leão e Castela: 142, 144.
AFONSO X (D.), o «*Sábio*», rei de Leão e Castela: 127, 129, 134, 135, 138, 142, 145, 147, 149, 158.
AFONSO XI (D.), rei de Leão e Castela: 134, 138.
AFONSO HENRIQUES (D.), rei de Portugal: 158, 159, 163, 164, 165, 166, 167.
AGOSTINHO (S.to): 18, 51, 140.
ALBERTO DA BAVIERA: 81.
ALBRECHT VON HOHENZOLLERN, grão-mestre dos Cavaleiros Teutónicos: 23, 102.
ALBUQUERQUE (Afonso de): 181.
ALEXANDRE III, papa: 143, 145, 164.
ANA, rainha da Inglaterra: 249.
ANA BOLENA: 112.
Arbre des Batailles: 213, 214, 224, 230.
ARISTÓTELES: 240.
ARNOLD (Dr. Thomas): 39.
ASCHAM (Rogério): 250.
ATAÍDE (D. Luís de): 181.
AUBRI DE BESANÇON: 56.
BACON: 249.
BARBARROXA, imperador da Alemanha: Vd. FREDERICO I.
BARCLAY (Alexandre): 237, 238.
BARROS (João de): 183.
BAYARD (Pierre de): 31, 91.
BENOÎT DE SAINT-MAURE: 56.
BENTO DE ANIANE (S.): 49.
BERNALDEZ (Andrés): 154.
BERNARDO (S.): 24, 59, 140.
BERNERS (Lorde): 207.
BERNIER: 53, 224.
BIRCK (Sisto): 238, 240.
BOÉCIO: 82, 240, 241.
BOEMUNDO DE ANTIOQUIA: 20, 57.
BONACCORSO DE PISTOIA: 239, 240.

- BONET (Honoré): 213, 214, 224, 225, 230.
 BOSCÁN: 156.
 BOSWEL: 233.
 BOUCICAULT (Marechal): 90.
 BRANTÔME: 90.
 BROWNE (Sir Thomas): 230, 254.
 BROWNING (Roberto): 249.
 BUCKLE (T. H.): 39.
 BURKE (Edmundo): 229.
 BYRON: 126, 128.
 CALDERÓN DE LA BARCA (D. Pedro): 125.
 CALISTO III, papa: 169.
 CAMÕES (Luís de): 164, 177.
Canção de Roldão: 70-73, 74, 75, 78, 129, 130, 131, 137, 206.
Cancioneiro de Resende: 177, 178.
Cantar del Mio Cid: 129, 133, 135.
 CARLOS II, rei de Inglaterra: 257.
 CARLOS V, rei de França: 90.
 CARLOS VI, rei de França: 85, 87.
 CARLOS VII, rei de França: 35.
 CARLOS VIII, rei de França: 90.
 CARLOS DE BLOIS: 85.
 CARLOS MAGNO: 37, 57, 70, 71, 72, 73, 75, 95, 96, 100, 131, 148, 206, 207.
 CARLOS MARTEL: 206.
 CARRIÓN (Beni Gomez de): 131.
 CASTEL (Etienne de): 214.
 CASTEL (Jacques): 74.
 CASTIGLIONE (Baltasar): 128, 156, 248, 249, 250.
 CASTRO (D. João de): 181.
 CAXTON (Guilherme): 37, 207, 208, 213, 214, 217, 221, 222, 223, 225, 239.
 CERVANTES SAAVEDRA (Miguel de): 126, 128.
 CHAMPIER (Symphorien): 214.
 CHANDOS (Sir John): 8, 31.
Chanson d'Antioche: 53.
Chanson de Roland: Vd. *Canção de Roldão*.
 CHARTIER (Alain): 214.
 CHAUCER (Guilherme): 11, 193-198, 200, 203, 207, 208, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 257.
 CHRÉTIEN DE TROYES: 61, 63, 102, 107, 108, 109, 193.
 CID CAMPEADOR: 31, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 148, 149, 150.
 CLELAND (John): 250.
 CLEMENTE V, papa: 25, 142, 212.
 CLUGUET DE BRABANTE: 179.
Compleat Gentleman (The): 250.
 CONDE DE MARIALVA: 175.
 CONON DE BÉTHUNE: 77.
Cortegiano (Il): 128, 156, 248.
 COSTA (Sueiro da): 159, 160.
 COUTINHO (Álvaro): 179.
 COUTO (Diogo do): 181.
 CRISTINA DE PISANO: 66, 67, 90, 214.
Crónica Anglo-Saxónia: 14.
 DARWIN (Carlos): 249.
 DEFOE (Daniel): 126.

- De vera nobilitate*: 239, 240.
 DIAS DE GAMEZ (Gutierre): 151, 152.
 DIGBY (Kenelm): 20, 38.
 DINIS (D.), rei de Portugal: 159, 168, 176.
 DISRAELI (Benjamim): 166.
 DUARTE (D.), rei de Portugal: 174, 175, 177.
 DUGDALE (Sir William): 218.
 DU GUESCLIN (Beltrão): 31, 79, 85, 225.
 DUPUY (Raimundo), mestre dos Hospitalários: 22.
 EDUARDO II, rei de Inglaterra: 81, 212.
 EDUARDO III, rei de Inglaterra: 9, 35, 36, 70, 79, 81, 83, 193, 199, 224.
 EDUARDO IV, rei de Inglaterra: 218.
 EDUARDO, *o Príncipe Negro*: Vd. PRÍNCIPE NEGRO.
 EGAS MONIZ: 164.
 ELIOT (Sir Thomas): 249, 250.
 EVERLIN (Johann Christoff): 147.
 FASTOLF (Sir John): 66.
 FERNANDO (D.), rei de Portugal: 159, 170.
 FERNANDO I, *Magno*, rei de Leão e Castela: 163.
 FERNANDO II, rei de Leão: 145.
 FERNANDO III, *o Santo*, rei de Castela: 134, 141.
 FERNANDO IV, rei de Castela: 212.
 FERNANDO (D.), *o Infante Santo*: 174.
 FERNANDO (D.), infante de Portugal e grão-mestre de Cristo e Santiago: 169.
 FILIPA (D.), rainha de Portugal: 177, 180.
 FILIPE II, rei de Espanha: 153.
 FILIPE IV, rei de França: 212.
 FILIPE VI, rei de França: 36.
 FILIPE, *o Bom*, duque de Borgonha: 239.
 FOUGÈRES (Etienne de): 73.
 FRANCISCO I, rei de França: 90, 91.
 FREDERICO I, *Barbarroxa*, imperador da Alemanha: 99, 100, 107, 149.
 FREDERICO II, imperador da Alemanha: 101.
 FREDERICO III, imperador da Alemanha: 117.
 FREEMAN (Prof. E. A.): 39.
 FREITAS (Álvaro de): 160.
 FREITAS (Martim de): 165.
 FROISSART: 28, 35, 79, 81, 83, 87, 208, 221, 223.
 FULBERTO DE CHARTRES: 53.
 FULLER (Thomas): 235.
 GALVÃO (Duarte): 166.
 GAMA (D. Cristóvão da): 181.
 GAMA (D. Estêvão da): 181.
 GAMA (Vasco da): 177, 180.
 GAUNT (João de): 150.
 GERSON (Chanceler): 90.
 GIRALDUS CAMBRENSIS: 70.
 GODOFREDO DE BULHÕES: 20, 22, 31, 74, 207.
 GÖTTE: 118.
 GOMEZ RAMÍREZ, grão-mestre de Calatrava: 141.
 GONÇALVES (Nuno): 170.
 GONÇALVES DE MALAFAIA (Pedro): 179, 180.
 GONZÁLEZ DE MENDOZA (D. Pedro), cardeal: 154.
 GORDON: 249.

- GOTTFRIED VON STRAZBURG: 106, 111.
GOWER: 243.
GRACIÁN (Baltasar): 156.
GRAND (Jaques le): 214.
Grande Pedra da Honra: 20, 38.
GREEN (John Richard): 39, 40.
GREGÓRIO VII, papa: 19, 51, 101.
GUILHERME IX, conde da Provença: 56.
GUILHERME DE BARS: 179.
HADLOUB (Johannes): 112.
HAMPTON (Bevis de): 11, 16.
HARLEY (Eduardo): 218.
HARTMANN VON AUE: 103, 106, 107, 108, 109.
HÁRUNE AL-RÁXIDE: 96.
HAWES (Stephen): 203.
HAY (Sir Gilberto): 211, 213, 215, 216, 221, 222, 224, 226.
HEINRICH VON VELDEKE: 99, 106.
HENRIQUE (D.), conde de Portucale: 144, 163.
HENRIQUE V, rei de Inglaterra: 224, 236, 258.
HENRIQUE VI, rei de Inglaterra: 218.
HENRIQUE VIII, rei de Inglaterra: 112, 218.
HERFORD (Prof. C. N.): 120.
HERMANN VON SALZA, grão-mestre dos Cavaleiros Teutónicos: 101.
HERMANN VON THÜRINGEN: 104, 110.
HEYWOOD (John): 234.
HOLZAPFEL (Johann Jacob): 147.
HORÁCIO: 240.
HUGO (Vitor): 83.
HUGO DE PAYNS, grão-mestre do Templo: 59.
HUON DE BORDEAUX: 207.
INOCÊNCIO IV, papa: 165.
ISABEL DE FRANÇA, rainha de Inglaterra: 81.
JAIME I, rei da Inglaterra: 233, 250.
JAIME II, rei de Aragão: 144, 209.
JANT (Cavaleiro de): 166.
Jehan de Saintré (Le Petit): 32, 89.
JEHAN LE BEL: 70, 84.
JOHANN SEGISMUND, eleitor do Brandeburgo: 102.
JOHNSON (Dr.): 233, 236, 250, 257.
JONSON (Ben): 252.
JOÃO, rei de França: 84, 90.
JOÃO I (D.), rei de Portugal: 158, 159, 168, 170, 180.
JOÃO II (D.), rei de Portugal: 159, 176, 180.
JOÃO III (D.), rei de Portugal: 169, 178, 182.
JOÃO XXII, papa: 144, 168.
JOÃO (D.), infante de Portugal: 175.
JOÃO DE SALISBURY: 30, 60, 140.
JOÃO «SEM TERRA», rei de Inglaterra: 53.
JOINVILLE (Jean de): 35, 73-77, 86, 208, 226.
JUAN MANUEL (Don): 127.
KÜRENBERGER: 112.
Lais da Sombra: 79.
LALAIN (Jaques de): 175.
LAYAMON: 191, 192.

- LEONOR DE AQUITÂNIA, rainha de Inglaterra : 78.
 LONGFELLOW : 107.
 LOPES (Fernão) : 158, 161, 180.
 LÓPEZ DE AYALA (Pedro) : 149.
 LÚCIO II, papa : 164.
 LUIS (S.), rei de França : 29, 31, 35, 73-77, 86, 208, 226.
 LUÍS VII, rei de França : 78.
 LUÍS XI, rei de França : 90.
 LÚLIO (Raimundo) : 208 - 213, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 230.
 LYLY (John) : 251.
 MACAULAY : 257.
 MALORY (Sir Thomas) : 201, 206, 207, 220, 223, 225, 246.
 MANDEVILLE (Geoffrey de) : 15.
 MANNY (Walter) : 31.
 MANUEL I (D.), rei de Portugal : 160, 169, 178.
 MARIA, rainha de Inglaterra : 257.
 MARQUÊS DE SANTILHANA : 133.
 MARSHALL (Guilherme) : 31.
 MAUNI (Olivier de) : 80.
 MAXIMILIANO I, imperador da Alemanha : 117.
 MELANCHTON (Filipe) : 238.
 MENÉNDEZ PIDAL (Ramón) : 137.
Mer de Histoires (La) : 155.
 MILTON (John) : 203, 230, 250.
Mocedades del Cid (Las) : 134, 148.
 MONMOUTH (Geoffrey de) : 149, 190, 191, 192, 193, 197.
 MORE (Thomas) : 238, 239, 247, 248, 251.
 MORRIS (William) : 229..
 MULCASTER : 250.
Morte d'Arthur : 201, 206, 207, 222, 223, 225, 227, 246.
 NEIDART VON REUENTAL : 115.
 NICOLAU I, papa : 139.
 NICOLAU IV, papa : 145.
 NIÑO (D. Pedro) : 150-3.
 NOVALIS : 119.
Nun's Rule (The) : 189, 190.
 OGIER, o *Dinamarquês* : 15.
 OLIVEIROS : 48, 71, 72, 83.
Ordène de Chevalerie : 52, 208, 213, 220, 221, 222, 227, 229, 230.
Ordre of Chyualtry : Vd. *Ordène de Chevalerie*.
 OSBORNE (Doroteia) : 254 - 257.
 PACHECO (Duarte) : 181.
 PALENCIA (Afonso de) : 154.
Pastime of Pleasure : 202.
 PAULO V, papa : 147.
 PEACHAM (Henry) : 250, 251.
 PEDRO I (D.), rei de Portugal : 161, 176.
 PEDRO (D.), infante de Portugal : 174, 175.
 PEDRO DE BLOIS : 29.
 PEPINO, o *Breve* : 206.
 PEREIRA (D. Nuno Álvares) : 170, 171, 174.
Piers Plowman : 200, 201.
 PINA (Rui de) : 180.
 PIO II, papa : 169.

- PLATÃO : 240.
PLUTARCO : 240.
Poema del Cid : 129-138.
PRINCIPE NEGRO : 8-10, 31, 81, 84, 85, 150, 199, 200.
PULGAR (Hernando del) : 150, 154.
RAMIRO I, rei de Leão : 144.
RASTELL (John) : 233, 247, 248, 257.
Raul de Cambrai : 15, 53, 131, 207, 224.
RESENDE (Garcia de) : 180.
RICARDO I, *Coração de Leão* : 100, 101.
RICARDO III, rei de Inglaterra : 225.
RILKE (Rainer Maria) : 114.
ROLDÃO : 48, 58, 70-73, 74, 75, 83, 90, 91, 130, 132, 137, 138, 206, 227, 228.
RÜCKERT : 119.
RUTEBEUF : 77.
SACHS (Hans) : 238.
SALADINO : 100, 208, 215, 216, 229.
SANCHO I (D.), rei da Navarra : 134.
SANCHO I (D.), rei de Portugal : 167.
SANCHO II (D.), rei de Portugal : 165.
SANTOS (Fr. Miguel dos) : 183.
SCHOPENHAUER (Artur) : 156.
SCOTT (Sir Walter) : 38, 39, 202, 213.
SEBASTIÃO (D.), rei de Portugal : 169, 182, 183.
SHAKESPEARE : 230, 234, 252.
SHAW (George Bernard) : 229.
SINCLAIR (Guilherme) : 213.
SITWELL (Sir George) : 235, 236.
SPENSER (Edmundo) : 203, 230, 249.
STAËL (Madame de) : 90.
STEPHENS (Filipe) : 218.
SYDNEY (Sir Philipps) : 249, 252.
SUGÉRIO : 51, 56.
SWIFT (Jonathan) : 257.
TACITO : 220.
TANCREDO, rei da Sicília : 20, 31.
TELO (João Afonso) : 161.
TEMPLE (Sir William) : 254, 256, 257, 258.
Temple d'Honneur : 81.
TENNYSON (Alfredo) : 107, 230.
TERESA (D.), condessa de Portucale : 163.
THIBAUT DE VERNON : 56.
TIECK (Ludwig) : 119.
UHLAND (João) : 119, 120, 121.
ULRICH VON LICHTENSTEIN : 115, 116.
URBANO I, papa : 162.
URBANO II, papa : 19.
VALERA (Diego de) : 154, 155.
VASCONCELOS (Dr. António de) : 167.
VAZ DE ALMADA (Álvaro), conde de Avranches : 174, 176.
VICENTE (Gil) : 178.
VICENTE DE BEAUVAIS : 60, 140.
VILHENA (D. Tomas de) : 167.
VILLON (François) : 63.

- VOGT : 120.
 WACE : 70, 191, 192.
 WALTHER VON DER VOGELWEIDE : 104, 105, 106, 110, 114, 115, 118.
 WALTON (Isaak) : 253, 254.
 WERNER DER GARTENAERE : 116.
 WIELAND (Cristóvão) : 114.
 WOLFRAM VON ESCHENBACH : 103, 109, 110, 111, 113, 114, 118.
 WORDE (Wynkyn de) : 207.
 WORDSWORTH : 230.
 ZURARA (Gomes Enes de) : 159, 175.

ERRATAS

Págs.	linha	erro	correção
75	22	Rolando	Roldão
108	33	Chétien	Chrétien
158	39	Henrique	Henriques
159	1	ao	aos
192	24	<i>mals</i>	<i>mais</i>
197	9	<i>tantos</i>	<i>tanto</i>
233	25	Rostell	Rastell

Colecção Peregrina

Obras de Autores estrangeiros
focando assuntos portugueses

- I — Na Terra da Grande
Imagem, *de Maurício Collis*
- II — O Infante D. Henrique
e o Início dos Descobri-
brimentos Modernos
de C. Raymond Beckett
- III — Os Jesuítas e o Império
Mogol, *de Sir Edgar
Maclagan*
- IV — O Ditador de Portugal
de Marcus Cheke
- V — A Cavalaria Medieval
de Edgar Prestage
- VI — De Vergílio a Milton
de C. M. Bowra



OBRAS COMPLETAS DE JÚLIO DINIZ

- As Pupilas do Senhor Leitor
- Os Fidalgos da Casa Mourisca
- A Morgadinha dos Canaviaes
- Uma Família Inglesa
- Serões da Província
dois volumes
- Teatro Inédito
três volumes
- Cartas e Esboços Literários
- Poesias

Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil

SÉRIE RÉGIA

Crónica do Conde D. Henrique,
D. Teresa e Infante D. Afonso,
de Frei António Brandão.

Crónica de D. Afonso Henriques,
de Frei António Brandão.

Crónica de D. Sancho I e D.
Afonso II, de Frei António
Brandão.

Crónica de D. Sancho II e D.
Afonso III, de Frei António
Brandão.

Crónica de Cinco Reis, edição
preparada por A. de Maga-
lhães Basto.

Crónica de D. Dinis, de Rui de
Pina.

Crónica de D. João I, de Fernão
Lopes, 2 vols.

Da Vida e Feitos de El-Rei D.
Manuel, de D. Jerónimo Osó-
rio, 2 vols.

D. Teodósio II, Duque de Bra-
gança, de D. Francisco Ma-
nuel de Melo.

História de Portugal Restaurado,
do Conde da Ericeira, 4 vols.

A Rainha D. Maria Francisca de
Sabóia, de António Álvaro Dória.

SÉRIE ULTRAMARINA

Tratado dos Descobrimentos, de
António Galvão.

Viagem de Francisco Pyrard de
Laval, 2 vols.

Diário da Viagem de Vasco da
Gama, 2 vols.

História da Etiópia, da Jesuíta
Pêro Pais, 3 vols.

Ásia Portuguesa, de Manuel Faria
e Sousa, 6 vols.

D. João de Castro, de Elaine
Sanceau.



SÉRIE CIMÉLIA

Opúsculos Históricos, de Damião
de Góis.



SÉRIE MISCELÂNEA

Para a História da Legislação e
Costumes de Portugal, de
António Caetano do Amaral.



00037006685



UNIVERSITY OF N.C. AT CHAPEL HILL